

Organização
Abílio Guerra
Jurema Machado
Luiz Fernando de Almeida

Ensaio fotográfico
Nelson Kon

Itamaraty Rio de Janeiro

história
acervo
restauro



Itamaraty Rio de Janeiro
história, acervo, restauro

Organização
Abilio Guerra
Jurema Machado
Luiz Fernando de Almeida

Ensaio fotográfico
Nelson Kon

coordenação editorial
Abilio Guerra
Fernanda Critelli
Silvana Romano Santos
ensaio fotográfico
Nelson Kon
desenho gráfico
Dárkon Vieira Roque
assistência editorial
Benjamim Saviane

autoria de texto
Abilio Guerra
Ana Claudia Paranaguá
Anderson Azevedo
Angela Telles
Benjamim Saviane
Bruno Amadei Machado
Carlos Fernando de Moura Delphim
Claudia Carvalho
Cynthia Tarrisse
Elizabeth Dasinger Bittencourt
Frederico Ferreira
Guilherme Frazão Conduru
Julio Moraes
Jurema Machado
Katia Beatris Rovaron Moreira
Lucas Figueiredo
Luís Antonelli
Luiz Fernando de Almeida
Maria de Lourdes Parreiras Horta
Mariana Vetrone
Mônica da Costa
Renata Campiotto
Rosana Elisa Coppedê Silva
Rosária Ono
Veronica Castanheira Machado
Yanara Costa Haas

Organização
Abilio Guerra
Jurema Machado
Luiz Fernando de Almeida

Ensaio fotográfico
Nelson Kon

Itamaraty Rio de Janeiro

história
acervo
restauro

A revitalização do complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro

O complexo arquitetônico do Itamaraty no Rio de Janeiro, palco de acontecimentos fundamentais na história da República, passa, atualmente, pelo primeiro projeto global de recuperação em sua história. O Palácio da antiga rua Larga de São Joaquim, atual avenida Marechal Floriano, foi inaugurado em 1855, como sede social da residência do Barão do Itamaraty, e recebeu acréscimos de outras edificações ao longo dos anos. Desde então, o conjunto passou apenas por reformas pontuais. A revitalização em curso é, assim, a primeira intervenção planejada a partir de um projeto único e coerente de modernização, que engloba não apenas a recuperação das edificações, como também o tratamento do valioso acervo histórico abrigado no complexo.

Com a Proclamação da República, o palácio passou a ser propriedade do Estado brasileiro. Até a sua transferência para o Palácio do Catete, em 1897, funcionou como sede do poder executivo federal, abrigando o gabinete dos três primeiros presidentes da República. A partir daquele ano, o Ministério das Relações Exteriores instalou-se no Palácio do Itamaraty e, desde então, o nome do palácio passou a designar o ministério, o que perdurou mesmo após a sua transferência definitiva para Brasília, em 1970. O primeiro ministro de Estado das Relações Exteriores a despachar no antigo edifício foi o Barão do Rio Branco, que serviu a quatro governos diferentes, período durante o qual se destacou por importantes realizações, com destaque para a sua atuação na obra de consolidação das fronteiras do Brasil.

Atendendo à sua inescapável vocação, o Palácio do Itamaraty foi convertido no Museu Histórico e Diplomático, inaugurado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 1957. O museu abriga valiosa coleção de objetos, obras de arte e mobiliário, que remetem à história do país e da diplomacia brasileira. No edifício da Biblioteca, inaugurado em 1930, estão mantidos os acervos documental, bibliográfico, cartográfico e iconográfico, de extraordinário valor histórico. Além do Palácio e da Biblioteca, o complexo é formado ainda por outros prédios, como as Cavalariças; o Ererio, sede administrativa da representação do Itamaraty no Rio de Janeiro; e o Edifício Niterói.

Passado mais de um século e meio desde a sua inauguração, o Itamaraty assumiu o desafio de recuperar os edifícios, tratar e digitalizar os acervos, restaurar afrescos, obras de arte e mobiliário e, principalmente, trazer o Museu Histórico e Diplomático para o século 21, por meio do desenvolvimento de uma concepção museográfica e expográfica em linha com as tendências contemporâneas. O espaço destinado às exposições será ampliado, o que garantirá ao público melhor acesso ao acervo, em mostras temáticas temporárias. Além disso, serão criados espaços de convivência, com a inauguração de restaurante e loja e a reconfiguração dos jardins, a partir de um novo projeto paisagístico, proporcionando ao visitante uma imersão na história diplomática brasileira, em ambiente inspirador e acolhedor. Concluído o projeto de revitalização, o complexo do Itamaraty ampliará a capacidade para receber visitantes e pesquisadores, aprofundando, assim, sua vocação de fomento ao conhecimento histórico-diplomático e áreas afins, por meio de um acesso facilitado às relíquias e preciosidades de seus acervos.

Com o patrocínio de instituições parceiras, além de recursos orçamentários próprios, o Ministério das Relações Exteriores firmou o compromisso de realizar a transformação do antigo Palácio do Itamaraty em um moderno espaço cultural. A revitalização do complexo funcionará como um vetor dinâmico no processo de reconfiguração da região central da cidade do Rio de Janeiro. O entorno do Palácio do Itamaraty vem se tornando, nas últimas décadas, um polo cultural cada vez mais relevante, a partir da realização de importantes intervenções urbanísticas e da revalorização histórica, observadas a partir de descobertas arqueológicas, como o antigo Cais do Valongo, que justificam o processo de identificação da região como Pequena África. Nesse contexto, de acordo com as determinações do Iphan, um laboratório de arqueologia foi instalado no complexo do Itamaraty, dedicado à localização e pesquisa de itens encontrados no terreno durante as obras, os quais serão incorporados ao acervo do novo museu.

O projeto de revitalização do complexo do Palácio do Itamaraty atende igualmente ao anseio da sociedade brasileira pela preservação de seu patrimônio histórico-cultural, reforçado a partir de tristes episódios que causaram danos importantes a coleções de museus e centros culturais, em anos recentes. Durante anos, o Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro sofreu severos prejuízos decorrentes da degradação do tempo, da escassez de recursos e da falta de manutenção e de preservação adequadas. Ademais, problemas como ocupações nos imóveis contíguos e falta de regularização

fundiária, em parte da área do complexo, impuseram dificuldades adicionais à adoção de medidas concretas para a conservação e a dinamização do espaço. Assim, a recuperação do complexo tem exigido importante esforço com vistas a administrar questões burocráticas, que durante anos limitaram a execução de ações que permitissem a recuperação e atualização do espaço.

Por fim, desafio não menos importante tem sido a elaboração de um modelo de gestão do novo Museu Histórico e Diplomático, capaz de assegurar a sua sustentabilidade operacional e financeira, a fim de reduzir a dependência de recursos orçamentários do Ministério das Relações Exteriores. Os eixos estruturantes do projeto foram pensados a partir de um enfoque sistêmico e interdisciplinar, que conta com a *expertise* de instituições como o Instituto Pedra e o Iphan, em constante diálogo com o corpo técnico do complexo. Os servidores públicos – arquitetos, bibliotecários, arquivistas e museólogos – têm desempenhado papel fundamental na apresentação de soluções mais apropriadas para os desafios que se apresentam diariamente, além de contribuírem para o melhor conhecimento do acervo.

Diante do desafio de executar o plano integral de revitalização do complexo arquitetônico do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, o Ministério das Relações Exteriores está aberto a novas parcerias para o esforço de levar a cabo o projeto, com a certeza de que a sua conclusão significará a devolução ao público de um bem cultural totalmente preservado e contemporâneo, em sintonia com as mais modernas instituições do setor, inserindo-se na renovada vocação do centro do Rio de Janeiro como polo cultural dinâmico da cidade.

Ministério das Relações Exteriores

Itaipu e Itamaraty: a força de um vínculo inabalável

De um povo corajoso e bom, tudo pode se esperar em grandeza humana, con-tanto que se mantenha nele a tradição do respeito aos nobres exemplos do seu passado.

Discurso de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, em 21 de outubro de 1908¹

1. Discurso pronunciado em 21 de outubro de 1908 na sessão magna comemorativa do 70º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos). Discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 232. A ata da sessão, contendo o discurso de abertura, foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte 2, p. 590. O original, incompleto, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

2. BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *A fronteira Brasil-Paraguai. Nota n. 92 de 25 de março de 1966, da Embaixada do Brasil em Assunção*, § 154, p. 48. O documento – assinado por Jaime de Souza-Gomes, embaixador do Brasil no Paraguai – foi redigido pelo diplomata e literato João Guimarães Rosa. Ver ARAÚJO, Heloisa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*, p. 29-30.

Para construir a maior usina do planeta em produção acumulada de energia, orgulho de dois povos e modelo de cooperação e integração para o mundo, foi preciso mais que cálculos e concreto. Foi preciso lançar mão de uma engenharia diplomática cujas delicadas tramas foram alinhavadas nos corredores e salões do Palácio Itamaraty.

O fruto desses *cálculos diplomáticos* é a Itaipu Binacional. E é por isso que, para a Itaipu Binacional, investir na revitalização do Palácio Itamaraty é uma forma de retribuir, simbolicamente, todo o esforço empreendido pelo Ministério das Relações Exteriores para estabelecer as bases da Entidade que somos hoje.

Foi no Palácio Itamaraty que o diplomata João Guimarães Rosa, quando Chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras, após meses de extenuante trabalho, redigiu a nota que deu fim à polêmica dos limites fronteiriços entre Brasil e Paraguai e abriu caminho para a utilização conjunta do Rio Paraná – e, conseqüentemente, para a construção da hidrelétrica binacional.

Nas palavras da Nota Número 92, de 25 de março de 1966,

O Brasil está, como sempre esteve, disposto a encetar conversações em torno de tão importante questão, e a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético decorrente do Salto das Sete Quedas, como de todas as possibilidades que oferecem, à agricultura e à navegação, as águas do Paraná; de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença, seja entre eles um elo de união, como sempre desejaram os anteriores Governos do Brasil, e firmemente deseja o atual.²

E então, em 22 de junho de 1966, lançou-se a semente de Itaipu, com a assinatura da Ata do Iguaçu, declaração conjunta que manifestava a disposição de estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná. É, até hoje, um exemplo marcante de estratégia de cooperação internacional, de prevenção de contenciosos e da relevância da diplomacia brasileira, capaz de produzir resultados proeminentes para o Brasil não só no âmbito da diplomacia, mas também nas áreas econômica, social e ambiental.

A formalização do empreendimento hidrelétrico se deu efetivamente com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, que estabeleceu os pontos para o financiamento da obra e a operação da empresa, num modelo de sociedade binacional, pertencente às duas nações em partes iguais. Em maio de 1974 é formada a Entidade Binacional Itaipu para gerenciar a construção da usina, estruturada como “empresa internacional”.

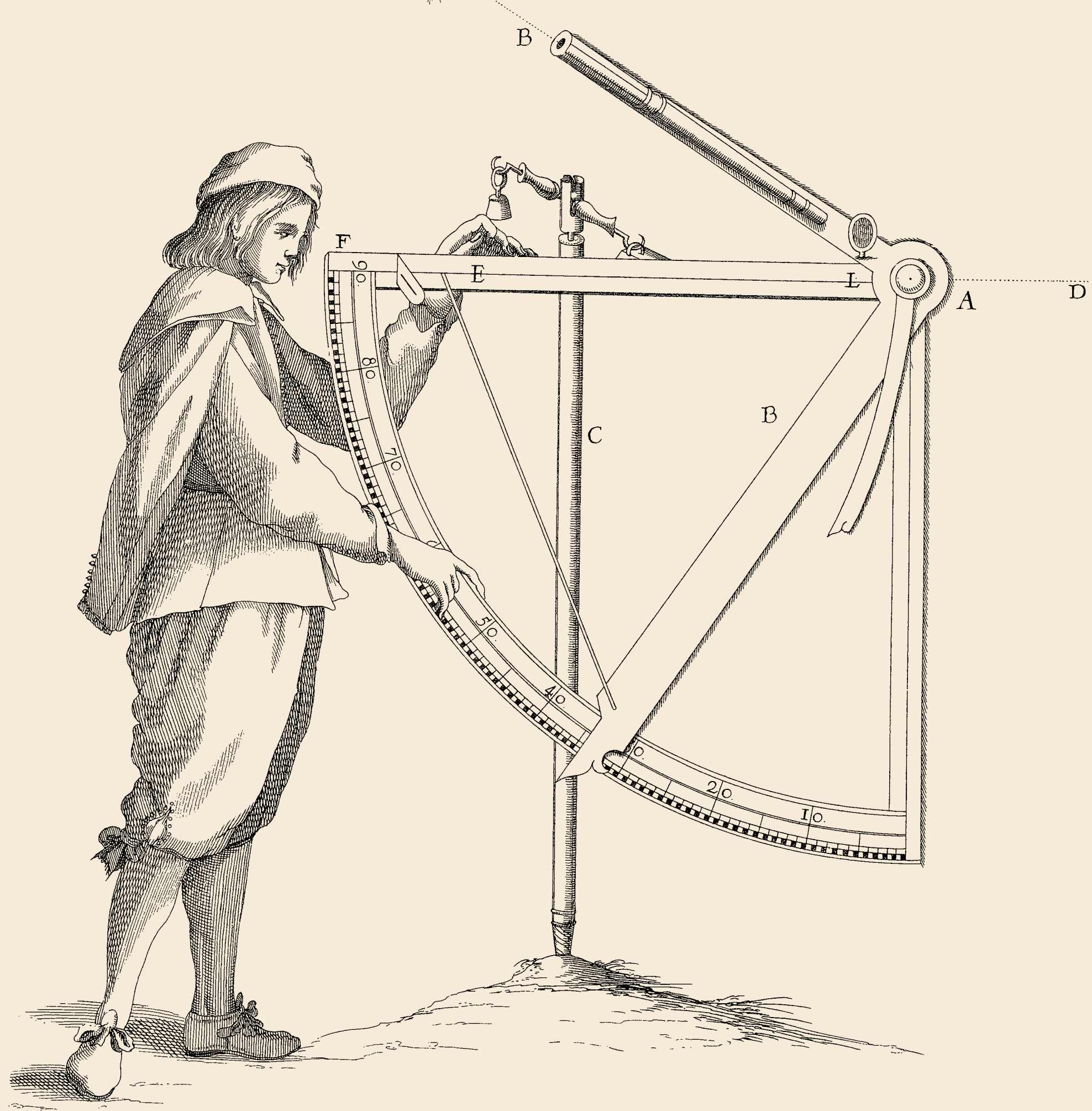
Mas a conclusão das obras não significou o fim da atividade diplomática. A relação entre a usina hidrelétrica de Itaipu e os Ministério das Relações Exteriores brasileiro e paraguaio tornou-se permanente e indissociável, pois o Conselho de Administração da Entidade, conforme disposto no Tratado, deve ter um integrante de cada uma das chancelarias. No referido Conselho, são tratados, até os dias atuais, temas não apenas técnicos de operação da usina, mas também assuntos como navegação, pesca, regime fluvial, controle de enchentes, infraestrutura de transporte e comunicações, ações ambientais, de responsabilidade social e de turismo.

Se hoje temos um sólido processo de integração no Mercosul, é porque antes houve as negociações de Itaipu. Em uma época em que as fronteiras ainda eram percebidas como divisão, proteção e isolamento, nossos chanceleres mostraram uma capacidade ímpar de buscar soluções e forjar parcerias. Hoje, fronteiras são zonas de integração, trocas e cooperação, com interesses entrelaçados e para benefício de todos, paraguaios e brasileiros.

Itaipu é um exemplo notável de como um projeto hidrelétrico pode promover laços diplomáticos duradouros e trazer mudanças positivas em escala regional e global. Nada disso existiria hoje, não fosse o trabalho diuturno, incansável, de nossos diplomatas.

Em face desta relação particular e constitutiva entre Itaipu e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, este amplo projeto de restauração do conjunto arquitetônico e dos acervos do Itamaraty no Rio de Janeiro, de imensurável valor histórico e artístico, solidifica de maneira muito especial a preservação da história diplomática brasileira, compreendida como parte integrante do patrimônio cultural e intangível da própria entidade.

Itaipu Binacional



	12	Itamaraty visto de fora <i>Fotos Nelson Kon</i>
	32	Introdução Palácio Itamaraty: ontem, hoje, amanhã
Parte 1	36	Um conjunto de valor excepcional
	38	Capítulo 1 O patrimônio construído <i>Angela Telles</i> <i>Veronica Castanheira Machado</i>
	39	– O Palácio Itamaraty como obra de arte
	42	– De residência privada a prédio público
	46	– O Barão do Rio Branco, o Rio de Janeiro e o Palácio Itamaraty
	57	– A Reforma Mangabeira e a construção do prédio da Biblioteca, Arquivo e Mapoteca
	68	Capítulo 2 O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty e seu acervo <i>Angela Telles</i>
	74	– A coleção e o discurso diplomático
	76	– A coleção e o Império
	80	– A centralidade do Barão do Rio Branco
	87	– Octávio Mangabeira e a valorização das raízes culturais do Brasil
	89	– A última grande aquisição
	90	Capítulo 3 Por uma história dos acervos do Itamaraty (1736-2022) <i>Anderson Azevedo</i> <i>Frederico Ferreira</i> <i>Lucas Figueiredo</i>
	93	– Documentos, mapas e livros na formação da nação
	105	– Documentos, informação e território
	110	– Entre a monumentalização da memória e as incertezas da gestão
	124	– O <i>Aggiornamento</i> do Itamaraty no Rio
	128	– Uma nova gestão do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: conquistas e desafios <i>Guilherme Frazão Conduru</i>
	134	Itamaraty visto de cima <i>Fotos Américo Vermelho</i>

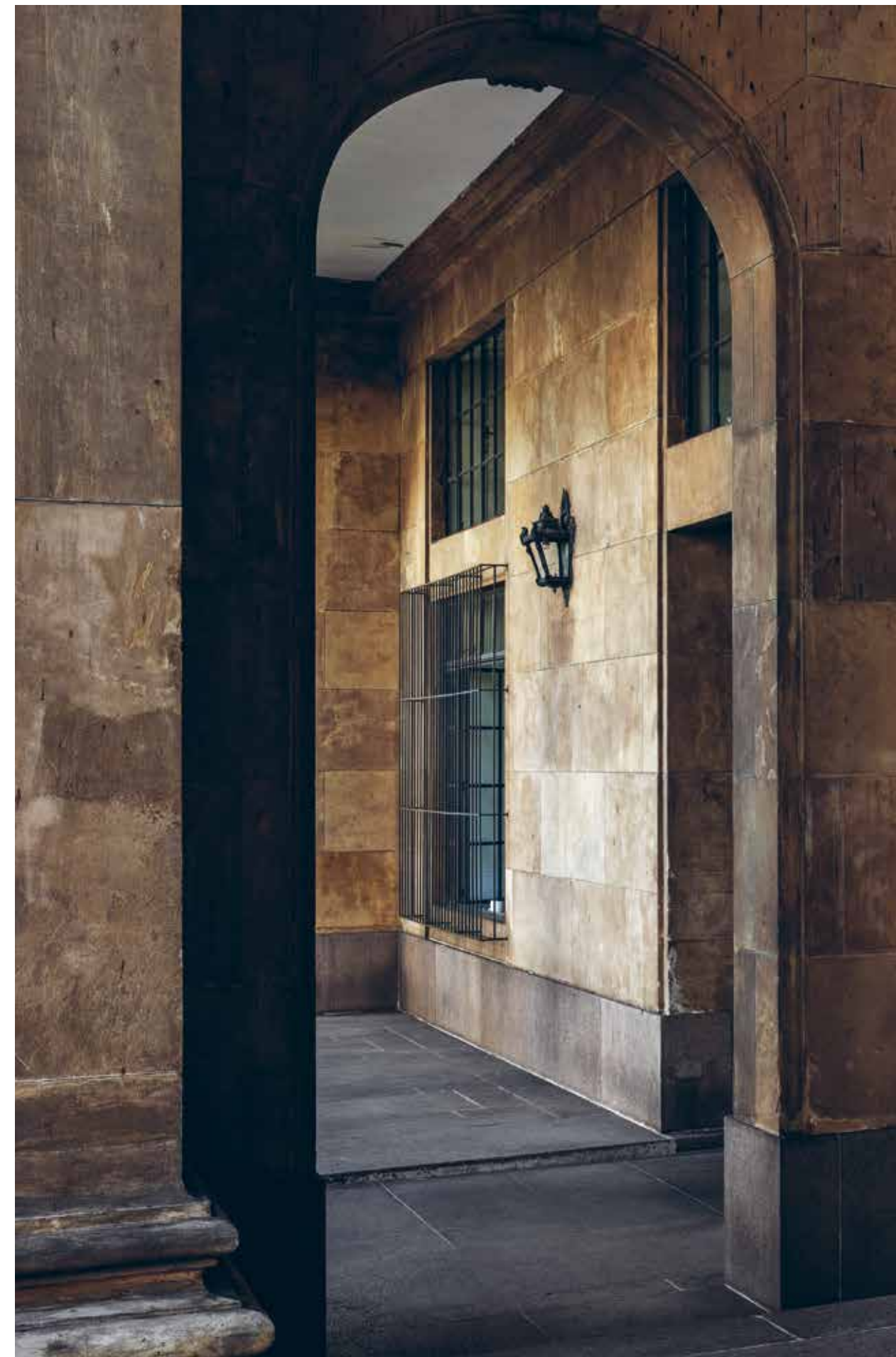
Parte 2	150	Diagnósticos e projeto de restauro	220	Capítulo 6 O projeto de restauro <i>Benjamim Saviane</i> <i>Mariana Vetrone</i>
	152	Capítulo 4 A requalificação como um processo integral <i>Ana Claudia Paranaguá</i> <i>Anderson Azevedo</i> <i>Frederico Ferreira</i> <i>Cynthia Tarrisse</i> <i>Lucas Figueiredo</i> <i>Mônica da Costa</i>	221	– Tensões dialéticas no interior do restauro
	156	– A opção pela abordagem integral: edifícios, infraestruturas, acervos, entorno e gestão	225	– Intervenções em postura filológica: Palácio e Biblioteca
	158	– A mobilização de equipes e o início da configuração de uma estrutura de gestão dos acervos	230	– Climatização, preservação dos acervos e condições de uso <i>Maurício Barros</i>
	174	– Os desafios da gestão e perspectivas futuras	240	– Diretrizes museográficas para o novo Museu Histórico e Diplomático <i>Maria de Lourdes Parreiras Horta</i> <i>Luís Antonelli</i>
	176	Capítulo 5 Documentação e diagnósticos Benjamim Saviane Claudia Carvalho	246	– Ampliação das Cavalariças, Edifício Niterói e novas conexões
	178	– Arquitetura	254	– A prevenção contra incêndio e suas interfaces com a arquitetura <i>Rosaria Ono</i> <i>Katia Beatris Rovaron Moreira</i>
	182	– Estratégias para a campanha de escaneamento a laser do conjunto <i>Renata Cima Campiotto</i>	256	– Áreas comuns e paisagismo
	200	– Arquitetura e arte das cantarias do Itamaraty <i>Yanara Costa Haas</i> <i>Rosana Elisa Coppedê Silva</i>	258	– Restauração e recuperação paisagística dos jardins históricos do Palácio Itamaraty <i>Carlos Fernando de Moura Delphim</i> <i>Bruno Amadei Machado</i> <i>Elizabeth Dasinger Bittencourt</i>
	206	– A restauração dos elementos integrados <i>Julio Moraes</i>	262	– O método e seus resultados
	211	– Acervos	264	Itamaraty visto de dentro <i>Fotos Nelson Kon</i>
	212	– Avaliação do ambiente e definição de parâmetros ambientais	284	Ficha técnica do projeto
	217	– O Palácio Itamaraty: preservação, bem-estar e acesso	286	Bibliografia

Itamaraty visto de fora
Fotos Nelson Kon





















Introdução

Itamaraty Rio de Janeiro: história, acervo, restauro

Abilio Guerra, Jurema Machado e Luiz Fernando de Almeida

1.

CAETANO VELOSO.
Oração ao tempo,
3ª estrofe.

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Caetano Veloso, Oração ao tempo¹

Na vivência profissional da arquitetura e do restauro, raramente se tem a oportunidade de participar da solução integral de um problema complexo, que incluía desde a conservação dos bens até sua reintrodução na dinâmica do presente e suas estratégias de permanência no futuro. Quem tem o privilégio de passar por essa experiência adquire também a obrigação ética de a compartilhar. Daí nasce este livro, que, mais do que apresentar as soluções arquitetônicas para o conjunto do Itamaraty no Rio de Janeiro, procura relatar um processo, esse sim, fundamentado em uma metodologia replicável e de interesse comum a todo o campo da conservação.

A situação de conservação dos edifícios e acervos vinha consolidando, no Itamaraty, a compreensão de que o ciclo de soluções parciais ou paliativas havia se esgotado, com riscos de toda ordem se avolumando, entre eles o de um silencioso esquecimento, provocado por sucessivos fechamentos do Museu Histórico e Diplomático e pelas limitadas condições de consulta à documentação histórica, ambos a cada dia mais circunscritos ao uso interno da própria instituição.

No início de 2018, o Ministério das Relações Exteriores decidiu, com base na legislação brasileira que estabelece as bases do relacionamento entre o setor público e as organizações da sociedade civil, lançar uma chamada pública para que tais organizações viessem a participar da busca de financiamento e do desenvolvimento de projetos e soluções para o conjunto tombado como monumento nacional. Nessa condição, o Instituto Pedra foi selecionado e, após o aporte de recursos patrocinados pela empresa Itaipu Binacional, iniciaram-se os trabalhos documentados nesta edição.

A compreensão da totalidade das questões que envolve o campo do restauro arquitetônico, embora seja uma busca permanente do Instituto Pedra nos projetos dos quais participa, não se apresentou de imediato, mas em camadas sucessivas, trazidas pela multiplicidade de olhares e de campos de conhecimento que foram sendo gradativamente agregados, cabendo à arquitetura construir uma síntese capaz de romper com a segmentação que o conhecimento especializado tende a produzir.

2.

ROSA, João Guimarães.
O lago do Itamaraty,
p. 182.

As formas e soluções espaciais resultaram de uma espécie de atualização criativa do passado, refletindo aquilo que permanece como demanda para o presente. Guimarães Rosa, que, como diplomata, ali trabalhou por vários anos, associou a imagem de “indeteriorável placidez” do grande lago retangular, que une os quatro edifícios do conjunto, à prática, cultivada pela diplomacia, de reprovar “todo movimento desmesurado ou supérfluo”.² Ecoando esse pensamento, o projeto resultou nada estridente, mas sóbrio e cioso de seu papel, nascido dos próprios edifícios e de sua trajetória no tempo. De um lado, solucionando a incompletude funcional e formal do edifício das Cavalariças, ao transformar esse maltratado apêndice do Palácio, improvisado desde a sua origem, em uma espécie de âncora da inovação do Museu, ao mesmo tempo em que se estabelecem conexões, em função e matéria, entre acervos artísticos e documentais, entre diferentes públicos e atividades museológicas, entre linguagens e temporalidades. A intervenção no prédio da Biblioteca, que, ao tempo de sua concepção, foi certamente o mais destacado exemplar da tecnologia de guarda de acervos do país, concentrou-se em retomar a lógica da setorização dos espaços internos tal como concebidos pelo projeto original, no final dos anos 1920, e dotá-los de climatização e segurança adequadas aos parâmetros contemporâneos. No Palácio, o projeto dedicou-se a viabilizar o convívio nada simples de uma edificação residencial na origem, com suas saletas e salões de decoração frágil e requintada, vazada por duas grandes escadarias, com o exigente público de museus e seus requisitos de acessibilidade e conforto ambiental.

O livro foi organizado segundo a evolução do projeto, das etapas de conhecimento e diagnóstico, até as soluções arquitetônicas e de modernização das condições tecnológicas. Optou-se por apresentar as contribuições setoriais por meio de *boxes*, escritos pelos diversos autores, que vão se intercalando à coluna dorsal que corresponde ao texto descritivo da arquitetura. Embora esta seja a cronologia mais tradicional, ela não se apresentou de imediato para os organizadores do livro, uma vez que, sabidamente, esta estrutura não dá conta da totalidade e da riqueza das interações havidas entre as disciplinas, tendo a arquitetura como mediadora. As sínteses apresentadas pelos responsáveis pelos temas setoriais, profissionais selecionados entre os mais reconhecidos do país, buscam descrever a essência da contribuição de cada um, resultado da interação entre o conhecimento específico e dezenas de reuniões, discussões em campo e outras formas de diálogo interdisciplinar.

Os Capítulos 1 e 2, tratando da evolução histórica do conjunto arquitetônico e, em seguida, da formação do acervo do Museu Histórico e Diplomático, além de oferecerem uma compreensão da origem dos bens e de suas transformações, nos deixam outras duas referências fundamentais, que, mais uma vez, nos remetem à ideia de um fluxo de continuidade da experiência ao longo do tempo. A primeira, mais operacional, diz respeito à prática institucional do Itamaraty de registro sistemático dos fatos, incluindo telegramas, relatórios anuais, fotografias, relatórios de obras, tudo muito bem documentado, indexado e de fácil localização nos arquivos, configurando uma narrativa factual que faz o deleite de qualquer pesquisador e que raramente se encontra em outras instituições, nem mesmo nas dedicadas à memória.

A segunda referência é ainda mais relevante e acabou por oferecer um desafio permanente para as escolhas adotadas pelo atual projeto. Sem muito esforço, observa-se que a valorização da boa arquitetura, assim como uma abordagem integral das soluções formais, envolvendo arquitetura, elementos decorativos, obras de arte, mobiliário e paisagismo, foram práticas historicamente cultivadas pelo Itamaraty, buscando fazer de cada edifício uma espécie de “obra de arte total” – como preconizavam os românticos alemães no século 19 e, mais tarde, o próprio Movimento Moderno – cada uma ancorada ao tempo em que foi concebida.

Concretamente, esta afirmação se lastreia na seleção de arquitetos que marcaram a evolução da arquitetura no Brasil entre o final do século 19 e o início do 20: Jacinto Rebelo, escolhido antes da gestão do Itamaraty, mas cujo projeto foi assimilado e aperfeiçoado pelo Ministério; Tommaso Bezzi, contratado para o projeto do edifício administrativo, o Escritório de Representação no Rio de Janeiro – Ererio; Robert Prentice e Anton Floderer, contratados para a Biblioteca, e Joseph Gire, para a atualização e enriquecimento dos interiores do Palácio e da Biblioteca. Elementos decorativos, obras de arte e mobiliário foram tratados como parte de um mesmo objeto, motivando o envolvimento não só dos arquitetos, mas do próprio Ministério, que designava pessoal de seus quadros, até mesmo o célebre Barão do Rio Branco, para a busca de acervo, de materiais e de fornecedores entre os melhores do Brasil e do mundo.

O Capítulo 3, que trata da formação dos acervos do Arquivo, da Mapoteca e da Biblioteca, foi escrito pelos atuais gestores destes três setores, valendo-se do conhecimento acumulado, mas também daquele adquirido com seu recente envolvimento com o projeto. Além de desvendar os processos que levaram à reunião desse fabuloso e desconhecido acervo, o relato traz novamente os liames com o presente, ao descrever a contínua luta pela organização e preservação da documentação e mostrar a remota origem dos problemas, desafio que o atual projeto se propõe a solucionar.

Interação de valor inestimável foi aquela que se estabeleceu entres as equipes do Ererio e os arquitetos e consultores do Instituto Pedra, descrita, entre outros temas, no Capítulo 4. Nesse caso, mais uma vez, a memória e a experiência se colocaram como guardiãs do presente, ao demonstrarem que, à luz de tentativas anteriores, parciais ou inconclusas, seria inócuo tentar produzir soluções sem a participação comprometida dos detentores do bem tombado, sem contar com sua expertise quanto aos acervos e, ainda, que não os envolvessem na definição de parâmetros para a gestão futura dos bens. O grupo de servidores e consultores, responsável pela relação cotidiana entre o Ererio e o Instituto Pedra, é o autor deste capítulo, no qual talvez esteja a pedra de toque para que outras instituições também possam se organizar para enfrentar empreitadas semelhantes – especialmente aquelas que, assim como o Itamaraty, não têm a memória como seu principal objetivo institucional e, portanto, não dispõem de estruturas funcionais permanentes dedicadas ao tema. Nesse capítulo, é também realçada a cooperação de outras instituições públicas, notadamente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, na condição de responsável pelo tombamento do bem, mas cuja participação no projeto extrapolou o papel de fiscalizador, para contribuir com o aprimoramento e a consistência das soluções.

Os Capítulos 5 e 6, dedicados ao Diagnóstico e Projeto de intervenção, foram escritos por membros da equipe do Instituto Pedra, autor do projeto, tendo ainda a participação, motivada pela relevância que os aspectos ambientais da conservação assumiram no trabalho, da arquiteta consultora Cláudia Carvalho. Intercalado pelas contribuições disciplinares, o texto tem como fio condutor o método e as bases teóricas da intervenção, fundamentando as decisões projetuais à luz de aspectos técnicos, culturais e de usos dos edifícios, na expectativa de, mais do que oferecer uma edição celebrativa, contribuir com a crítica arquitetônica e com a apropriação da experiência no campo da preservação.

O rigor da edição, que traz à luz um acervo iconográfico riquíssimo e fontes bibliográficas e documentais precisas, é ponderado pelo ensaio fotográfico do fotógrafo Nelson Kon, que pode ser usufruído com certa autonomia em relação ao texto, levando o leitor a se embrenhar em uma ambiência cuja beleza é indissociável das marcas do tempo. O fotógrafo Américo Vermelho contribui com a visão aérea de um oásis, vegetal e volumétrico, que nos remete ao vínculo do nosso objeto com o centro da metrópole, com suas permanências e transitoriedades.

Ao final, algo brota insistentemente dos relatos e das soluções encontradas: a ideia de que a memória estará sempre atrelada à criação, articulando a continuidade, construindo um sentido de duração em que se percebe um contínuo movimento, indivisível, deixando de lado o tempo fragmentado do relógio.

parte 1

Um conjunto de valor excepcional



Palácio Itamaraty, jardim com espelho d'água e fachada posterior



Palácio Itamaraty, fachada principal, foto 1894

1.
ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*, p. 3.
2.
REDAÇÃO. Palácios cariocas. *Revista da Semana*, ano 40, n. 19, Rio de Janeiro, 15 abr. 1939, p. 17.
3.
Apud: ANTIGUIDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, María Dolores; AZNAR ALMAZÁN, Sagrario, p. 36. A citação parece derivar da seguinte passagem da Enciclopédia: “Se dit, d’apres Vitruve, pour exprimer l’habitude que l’on a de suivre un precepte, um auteur, ou un genre de bâtiment, felon l’usage du climat, du lieu, etc. C’est proprement de cette *acoutumance* ou habitude que se sont formées les regles du goût pour l’art de bâtir felon l’esprit de chaque nation, & que sont nées les architectures Italienne, Française, Moresque, Chinoise, etc.”. BLONDEL, Jacques-François. *Acoutumance* (verbetes).
4.
Cf. TELLES, Angela. *Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos*, p. 30.
5.
ANTIGUIDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, María Dolores; AZNAR ALMAZÁN, Sagrario. Op. cit., p. 24.
6.
Cf. TELLES, Angela. Op. cit., p. 38.

O Palácio Itamaraty como obra de arte

A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos.¹

Construído no império como residência particular, o Palácio Itamaraty assumiu, em 1889, a função de sede da Presidência da República e, de 1899 a 1970, abrigou o Ministério das Relações Exteriores.² As gestões como Ministro das Relações Exteriores do Barão do Rio Branco (1902-1912) e de Octávio Mangabeira (1926-1930) imprimiram as principais intervenções de adaptação e conservação do Palácio e foram responsáveis pela expansão de suas funções, agregando novas edificações à sede original e conformando o conjunto arquitetônico que chegou aos dias atuais.

A José Maria Jacinto Rebelo é atribuída a autoria do palácio cor-de-rosa em estilo neoclássico. Rebelo era discípulo de Grandjean de Montigny, o destacado integrante da Missão Artística de 1816 e autor de projetos na Europa e no Rio de Janeiro. O neoclassicismo desenvolvido na Europa, a partir de meados do século 18, é uma reinterpretação das fontes gregas e romanas. Grandjean de Montigny fez parte dos chamados arquitetos da liberdade, formados no período revolucionário, quando a missão da arte, percebida como veículo pedagógico e moralizante, passa a se propagar através do evangelho da Revolução Francesa. De acordo com a *Enciclopédia*: “A arquitetura pode influir nos costumes [...] os edifícios podem condicionar o modo de pensar dos homens”.³ Trata-se da expressão dos princípios das Luzes, que apareciam em Winckelmann, cujo entendimento era ser o ideal da arte *a nobre simplicidade e a grandeza serena*.⁴ Essa percepção vem da Itália, do Renascimento, e os franceses aceitaram a ideia de uma simplicidade natural, uma nobre simplicidade, chave para se compreender o verdadeiro homem, *verus homo*.⁵ A volta ao passado não significa um retorno, mas, sim, a conquista de um estado natural perfeito, impoluto, que se acreditava estar expresso na perfeição da obra de arte antiga. Afirmava-se que as construções particulares deveriam ser simples como a virtude; é aos monumentos que se deve dar magnificência.⁶



Acima, Palácio Itamaraty, fachada principal, foto c.1890

À direita, Palácio Itamaraty, jardim interno, foto 1966

7.
No original francês: “Cet habile maître parvint, par l’étude qu’il fit des monuments antiques, à ramener l’architecture à son véritable principe, à cette noble simplicité qui caractérise la plupart de ses ouvrages”. GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste Henri Victor; FAMIN, Augustin. *Architecture Toscane, ou palais, maisons, et autres édifices de la Toscane, mesures et dessinés*, p. 2.

8.
Cf. TELLES, Angela. Op. cit., p. 78-79.

9.
Em itálico no original francês: “*Plus on augmente la masse, et moins on doit multiplier les détails*”. GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste Henri Victor; FAMIN, Augustin. *Architecture Toscane, ou palais, maisons, et autres édifices de la Toscane, mesures et dessinés*, p. vi.

Grandjean de Montigny e Augustin Famin, no livro *Architecture Toscane* (*Arquitetura toscana*, 1815), ao analisarem o Palácio Pitti, mostram o mesmo entendimento ideal de arte de Winckelmann: “este hábil arquiteto [Filippo Brunelleschi] conseguiu, pelos estudos que fez dos monumentos antigos, reconduzir a arquitetura a seu verdadeiro princípio, a esta nobre simplicidade, que caracteriza a maior parte de suas obras”.⁷ *Arquitetura toscana* situa-se na linha de coleções de modelos de livros publicados por diferentes arquitetos franceses de fins do século 18 ao início do 19. Grandjean e seu parceiro reuniram em seu livro um grupo de objetos, de tipos de arquitetura que formam uma coleção de modelos. Esta seleção não é neutra, mas resulta de um juízo de valor. Uma coleção de tipos ideais, de protótipos que atendam à demanda por habitações, por edifícios de utilidade pública que façam parte da cidade. A relação entre a tipologia dos edifícios e as cidades era clara para os arquitetos daquele momento e conhecer os tipos concebidos pela antiguidade clássica uma condição indispensável para a prática da boa arquitetura.⁸

Na concepção do Palácio Itamaraty, Rebelo parece ter introjetado as lições do mestre francês. O arquiteto conseguiu transmitir, no prédio construído, a nobre simplicidade valorizada por Grandjean e Famin, e os aspectos essenciais da boa arquitetura: as proporções, a pureza dos perfis, a fineza dos acabamentos, bem como a atenção ao princípio defendido no *Arquitetura toscana*, de que “quanto mais aumentamos a massa, menos devemos multiplicar os detalhes”.⁹ A planta do Palácio Itamaraty foi norteadada pela simetria cara à racionalidade clássica, bem como pela preocupação com a iluminação, a circulação de ar, uma “escada bem colocada”. Na disposição interna do prédio, nota-se semelhança com plantas de palácios estudados por Grandjean no *Arquitetura toscana*, como é o caso da escadaria, no saguão de entrada, que parece ter tido como modelo a do Palácio Pitti, em Florença.





Palácio Itamaraty, átrio

10. IPHAN. Tombamento do Palácio Itamaraty. Processo n. 158-T-38. Livro Belas Artes, inscrição n. 22, folha 5, volume I, 20 jul. 1938.
11. BARROSO, Gustavo, *História do Palácio Itamaraty*, p. 26. Segundo Barroso, descendentes da família Itamaraty afirmaram que a planta do palacete e o desenho dos jardins foram de dois arquitetos franceses.
12. DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Moralles de los. *O ensino artístico: subsídios para a sua história*, p. 230.
13. LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e obra do Conselheiro Mayrink*. O livro é complementado por uma genealogia da família.

De residência privada a prédio público

Na rua Larga de São Joaquim – atual avenida Marechal Floriano –, números 158 a 166, entre os anos de 1849 a 1854, Francisco José da Rocha Leão, o barão de Itamaraty, mandou construir o palacete da família. Havia adquirido o extenso terreno em 1849 e, após a demolição de algumas casas no local, deu início à construção do palacete sob a responsabilidade do mestre de obras português José Luiz, segundo consta do processo de tombamento do Palácio, de 1938:

A construção teria sido encetada pela parte traseira, no jardim. Estando a chegar à frente, surgiu a dificuldade de deixar a casa afastada da rua, como previsto no plano original. A esta altura foram entregues as obras ao arquiteto brasileiro José Maria Jacinto Rebelo, que se viu obrigado a levantar a fachada no alinhamento do passeio.¹⁰

Apesar de não haver planta em que conste a assinatura do autor, há fortes indícios de que o projeto do Palácio Itamaraty deva ser creditado a José Maria Jacinto Rebelo,¹¹ natural do Rio de Janeiro (1821-1872), major do Corpo de Engenheiros, professor da Escola Central e da Academia de Belas Artes.¹² Rebelo se destacou ao participar de projetos arquitetônicos importantes em seu tempo. Foi o responsável, dentre outros, pelo pórtico do prédio da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, autor do pórtico monumental do Cemitério do Caju e um dos construtores do Palácio Imperial de Petrópolis, junto com Joaquim Cândido Gui-lhobel.¹³ Ao analisarmos os desenhos do Hospício (1853) e do Palácio Imperial de Petrópolis (1854), cujo projeto e administração estavam sob sua responsabilidade,¹⁴ identificam-se semelhanças com o Palácio do Itamaraty (1854).

O palacete ficou pronto no final de 1854, quando o barão de Itamaraty já havia falecido. A expressão palacete, como referência à casa da nobreza, é um indício de sua transformação, de lugar íntimo e familiar, para espaço de receber, de sociabilidade, de presença social.¹⁵ No Brasil, o termo palacete e a tipologia de casa a ele associada remetem a uma elite de comerciantes, fazendeiros e de altos quadros do governo imperial, cujo reconhecimento social foi conquistado por meio dos títulos de nobreza advindos do seu enriquecimento.



Palácio Itamaraty, átrio

14. Arquivo Nacional. Fundo Casa Real e Imperial, caixa 14, pacote 4, doc.135 a 142, dez. 1854.
15. Ver: CARITA, Helder. O palacete Ramalhete, nas janelas verdes: uma tipologia de palacete pombalino. Do autor, ver também: CARITA, Helder. Paço, solar, palácio e palacete: nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao século 19.
16. Arquivo Nacional. Inventário do Conde de Itamaraty, código do fundo ZM – Juízo de Órfãos, n. 1.149 – Maço 66. Rio de Janeiro, 10 nov. 1883.
17. Idem. No inventário, Manoel assinou diversos recibos de quantias destinadas as obras de conservação das casas da rua São Francisco Xavier, n. 54. Os números que se referem ao palácio Itamaraty não são mencionados neste documento, aparecendo somente em uma cobrança de impostos referente ao ano de 1882 e 1883 referente ao n. 156 da rua Larga de São Joaquim.
18. REDAÇÃO. Os acontecimentos de ontem. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1889, p. 1.

Pouco se sabe sobre a história da família Itamaraty, exceto pelas informações veiculadas nas crônicas dos jornais e revistas da época. A tradição oral perpetua que Francisco José da Rocha tornou-se o segundo Barão de Itamaraty em 1854, Visconde em 1872 e Conde em 1883, ano em que faleceu. Até então, a imprensa mencionava fatos que indicam proximidade entre a família Itamaraty e a família imperial, que era recebida como hóspede no palacete da família no Alto da Boa Vista, ou se utilizava do palacete para recepções, como foi o baile 10 de julho de 1870, em comemoração do fim da Guerra no Paraguai, oferecido ao conde D’Eu pelo corpo de oficiais da Guarda Nacional, da qual o barão de Itamaraty também era integrante.

Embora elegante e confortável, é provável que o palacete nunca tenha servido de residência para a família que o construiu. No inventário do conde de Itamaraty,¹⁶ há descrições de despesas com reformas, materiais e mestre de obras para o palacete da Tijuca, enquanto que para o palacete da rua Larga foram encontradas apenas as folhas de pagamento do caseiro, Manoel Vieira Faria.¹⁷

No final da década de 1880, o país presenciou transições importantes no cenário sociopolítico, econômico e cultural: a Lei Áurea (1888), que pôs fim a escravidão, e o advento da República, tendo Deodoro da Fonseca como primeiro presidente do novo regime, instaurado a 15 de novembro de 1889. Conflito entre o Marechal Deodoro e o barão do Ladário, ocorrido na rua Marechal Floriano, nas proximidades do Palácio, fez do prédio notícia de jornais:

Nessa ocasião regressava ao quartel o sr. Barão do Ladário, que foi intimado, pelo oficial comandante da escolta do sr. Marechal Deodoro, para entregar-se preso. O sr. Barão do Ladário, recusando ceder à intimação, tirou do bolso um revólver que apontou, mas que, segundo nos informam, negou fogo. Foram dados então alguns tiros que produziram no sr. Barão do Ladário quatro ferimentos. Do lugar onde caíra ferido foi o sr. Barão do Ladário conduzido para o palacete de Itamaraty, na rua Larga de S. Joaquim, onde compareceram os doutores João Cancio e Rego Cesar, que lhe prestaram os primeiros socorros.¹⁸



Palácio Itamaraty, festejo por ocasião da posse do presidente Prudente de Moraes, 15/11/1894



Acima, J. Boas, gravura do Marechal Floriano Peixoto, 1889-1899
 Abaixo, Modesto Brocos, gravura do Marechal Deodoro da Fonseca, c.1902

19. “O governo provisório trata de fazer aquisição de um palacete para o marechal Deodoro. Diz-se que será escolhido o da marquesa de Itamaraty”. REDAÇÃO. Notícias diversas. *O Pharol*, Juiz de Fora, 29 nov. 1889, p. 1.

20. REDAÇÃO. O baile. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1890, p. 1; REDAÇÃO. A semana passada. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1890, p. 1.

21. REDAÇÃO. O Palácio Itamaraty. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1890, p. 2.

22. Na mudança de uso, de residência para sede do governo, o prédio se torna conhecido na imprensa e na sociedade por Palácio Itamaraty.

23. “Reúne-se hoje, no Palácio Itamaraty, todo o ministério, sob a presidência do sr. Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, para a primeira discussão do projeto da constituição da república”. REDAÇÃO. Constituição. *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1890, p. 1.

24. REDAÇÃO. Notícias diversas. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, 25 mar.1897, p. 2.

25. Arquivo Histórico do Itamaraty. Planta geral do Palácio do Governo, Major d’Engenheiros e Nicolas Alexandre Muniz Freire, ref. n. 589b. Rio de Janeiro, 16 jan.1893.

Em 1890, com a instauração do regime republicano, o palacete foi vendido pela viúva do Conde de Itamaraty ao governo provisório.¹⁹ Na escritura de compra, o prédio e o terreno foram descritos em pormenores, possibilitando visualizar o mobiliário dos ambientes internos do palacete.

Em 5 de agosto desse mesmo ano, o Palácio Itamaraty abriu as portas para o baile em comemoração ao aniversário do marechal Deodoro da Fonseca²⁰ e os jornais descreveram pormenores da festa: “os trabalhos de decoração são dirigidos pelo engenheiro doutor Del Vecchio, e a instalação da luz elétrica é fornecida pela casa ‘Rei dos Mágicos’, estando ocupados nestes trabalho os conhecidos artistas sr. Pierre e o gerente da casa sr. Belmiro V. da Silva”.²¹ Alguns meses depois, outra festa, de maior vulto, comemorou o primeiro ano da República, data que continuou sendo celebrada na sede do governo.

Entre dezembro de 1889 a 1897, governaram, a partir do Palácio Itamaraty,²² os presidentes Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894) e Prudente de Moraes (1894-1898). Neste período, o palácio foi palco de importantes acontecimentos políticos, com a discussão do projeto da constituição da república.²³ O presidente Prudente de Moraes residiu no Itamaraty até a compra do palácio do barão de Nova Friburgo, o Palácio do Catete, para onde foi transferida a residência presidencial em 1897, quando só então “ficou definitivamente resolvida a mudança de Secretaria das Relações Exteriores para o Palácio Itamaraty”.²⁴

As transformações ocorridas para adaptar o prédio à função pública estão registradas na planta baixa, intitulada Palácio do Governo, desenhada pelo major engenheiro Nicolau Alexandre Moniz Freire.²⁵

26. REDAÇÃO. O Barão. *Fon-Fon*. Suplemento especial sobre Rio Branco. Rio de Janeiro, 15 fev. 1912, p. 10.

27. Ver: BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Anexo 1 – Bolívia. In *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903*, p. 4-28.

28. LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia pessoal e história política*, p. 320.

29. FRANCO, Alvaro da Costa; RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos). Artigos anônimos e pseudônimos do Barão do Rio Branco.

30. O Arquivo Histórico do Itamaraty, instalado nas dependências do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, não acerva novos documentos desde a década de 1950. Desde então esse papel cabe ao Arquivo do Itamaraty, em Brasília.

31. Ver: KNAUSS, Paulo (Org.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*.

32. TELLES, Angela. Caricaturas e *charges* da coleção de recortes de jornais do Barão do Rio Branco.

O Barão do Rio Branco, o Rio de Janeiro e o Palácio Itamaraty

Ninguém o conhecia senão por Barão. À simples enunciação das palavras – O Barão – já todo mundo sabia que se tratava de Rio Branco. O Barão era ele, exclusivamente ele. O povo o chamava numa espécie de apelido familiar e carinhoso e sempre que tinha ocasião de homenageá-lo, de aplaudi-lo, jamais dispensava, nas suas efusões a referência do seu título de nobreza.

Fon-Fon, 1912²⁶

José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, chegou ao Rio de Janeiro em fins de 1902, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no governo de Rodrigues Alves. Por ter resolvido as questões das Missões (1895) e do Amapá (1900), teve recepção calorosa, percebido como aquele que iria solucionar a difícil questão do Acre, região então conflagrada.²⁷ Como observa Álvaro Lins, “sendo uma figura tão nitidamente aristocrática – conseguiu Rio Branco ser amado pelo povo como talvez nenhum outro homem de Estado no Brasil. Representa o caso raro de um diplomata que se tornou popular”.²⁸ Tal situação era explorada pelos cartunistas de jornais e revistas, exploração bem-humorada que retroalimentava sua popularidade.

O Barão cooperou com os principais jornais do Rio de Janeiro. Havia sido redator do jornal *A Nação*, no Império, no qual defendia o gabinete de seu pai (1871-1875), o visconde do Rio Branco. Soube, durante a sua gestão no Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), aproveitar dessa prática para informar e conquistar o apoio da opinião pública para sua política exterior.²⁹ Seu apreço pela imprensa está documentado na sua *Coleção de Recortes de Jornais*, conservada no Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI,³⁰ composta por 147 volumes, reunindo matérias escritas, *charges*, caricaturas e alegorias. Recebeu, ao longo de sua gestão, apaixonada assistência de caricaturistas que trabalhavam nas inúmeras revistas ilustradas publicadas no Rio de Janeiro.³¹ Entre as mais de quinhentas charges, caricaturas e alegorias que integram a coleção, percebe-se que “a seleção feita pelo Barão do Rio Branco não é neutra, e sim resultado de um juízo de valor, cujo objetivo talvez fosse contribuir com o constructo de sua imagem e de sua gestão”.³² As caricaturas traduziam o debate social e político daquele momento, participando ativamente do processo de invenção da nacionalidade.



Encontro sobre a Questão da Missões, antiga Travessa São Francisco, atual rua Ramalho Ortigão, centro, Rio de Janeiro, foto c.1895



Carros do Corpo de Bombeiros, Praça da República (Campo de Santana), Rio de Janeiro, foto c.1890



Docas e mercado da Praia do Peixe, Praça XV de Novembro, centro, Rio de Janeiro, foto c.1890

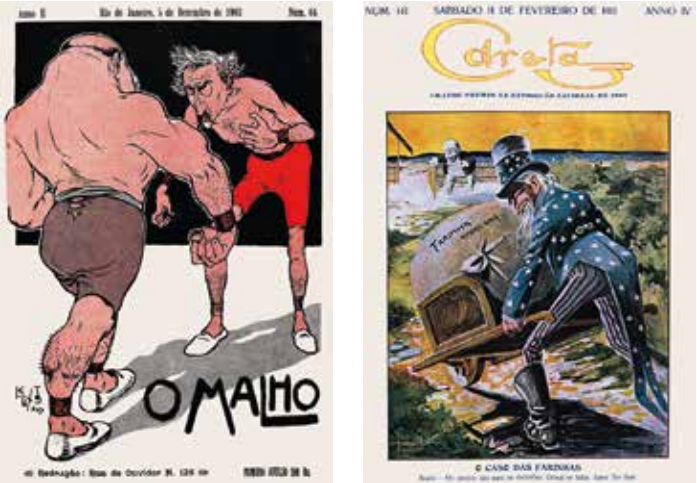
Augusto Rocha, desenho para capa da revista *Tagarela*, 1904

J.R. Lobão, desenho para capa da revista *O Malho*, 1908

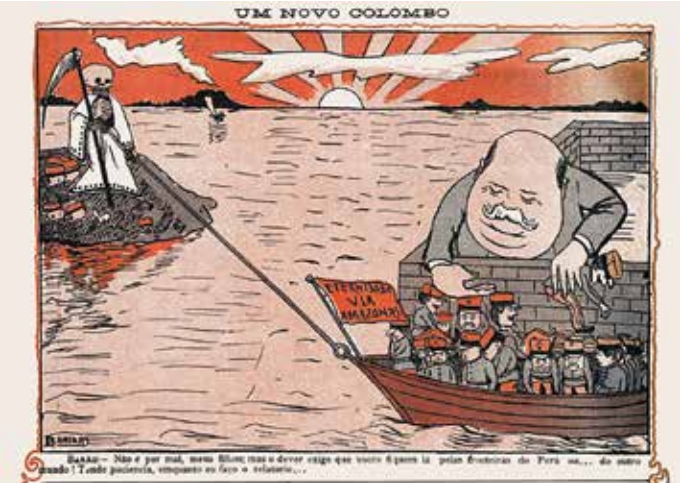


K.Lixto, desenho para capa da revista *O Malho*, 1903

J.Carlos, desenho para capa da revista *Careta*, 1911



Leônidas Freire, desenho para revista *O Malho*, 1904



33. CÂNDIDO, Alfredo. Amende honorable. *A Larva*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1904.
34. RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais, p. 91.
35. Idem, ibidem, p. 87.
36. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, 1989, p. 36.

Rio Branco, ao dedicar-se às questões de limites, finalizava o desenho da nação que a geração de seu pai havia iniciado no Segundo Reinado. A percepção era guiada pela ideia de que, delimitando-se as fronteiras, delimitava-se, ao mesmo tempo, a nacionalidade. Tal aspecto não passou despercebido aos caricaturistas, como na alegoria estampada na revista *A Larva*,³³ mostrando, em livro aberto em página da história do Brasil, de onde saltam figuras representativas das questões do Amapá, das Missões, do Acre, homenageando, em pedestal, a figura do Barão. Nas palavras de Ricupero, “a ele se deve essencialmente o mérito de haver complementado os componentes internos da *ideia de Brasil*, da identidade nacional, com a dimensão externa essencial que lhe faltava ou substituindo a incipiente dimensão do antagonismo herdado da colônia por conteúdo construtivo de colaboração, não de conflito”.³⁴

Trata-se de obra que se assenta em alguns elementos fundamentais. O primeiro é a ideologia básica que ele compartilhava com todos os homens de Estado do Segundo Reinado, a ideologia do liberalismo jurídico, assimilada no curso de direito. Em sua dimensão internacional, tal ideologia se expressa no culto ao direito como o valor organizador e definidor da diplomacia e da política externa.³⁵

Durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), ocorreram as reformas urbanas implementadas no Rio pelo prefeito Pereira Passos, cujo objetivo era mostrar a imagem de um país modernizado, com uma capital nos moldes das europeias, com largas avenidas e paisagismo cuidadoso, uma Paris tropical.

O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio.³⁶



K.Lixto, desenho para revista *Avança*, 1904



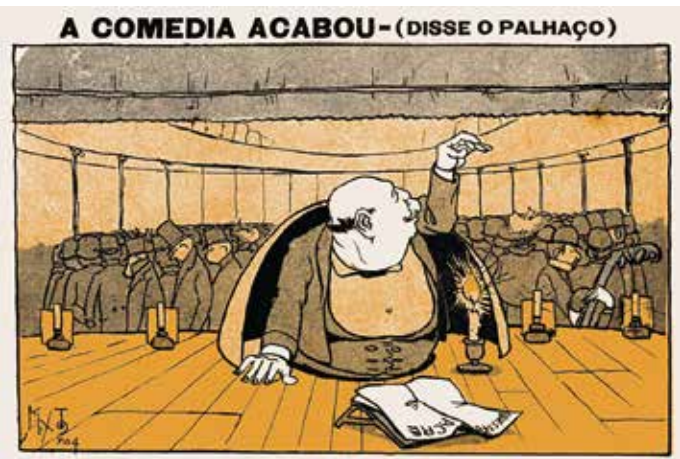
Raul Paranhos Pederneiras, desenho para revista *Fon-Fon*, 1907

Alfredo Cândido, desenho “Amende honorable” para revista *A Larva*, 1904



K.Lixto, desenho para revista *O Degas*, 1908

À direita, K.Lixto, desenho para revista *O Malho*, 1904





Acima, Entrada da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, foto c.1890

À direita, acima, Avenida Central, atual avenida Rio Branco, na altura da rua do Ouvidor com rua Miguel Couto, Rio de Janeiro, foto c.1906

À direita, abaixo, Praça XV de Novembro, com Igreja de São José à direita, Rio de Janeiro, foto c.1895



37. Idem, ibidem, p. 93.
38. MACIEIRA, Ricardo. O Barão do Rio Branco e a alma carioca.
39. LINS, Álvaro. Op cit., p. 506.

Nas palavras de Sevcenko, pelo menos na sua fase inaugural, a história da Primeira República foi indissociável da história da cidade do Rio de Janeiro.³⁷ Centro político e econômico do país, o Rio era o cenário de representação nacional e o Barão destacava-se como ator importante na difusão da imagem positiva da cidade. Como observa Macieira, “apesar de ter vivido vinte e tantos anos no exterior e tendo conquistado, por seus feitos diplomáticos, reconhecimento e estatura nacional, o Barão do Rio Branco foi uma personalidade plenamente identificada à sua cidade”.³⁸

Rio Branco soube explorar a imagem do país e se valer do Rio como cenário, quando das recepções de estadistas e congressistas estrangeiros. A avenida Beira-mar, com o Pão de Açúcar dominando ao fundo, foi cena muito apreciada, símbolo da cidade e da nacionalidade. O papel do Rio e do Palácio Itamaraty como sala de visitas do país exigiram remodelar o edifício e adequá-lo às novas exigências de organização administrativa. Nas palavras do Barão:

Há muito a fazer ali [no Itamaraty]: é preciso aumentar o pessoal; dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um consultor jurídico e bons diretores de seção, como tínhamos antigamente [...], organizar um gabinete do ministro, restabelecer a seção do arquivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, porque esse é o arsenal em que o ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma biblioteca e uma seção geográfica na Direção do Arquivo, como em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.³⁹

Seu programa de reforma administrativa foi muito além, considerado por Ricupero como a reinvenção do Itamaraty e da política externa brasileira.

Além de grande modernizador do instrumento, ele será igualmente um modernizador notável do conteúdo da política externa. Paranhos foi, ao mesmo tempo, modernizador em outro sentido mencionado por Gilberto Freyre, ao falar a respeito da ‘idealização do Itamaraty dirigido pelo Barão do Rio Branco, como órgão supremo da irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral’, de um ‘Itamaraty que foi também, no Brasil dos dias do Barão, uma espécie de Ministério, como o da Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio

40. RICUPERO, Rubens. Op. cit., p. 84.
41. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1540 – Maço 33.710 – Obras no Palácio Itamaraty. Reparos em geral, orçamentos, pagamentos etc. Rio de Janeiro, 8 fev. 1906; Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 201 – Maço 3.491 – Obras no edifício do Itamaraty. Ação proposta contra a Fazenda Nacional pela viúva do engenheiro Bezzi para cobrança de obras realizadas no MRE.
42. Catálogo de Plantas e Desenhos Técnicos do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (1920 a 1950). Na descrição das plantas de arquitetura, após a reforma de 1930, encontramos também a identificação deste prédio com os títulos “Ala Direita” e “Ala Esquerda”.
43. No Arquivo Histórico do Itamaraty há diversas pastas com orçamentos e notas fiscais de materiais e serviços assinados pelo Barão do Rio Branco autorizando as obras. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1540 – Maço 33.710 – Obras no Palácio Itamaraty. Reparos em geral, orçamentos, pagamentos etc. Rio de Janeiro, 8 fev. 1906.
44. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. A rapariga que fez 25 anos.

de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável’ pelo que hoje chamaríamos de boa imagem do Brasil. Em complementação ao trabalho na área das relações exteriores, sua contribuição estendeu-se à modernização da Armada e também do Exército.⁴⁰

No Palácio, o Barão renovou todas alfaias, encomendou cortinas, tapetes e móveis da França;⁴¹ mandou retirar as esculturas de mármore do coroamento da platibanda e introduzir luminárias junto ao brasão da República, conferindo novo aspecto e funcionalidade ao prédio.
Segundo planta de 1893, as Cavalariças,⁴² prédio ao lado esquerdo do Palácio, comportavam, além de cavaliças e cocheiras, cômodos com funções diferenciadas. O Barão mandou acrescentar uma extensa varanda ao longo de sua fachada e alocou, no prédio, o arquivo da Secretaria.⁴³ Entre os anos de 1902 a 1904, promoveu aumento considerável de funcionários, reajustou salários e criou novos cargos para a Secretaria das Relações Exteriores.

Entre as reformas no Palácio, empreendidas por ocasião da III Conferência Pan-americana (1906), destacam-se a Biblioteca, construída aos fundos e demolida no final da década de 1920, assim como as pinturas encomendadas ao artista Rodolpho Amoedo para decorar as paredes da galeria da escadaria nobre do palácio.

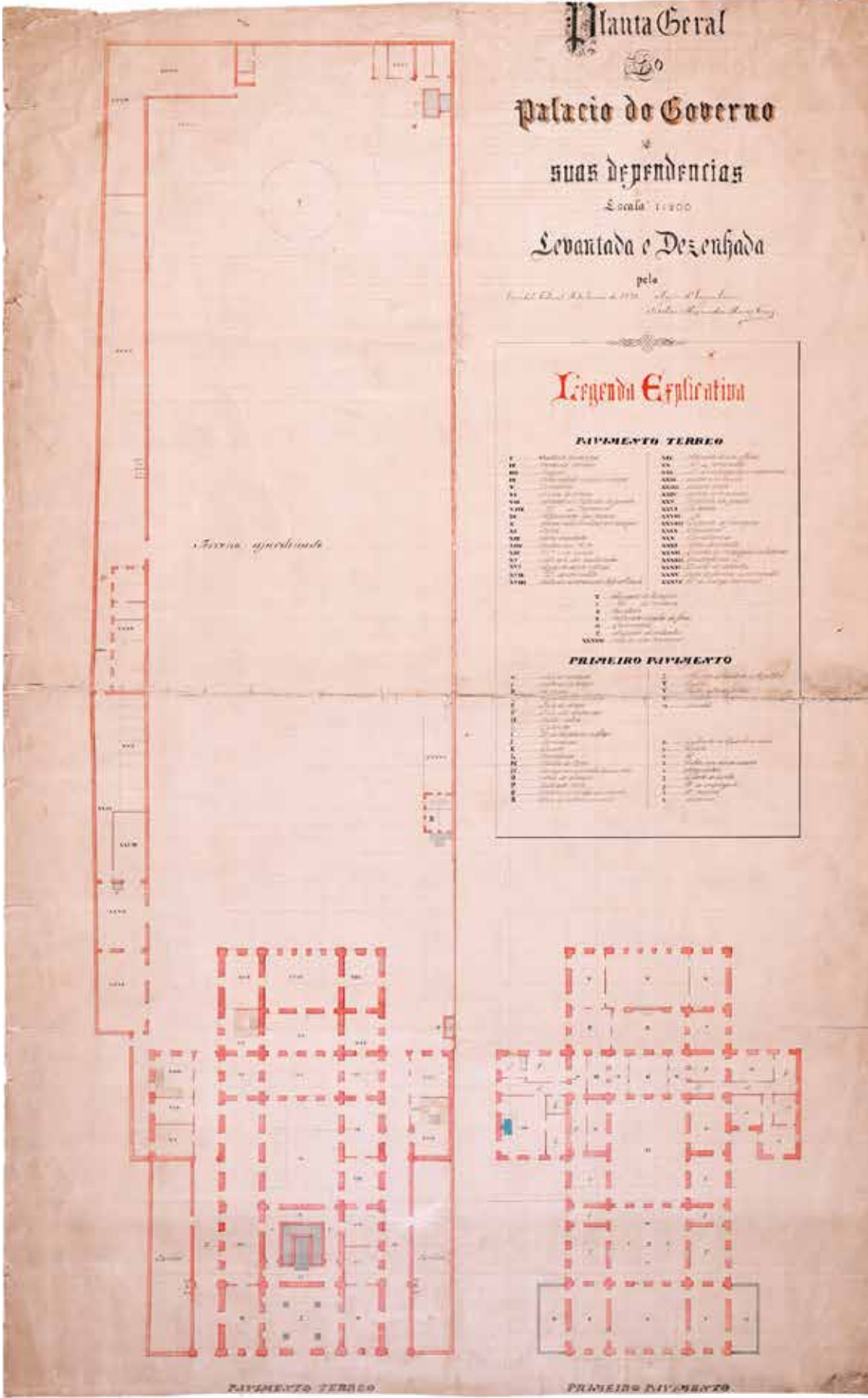
Sobre o prédio da Biblioteca, sabe-se que um dos objetivos era o de bem impressionar os convidados da III Conferência, como demonstra o curioso episódio vivenciado pelo engenheiro Paulo de Frontin – responsável pelas obras da avenida Central –, narrado por Albuquerque de Medeiros na *Revista da Semana*:

Certa vez, eu trabalhava nessa época com Pereira Passos, este recebeu de barão do Rio Branco um grande pedido de telhas velhas. Como se faziam então muitas demolições, nada havia de mais fácil. Mas para que podia o barão querer telhas velhas? Encarregado por Pereira Passos de levar-lhe a mais afirmativa das respostas, perguntei-lhe a razão do pedido e ele me explicou: porque se estava construindo no Itamaraty uma ala para a Biblioteca. Ora, nessa ocasião, esperava-se a visita de certos estrangeiros ilustres e Rio Branco não queria que percebessem que só então o Itamaraty começara a ter uma biblioteca.⁴⁴



Antiga Biblioteca, prédio construído em 1906 e demolido no final dos anos 1920

Palácio do Governo, plantas, desenho do Major Engenheiro Nicolau Alexandre Muniz Freire, 16/01/1893





45. ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Apresentação. Na ocasião o embaixador João Hermes Pereira de Araújo era diretor do MHD.
46. Percepção de Debret na introdução do seu livro sobre o Brasil: “Deixamos a França, nossa pátria comum, para ir estudar uma natureza inédita e imprimir, nesse mundo novo, as marcas profundas e úteis, espero-o, da presença de artistas franceses”. DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, p. 17.
47. CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. O Barão do Rio Branco, arquitetura e urbanismo no Brasil.
48. RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos). Le Beaux-Arts, p. 61.

Quanto às pinturas de Amoedo, o embaixador João Hermes Pereira de Araújo as descreve como:

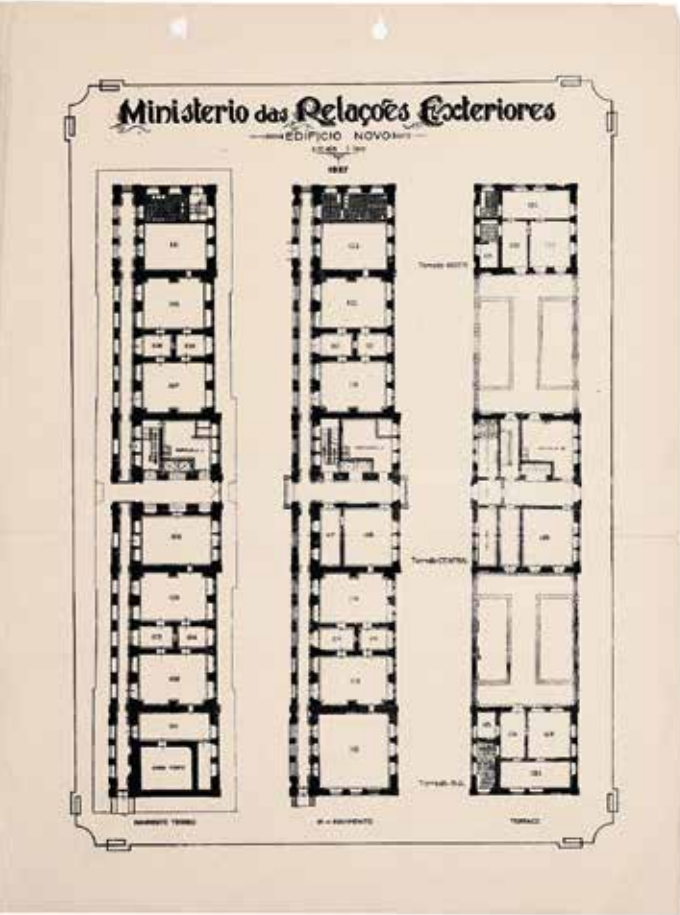
verdadeiros camafeus murais com cartuchos que celebram as principais datas da história do Brasil. Dedicado estudioso da história pátria, Rio Branco certamente teve a intenção de celebrar algumas passagens marcantes da Colônia, Império e República brasileiros e também lembrar aos visitantes que, entre as quatro paredes do Itamaraty, novas páginas da história foram e estavam sendo escritas.⁴⁵

Estas datas, em algarismos romanos, representam uma dada concepção histórica do Brasil, da Colônia à República, ao mesmo tempo em que as características da pintura transmitem a imagem de um Brasil afinado com a verdadeira arte – a clássica europeia⁴⁶ – executada pelo brasileiro Amoedo, demonstrando aos estrangeiros que nossos artistas poderiam rivalizar com seus pares europeus.

Segundo Carvalho, não faltavam ao Barão elementos de julgamento sobre as artes e o urbanismo das principais metrópoles industriais *fin-de-siècle*.⁴⁷ Em *Le Brésil*, livro editado por ocasião da Exposição Universal de Paris, ele tece comentários sobre arte e arquitetura nas cidades brasileiras, em especial no Rio, e sobre a necessidade de dotá-las de prédios com estilo, tais como a Escola de Belas Artes, os hospitais da Misericórdia e Dom Pedro II, o castelo da Boa Vista, os bancos do Brasil e Comercial, a Biblioteca Portuguesa, o palácio Nova Friburgo, a caserna dos aduaneiros (Posto Fiscal) no Rio, as igrejas da Boa Vista e da Penha em Pernambuco, o palácio do Ipiranga, perto de São Paulo.⁴⁸

Nesta perspectiva, Rio Branco contratou o arquiteto e engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi (1908-1913), para projetar o “Edifício Novo”, conforme ficou conhecido na época, destinado à administração. Bezzi foi um arquiteto destacado em seu tempo, autor de projetos importantes como o prédio do Museu do Ipiranga (São Paulo, 1905) e o do Club Naval (Rio de Janeiro, 1910).

Do lado esquerdo, em edifício de três pavimentos, mandado construir pelo barão do Rio Branco, em estilo neoclássico, segundo a planta do engenheiro Tommaso Bezzi onde funciona o serviço do Ministério das Relações Exteriores. Como o prédio fronteiro, acha-se



Edifício Novo do Ministério das Relações Exteriores, plantas e foto da fachada, arquiteto Tommaso Bezzi

49. BARROSO, Gustavo. Op. cit., p. 75.
50. LINS, Álvaro. Op cit., p. 319. A citação de Lins entre aspas – a transcrição correta é “com a sua estranha e majestosa gentileza, recorda-me uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada” – foi recortada de: VENÂNCIO FILHO, Francisco. Euclides da Cunha a seus amigos. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 188.
51. RIBEIRO, Maria Isabel Branco. As artes plásticas no tempo do Barão do Rio Branco, p. 63.

ligado no primeiro andar ao grande terraço do palácio por um passadiço ornado de estátuas. Ao fundo do jardim, ficava antigamente o picadeiro. Ergueu-se por volta de 1905, em seu lugar, um pavilhão destinado ao Arquivo e a Biblioteca. Demoliram-se, de 1927 a 1930, para se construir o magnífico edifício atual do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca.⁴⁹

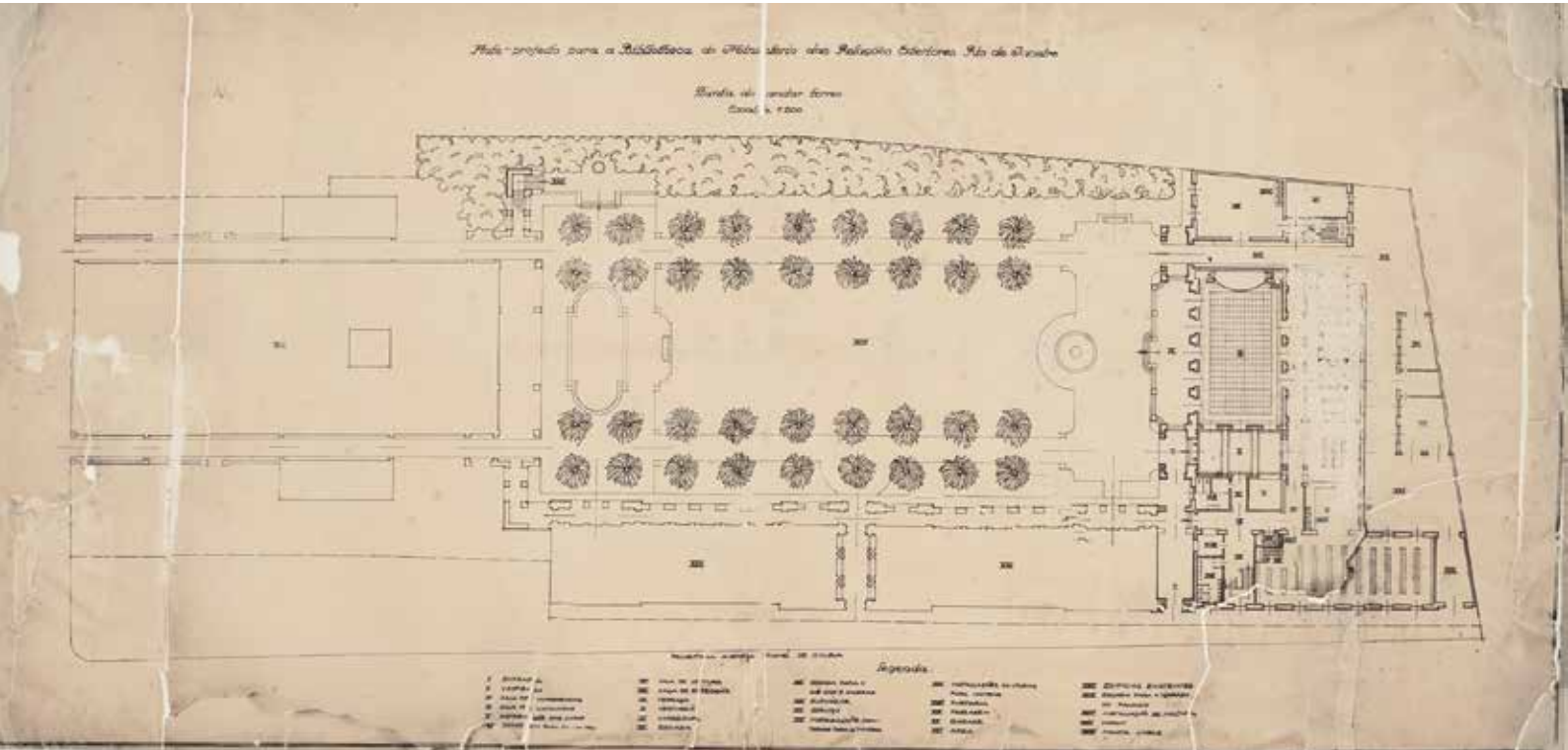
Como bem observou Álvaro Lins, duas faces de Rio Branco, a do homem e a do personagem, estão representadas no espaço do Itamaraty. A do homem no seu ambiente privado, representado por seu Gabinete de trabalho e dormitório, de decoração quase franciscana, austera, dando a ver a figura de homem estudioso, intelectual, mergulhado em livros e documentos espalhados sobre as mesas. Além desse ambiente, havia um outro mundo, o do personagem público, representante máximo da política externa brasileira, que havia decorado as salas do Palácio Itamaraty como um palco, em que a peça da política exterior brasileira era representada. Nas palavras de Álvaro Lins:

O Itamaraty, para ele, era a sala de visitas do país, e devia por isso encantar os estrangeiros pelo brilho, pela elegância e pela civilização. As festas e recepções do Itamaraty lembravam o esplendor das grandes cortes europeias. Parecia a Euclides da Cunha que o Barão “com a sua estranha e majestosa gentileza recordava uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada”.⁵⁰

Seu período como cônsul do Brasil na Inglaterra e suas participações em mostras internacionais (entre 1876 e 1893) lhe trouxeram “estabilidade material e tempo disponível necessários para consolidar suas pesquisas como historiador. O acesso a arquivos e bibliotecas, bem como a ampliação de sua rede de contatos, definiram seu perfil como colecionador de documentos sobre a história e geografia do Brasil”.⁵¹

O Barão é fruto de seu tempo e cria sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos no Ministério das Relações Exteriores. Não por acaso, o espaço ficou conhecido como a Casa de Rio Branco e o nome Itamaraty ficou vinculado à carreira diplomática, separando-se da família que lhe deu origem.

Biblioteca, anteprojeto, planta andar térreo, arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer



Anton Floderer, desenho da antiga biblioteca

Anton Floderer, documento de imigração emitido pelo Consulado do Brasil em Viena, Áustria, 29/10/1947



52 MANGABEIRA, Otávio. G/3 Coordenação Serviços Comerciais Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 9 dez. 1927. Anexo de AHI 317/02/12. Circular n. 165, de 12/12/1927. Remete cópia despacho G/3 às embaixadas, legações e consulados do Brasil, p. 165.

53. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 201 – Maço 3.491. Rio de Janeiro, 1 fev. 1927. Lançamento do edital para construção do prédio novo, anexo ao Palácio Itamaraty, no *Diário Oficial*, n. 4235. 54. Ver: VIANNA NETO, Liszt. A arquitetura de Anton Benjamin Floderer: um discípulo de Otto Wagner no Brasil. 55. BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Anexo A, n. 25 A – Laudo do júri. In BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1927, p. 212 (ambas as citações). Documento assinado por Nereu de Sampaio, Oliveira Passos e Maurício Nabuco.

A Reforma Mangabeira e a construção do prédio da Biblioteca, Arquivo e Mapoteca

O prédio da Biblioteca, Arquivo e Mapoteca do Itamaraty e a remodelação de todo o conjunto arquitetônico foram obras da gestão do ministro das Relações Exteriores de Washington Luís (1926-1930), Octávio Mangabeira. Fazem parte de um programa de reformas organizacionais e administrativas idealizado por Mangabeira, cuja preocupação era dar agilidade aos serviços diplomáticos e contribuir com a construção de “aparelho, com que deva contar o país, para instruir-se e orientar-se a respeito do que afete a três grandes problemas que tanto se hão de ligar à nossa evolução nacional: o comércio exterior, o crédito externo, a imigração”.⁵²

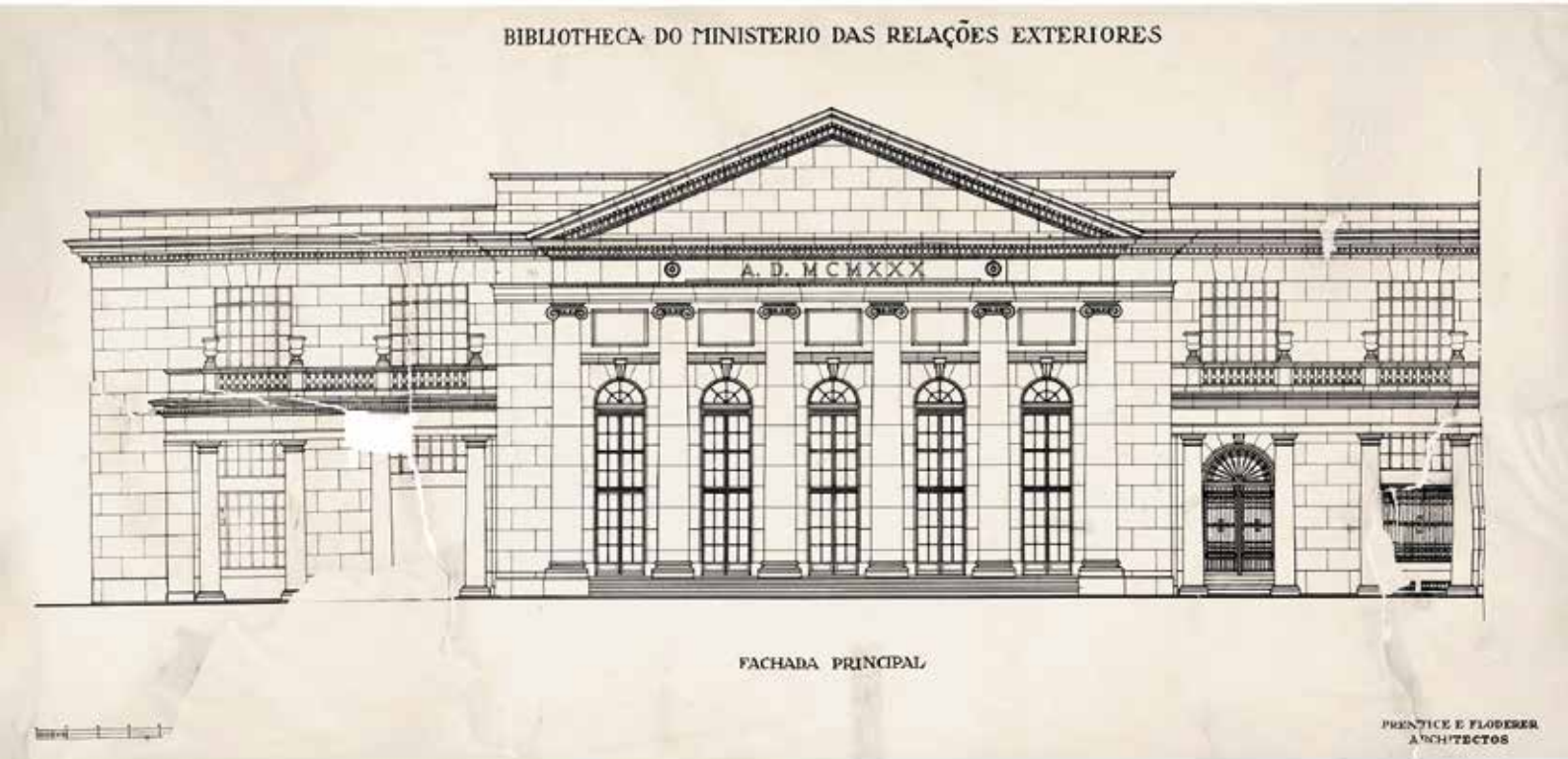
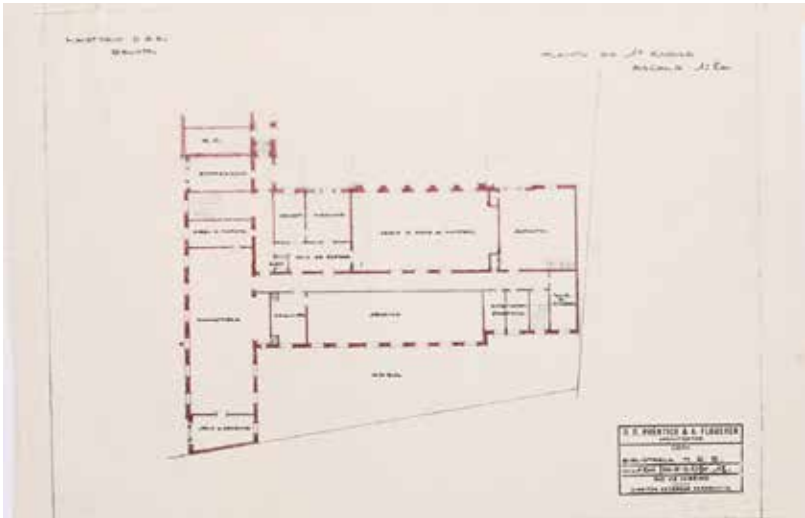
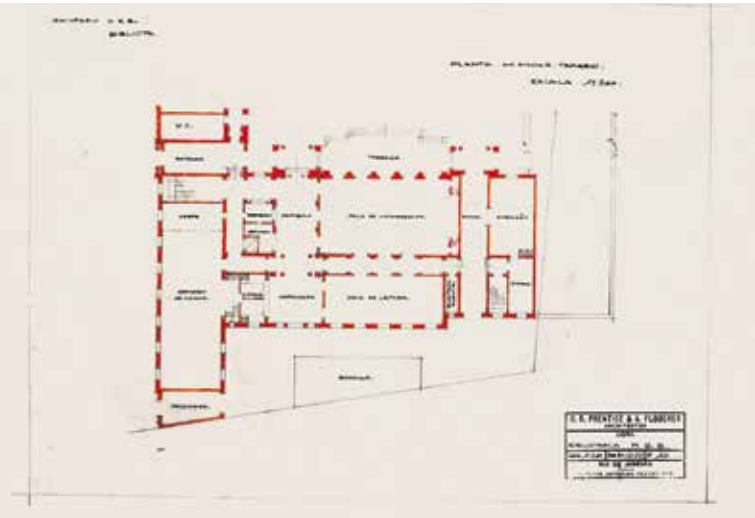
Para a execução do prédio da Biblioteca, foi realizado concurso público, organizado, a pedido do Itamaraty, pelo Instituto Central dos Arquitetos do Brasil.⁵³ O júri foi confiado a dois arquitetos – Nereu Sampaio, presidente do Instituto Central dos Arquitetos, e Francisco de Oliveira Passos – e ao diplomata Mauricio Nabuco. Oito projetos participaram do concurso, que ficou aberto até o dia 12 de dezembro de 1927, tendo como vencedora a proposta dos arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer. Estudos recentes começam a apontar esses dois arquitetos como introdutores de correntes do modernismo no Brasil,⁵⁴ a ver pela relevância de seus projetos que antecedem o movimento moderno.

Robert Russel Prentice nasceu em Fife, na Escócia, em 1883, e faleceu em 1960. Estudou na Highgate Scholl e na *École* des Beaux Arts de Paris, atuou em Londres e em Buenos Aires, onde construiu o Edifício Houlder, prédio comercial no centro da capital, e a estação central de Córdoba. Na década de 1920, abriu escritório no Rio de Janeiro e associou-se a Anton Floderer, que havia emigrado para o Brasil em 1923. Destacam-se, dessa associação, além do prédio da Biblioteca do Itamaraty, os projetos da Estrada de Ferro Leopoldina, no Rio, do Banco Econômico da Bahia (1926) e da firma Manuel Joaquim Carvalho e Cia. (1927), em Salvador, e o do British Bank of South America (1928), em São Paulo. A associação com Floderer foi desfeita em setembro de 1930. A partir de então, associou-se ao arquiteto escocês Adalberto Slizard, projetando, dentre outros, o Cine Metro Passeio e os edifícios da Esso, Nilomex, Castelo e Raldia, no Rio, e, em São Paulo, o cinema Metro. No Rio de Janeiro, é também de Prentice a então sede da Embaixada Britânica, hoje sede da Prefeitura.

Anton Benjamin Floderer (1884-1972) nasceu em Brün, atual República Tcheca. Frequentou a Staatsgewerbeschule (1898-1903) e a Technische Hochschule (1904-1905), em Viena, onde foi aluno da Escola Especial de Arquitetura da Academia de Artes Visuais, dirigida por Otto Wagner. Como arquiteto na Alemanha, associou-se aos escritórios de Bruno Schmitz, Robert Leibnitz e Oskar Kauffman, atuando também como autônomo e professor. Chegou ao Brasil em 1923, quando se associou a Prentice. Após 1930, associou-se ao arquiteto Alexander Buddeüs, destacando-se com projetos em Salvador, Bahia, como a reforma do elevador Lacerda e a decoração interior do Instituto do Cacau, em estilo Marajoara.

Alexander Buddeüs era um arquiteto maduro, com vasta experiência na Alemanha e pleno domínio da linguagem moderna, com fortes influências de Eric Mendelsohn e Walter Gropius. Antes de projetar o Instituto do Cacau, foi professor de composição de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, a convite do então diretor Lúcio Costa (1930-1931), contando com Afonso Eduardo Reidy como assistente. Ainda com Buddeüs, Floderer realizou o projeto do Gasômetro em Porto Alegre (1933). Durante a II Guerra, retornou à Áustria, voltando para o Brasil no final dos anos 1950.

Segundo a ata do júri, de 23 de dezembro de 1927, o projeto vencedor foi escolhido por reunir “maiores possibilidades de uma boa execução. Planta, relativamente boa, estudada com cuidado exigido para a solução do problema, apresentando boas escolhas na situação e na orientação de diversos locais do edifício, e tendo todos os serviços distribuídos com inteligência, para facilitar o trabalho”. Entretanto, faz ressalvas quanto às fachadas apresentadas, que são vistas como um “ensaio para uma concordância com o conjunto. Não obstante, as linhas gerais prestam-se perfeitamente a um estudo mais minucioso, tornando-se mais harmoniosas”.⁵⁵ Descreve ainda o Relatório:



Acima, Biblioteca, plantas andar térreo e 1º andar, arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer, 31/12/1927

Abaixo, Biblioteca, fachada principal, arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer

56. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1542 – Maço 33,720. Rio de Janeiro, 23 out. 1927.
57. Arquivo Histórico do Itamaraty. Relatório Ministerial, 1928, p. 97.
58. WAGNER, Otto. Apud VIANNA NETO, Liszt. Op. cit., p. 63. Na origem dessa citação se encontra o trecho em francês: “le point de départ de toute création artistique (devrait être) les besoins, le savoir-faire, les moyens et les caractéristiques de ‘notre’ époque”.
WAGNER, Otto. Apud VYBÍRAL, Jindich. Otto Wagner, maître de l’art nouveau viennois, p. 269.
59. Anexo A, n. 32 – Arquivo, biblioteca e mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. In BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Relatório apresentado ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores – ano 1930*, p. 121.
60. Ver: KELLY, Celso. As decorações do Itamaraty; MALTA, Marize. *Imagens de dentro para o público de fora: decoração (de interiores) como condecoração da nação*.
61. Idem, ibidem, p. 120.
62. Idem, ibidem, p. 121.

As dependências que constituem o subsolo são a caixa forte com área de 66m² e local para máquinas. O andar térreo medirá 238 metros quadrados, terá um vestibulo, escadaria e elevadores, um salão de leitura de 123 metros quadrados contíguo à sala de catálogos, um salão de expedição, uma sala de catalogação, um grande armazém de livros com a superfície de 213 metros quadrados, vestiários, instalações sanitárias para ambos sexos, escadas de serviço, monta livros etc. No entre solo terão duas salas para depósito de publicações, uma de 153 metros quadrados e a outra de 60 metros quadrados com capacidade mínima de quinze mil volumes, uma sala de encadernação com 103m², instalações sanitárias para ambos sexos, salas de serviço etc.⁵⁶

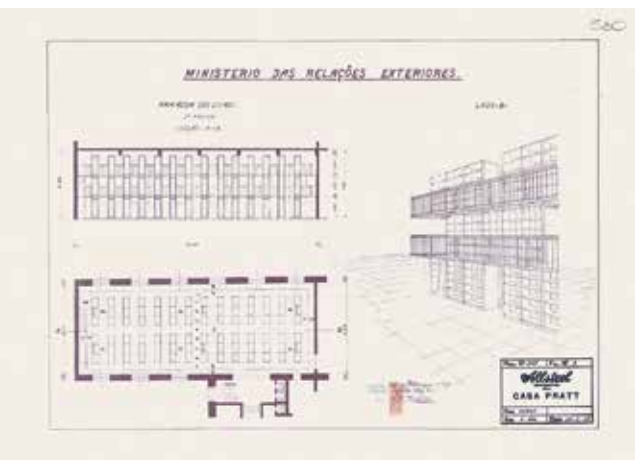
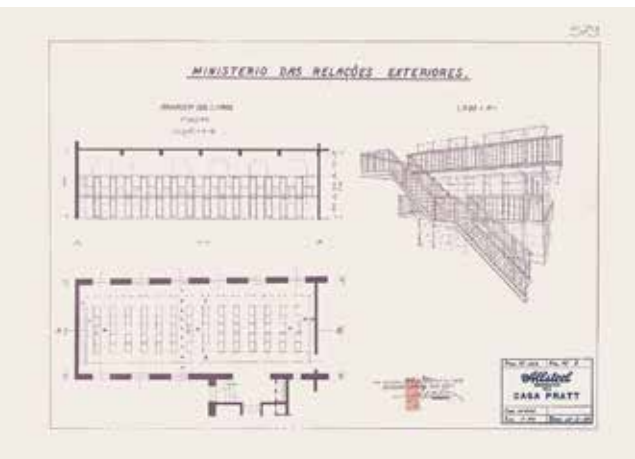
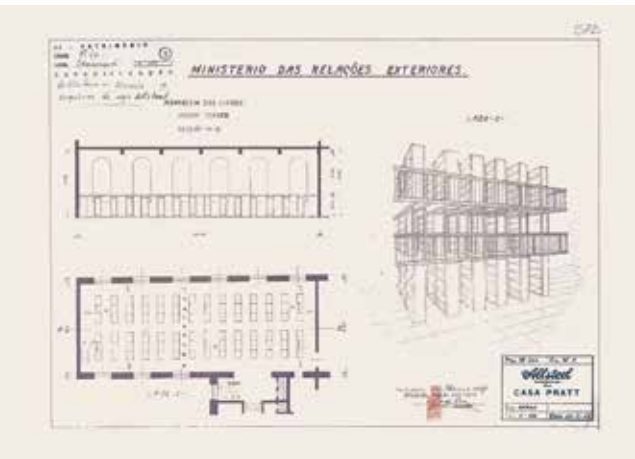
O 1º andar será formado pelo Arquivo, grande sala com área de 335 metros quadrados para instalações de 2 mil metros lineares de arquivos, contígua a essa sala, um gabinete para o arquivista, depois um salão para a Mapoteca que deverá conter instalações para vinte mil mapas com 153 metros quadrados de área, uma sala de desenho para o cartógrafo e salas para os diretores da Biblioteca e Mapoteca, com respectivas dependências, salas de serviço e instalações sanitárias para ambos sexos, uma grande sala de 198 metros quadrados. As estantes, armários e arcazes de aço para depósito de livros, manuscritos e mapas serão empregados os mais modernos. A estrutura do prédio será de concreto armado com pavimentação em lajes; o prédio disporá de instalações aperfeiçoadas contra incêndio para renovação do ar etc.⁵⁷

O novo prédio da Biblioteca foi construído dentro das mais rigorosas especificações para o objetivo a que se propunha. O armazém de livros ocupou três andares de estrutura em estantes de aço, ligados por escadas e monta-cargas; os documentos do arquivo e mapoteca foram igualmente arrumados em armários e arquivos de aço; instalou-se moderno equipamento para desinfecção dos documentos e os mais raros foram custodiados em vasta casa-forte no subsolo.

O projeto, com seu frontão como um templo grego, assemelha-se a um dos primeiros projetos desenhados por Floderer, apresentado em concurso para construção do Palácio da Justiça em Sarajevo em 1910, nunca construído. Ambos são orientados pela tipologia clássica e pela intenção de monumentalidade. Ao mesmo tempo, pode-se observar, no seu detalhamento, ensinamentos ditados pelo mestre Otto Wagner, que defendia que “o ponto de partida para qualquer criação artística deveria ser as necessidades, as possibilidades, os meios e as qualidades de nossa própria era”.⁵⁸

Para a construção da Biblioteca, esforços não foram poupados: consulados na Europa e nos Estados Unidos foram acionados para a compra dos equipamentos visando transformar aquela construção em referência da modernização e racionalidade administrativa, que, ao final, foi reconhecida pelos jornais da época como a última palavra em matéria de utilização de equipamentos e sistemas sofisticados. Tais equipamentos foram importados de diferentes países: da Inglaterra vieram as janelas e portas pré-fabricadas em ferro; da Alemanha, o mobiliário em aço dos arquivos e da mapoteca, além de portas e janelas e de sistema de desinfecção à base de gases especiais, cuja finalidade era proteger livros, mapas e papéis; dos Estados Unidos, vieram aparelhagem para refrigeração da água, ferragens e o piso de *battleship linoleum*. De acordo com o Relatório Ministerial de 1930, “todas as vidraças são de qualidade especial *anti-actinic*, para diminuir a intensidade dos raios solares, tornando agradável a permanência longa nos escritórios e oficinas. O sistema de iluminação e arejo avantajam-se, pela técnica moderníssima, a quantos se conhecem entre nós”.⁵⁹

A preocupação com a qualidade do novo edifício alcançou também acabamentos, revestimentos e a decoração interna.⁶⁰ Para a fachada, o revestimento em arenito Ipanema – proveniente de São Paulo – foi escolhido “por ser pedra semelhante à de Taille, notável por sua plasticidade”.⁶¹ A decoração foi orientada pela busca de uma imagem de brasilidade, traduzida na concepção do salão de conferências em estilo neocolonial, paredes dos corredores e salas forradas de painéis de madeira de imbuia, trabalhados, segundo o mesmo Relatório de 1930, “ao sabor do século 18”.⁶² O estilo neocolonial valorizava as raízes coloniais portuguesas, como expressão do que seria o genuíno estilo



Biblioteca, plantas, cortes e perspectivas das estanterias metálicas do térreo, 1º andar e 2º andar do armazém de livros, marca Allsteel representada pela Casa Pratt, 25/02/1929

63. Art déco, abreviatura em francês de artes decorativas, é um estilo originário na Europa, expandindo-se nos anos 1920 para outras partes do mundo, impactando as artes em geral. Caracteriza-se pelo emprego de formas geométricas, ornamentos e design abstratos.

64. BARROSO, Gustavo. Op. cit. Apud CON-DURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*, p. 359.

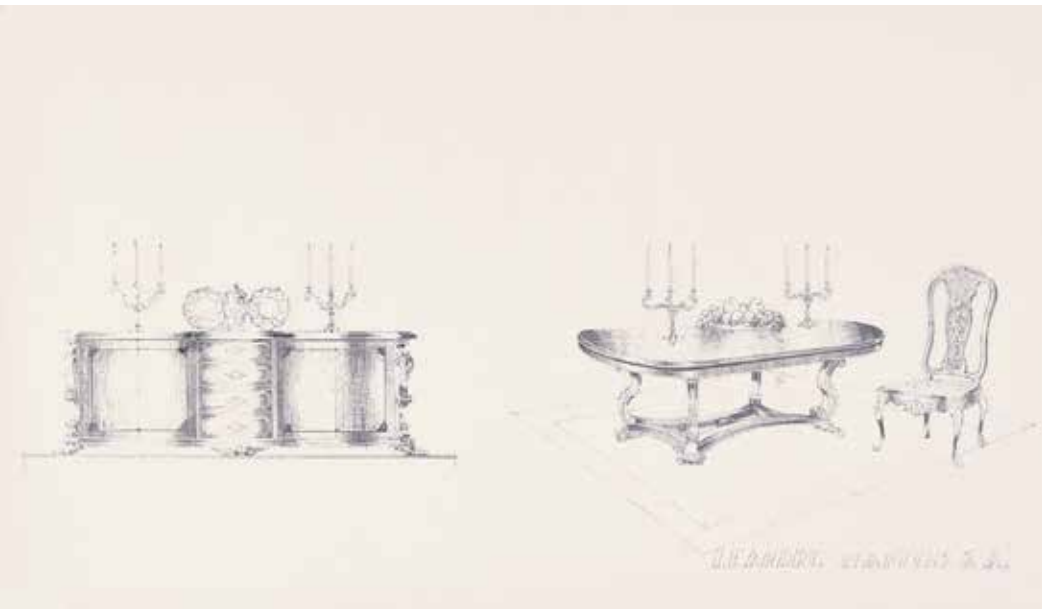
65. Anexo A, n. 32 – Arquivo, biblioteca e mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. In BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Relatório apresentado ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores – ano 1930*, p. 121.

nacional, representativo da tradição brasileira. A brasilidade está presente na escolha do art *déco*⁶³ inspirado na arte geométrica indígena marajoara, presente nos tapetes que decoravam as salas de trabalho, demonstrando a familiaridade dos arquitetos com estilos decorativos então em voga. A descrição de Gustavo Barroso salienta aspectos decorativos do salão de conferências:

Imagem do Salão de Conferências do prédio do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca, de Robert Russell Prentice e Anton Floderer, autores também do projeto, em linhas art déco, do edifício Itaoca, de 1928, na rua Duvivier, em Copacabana. A porta interna do acesso principal ao Salão, realizado através do vestibulo na lateral esquerda do edifício, reproduz, de forma simplificada e em escala reduzida, a da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, na rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro. Decorado em estilo Dom João V, com pilastras compósitas, portas internas de jacarandá, lustres e arandelas de bronze, com beirada do piso e rodapé em lioz, o Salão de Conferências, de 238 metros quadrados, ocupa o corpo central do edifício no pavimento térreo. Cinco vãos em arco pleno, fechados por altas portas com painéis de vidro, correspondem aos intercolúnios do pórtico e dão grande luminosidade ao Salão.⁶⁴

O mobiliário do salão de conferências, bem como o caráter monástico do século 18 impresso na sala de leitura, acompanham o estilo neo-colonial, de forma que o novo edifício pode ser considerado “um verdadeiro museu de torêutica luso-brasileira”,⁶⁵ segundo Relatório de 1930. O mobiliário em madeira foi encomendo às renomadas firmas Leandro Martins e Laubisch & Hirsrt, sediadas no Rio de Janeiro.

A documentação existente registra que, além da construção do novo edifício, visava-se a renovação de todo o conjunto arquitetônico do Itamaraty, sendo realizadas obras de remodelação do Palácio pelo arquiteto francês Joseph Gire e projetos de acréscimo idealizados por Prentice e Floderer, em 1929. Tais projetos, nunca construídos, deveriam ocupar o terreno das Cavalariças com um gigantesco salão de festas e residência destinada ao chanceler. Sobre as pretensões de expansão do Itamaraty e preocupações com o entorno, Prentice e Floderer opinam no Relatório do Projeto de Acréscimo do Palácio Itamaraty, em 1929:



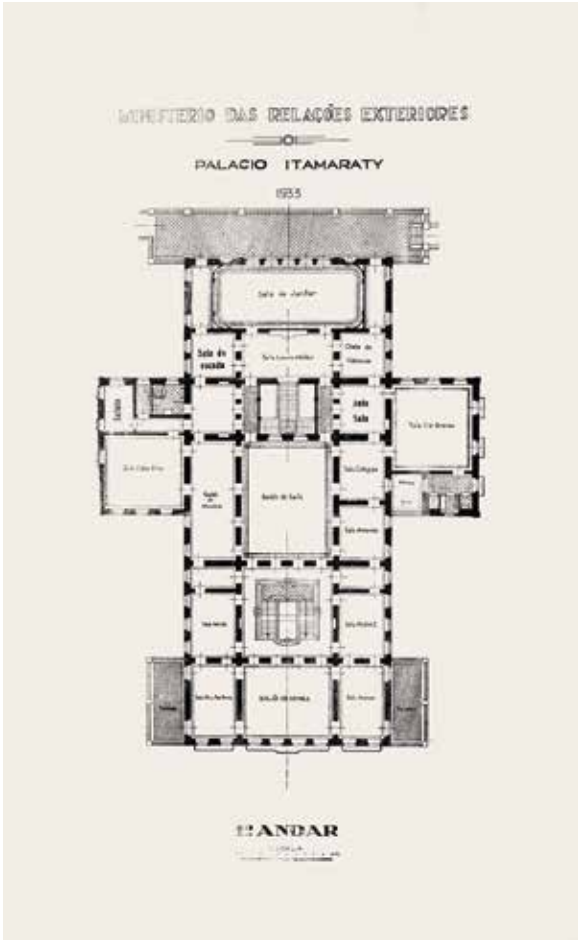
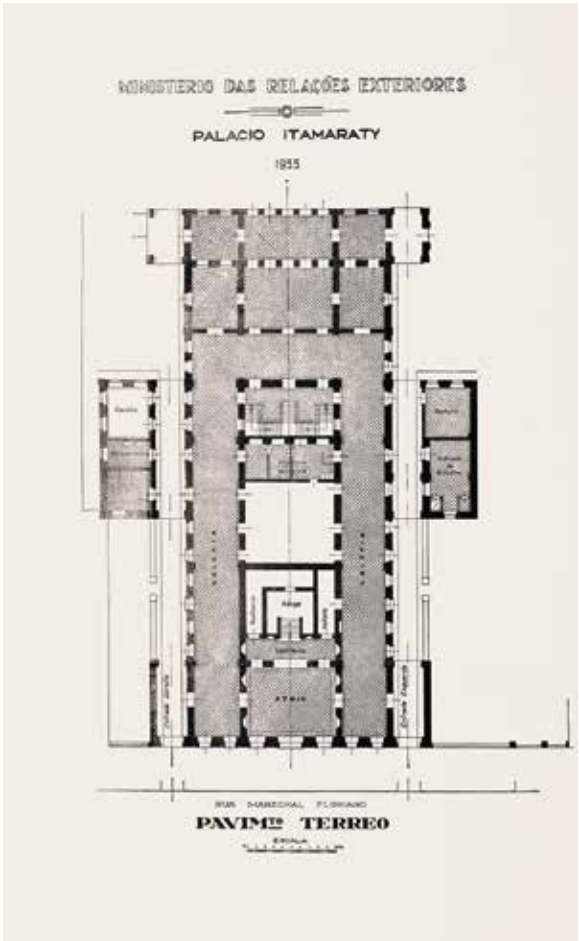
Acima, à esquerda, móveis para sala de jantar do Palácio Itamaraty, empresa Leandro Martins

Demais desenhos, mobiliário diversificado para Palácio Itamaraty, empresa Laubisch & Hirsrt

66. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1542 – Maço 33.720.
67. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1543 – Maço 33.722.
68. Nas cartas trocadas entre Joseph Gire e os ministros Maurício Nabuco e Rodolfo de Siqueira, constam alguns relatos de projetos e obras realizados entre os anos de entre os anos de 1927 e 1929. Neste ano, Joseph Gire volta para França onde viveu até 1933 (ano do seu falecimento). Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1540 – Maço 33.710. Rio de Janeiro, 1927-1930.
69. Anexo A, n. 34 – Informação sobre obras de decoração, restauração e acréscimos, feitas no Palácio Itamaraty, de 1927 até 1930 (com os preços aproximados de cada uma). In BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1930, p. 130.

Considerando o valor histórico que tem para a cidade do Rio de Janeiro o Palácio Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores é de opinião que ele deve servir sempre ao fim atual, abandonando-se a ideia da construção do novo edifício em outra parte da cidade. O fato das ruas e casas próximas do Palácio Itamaraty não apresentarem aspecto elegante não impede que aí se possa erigir um palácio que condiga com o progresso da grande nação brasileira, porque segundo o projeto da Prefeitura executado pelo Professor Agache, aquela parte da cidade está destinada a ser uma das mais importantes do Rio de Janeiro. Para isso terão, naturalmente, de desaparecer as construções que enfeiam aquele trecho. Além disso, a frente do Palácio vai ser ampliada por uma praça; [...] o grupo de edifícios na rua Marechal Floriano Peixoto, em frente ao Palácio, irá desaparecer, realçando assim o Palácio dentre os grandes edifícios do Governo na Praça da República. Faz parte também do projeto do Professor Agache uma larga avenida que se estenderá da avenida Rio Branco até o Mangue, abrangendo a rua Visconde de Itaúna, o que ainda maior realce dará ao Palácio.⁶⁶

Percebe-se que a reforma do Palácio Itamaraty se vinculou ao plano de Alfred Agache⁶⁷ para o Rio de Janeiro, que havia projetado uma grande avenida que viria a ser a Presidente Vargas, construída mais tarde no governo de Getúlio Vargas. O arquiteto Joseph Gire havia ficado em segundo lugar no concurso e foi admitido para as obras de remodelação do Palácio,⁶⁸ trabalhando simultaneamente com Prentice e Floderer. Reformulou o saguão de entrada, onde havia quatro colunas revestidas de gesso com o aparente intuito de sustentar o assoalho do salão de honra. Após verificado que não faziam parte do projeto original e que não cumpriam função estrutural, foram retiradas e substituídas por novo vigamento, dando maior amplitude ao saguão principal, cujas paredes foram revestidas em pedra de Lioz.⁶⁹ Introduziu também nova escadaria em área descoberta ao fundo, que recebeu claraboia móvel de ferro. Os jardins também foram reformulados no período. Do jardim original restaram apenas quatro renques de palmeiras e o espaço passou a ser dominado por extenso espelho d’água retangular, que reflete o pórtico monumental do novo prédio da Biblioteca, potencializando o efeito da construção no conjunto arquitetônico.



Palácio Itamaraty, Salão de Conferências, Rio de Janeiro

Demolição da Sociedade Nacional de Geografia, edifício vizinho ao Palácio Itamaraty, adjacente à sala Cabo Frio

Página à esquerda, Palácio Itamaraty, plantas térreo e 1º andar, arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer, 1933

70. Idem, ibidem, p. 142. Diversos registros artísticos de Rugendas foram encartados nos dois livros que dedicou ao Brasil, publicados nos anos 1930: RUGENDAS, Johann Moritz. *Das merkwürdigste aus der malerischen Reise in Brasilien*; RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. No início da mesma década, dois alemães publicaram suas anotações sobre o Brasil: VON SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipe. *Viagem pelo Brasil*. 71. ESCOREL, Silvia. *Palácio Itamaraty: Brasília, Rio de Janeiro*, p. 207. 72. *Fon-Fon* (Um grande chanceler e uma grande dama, 23 ago. 1930, p. 41-56; e diversos outros textos); *O Cruzeiro* (Os novos arquivos e biblioteca do Itamaraty, 23 ago. 1930, p. 9-10); *Careta* (O novo Palácio do Itamaraty, 23 ago. 1930, p. 13); *A Noite* (Inauguração das obras de remodelação do Itamaraty, 14 ago. 1930, p. 2); *Correio da Manhã* (As grandes obras sofridas pelo Itamaraty, 14 ago. 1930, p. 1; O Itamaraty reconstruído, 15 ago. 1930, p. 1-2); *Jornal do Comércio* (Ministério das relações exteriores: a inauguração do novo edifício do arquivo, biblioteca e mapoteca, p. 4). 73. REDAÇÃO. Um grande chanceler e uma grande dama. *Fon-Fon*, ano 24, n. 34, Rio de Janeiro, 23 ago. 1930, p. 41.

Uma grande sala de jantar resultou da demolição de duas salas ao fundo e passou a ser conhecida como Sala dos Índios depois de receber papel de parede impresso pela casa Züber, em Estrasburgo, com motivos decorativos inspirados no álbum de Rugendas *Voyage Pittoresque au Brésil*.⁷⁰ Nas imagens do papel de parede, vê-se, como observa Escorel, uma “mistura fantasiosa de vistas do Rio – Arcos de Santa Teresa, baía de Guanabara e Outeiro da Glória – e cenas de tropeiros e viajantes em Minas Gerais”.⁷¹ Da Sala dos Índios chegasse ao terraço ampliado, que dá acesso ao “Edifício Novo” e de onde se descortina panorâmica do conjunto arquitetônico e dos jardins, também reformulados no período.

O antigo gabinete do Barão, já falecido, foi também reformado por Gire e destinado ao ministro das Relações Exteriores. Os livros e documentos do Barão foram encaminhados para a nova biblioteca, arquivo e mapoteca e a sala ganhou decoração apropriada à nova função, honrando a memória de Rio Branco por meio dos dizeres escritos na cimalha e de objetos, como um retrato seu, a óleo, do pintor De Servie, e outro do visconde Rio Branco, pintado por Guérin. A imagem daquele gabinete austero, cheio de livros e documentos espalhados pelas mesas, ficou impressa apenas na fotografia de Malta, registrada após a morte do Barão.

A inauguração, em 14 de agosto de 1930, foi acontecimento marcante no Rio de Janeiro.⁷² A recepção ao corpo diplomático e autoridades ficou conhecida como segundo baile da Ilha Fiscal, por ter sido o último da República Velha. Os convidados se deslumbraram com o cenário, como destacado na revista *Fon-Fon*, “Por muito tempo há de sorrir no espírito dos que tomaram parte no baile do Itamaraty uma doce impressão de encantamento, de alegria e de sonho”.⁷³



Acima, jardim interno anterior às reformas do período Mangabeira (1928-1930) e cavalariaço ao fundo, c.1928

Meio, Palácio Itamaraty, fachada posterior e jardim com espelho d’água pós-reformas de 1930

Abaixo, Palácio Itamaraty, acesso de automóveis



Palácio Itamaraty, Sala dos Índios, objetos franceses do século 19 sobre aparador Chippendale, incensório e candelabros em bronze de Pierre-Philippe Thomire e relógio em bronze, porcelana e cristal, fabricado por H. Houdebine e Bronzier



Palácio Itamaraty, Sala dos Índios, papel de parede impresso pela Casa Zülber, de Estrasburgo, inspirado no álbum de Rugendas *Voyage Pittoresque au Brésil*



Palácio Itamaraty, Gabinete do Barão do Rio Branco e Sala Rio Branco



Palácio Itamaraty, Sala Rio Branco

“O baile do Itamaraty: uma noite de fulgurante alegria”, matéria da revista *Fon-Fon*, 23/08/1930

74. SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da Arquitetura*. São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 121.

O Palácio foi visitado por mais de trinta mil pessoas no mês que se seguiu à inauguração e o novo prédio da Biblioteca mereceu destaque entre os arquitetos da época, discutido no Congresso Pan-Americano de 1930. A este edifício corresponde uma nova escala construtiva, propiciada pelas estruturas em ferro, convivendo com um invólucro nos moldes clássicos, em forma de templo grego, que não esconde sua ligação com o passado. Tal invólucro persistiu nas concepções arquitetônicas em diferentes partes do mundo até a década de 1930. Como aponta John Summerson “o neoclassicismo teve vida longa. As tormentas do romantismo do século 19 passaram sem destruir este estilo, que emergiu com toda a sua literalidade e gravidade nos Estados Unidos do século 20”.⁷⁴

As intervenções no conjunto arquitetônico do Itamaraty no Rio de Janeiro, que se seguiram à grande reforma do final dos anos 1920, não trouxeram modificações relevantes, limitadas a medidas de conservação e infraestrutura, quase sempre parciais e paliativas. Está é, portanto, a configuração que alcança o século 21, tornando-se objeto do projeto de conservação e restauro desenvolvido pelo Instituto Pedra, ao qual se dedica esta publicação.





Palácio Itamaraty, fachada principal

1. CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização* (op. cit.), p. 142.
2. BARROSO, Gustavo. *A História do Palácio Itamaraty*. Rio de Janeiro, MRE/MHD/Seção de Publicações, 1968.
3. CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização* (op. cit.), p. 133.
4. Idem, ibidem, p. 157.

Em 1955, na gestão do ministro José Carlos de Macedo Soares, foi criado o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty – MHD, ocupando apenas três salas do corredor leste do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. A criação do Museu, como observa Conduru, “estava inserida na arena política dos assuntos culturais, onde gestores de diferentes instituições de cultura disputavam espaço e influência política e defendiam diferentes concepções de preservação do patrimônio e de organização de museus”.¹ Segundo este autor, não se pode afirmar que a criação tenha sido uma sugestão de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional desde sua criação até 1957, mas ressalta suas afinidades de pensamento com Macedo Soares, além de um relacionamento de amizade, ambos membros da Academia Brasileira de Letras. Em seu livro *A História do Palácio Itamaraty*,² publicado em 1956, Barroso afirma que o Palácio havia se tornado um “verdadeiro ninho de tradições, uma escola de brasilidade e um acervo de preciosas relíquias a relembrares fatos e personagens culminantes da vida nacional. É, assim, no bom sentido da expressão, o que pode ser denominado um Ministério-Museu”.³ Barroso é também o autor do primeiro Regulamento do MHD – aprovado em 1956 e baseado no regulamento do Museu Histórico Nacional, de 1934 – obedecendo, como observa Conduru, ao mesmo modelo histórico-celebrativo voltado para tradições nacionais, grandes valores, fatos históricos, grandes datas, grandes vultos, solenidades cívicas.⁴

A partir de 1961, o Museu começou a funcionar de forma precária, até seu fechamento, em 1970, quando se deu a transferência da sede do Ministério para Brasília. O Palácio, no centro do Rio, esvaziado de suas funções políticas e administrativas, permaneceu fechado de 1970 a 1979. A identidade da carreira diplomática brasileira, fortemente vinculada ao edifício neoclássico, encontrou elementos de continuidade nas linhas arquitetônicas do prédio modernista do Itamaraty em Brasília, que reproduz a sucessão de arcos refletidos no lago, assim como em objetos simbólicos, como a Mesa dos Tratados, transferidos para a nova sede.

5. AQUINO, Flávio de. Vida nova para o Itamaraty. *Manchete*, n. 1604, Rio de Janeiro, 15 jan. 1983, p. 72-79 <<https://bit.ly/3Z5uoLv>>.

6. Cf. Idem, ibidem, p. 167.

7. MAGALHÃES, Aline Montenegro; TOSTES, Vera. Museus e representação da nação no pós-colonialismo: reflexões sobre os passados construídos no Museu Histórico Nacional, p. 126.

8. Ver: EWBANK, Luiz Antônio. O palácio do Barão de Itamaraty.

9. CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização* (op. cit.), p. 175.

Entre 1979 e 1982, o Palácio passou por reformas e o Museu foi reorganizado sob a direção do embaixador Wladimir Murtinho, com a cooperação da Fundação Nacional Pró-Memória e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, sendo oficialmente reinaugurado em dezembro de 1982.⁵ Conduru pondera que esta não foi uma ação isolada na área de preservação do patrimônio e de organização de museus, mas parte de um conjunto de iniciativas inovadoras que marcaram a gestão de Aloísio Magalhães no Iphan, inclusive sua política de museus que viria a ser formalizada com o Programa Nacional de Museus,⁶ quando o museu passa a ser pensado como estrutura de um sistema de informação, representando o primeiro grande movimento no sentido de sua democratização.⁷

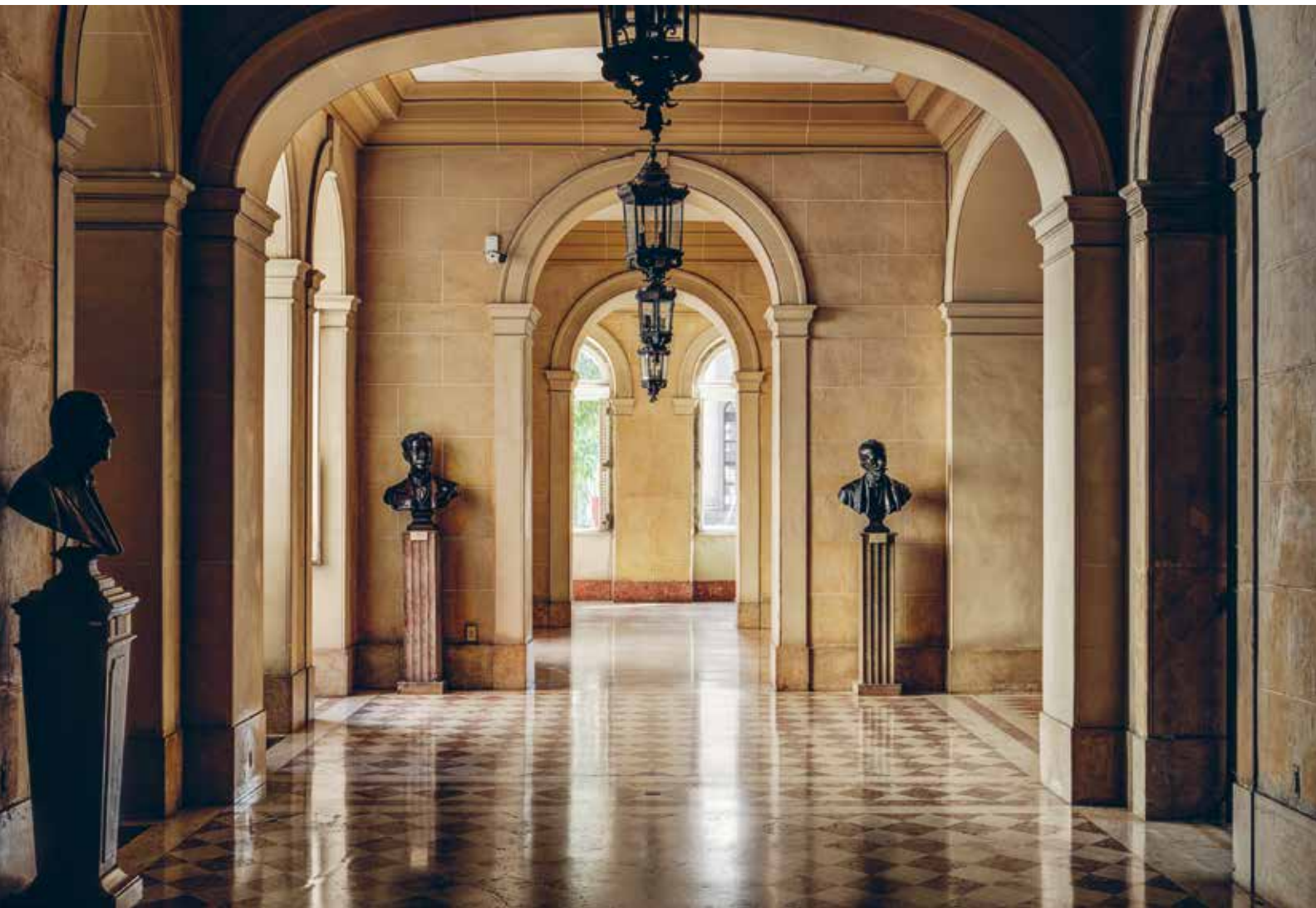
Entre 1983 e 1986, o MHD funcionou normalmente, a montagem das salas e o circuito de visitação do Palácio foram consolidados e implantadas melhorias na infraestrutura museológica. Entre 1986 e 1989, seguiram-se novas obras de conservação e um novo circuito da visitação foi instalado, conforme periodização proposta pelo embaixador João Hermes Pereira de Araújo. Em maio de 1994, uma terceira reinauguração, tendo o embaixador João Hermes como diretor e Luiz Antônio Ewbank⁸ como curador, trouxe mais dinâmica ao MHD, com pesquisas e exposições temporárias, mas ainda não foi capaz de reverter, segundo Conduru, “o quadro de relativo abandono e distanciamento do Museu em relação ao núcleo decisório do Itamaraty”.⁹ Nas décadas seguintes, o funcionamento do Museu continuou sofrendo descontinuidades, em especial um longo período de fechamento, entre 2014 e 2017, motivado pela implantação da infraestrutura do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, na avenida Marechal Floriano.

A partir de 2019, o MHD vem sendo objeto de ações de diagnóstico, inventário e proposta de reestruturação, no contexto do Acordo de Cooperação entre o Itamaraty e o Instituto Pedra. Nesta fase, recebeu, em 2022, a exposição *Itaipu: uma obra diplomática*, para, em seguida, entrar em nova etapa de desativação, motivada pelo início das obras de restauração em 2023.



Palácio Itamaraty, fachada posterior e jardim com espelho d'água

Palácio Itamaraty, Galeria Leste
ou Corredor dos Ministros



Artistas não identificados,
Figuras Mitológicas, estátuas
de mármore no hall de entrada,
século 19



10. O Instituto Pedra promoveu um abrangente levantamento fotográfico sobre os bens móveis e respectivas localizações no complexo do Itamaraty. BINOTO RESTAURAÇÕES. Relatório Fotográfico da Produção de Listagens e Cadastros para complementação de dados e verificação da localização dos bens móveis do Museu Histórico e Diplomático – MHD – do Itamaraty no Rio de Janeiro.

A coleção e o discurso diplomático

Mesmo sujeito a tantas oscilações, o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty manteve preservada sua coleção, formada com mais de quatro mil itens de diversas naturezas, com destaque para pintura e o mobiliário, além de bens que lhe são exclusivos por dizerem respeito à história diplomática. Seu processo de formação e os inventários dos bens musealizados oferecem mais de uma possibilidade de leitura sobre seus valores e sobre o discurso museológico que a coleção ensaja.

A primeira leitura é aquela que permite compreendê-la como representação da trajetória histórica do Palácio e das funções que abrigou – de residência privada construída no final do Segundo Império, a primeira sede do governo republicano e, em seguida, sede da diplomacia brasileira até o final da década de 1960. De forma indissociável dessa abordagem, o acervo dialoga com a edificação para construir a representação material do discurso diplomático ao longo de mais de um século, contribuindo para uma determinada concepção da história e da cultura brasileiras considerada a mais adequada à veiculação da imagem do país. Esta última análise é favorecida pelos critérios e motivações dos principais movimentos de incorporação de bens à coleção, quase sempre associados a reformas, reddecorações ou aquisições, em especial os de maior monta, ocorridos nas gestões dos ministros Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1902-1912), Lauro Muller (1912-1917), Octávio Mangabeira (1926-1930) e Macedo Soares (1955-1958).

A partir da década de 1980, a criação de uma nova categoria de classificação do acervo, denominada Memória do Ministério, demonstra uma mudança do olhar sobre o que deveria ser preservado, englobando objetos que fizeram parte da história cotidiana da instituição, como menus, convites, objetos de escritório, entre outros, não mais apenas aqueles relacionados aos vultos ilustres dos quadros superiores do corpo diplomático. Ao longo dos anos, a coleção veio sendo também acrescida por doações de diplomatas, incluindo desde obras de arte e mobiliário, até objetos de uso pessoal e bibliotecas.

O acervo da Memória Diplomática contém interessante coleção de instrumentos de precisão utilizados na demarcação de fronteiras, pratos do serviço de jantar do Ministério e objetos pessoais dos integrantes do corpo diplomático, como as fardas usadas até a década de 1960, joias, abotoaduras e condecorações. Podem ser consideradas como parte deste grupo as galerias laterais do pavimento térreo do Palácio, onde ficam conjuntos de bustos em bronze, retratando, de um lado, os ministros dos negócios estrangeiros ou das relações exteriores do Brasil, do Império até a República, e, do outro, os bustos de heróis nacionais dos países americanos.¹⁰



Modesto Brocos, desenho do Barão do Rio Branco para cartão-postal



Exposição Itaipu no Palácio Itamaraty, bússola, sextante, teodolito, declinatória e globo celeste, instrumentos de precisão dos séculos 19 e 20 utilizados no mapeamento do território e demarcação de limites. Acima, *As três fronteiras*, pintura de Antônio Parreiras; à direita, *Marquês de São Vicente*, busto em bronze de José Antônio Pimenta Bueno

Palácio Itamaraty, Salão de Baile





11.
Ver: ESCOREL, Silvia.
Op. cit., p. 213.



Jean François Badoreau, *Dona Leopoldina*, gravura com pontilhado a cores

Mme. Magueret, prato do serviço de jantar de Sèvres, oferecido pelo rei Luis Philippe da França ao Marquês de Paraná, França, 1842

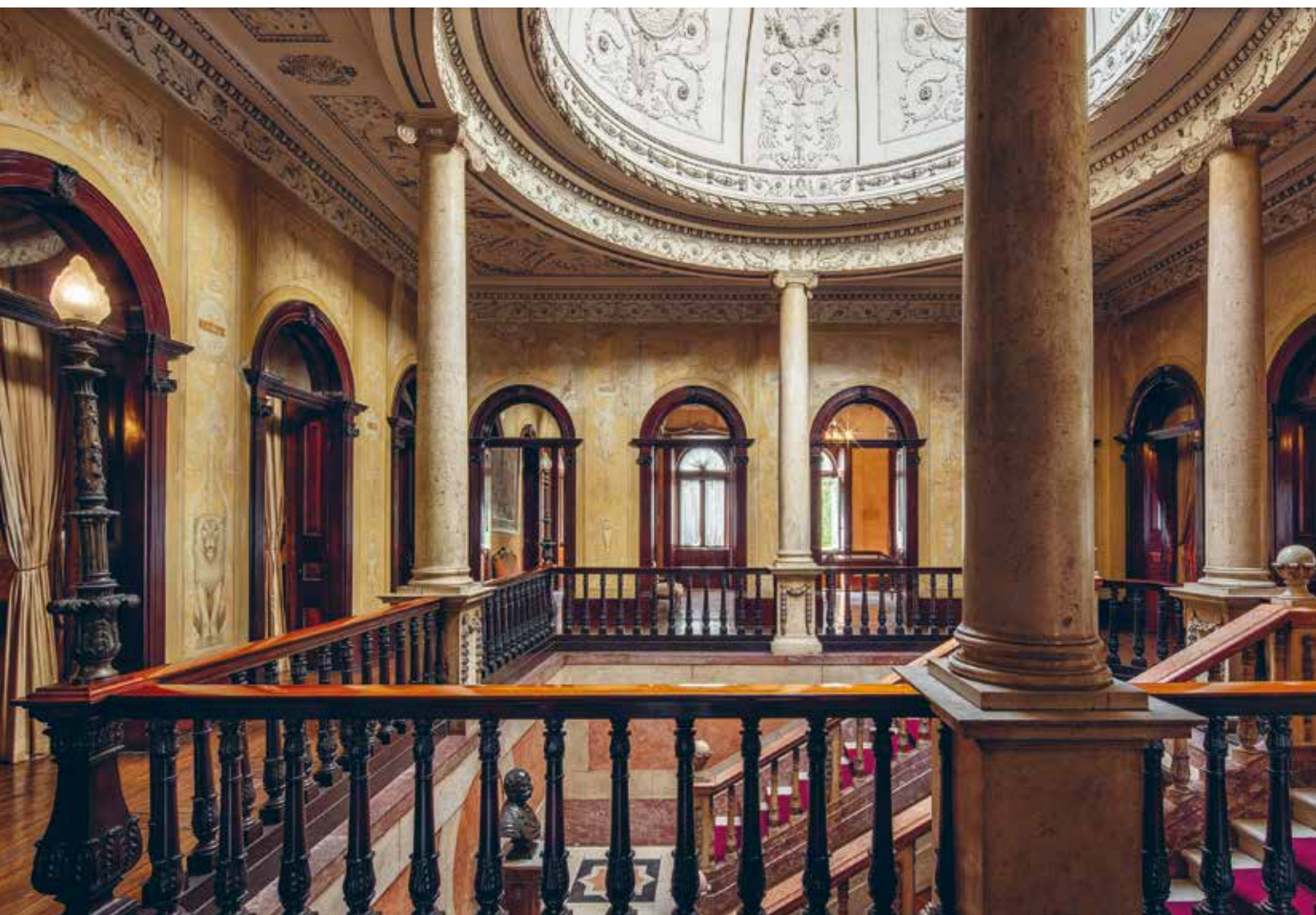
A coleção e o Império

Um expressivo conjunto de bens remete ao período imperial, a começar pelos que pertenceram à família do Conde de Itamaraty, proprietário original do palacete. Além dos retratos do conde e condessa do Itamaraty, de Compte-Calix (França, 1813-1880), uma grande cristaleira, consoles e armários baixos estilo regência, importados de L. F. Leger et Frères, dão testemunho do gosto e dos hábitos da família nobre no final do século 19. A construção e o uso do palacete, simultâneos com a transição da Monarquia para a República, resultaram em um acervo pródigo em mobiliário, objetos domésticos e obras de arte que reverenciam o período imperial no Brasil, refletindo a proximidade do Barão do Rio Branco com o antigo regime ou mesmo incorporados à coleção em ocasiões posteriores. É o caso da mesa de centro em madeira e bronze que pertenceu ao Príncipe Regente Dom João, de conjunto formado por meridiana, poltronas e cadeiras de mogno com aplicações de bronze, em estilo Império, que pertenceram a dona Amélia de Leuchtenberg, a segunda imperatriz do Brasil, além de espelhos, cômodas e várias peças originárias do Paço de São Cristóvão. Entre as pinturas, destacam-se os retratos de Dom João VI, de Rodolfo Amoedo; o de Dom Miguel de Bragança, sempre confundido com o irmão Dom Pedro; retrato de Dona Leopoldina; retrato de Dom Pedro de Alcântara, um óleo de 1826 de Jean-Baptiste Debret, quadro retratando o embarque da família real portuguesa para o Brasil; retrato equestre do Conde D’Eu, além de objetos decorativos e alfaias, como o relógio que havia pertencido a Dom João VI e conjuntos de louças.¹¹

A decoração dos salões nobres da ala frontal do edifício, enriquecidos pelo gosto de Rio Branco quando ministro e por bens de sua coleção pessoal adquiridos posteriormente, também remete ao período imperial, ainda que os especialistas lhes atribuam diferentes estilos decorativos, como Regência, Império, Luiz XVI ou Restauração. No Salão de Baile, localizado ao centro da planta do Palácio, teve lugar, em julho de 1870, o baile comemorativo do fim da Guerra no Paraguai, oferecido ao Conde D’Eu pela Guarda Nacional, da qual fazia parte o barão de Itamaraty. O *Jornal do Comércio* comenta a suntuosidade da decoração, a mesma imagem que permanece:

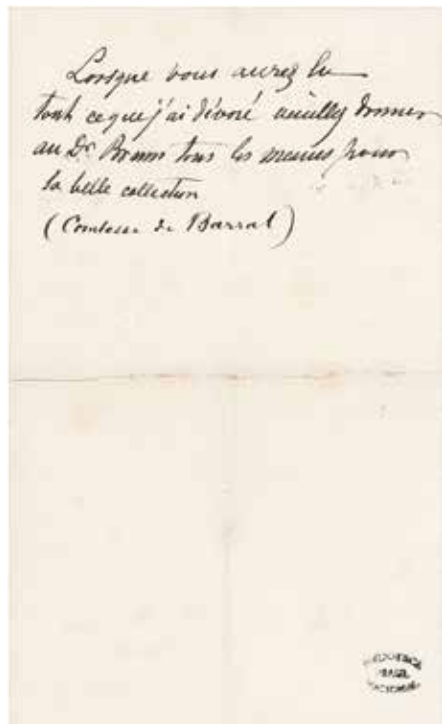
Karl Steffeck, *Retrato equestre do Conde D’Eu*, século 19





Palácio Itamaraty, Hall Amoedo

Ao lado, Luísa Margarida de Barros Portugal, Condessa de Barral e Pedra Branca, foto c.1865, e bilhete manuscrito de sua autoria



Pierre Lapautre, *Atalanta*, escultura em ferro fundido



12. REDAÇÃO. Baile. Coluna Gazetilha. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1870, p. 1 <<https://bit.ly/3lBAhdX>>.
13. CONDURU, Guilherme Frazão. Op. cit., p. 221.
14. Decreto 19.011, de 5 de outubro de 2000, que tomba definitivamente conjunto de peças de arte de ferro fundido na cidade do Rio de Janeiro.
15. Cf. TELLES, Angela. A pesquisa alterando a natureza do objeto no museu: metodologia de trabalho para pesquisa em museologia, p. 181.

As numerosas e suntuosamente decoradas salas do palacete do sr. Barão de Itamaraty, obsequiosamente prestado para esta festa, resplandeciam de luzes, espelhos, sedas, tapeçaria e custosas galas. [...] O palacete apresentava um aspecto deslumbrante. Os dois terraços laterais brilhavam com numerosos bicos de gás, e visto das janelas do fundo o jardim oferecia uma das mais deliciosas vistas que se pode imaginar. Repuxos, estátuas, montes de arbustos estavam simetricamente iluminados com luzes de várias cores que se estendiam a perder de vista, formando como o fundo de um quadro em cujo primeiro piano se levantara uma espécie de acampamento.¹²

No espaço entre o Palácio e as Cavalariças, ficam duas estátuas de ferro fundido representando Atalante e Hipomene, segundo modelos originais respectivamente de Pierre Lapautre (1660-1774) e Guillaume Coustou (1677-1746), importadas da fundição de Val d’Osne, na França, na segunda metade do século 19.¹³ A primeira peça francesa em ferro fundido a adornar os espaços públicos do Rio de Janeiro foi o Chafariz do Palácio Monroe, hoje na praça em frente ao Passeio Público, comprado por Dom Pedro II, em 1878. A partir de então, o Rio pode ter sido a cidade fora da França que mais recebeu obras em ferro fundido de Val d’Osne em seus jardins, parques e praças. No ano 2000, o município tombou boa parte desta vasta coleção, incluindo as duas obras pertencentes ao Itamaraty.¹⁴

O álbum de cartas e bilhetes colecionados pela condessa de Barral tem destaque no acervo relacionado à monarquia. Luísa Margarida de Barros Portugal, condessa de Barral e Pedra Branca (1816-1891), era filha de Domingos Borges de Barros (1790-1855), visconde da Pedra Branca, diplomata baiano com atuação marcante em questões decisivas durante o período Joanino (1808-1821) e ao longo do Primeiro Reinado. A condessa se casou com Eugênio Barral, nobre francês, e foi preceptora das filhas de Dom Pedro II e dama de companhia de Dona Francisca, irmã do imperador. O álbum contém 115 peças, organizadas em preciosa encadernação em pelica vermelha com douração em motivos geométricos, tendo ao centro monograma da condessa “L. de B.”. São, em sua maioria, cartas de políticos e pessoas públicas dirigidas ao Visconde de Pedra Branca e algumas à própria Luísa, percorrendo um período de 1812 a 1857 e revelando aspectos da vida social, política e cultural da época.¹⁵

16. BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Barão do Rio Branco: aquisição projetada da biblioteca e dos objetos de arte que lhe pertenceram. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 1 de maio de 1912 a 17 de maio de 1913. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p. 52-53 <<https://bit.ly/3IAHNv9>>. A inauguração da obra vai ocorrer em 1916: REDAÇÃO. A inauguração da sala Rio Branco e da biblioteca do saudoso chanceler. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1916, p. 3 <<https://bit.ly/3KhDcd3>>.

A centralidade do Barão do Rio Branco

O principal homenageado pela coleção do Museu Histórico e Diplomático é, indiscutivelmente, o Barão do Rio Branco, personagem símbolo da diplomacia brasileira, que não só trabalhou do Palácio, mas ali morou e faleceu. Remetem ao Barão desde obras e objetos alusivos à sua biografia e atuação diplomática, até aqueles que resultam de suas escolhas e aquisições quando chanceler, complementados por seu acervo pessoal, adquirido pelo Itamaraty após a sua morte em 1912.

Remetem à sua biografia o quadro de Hortência Rio Branco, filha do Barão, de autoria de L’Antoine; quadro de Batista da Costa (Brasil, 1865-1926), retratando sua casa em Petrópolis e retrato do próprio Barão, de autoria de Vila Paredes. O retrato do visconde do Rio Branco, de Guedy (França, 1847-1926), além de querer dar a ver o reflexo do pai na imagem do filho, é esclarecedor de que havia dois Rio Branco na história do Brasil. Já a caricatura, feita pelo Barão, do diplomata Gurgel do Amaral, tendo, ao fundo, o Pão de Açúcar, mostra o gosto de Rio Branco pela arte do desenho humorístico. O centro de mesa, em prata dourada, com motivos da flora brasileira em torno de casal indígena, é uma peça oferecida ao Barão por subscrição popular, comemorativa da solução da questão de limites com a Guiana Francesa, assim como o grupo em bronze fundido em Lisboa, exposto ao pé da escada posterior do Palácio, presente de uma comunidade de brasileiros e amigos vivendo em Portugal. O chamado Hall Amoedo, ornado pelos painéis encomendados por Rio Branco ao pintor Rodolfo Amoedo (Brasil, 1857-1941), deixa transparecer, além das escolhas estéticas, sua concepção sobre a evolução histórica do Brasil, tema mencionado na sessão anterior.

No ano seguinte à sua morte, o chanceler Lauro Muller efetivou a compra de toda a documentação, biblioteca e obras de arte de sua propriedade, visando destinar este acervo a uma exposição permanente que teria lugar em seu antigo gabinete e receberia o seu nome.¹⁶ A aquisição incluiu obras de arte, porcelanas, relógios franceses, conjuntos de poltronas e canapés em estilo Luís XV, serviços de chá, pratos, candelabros, bandejas, talheres, com destaque para valiosa tapeçaria Aubusson e para o piano Beckstein.



Acima, Monumento ao Barão do Rio Branco, inauguração, maquete e vista, Rio de Janeiro

À esquerda, retrato, morte e túmulo do Barão do Rio Branco no Cemitério de São Francisco Xavier, Rio de Janeiro



Barão do Rio Branco, *José Avelino Gurgel do Amaral*, caricatura a óleo sobre cartão

Cartão postal com as imagens do Visconde e do Barão do Rio Branco com o mapa da América Latina ao fundo, Rio de Janeiro, s/d



Barão do Rio Branco em seu gabinete, placa em bronze

Batismo do avião Barão do Rio Branco, padrinho Oswaldo Aranha



Palácio Itamaraty, Sala de Música, piano Bechstein do Barão do Rio Branco



Palácio Itamaraty, Salão Nobre, conjunto de mobiliário e tapeçaria Aubusson pertencentes à Coleção do Barão do Rio Branco



17. RIBEIRO, Maria Isabel Branco. Op. cit., p. 67.
18. Idem, ibidem, p. 64.
19. TELLES, Angela. Mostrar, estudar e celebrar: apontamentos sobre a história das atividades educativas no Museu Histórico Nacional, 1922-1968, p. 189. As citações dentro da citação provêm de: MAYER, Amo. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 196-197.
20. Ver: CONDURU, Guilherme Frazão. Pinturas de história como discurso diplomático: uma narrativa visual da história do Brasil no Itamaraty, p. 192.

As peças mais antigas da coleção do MHD também provêm de sua coleção particular. São duas estatuetas greco-romanas do século 4 a.C., representando mulheres e meninas elegantemente vestidas, conhecidas pelo nome da cidade onde se originaram – Tanagra, que, segundo Maria Isabel Branco Ribeiro, são “um tipo de coleção muito comum entre intelectuais do século 19, indicativa de erudição e gosto pela história”.¹⁷ No artigo “Artes plásticas no tempo de Barão do Rio Branco”, esta autora investiga o acervo do MHD para buscar as relações do Barão com as artes plásticas de seu tempo. Em seus documentos pessoais, incorporados ao Arquivo e à Biblioteca, é possível identificar estas preferências, como é o caso das anotações sobre o volume de sua propriedade do *Nouvaeu Dictionaire des Peintres Anciens e Contemporains*, de Théodore Guédy (Paris, 1822), e da lista, feita de próprio punho, dos quadros de sua coleção, na qual comparecem artistas como Platzer, Corot e Watteau. A presença de Corot, como observa Ribeiro, “comprova o gosto pela pintura feita de acordo com os códigos definidos pelas regras acadêmicas, que no período, já aceitavam os gestos espontâneos, o abandono dos detalhes e o empastamento da camada pictórica propostos por aquele artista, mas ainda distante das propostas das novas gerações de artistas de então”.¹⁸

A decoração do Palácio Itamaraty foi também objeto de um olhar curatorial agudo de Rio Branco, no intuito de construir uma narrativa que levasse o visitante a vincular a história da nação brasileira à história universal. Procurava dar a ver que a virada do Império para República manteve o Brasil afinado com o binômio progresso-civilização, discurso ideológico forjado nas exposições universais do século 19, das quais o Brasil participou continuamente no período imperial. “A arte e a cultura refletiam os valores de uma sociedade que olhava o passado e acreditava num futuro no qual ‘a paz e a concórdia’ governariam as nações ‘civilizadas’”.¹⁹ Não por acaso, o Barão adquiriu a alegoria *Paz e Concórdia*, de autoria de Pedro Américo, datada de 1902. Concebida inicialmente sob o título de *Civilização* e destinada ao salão de Belas Artes da Exposição Universal de Paris, ao não ser aceito na exposição, o artista modificou a composição da tela, acrescentando personagens, como o próprio Barão, e objetos simbólicos, como a tela do grito do Ipiranga, transformando-a na obra *Paz e Concórdia*.²⁰



Acima, Tanagras, esculturas em terracota, século 6-4 a.C., Coleção do Barão do Rio Branco

Abaixo, Barão do Rio Branco, colecionador de arte

Louis Joseph Watteau,
Le retour au pays, óleo sobre
madeira, 1786



João Batista da Costa, *Casa do Barão do Rio Branco em Petrópolis*

Jean Victor Platzer, *Casamento de Baco e Ariane*, século 18



Pedro Américo, *Paz e concórdia*, 1902

21.
RIBEIRO, Maria Isabel
Branco. Op. cit., p. 67.
22.
VARNHAGEN, Francisco
Adolfo de. *História geral
do Brasil*, p. XXV.

composta pelo encontro de dois cortejos diante do templo da Paz e da Concórdia, presidido pela Vitória e abençoado pelos poderes celestes. O cortejo vindo da direita compreende a República, com barrete frígio e trajada em branco, verde e amarelo, coroada de louros e acompanhada por seu séquito. Do lado oposto, são apresentadas personificações de diversos países apresentando seu reconhecimento e homenagem à jovem República brasileira. No canto direito, observa-se a figura do Barão do Rio Branco saudando o acontecimento, vestindo a toga de advogado, segurando livro da lei e condecorado com a Ordem de Cristo.²¹

A imagem do Barão, trajando toga, segurando o livro da Lei e portando comenda da Ordem de Cristo mostra sua afinidade com as concepções defendidas por Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, em sua história do Brasil. Na tela, a lei, a ordem, a religião e a autoridade se apresentam como os elementos fundamentais para a formação de uma nação civilizada, narrativa criada no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Rio Branco era integrante.

Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhai para o próprio brasão d’armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do Estado, e nele também vereis a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país.²²

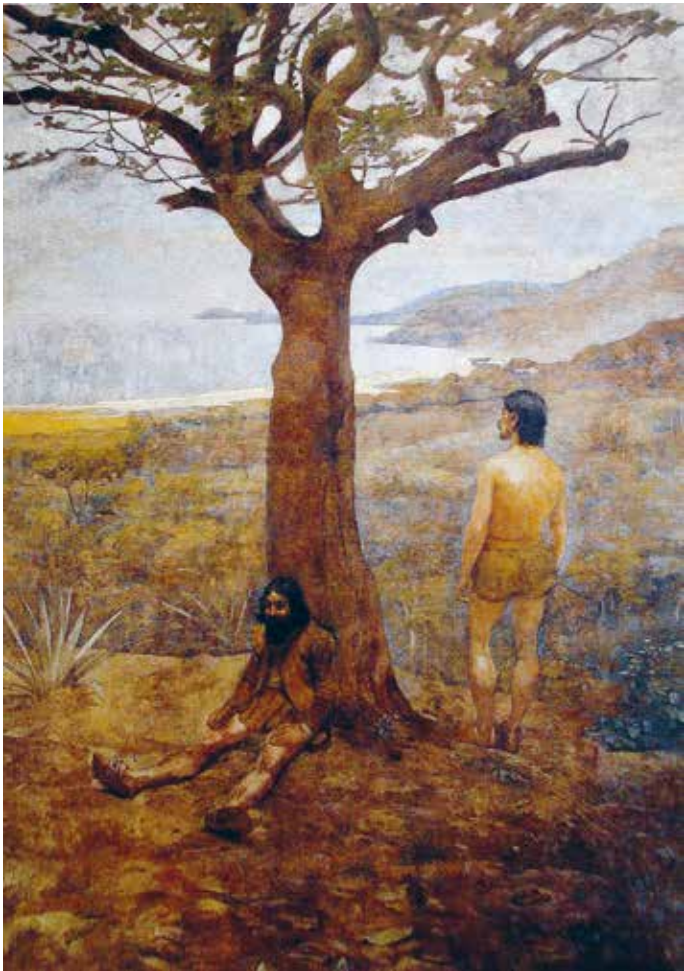
Em análise acurada sobre a tela, Conduru confirma essa percepção:

a nação brasileira, identificada ao Estado na qualidade de República, ingressa na Civilização ou é recebida pelas nações civilizadas, sob a égide do Cristianismo, e assimila, como referências civilizacionais, não somente o passado imperial e a herança colonial portuguesa, mas também a herança da Antiguidade clássica, matriz da cultura ocidental. A alegoria da República brasileira apresenta-se com atributos híbridos, pois, apesar de envergar o barrete frígio – que simboliza a conquista da liberdade

23. CONDURU, Guilherme Frazão. Pinturas de história como discurso diplomático (op. cit.), p. 204-205.
24. Cf. Idem, ibidem, p. 199.
25. Idem, ibidem, p. 191.
26. Idem, ibidem, p. 191.

e a república –, veste uma peça própria dos trajes majestáticos: um manto muito assemelhado ao manto imperial. Além dessa referência explícita ao império, o passado monárquico é reverenciado pela reprodução, no interior do pórtico, da tela do Ypiranga. Na narrativa de Rio Branco, *Paz e Concórdia*, uma alegoria/exaltação da República, representaria, enfim, a continuidade institucional de um Brasil civilizado, amante do Direito e pacifista.²³

Este autor, no artigo “Pinturas de história como discurso diplomático: uma narrativa visual da história do Brasil no Itamaraty”, assim como Branco Ribeiro, destaca a importância do arquivo pessoal do Barão para a compreensão de suas preferências nas artes visuais.²⁴ Analisa quatro telas de onde se pode depreender a construção de uma narrativa visual da História do Brasil concebida pelo Barão. Três integram o acervo do MHD: *Os descobridores* (1899), de Belmiro de Almeida (1858-1935); *Paz e Concórdia* (1902) de Pedro Américo (1843-1905) e *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles* (1900), de Beniamino Parlagreco (1856-1902). A tela o *Grito do Ipiranga* (1886), de Pedro Américo, passou a fazer parte do acervo do Palácio Itamaraty de Brasília. Como observa Conduru, “começando com uma cena do ‘descobrimento’, a narrativa passava pela Independência e chegava à República com uma pintura alegórica [*Paz e Concórdia*] e uma expressão de relações amistosas com a Argentina”.²⁵ Essa narrativa pictórica se insere no discurso diplomático “ao projetar valores de continuidade institucional e antiguidade do Estado, pertencimento à civilização ocidental, apego ao direito e ao pacifismo, que distinguiam a política externa brasileira”.²⁶



Acima, Jean-Baptiste Debret, *Retrato de D. Pedro II*, 1826

Abaixo, Belmiro de Almeida, *Os descobridores*, 1899

27. ESCOREL, Silvia. Op. cit., p. 214.
28. Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 1541 – maço 33713 – Obras no Palácio Itamaraty 1927/1930.
29. ESCOREL, Silvia. Op. cit., p. 207.
30. Ver: Instituto Joaquim Tenreiro <<https://www.joaquimtenreiro.com>>.
31. Ver: Manufacture Zuber & Cie <<https://www.zuber.fr>>.
32. Ver: Atelier Bettenfeld-Rosenblum <<https://www.elegance-cuir.com>>.

Octávio Mangabeira e a valorização das raízes culturais do Brasil

Como visto na sessão anterior, na gestão do chanceler Octávio Mangabeira (1926-1930), o Palácio passou por grande reforma, foi construído o edifício da Biblioteca e reformulado o jardim interno. A valorização do espírito nacionalista e das raízes culturais do Brasil, dominantes naquele período histórico e nitidamente assumidos pela diplomacia, refletiram-se também na decoração dos espaços internos dos edifícios do conjunto. Na Biblioteca, foram introduzidos revestimentos apainelados e mobiliário de influência art déco e, para o Palácio, foram adquiridas peças de mobiliário luso-brasileiro dos séculos 17 e 18 do leiloeiro Bastos Dias. Trata-se do mais valioso conjunto de móveis do acervo, contendo cadeiras, poltronas, mesas, armários em jacarandá, nos estilos Dom João V; Dom José I e Dona Maria I, entre eles uma mesa de centro que pertenceu à Fazenda Imperial de Santa Cruz. Parte desse grupo de mobiliário foi destinada à sala em homenagem ao Barão do Rio Branco.²⁷

No período Mangabeira, foi feito também grande o investimento na conservação e restauração de objetos e obras de arte.

O grande tapete Aubusson, que forra o soa-lho da sala de recepção, assim como os dois outros menores, que se acham nas salas Nabuco e Rui Barbosa, foram devidamente reparados em Paris. Essas admiráveis alfombras, de grande preço intrínseco e histórico, estiveram a pique de perder-se. Mercê dos concertos que receberam, entretanto, estão a salvo dos danos definitivos com que o prolongado uso as ameaçava. Refizeram-se, também, várias guarnições de reposteiros, cujas molduras se arruinaram, atacadas pelos cupins. Da mesma sorte, a tradicional Mesa dos Tratados, em que Rio Branco firmou tantos atos de transcendência internacional, e cujo madeiramento, sobretudo no tampo, de preciosos embutidos, apodrecera, foi carinhosamente remodelado. Pela mesma razão, quase todos os marcos dos grandes espelhos se renovaram. O mobiliário, tipo séculos 17, 18 e Império de França recebeu, em muitas peças, já imprestáveis, nova tapeçaria, rigorosamente exata. Além desses reparos, que realçaram o valor das coleções antigas, opulentou-se o patrimônio do Itamaraty com a aquisição de todo um mobiliário finíssimo, do século 18 português, em jacarandá.²⁸

Na Sala dos Índios, ao fundo do Palácio, originária da mesma reforma e revestida por papel de parede da Manufatura Zuber (França), inspirado no álbum de Rugendas, *Viagem Pitoresca ao Brasil* (1835),²⁹ o ponto alto do acervo é o centro de mesa em metal dourado, de autoria de Thomire (1741-1843), artista francês renomado, feito cinzelador do Império por Napoleão Bonaparte. A sala é ocupada por uma grande mesa de jantar fabricada por Laubisch Hirth e cadeiras em estilo Chippendale, fornecidas por Otto Schutte e Filhos, ambas movelarias brasileiras sediadas no Rio de Janeiro.

A qualidade dos móveis produzidos, não só para o Palácio, mas para todos os prédios do conjunto, assim como dos revestimentos em tecido, cortinas e douramentos, é uma marca constante, até pelo menos a primeira metade do século 20. Nos períodos mais remotos, se identificam fornecedores estrangeiros, sobretudo franceses, e, avançando para o século 20, passam a predominar movelarias brasileiras, produzindo ou reformando os móveis e a decoração, como é o caso, entre outros, da Otto Schutte e Filhos, Natale Lugli e Irmão, Laubisch & Hirth e Leandro Martins. Nas duas últimas, Joaquim Tenreiro atuou como designer de móveis entre 1933 e 1943, até dar início à sua revolucionária linha de desenho moderno com o mobiliário da casa de Francisco Inácio Peixoto, em Cataguases.³⁰ A citada Manufatura Zuber,³¹ fornecedora do papel de parede, e a casa Bettenfeld – hoje Atelier Bettenfeld-Rosenblum³² –, de móveis, sanefas e douramentos, são ateliers tradicionais franceses ainda em atuação na Europa, reconhecidos pelo programa *Entreprise du Patrimoine Vivant*, do governo francês.



Mobiliário brasileiro, mesa de jantar de Laubish & Hirth e cadeiras Chippendale

fabricadas por Otto Schutte e Filhos; na sala ao fundo, François Claudius Compté-Calix, *Conde de Itamaraty*, óleo sobre tela

33. Apud: FARIA, Breno Ribeiro Marques. *O Itamaraty e o moderno: o Ministério das Relações Exteriores e as artes visuais e arquitetura em meados do século 20*, p. 78.

A última grande aquisição

Um conjunto de fatores, em especial as condições de venda e a perspectiva de criação do Museu do Itamaraty, resultou – após negociação que se estendeu de 1949 até sua chegada ao MHD, em 1955 –, na compra da coleção de José Salgueiro Esteves Brandão, colecionador brasileiro residente em Portugal. Segundo memorando do chefe da Divisão Cultural de 16 de agosto de 1954, a coleção continha “Escultura, Pintura, Miniatura, Gravura, Litografia, Mobiliário, Cerâmica, Esmalte, Metal, Vidro e Cristal, Armaria Ourivesaria e Joalheria”.³³ Sabe-se que teve como destino não apenas o MHD, mas também os Museus Histórico Nacional, Nacional de Belas Artes e Imperial de Petrópolis.

No acervo destinado ao Itamaraty, predominam pinturas portuguesas e brasileiras do período entre os séculos 19 e 20, estando também presentes as várias categorias mencionadas, de tal forma que a coleção Esteves Brandão foi a responsável, pela incorporação ao MHD, de muitos dos bens antes mencionados, em especial aqueles da família imperial. Entre as pinturas, destaca-se uma cabeça feminina retratada em quadro denominado *O fado*, de José Vital Branco Malhoa, (Portugal, 1855-1933), considerado um estudo para o célebre quadro do mesmo nome, ícone identitário da nação portuguesa.



José Vital Branco Malhoa, *O fado*, óleo sobre tela, 1916



Barão do Rio Branco, ao centro,
missão especial do Brasil em
Washington

1. Carta do Barão do Rio Branco, datada de Berlim, em 7 de agosto de 1902. Manuscrito do Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro.
2. GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*.

Palácios e papéis na diplomacia

Em agosto de 1902, o Barão do Rio Branco, então ministro plenipotenciário brasileiro na Alemanha, escreveu uma longa carta para seu amigo, o poeta Frederico Abranches. Convidado para assumir a pasta das relações exteriores pelo presidente recém-eleito Rodrigues Alves (1848-1919), expressou preocupação diante da possibilidade do retorno ao Brasil. Questões de saúde, vida familiar e mesmo sua situação financeira suscitavam inquietações. Entre outros pensamentos, teceu comentários sobre a política externa brasileira, a situação do Itamaraty e o modo como ele era administrado, o que exigia mudanças. Dentre as reformas que se faziam necessárias, ganharam destaque a do Arquivo e da Biblioteca do ministério.

Segundo Rio Branco, estes acervos deveriam ser “um arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate”.¹ O pensamento do Barão transcendia a concepção de unidades de informação como meros locais de guarda de expedientes administrativos ou depósito de livros. Entendia-os como repositórios de dados e informações necessárias à tomada de decisões, um diferencial estratégico na condução da política externa, o que ajuda a ilustrar a relevância que livros, mapas e documentos tiveram na história das relações internacionais brasileiras e na trajetória do Itamaraty.²

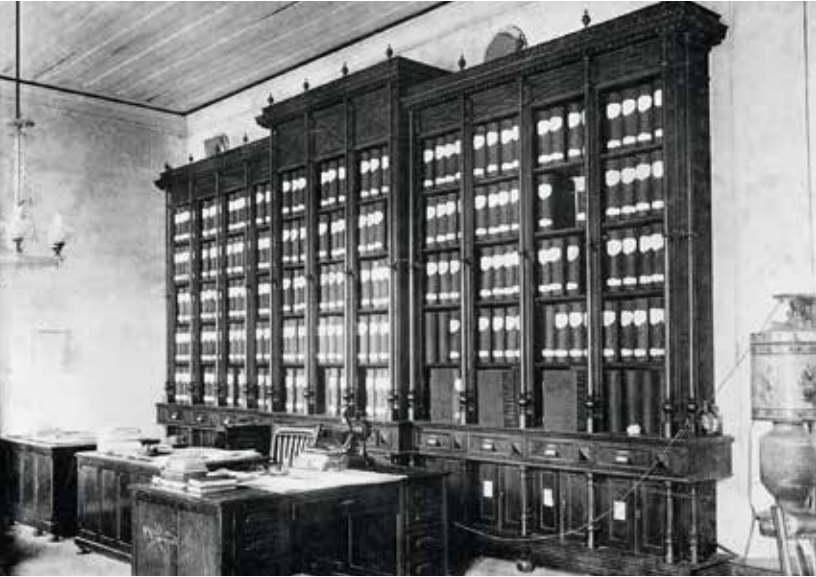
Os acervos de documentos textuais, iconográficos, cartográficos e bibliográficos do Itamaraty são resultado dos registros produzidos, recebidos, adquiridos ou acumulados pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE no exercício de suas funções. Tais atribuições estão diretamente relacionadas à atuação diplomática, à formulação da política externa, à busca do interesse nacional, conforme, em cada época, os diferentes sujeitos entendiam o mundo à sua volta, a sociedade, o Brasil e seu papel internacional.

O conjunto de livros, mapas e documentos acumulados pelo MRE na antiga capital do Império e primeira capital da República representam o somatório de iniciativas de se estruturar um sistema organizado de informações, que fosse um diferencial na condução da política externa brasileira, especialmente na era Rio Branco (1902-1912). Cumpridas suas funções primárias, eles adquiriram uma nova significação, de herança cultural representativa e relevante para a História

3.
Ver: CHEIBUB, Zairo
Borges. *Diplomacia,
diplomatas e política
externa: aspectos do
processo de institucio-
nização do Itamaraty.*

do Brasil e para a memória institucional. O Arquivo, a Biblioteca e a Mapoteca Histórica do Itamaraty no Rio de Janeiro são, portanto, custodiadores de acervos de inestimável valor histórico, artístico e cultural, parte importante do patrimônio documental e bibliográfico brasileiro.

Este capítulo busca não apenas registrar a trajetória institucional das unidades de informação do MRE no Rio de Janeiro, mas principalmente suscitar reflexões acerca dos diferentes usos e significações de seus acervos no decorrer de seus mais de duzentos anos. A relação entre política externa, diplomacia e acervos documentais remete a muito antes do Barão do Rio Branco e se confunde com a história do próprio Itamaraty.³



Acima, Arquivo Histórico do Itamaraty, armário com códigos pertencentes ao Arquivo Histórico



À direita, Arquivo Histórico do Itamaraty, vistas da antiga sala de processamento técnico



Lopo Homem, *Carta náutica*, 1519

4.
Ver: FARIAS, Rogério de Souza. *Estrangeiros e guerra: um ministério na corte joanina. O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira.*
5.
GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil (1823-1891).*

Documentos, mapas e livros na formação da nação

Apesar da significação do Barão do Rio Branco na formação do moderno Itamaraty, as origens dos acervos remetem à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra português.⁴ Criada pelo alvará régio de Dom João V em 1736, deveria gerenciar a nomeação de diplomatas no exterior, negociar casamentos, alianças militares, deliberar sobre declarações de guerra e celebrações de paz. Sua instituição fez parte de um conjunto de mudanças políticas e administrativas visando ampliar a presença do reino português junto às cortes ilustradas da Europa do século 18.

Com a Revolução Francesa de 1789 e a ascensão do império napoleônico em 1804, alterou-se profundamente o cenário político da Europa. Após a queda da dinastia Bourbon da Espanha, diante da iminência da invasão e da pressão crescente do governo de Londres para que Portugal não aderisse ao Bloqueio Continental, a corte portuguesa se transferiu para América. Essa transladação, mais que uma mudança de sede, significou modificações políticas, econômicas e sociais que transformaram o império português. Os diferentes ministérios, assim como as representações diplomáticas, a administração das colônias e a própria Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra passaram a ter sua sede na cidade do Rio de Janeiro.⁵

O bom desempenho do serviço exterior lusitano implicou em trazer os arquivos correntes da chancelaria para junto dos formuladores da política externa. O Conde de Linhares – Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Secretário de Estado dos negócios estrangeiros do então regente Dom João, determinou a transferência dos acervos para o Rio. A documentação que veio de Lisboa continua, entre outros documentos, a correspondência entre a chancelaria e as missões diplomáticas portuguesas no exterior, entre membros da família real portuguesa e outras cortes da Europa, documentos relativos a tratados e acordos internacionais e correspondências entre as capitanias da América Portuguesa e a antiga metrópole na Europa. Este *corpus* documental formou os primeiros acervos a compor o Arquivo Histórico do Itamaraty, cujo surgimento está diretamente relacionado ao novo papel que a colônia veio a desempenhar a partir de 1808.

6. Termo de origem latina utilizado para livro impresso com caracteres móveis, fundidos em metal entre 1455 e 1500.

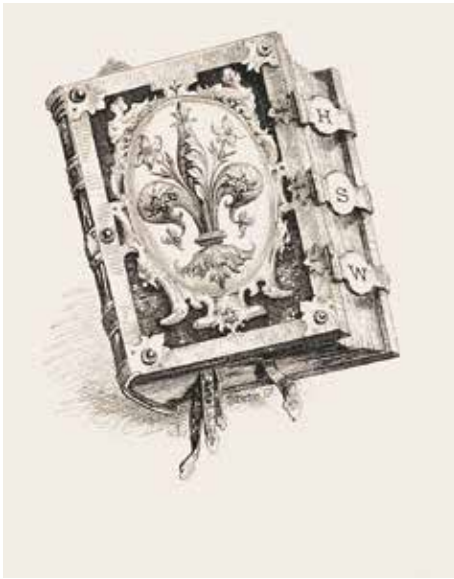
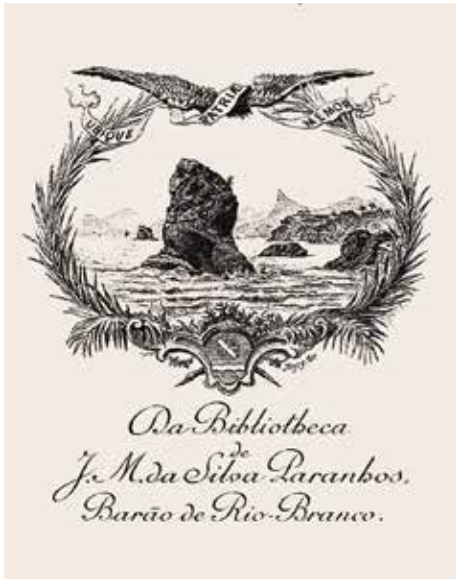
7. Obra rara de grande valor, seja por ser um exemplar único, seja por ter características especiais em sua encadernação, ilustração, ex-libris entre outras.

O translado dos registros da Secretaria dos Estrangeiros faz parte de um conjunto mais amplo de medidas que visaram criar condições para que a cidade colonial, no Atlântico Sul, se transformasse na capital de um vasto império, entre elas a produção e circulação de impressos. Três meses após desembarcar no Rio de Janeiro, o regente Dom João fez publicar um decreto que estabeleceu a Imprensa Régia, subordinada à pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Com isso, revogou a proibição de tipografias na América Portuguesa, instituída em 1785 por sua mãe Dona Maria I (1777-1815). A norma joanina determinava que a oficina serviria para imprimir exclusivamente papéis oficiais e documentos diplomáticos. Contudo, como não havia outra tipografia na cidade, ela acabou por publicar obras não governamentais. A vinculação da Imprensa Régia à Secretaria dos Estrangeiros não foi mero capricho do soberano lusitano. Na noite de 29 de novembro de 1807, quando da evasão precipitada da corte portuguesa de Lisboa, encontravam-se nos porões de um dos navios todos os artefatos de uma tipografia, cuidadosamente encaixotados, tal como haviam chegado da Grã-Bretanha após serem adquiridos pelo Conde da Barca (1857-1817), então secretário dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Em seu lugar, assumiu, posteriormente o Conde Linhares (1755-1812), que também permaneceu como responsável pela nascente Imprensa Régia.

Ainda existem na Biblioteca Histórica do Itamaraty, no Rio de Janeiro, alguns exemplares deste período. Entre eles, destacam-se a *“Elegia à sempre saudosa e sentidíssima auzencia de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brazil”*, e o *“Protecção à franceza”*, de José Daniel Rodrigues da Costa, ambos acerca das Guerras Napoleônicas e da transladação da corte para o Brasil. Contudo, apesar da importância destas obras, elas estão longe de ser as mais antigas existentes na Biblioteca Histórica. Incunábulo⁶ como a *“Summa universae theologiae”*, de Alexander de Ales em língua latina, com data presumida entre 1480-1481, ou ainda cimélio⁷ como *“Liber primus imperatoris intitutionum seu elementorum”*, obra de 1483 que comenta o Código elaborado pelo imperador bizantino Justiniano (482-565), além de centenas de outras dedicadas a reis e rainhas portugueses, levam a antiguidade do acervo a datas ainda mais recuadas no tempo.



Alexander de Ales, *Summa universae theologiae*, na mesa da biblioteca e detalhe do livro, c.1480-1481



Acima e ao lado, ex-libris das coleções de livros de Jean-Baptiste Descamps, Barão do Rio Branco, G. Stern, Visconde de Cavalcanti e Joaquim Nabuco

Abaixo, *Liber primus imperatoris intitutionum seu elementorum*, 1483; encadernações de luxo em couro azul e verde com super libris do Brasão do Império e do Imperador D. Pedro II, com adornos gravados em dourado nas capas

8. Ver: FUNAG. *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty: documentação anterior a 1822*.
9. BRASIL (Império). *Decreto de 13 de novembro de 1823*. Cria um Conselho de Estado e nomeia os respectivos membros.
10. Ver: WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

Ainda que não formados de uma única vez e fruto de esforços distintos, os acervos do MRE acumularam uma grande quantidade de registros cartográficos, especialmente dos séculos 16 e 17, atualmente guardados na Mapoteca Histórica do Itamaraty. Mapas topográficos e hidrográficos, cartas náuticas, planisférios e globos feitos à mão ou impressos por importantes cartógrafos ou tipógrafos ibéricos, franceses e holandeses formam um testemunho importante, tanto da formação territorial dos países sul americanos como de sua natureza e sua gente. Fazem parte do acervo cartas náuticas do cartógrafo português Lopo Homem, de 1519; atlas de Luiz Teixeira (1560-1652) e seu filho João Teixeira Albernaz (1627-1675), datadas de 1574 e 1631. Das tipografias holandesas que abundavam no século 17, há cartas do cosmógrafo Georg Marcgraf (1610-1644), naturalista a serviço do Conde de Nassau (1604-1679), atlas de Johannes Blaeu (1596-1673) e de Ioannes van Keulen (1654-1715). Como representantes da cartografia francesa, bastante popular no século 18, há mapas de Nicolas Sanson (1600-1667) e globo terrestre de 1700 por Guillaume de L'Isle (1675-1726).

A transferência da centralidade do poder metropolitano da Europa para a América reforçou os vínculos entre as possessões africanas e asiáticas e as colônias brasileiras, em especial com o Rio de Janeiro. O estabelecimento da sede da Secretaria dos Estrangeiros do Reino de Portugal na cidade criou as bases do que hoje veio a ser o Itamaraty. Vencida a invasão francesa em 1809, o território português na Europa ficou sendo gerido pelas forças britânicas. A Revolução do Porto de 1820 pôs em xeque o absolutismo português. De modo a enfrentar as revigoradas Cortes de Lisboa, o rei retornou à Europa em 1821 e, com ele, os órgãos do Estado lusitano instalados no Brasil. As colônias na América, agora reunidas sob o novo status de Reino Unido a Portugal e Algarves, passaram a ser governadas pelo príncipe herdeiro, Dom Pedro de Alcântara (1798-1834), que atuava como regente em nome de seu pai, valendo-se de parte das estruturas político-administrativas deixadas no Brasil, o que incluía a da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Estreitam-se relações e contatos entre o então Reino do Brasil e diferentes partes da América e do mundo. Houve

comunicações com os rebeldes do Vice-reino do Prata, com o governo autônomo dos Estados Unidos e mesmo com as monarquias restauradas da Europa. Além disso, diversas representações estrangeiras permaneceram no Rio de Janeiro. Todas essas interações geraram registros documentais que se agregaram aos arquivos já existentes. A portaria de José Bonifácio de março de 1822, uma das primeiras normas administrativas relativas à documentação do serviço exterior brasileiro, recomendava que os papéis emitidos fossem anotados em livros próprios, criando um serviço que atualmente chamaríamos de registro de protocolo.⁸

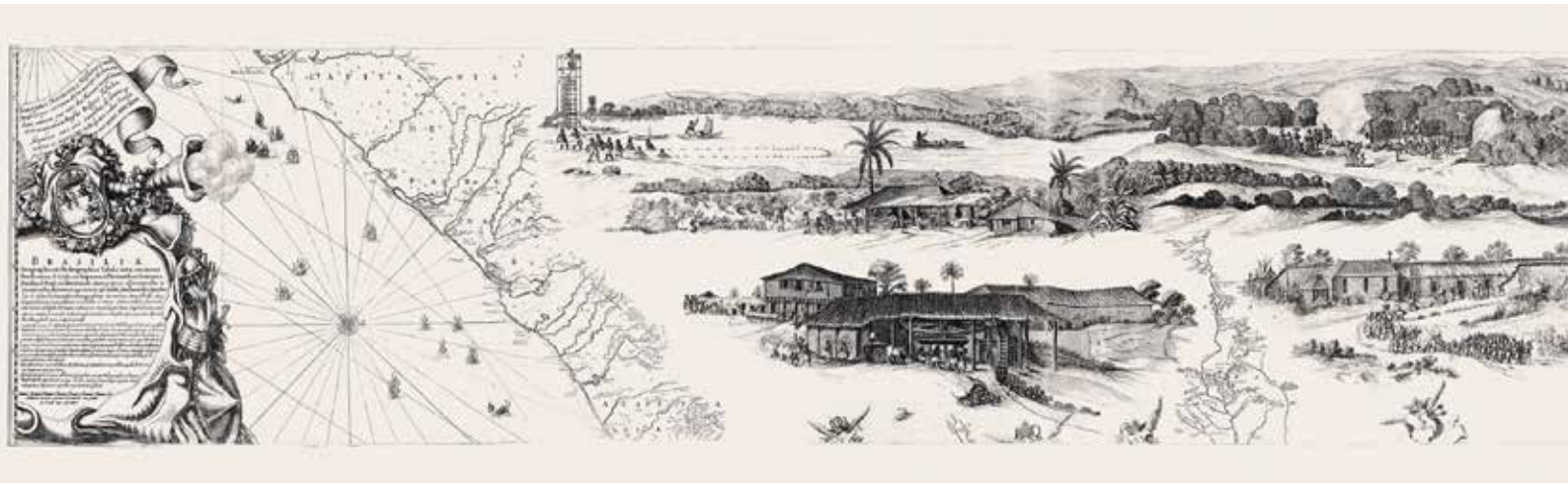
A emancipação política, em setembro de 1822, e o estabelecimento do regime monárquico sob a égide do príncipe regente, tornado imperador Pedro I do Brasil, derivaram na institucionalização de um sistema político e administrativo que funcionava de forma improvisada, desde a retirada da corte no ano anterior, e muito se assemelhava à estrutura e ao *modus operandi* da administração colonial portuguesa. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil foi oficialmente instituída por decreto de novembro de 1823.⁹ Suas atribuições replicavam as de seu antecessor lusitano, uma vez que se voltava para a administração da política externa e para a nomeação de agentes no exterior.

Nestes primeiros anos, o governo de D. Pedro I buscou o reconhecimento da nova nacionalidade e a organização de um serviço exterior, instituindo numeroso corpo diplomático no estrangeiro. Este pequeno exército de cônsules, chefes de delegação e ministros residentes mantinha um fluxo constante de documentos que vieram a se somar aos existentes. Buscando gerenciar melhor os acervos da Secretaria, o Marquês de Aracati (1776-1834), ministro dos exteriores da época, estabeleceu a obrigatoriedade da numeração dos documentos e a criação de índices que refletissem o assunto no fim de cada ofício. No ano seguinte, outra norma determinava que os registros deveriam ser arquivados de acordo com as subdivisões administrativas das seções. No final do Primeiro Reinado, o acervo possuía bem mais papéis do que os existentes nas 34 caixas vindas de Portugal em 1810. Apesar dos esforços do Marquês de Aracati, não havia controle rigoroso sobre as missões no exterior, nem sobre os documentos produzidos por elas. Pedidos de pagamento de salários atrasados eram uma constante nas correspondências, peculiaridade que, entre outras, demonstrava as dificuldades de se recriar um império nos trópicos.¹⁰

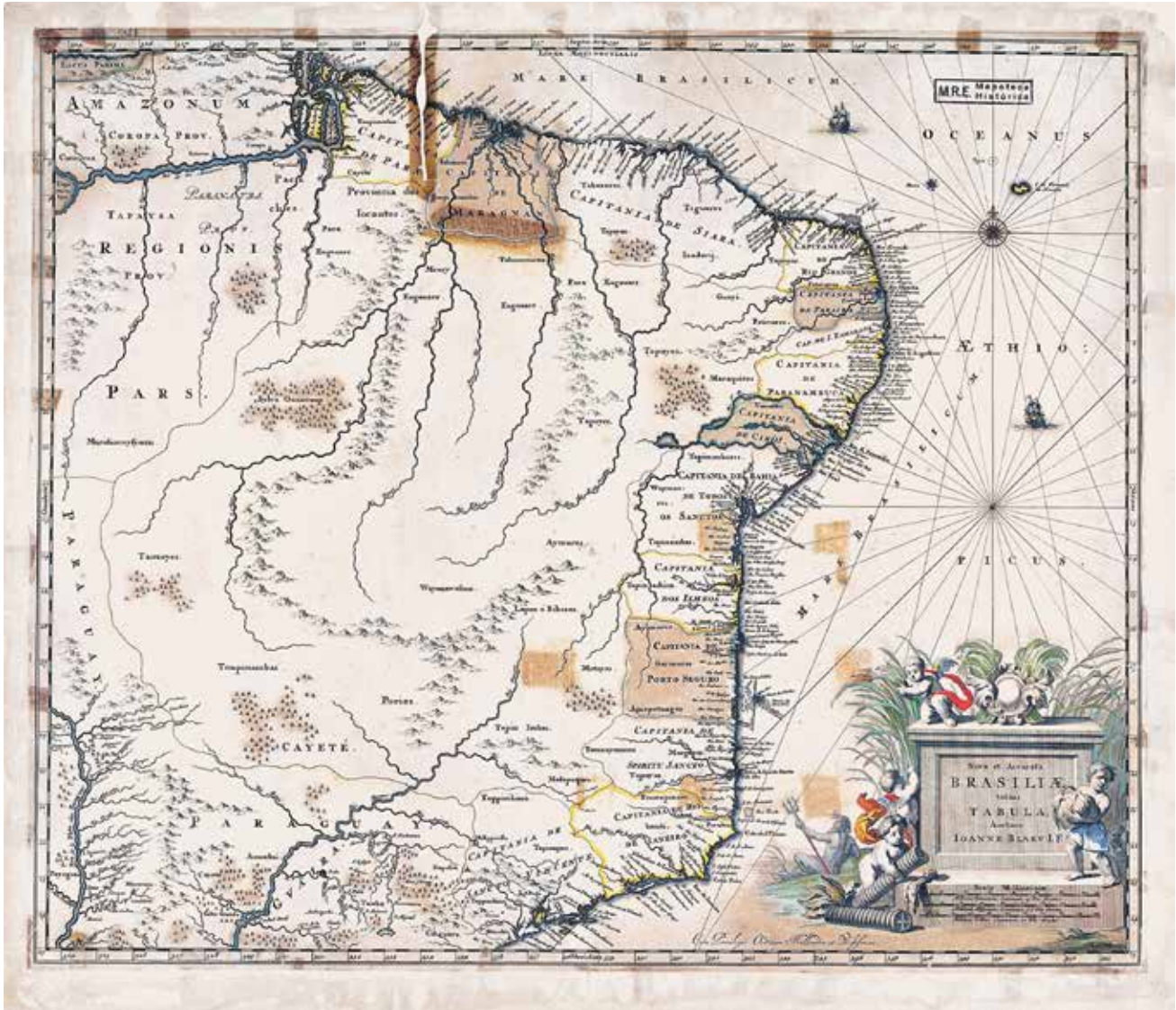


João Teixeira Albernaz, o Velho, *Planta da Restituição da Bahia*

Mapa da Capitania do Rio de Janeiro, ambas de 1631



Georg Marcgraf, *Mapa da Capitania do Pará e Mapa Brasília qua parte paret Belgis*, 1646

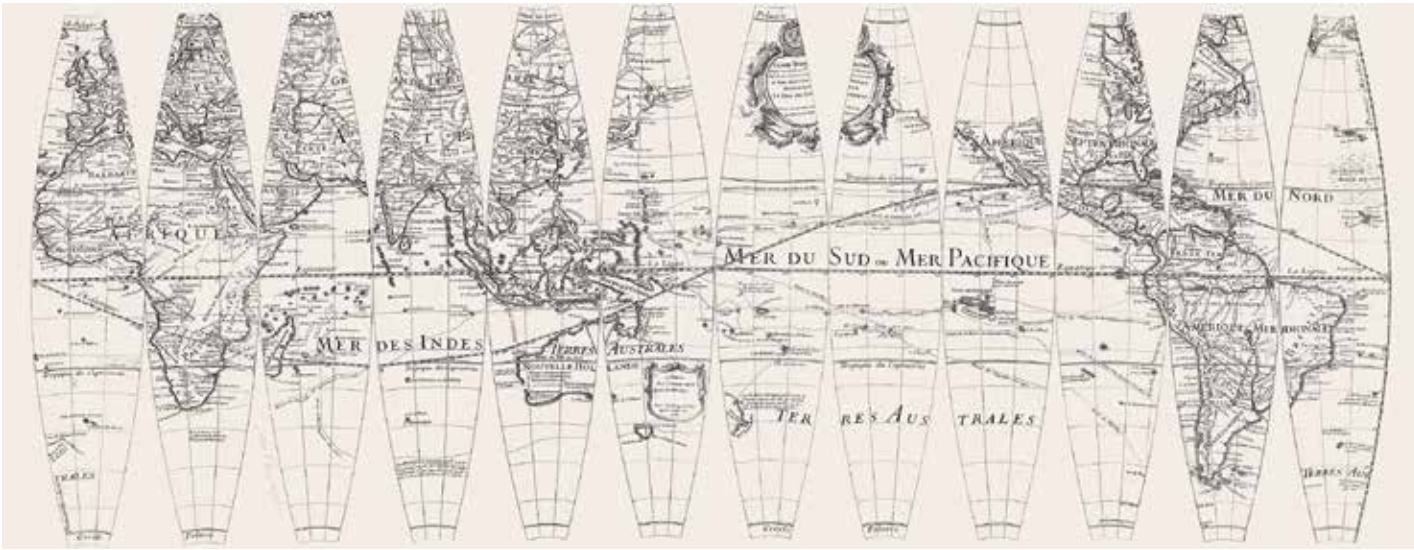
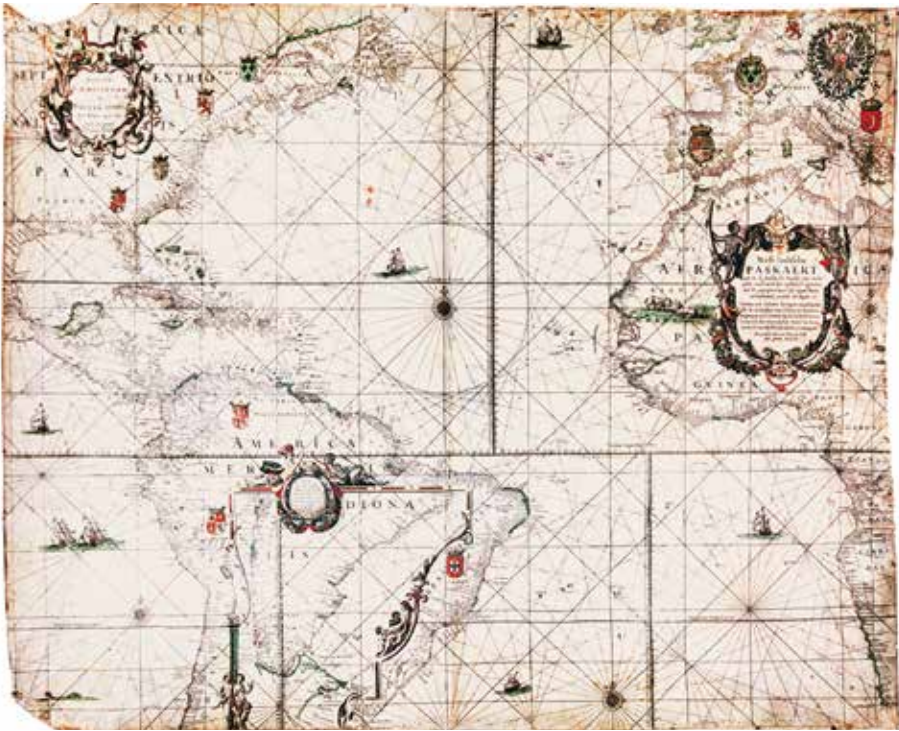


Nicolas Sanson, *Mapa da América Meridional*, 1696



Johannes Blaeu, *Atlas Nova et Accurata Brasiliae Totius Tabula*, 1640

Ioannes van Keulen, *Mapa Zee-Kaardt*, 1712



Guillaume de L'Isle, *Globo Terrestre*, 1700

11. BRASIL (Repartição dos Negócios Estrangeiros). Secretaria de Estado. In BRASIL (Império). *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antônio Peregrino Maciel Monteiro*, p. 17-18 <<https://bit.ly/3ZqFFqf>>.

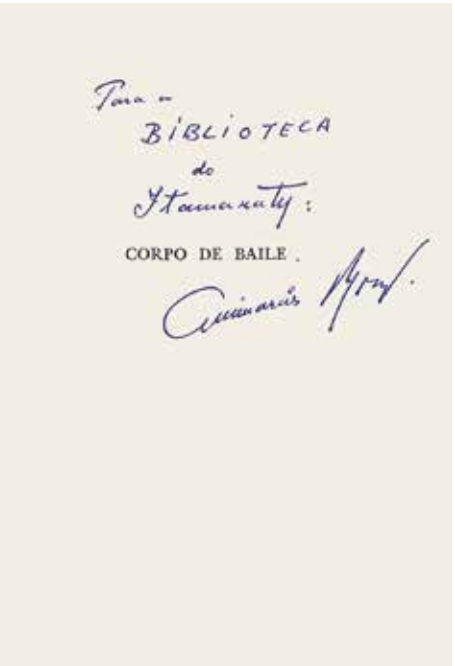
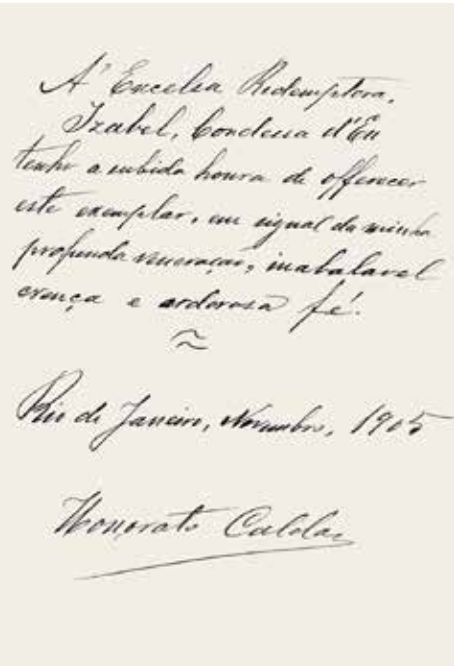
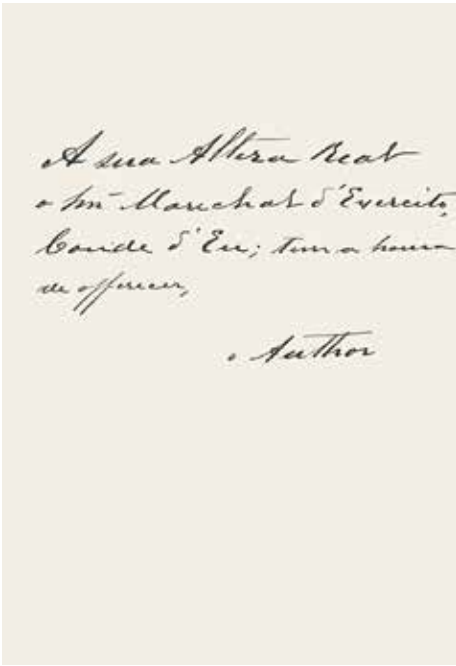
12. Ver: SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*; ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. 13. ADONIAS, Isa. Op. cit., p. 22.

Nove anos após a proclamação da independência, o primeiro imperador do Brasil abdicou ao trono, dando início ao longo e conturbado período regencial. Revoltas e insurreições agitaram a vida política e social do país e criaram desafios para a política externa imperial. As debilidades da definição clara das fronteiras vieram à tona. Tanto na bacia amazônica quanto no Prata, os limites do Império foram questionados e a recuperação de registros documentais que contribuíssem para a defesa dos limites entendidos como as fronteiras do país passou a ser estratégica. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros instruiu as delegações imperiais em Lisboa, Madri, Londres, Paris, Haia e Buenos Aires para que se empenhassem em adquirir quaisquer documentos que fornecessem informações relevantes quanto aos limites do Brasil. Havia especial interesse por questões envolvendo os limites entre Portugal e França, segundo o Tratado de Utrecht de 1713; e entre Portugal e a Espanha, conforme os Tratados de Madri (1750), de Santo Idelfonso (1777) e de Badajoz (1801). Contudo, ainda havia questões indefinidas acerca das solicitações de devolução de parte dos acervos trazidos de Portugal durante o período de permanência da corte no Rio de Janeiro.

A ideia de justificar-se as fronteiras nacionais como sendo uma derivação dos limites criados entre os domínios ibéricos na América do Sul tinha, na documentação, um subsídio poderoso. Sob essa perspectiva, a fronteira seria o resultado de um processo de criação de legitimidade, onde os limites da pátria remeteriam, histórica e culturalmente, aos critérios naturais. Assim, para além das forças das armas e da diplomacia, seria necessário, a partir de então, fundamentar a ideia de uma nação preexistente, que apesar de abscondita sob o véu do colonialismo português, agora se apresentava como uma continuidade da monarquia lusitana, estável e segura, capaz de submeter motins e agitações desestabilizadores do sistema internacional e apta a legitimar a posse de seu vasto território. Tudo isso ocasionou o aumento gradativo dos acervos de mapas, documentos e livros da Secretaria dos Estrangeiros. No fim do período regencial, a necessidade da construção de um arquivo institucionalizado era aventada pelo então secretário dos estrangeiros, Tomás Antônio Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá (1804-1868). A prestação de contas anual ao Parlamento, assinada por Antônio Peregrino Maciel Monteiro, sobrinho do ministro, levantava uma série de necessidades para o bom funcionamento do órgão, entre elas a criação de um arquivo e uma biblioteca:

na organização de um arquivo, onde se depositem os necessários documentos, peças oficiais, e mais elementos, que sirvam a constituir uma série de fatos tão necessários à história geral do nosso país, como mesmo à nossa história diplomática, sendo igualmente essencial, que se crie uma biblioteca especial, aonde se encontrem todas as produções, que o desenvolvimento do espírito humano houver de dar à luz no que respeita à marcha dos governos, e às modificações, que por ventura se tenham de realizar nas relações das diversas associações políticas.¹¹

No documento, Maciel Monteiro registrava as dificuldades organizacionais da Secretaria e, para saná-las, sugeria a criação de novas seções, contratação de pessoal e institucionalização de unidades de informação. Ainda que tais unidades não estivessem formalmente instituídas, já havia, neste período, um conjunto de documentos cartográficos na Secretaria dos Estrangeiros, que se avolumaram no período imperial. No espírito de adquirir documentos acerca da formação das fronteiras da América Portuguesa, o diplomata brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878),¹² futuramente Barão da Ponte Ribeiro, contribuiu de forma decisiva para a aquisição de mapas históricos. Em meio ao clima político conturbado gerado pela Revolução Farroupilha ao sul do império, adquiriu livros, mapas e documentos importantes para a compreensão dos sucessivos avanços e recuos das fronteiras coloniais na região do Prata. Segundo Ponte Ribeiro, o governo brasileiro deveria apressar-se em adquiri-los antes que “caíssem em mãos erradas”,¹³ esforço que ele próprio empreendeu por meio de compra, permuta, reproduções e mesmo outros modos pouco ortodoxos. Na frente europeia, o governo regencial se esforçava para adquirir e coletar outros registros. Diplomatas como Antônio de Menezes de Vasconcelos Drummond (1794-1865) e José Maria do Amaral (1812-1885) contribuíram decisivamente nestes esforços. Foram adquiridos livros, mapas e manuscritos dos séculos 18 e 19 relativos às fronteiras com as Guianas e com a América Espanhola. Antes que uma iniciativa isolada, tal prática se perpetuará no Segundo Reinado (1841-1889).



João Guimarães Rosa, escritor e diplomata

Acima, páginas de livros com dedicatórias de autor ao Conde d’Eu, de Honorato Caldas à

Condessa d’Eu e Guimarães Rosa à Biblioteca do Itamaraty



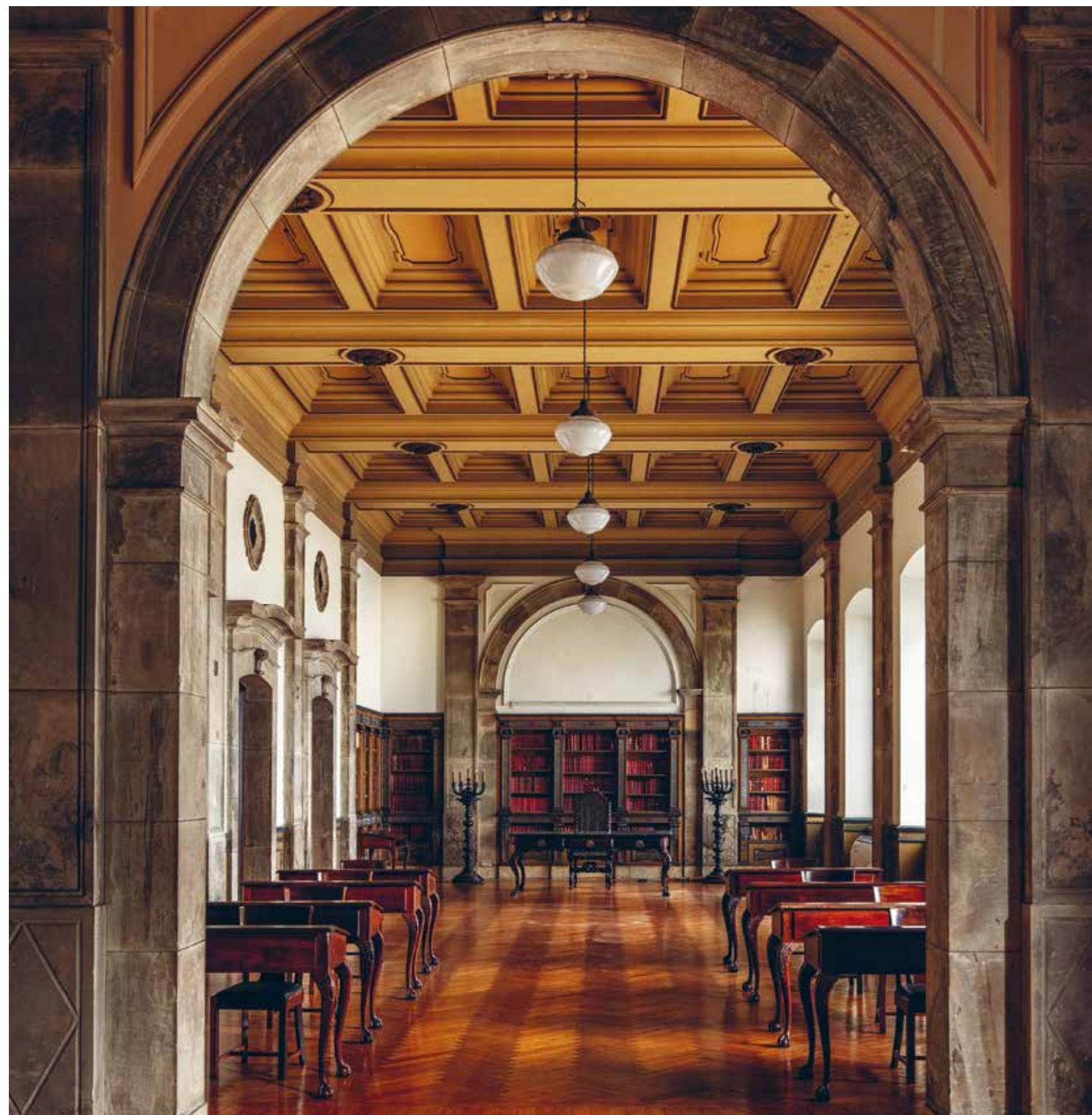
Autor anônimo, *Duarte da Ponte Ribeiro*, barão de Ponte Ribeiro, óleo sobre tela

Página à direita, direita, Biblioteca, sala de leitura

14. BRASIL (Império). Decreto n. 135, de 26 de fevereiro de 1842. Reformando a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em virtude do Artigo 39 da Lei n. 243 de 30 de novembro de 1841.

A aclamação do imperador Dom Pedro II, em 1840, iniciou o Segundo Reinado e a autoridade do novo monarca serviria ao combate das rebeliões que ainda persistiam no país. Medidas que buscavam reorientar o governo em torno do poder central no Rio de Janeiro, reorganizar a administração pública, regulamentar as fronteiras nacionais, especialmente na Bacia do Prata, contribuíam para que prosseguissem os esforços de obtenção de livros, mapas e documentos. Agentes brasileiros foram enviados à Europa para prospectar, coletar, analisar e registrar documentos úteis, tanto para a construção de uma história nacional, quanto para a legitimação da posse de determinados territórios. Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (c. 1714-1862) foram a Madri; Joaquim Caetano da Silva (1810-1973) foi a Haia e Duarte da Ponte Ribeiro, a Lisboa. Em 1867, por intermédio de Ponte Ribeiro, celebrou-se acordo entre Brasil e Portugal para a troca de documentos. Foram enviados mapas e cartas relativos a explorações do interior do Brasil, plantas de fortificações e outros registros relativos aos limites; o Império, por sua vez, cedeu plantas e desenhos técnicos alusivos às estruturas de defesa em Portugal. Parte deste conjunto de documentos foi depositada nos arquivos da Secretaria dos Estrangeiros, e posteriormente transferida ao Arquivo Público do Império.

Durante o II Reinado, a diplomacia imperial cresceu em escala. O serviço exterior brasileiro na Europa era maior que o de seus vizinhos latino americanos, mas nos países platinos, a diplomacia adquiria ainda mais relevância diante dos constantes atritos políticos e militares. Isso levaria a um aumento considerável dos fluxos documentais, que, somados às aquisições de novos itens, redundava em problemas na organização, manutenção e armazenamento, exigindo aprimoramentos no sistema de gestão dos documentos. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros, sob o mandato de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1800-1855), Visconde de Sepetiba, foi reformulada por decreto de 1842,¹⁴ que incumbiu ao Arquivo armazenar os papéis da Secretaria de Estado e das representações no estrangeiro, assim como os tratados e documentos solenes relativos à família imperial. Atribuiu o gerenciamento do Arquivo a um oficial, assessorado por um porteiro e um amanuense, que deveriam também ter o controle das entradas e saídas de documentos do ministério. A norma jurídica chegou à minúcia de detalhar que os documentos deveriam ser classificados levando-se em conta a cronologia e os assuntos tratados.



15. LÁZARO, Maria-Teresa. *Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática*, p. 43.

16. BRASIL (Presidência da República). Decreto n. 291, de 29 de março de 1890. Altera a organização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e eleva os vencimentos dos seus empregados.

Contudo, tais planos não obtiveram pleno efeito. O Relatório Ministerial enviado à Câmara em 1854 mencionava as precariedades dos acervos. Ao mesmo tempo em que cresciam em dimensão, estavam longe da organização necessária. Antônio Paulino Limpo de Abreu (1789-1883), Visconde de Abaeté, afirmava que “depois do desenvolvimento dado a nossas relações diplomáticas, a sua organização não é a mais adaptada para serem tratados convenientemente todos os assumptos”.¹⁵ Tal dificuldade de gestão se relaciona com as mudanças de sede, inicialmente localizada nas proximidades do Passeio Público e posteriormente em uma residência no Campo da Aclamação n. 11, atual Campo de Santana. Contudo, os ministros, em muitas situações, despachavam de suas próprias residências e aí mantinham documentos tidos como sigilosos.

Cinco anos depois das reclamações do Visconde de Abaeté, a chancelaria foi transferida para nova sede, no antigo Palacete Bahia, na rua da Glória n. 100, aos pés do Outeiro, pertencente a Manuel Lopes Pereira Baía, o Visconde de Meriti. Segundo Decreto de fevereiro de 1859, instituído na gestão do Visconde do Rio Branco (1819-1880), as atividades de arquivo e biblioteca aparecem na 3ª Seção, intitulada “Chancelaria e Archivo”, que, além de custodiar os tratados e conservar arquivos e livros da Secretaria, deveria elaborar sinopses e índices de legislações nacionais e estrangeiras, assim como controlar os registros dos emolumentos. As mudanças empreendidas por Rio Branco permitiram melhorias da Biblioteca e nos métodos de organização dos mapas, contudo não representaram melhoria significativa na organização dos documentos textuais. Um regulamento para a Biblioteca foi publicado ainda em 1842, assim como o primeiro instrumento de busca para os documentos cartográficos, sucedido por outros em 1852, 1854, 1857 e 1859.

A partir de novembro de 1889, a queda da monarquia acarretou o rompimento da estrutura tradicional da Secretaria de Estado, inaugurando um longo período de transição e instabilidade. A sede do governo nacional transferiu-se para o palacete situado na rua Larga – uma das principais ruas da cidade à época – e que fora propriedade da família do Visconde de Itamaraty. O republicano radical Quintino Bocaiúva se tornou ministro dos negócios externos do novo regime. Em 1890, o

Decreto 291 transformou a Secretaria em Ministério das Relações Exteriores, tendo início a substituição de agentes ligados à monarquia por outros mais afinados com o novo regime.¹⁶ A Seção de Chancelaria e Arquivos foi extinta e parte de suas atribuições conferida a um “arquivista”, a quem caberia gerir todos os acervos correntes, cartográficos e mesmo os livros, auxiliado por dois outros funcionários.

Após os conturbados governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e os primeiros anos do governo de Prudente de Moraes, em julho de 1897, o governo federal cedeu o Palácio Itamaraty para o MRE. A mudança efetivou-se apenas em 1899, na gestão de Olinto Magalhães (1866-1948) e a transferência dos acervos para a nova sede se deu ao longo de dois anos. Depois de longo tempo armazenado nos porões do casarão, a situação do acervo era precária: documentos sem capa ou sem qualquer acondicionamento, muitos sem identificação. Ao final, não se sabia ao certo a dimensão dos acervos custodiados.

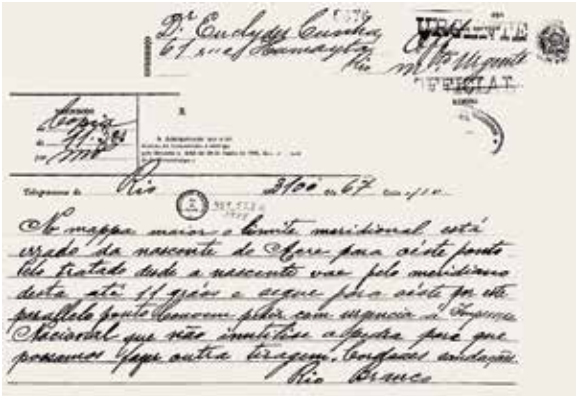
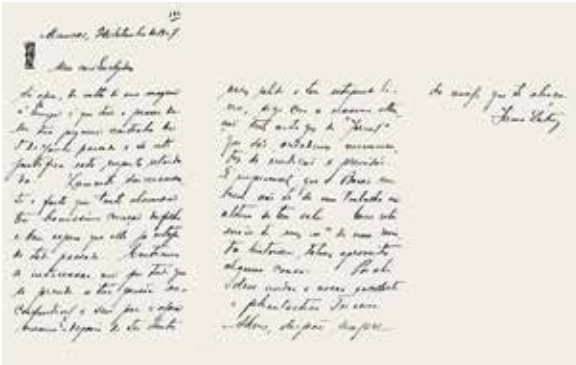


17. KÄMPF, Martin Nor-mann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*.

Documentos, informação e território

A exuberância da nova sede da chancelaria brasileira não condizia com as condições de seus acervos documentais. Queixas quanto à precariedade dos arquivos comparecem nos relatórios ministeriais entre 1897 e 1902. Os efeitos desta incúria ficariam ainda mais evidentes quando da disputa pela posse do pequeno arquipélago de Trindade e Martin Vaz, provocando embate entre a jovem República brasileira e o Império britânico. A marinha britânica ocupou, secretamente, a ilha de Trindade em janeiro de 1895,¹⁷ fato só conhecido no Brasil quase seis meses mais tarde, pondo em alerta o governo Prudente de Moraes. O enfrentamento da maior potência imperialista da época exigiu que o governo republicano empregasse o melhor de seus esforços na defesa da posse daquele pequeno território no Atlântico Sul. No esforço de buscar, na Secretaria de Estado, elementos que legitimassem a posse das ilhas, ficaram evidentes a desorganização dos acervos e a falta de recursos materiais e de pessoal, fazendo com que o governo precisasse se valer dos registros da Biblioteca Nacional e do então Arquivo Público Nacional (Arquivo Nacional).

Questões de posse e definição de limites, como as ocorridas no episódio de Trindade, não foram fatos isolados. As disputas entre o Brasil e outros países, adormecidas desde o período monárquico, tornam-se mais frequentes entre o final do século 19 e primeiros anos do século 20. Questionamentos quanto às fronteiras com a Argentina em 1895 e com a Guiana Francesa em 1900, a Questão do Acre em 1903 e da Guiana Britânica em 1904 podem ser entendidas segundo a dinâmica da política internacional vigente no neocolonialismo. Antes que meras negociações burocráticas, estes episódios demonstravam um contexto internacional agressivo, marcado pelas disputas entre potências imperialistas por áreas de influência ou zonas de controle efetivo. A jovem República – com seus vastos sertões despovoados e uma força militar incapaz de resistir às investidas imperialistas – tinha na preservação de sua integridade territorial, assim como na preservação de sua soberania nacional, alguns de seus maiores desafios. Este período histórico marcou o lento ocaso da chamada “Era dos Impérios” e o prenúncio da escalada de tensões que levariam à Primeira Guerra Mundial (1914-1917).



Página à esquerda, Felix Charpentier, *Quintino Bocaiúva*, busto em bronze, 1889

Acima, Euclides da Cunha

No meio, Orville Adalbert Derby, carta a Euclides da Cunha, 02/09/1907

Abaixo, Barão do Rio Branco, telegrama a Euclides da Cunha, s/d

18. REDAÇÃO. Biblioteca do Itamaraty. *O Imparcial – diário ilustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1913, p. 4 <<https://bit.ly/3XMqsOI>>.

19. Sobre a atribuição da 5ª Seção, ver: BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 6.046, de 24 de maio de 1906. Dá novo regulamento à Secretaria de Estado das Relações Exteriores*.

Apesar disso, os acervos do MRE seguiam em condições muito próximas daquelas de sua transferência do Palacete Bahia em 1897. Parte dos livros ficou alojada nas antigas cavalariças e cocheiras e documentos inativos nos porões do imóvel. Na busca por maior organização dos conjuntos documentais, durante a gestão Rio Branco (1902-1912), requisitou-se o senhor Antônio Jansen do Paço, então chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, que instituiu um sistema de arquivamento mesclando critérios próprios do método geográfico com outros do método cronológico. A partir de novembro de 1903, Jansen do Paço passou a chefiar uma comissão de reorganização da biblioteca, formada por funcionários da chancelaria, porteiros, carregadores, amanuenses e outros, iniciando seus trabalhos por um levantamento geral da situação da coleção e catalogando, em um ano de trabalho, aproximadamente 6.540 livros, em sua maioria discursos, atos legislativos, relatórios de atividades e coleções de leis.¹⁸ Era notório o mal estado de conservação de alguns volumes e obras, levando à eliminação daquelas consideradas alheias ao interesse do Ministério.

A comissão apontou a necessidade de medidas urgentes destinadas às obras mais importantes, apontou a insuficiência do espaço para o depósito e indicou a compra de mobiliário adequado, a criação de uma oficina de encadernação e a aquisição de novos acervos. De posse deste diagnóstico, o Barão levou a cabo um amplo plano de reformas, a começar pela aprovação de um novo regimento para a Secretaria de Estado, a partir de 1906, e pela criação da 5ª seção, que coordenaria as atividades relativas à documentação.¹⁹ Esta seção retomou funções existentes no período monárquico – classificar e arranjar os documentos e zelar por sua conservação – além de assumir tarefas como a coleta, tratamento, armazenamento e análise de informações. Além disso, deveria elaborar índices gerais e memórias de atos internacionais, questões de limites e outros temas de relevância para o Itamaraty. Quanto aos acervos bibliográficos, suas funções envolviam tanto a guarda, arranjo e conservação de livros e periódicos, como a criação de instrumentos de busca, como índices e catálogos. A Biblioteca passou a ter expectativas e funções específicas, enquadradas nos novos paradigmas que norteariam a gestão do Itamaraty pelas décadas seguintes. Quanto aos acervos cartográficos, a norma determinou que estes fossem catalogados de modo a permitir a recuperação da memória das negociações de limites.

Porém, o grande marco das reformas de Rio Branco foi a construção de um edifício específico para armazenamento de acervos. Durante sua gestão, a sede do ministério passou por uma série de reformas, dentre elas a construção de uma nova edificação que deveria reunir e abrigar os acervos documentais. Projetadas pelo arquiteto italiano Tommaso Gaudencio Bezzi (1844-1915), a edificação situava-se aos fundos do jardim. Para além das reformas e construções arquitetônicas e do crescimento vegetativo dos acervos, entre 1902 e 1912 houve grande esforço do Ministério para adquirir livros, documentos e mapas úteis para compreensão da formação do território e a defesa de sua legitimidade segundo os princípios do *Uti Possidetis*. O serviço exterior buscou obter, ou mesmo compilar, uma série de documentos em arquivos e bibliotecas na Espanha, França, Grã-Bretanha e Portugal. Neste espírito, foram adquiridas, entre 1908 e 1909, as coleções de livros de Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, e de Joaquim Thomaz do Amaral, segundo Visconde de Cabo Frio (1818-1907). Em 1912, o governo brasileiro adquiriu, em leilão na Itália, um mapa mundi de 1512, confeccionado pelo cartógrafo veneziano Jerônimo Marini, no qual um trecho da América do Sul aparece nominado como “Brasil”. A Coleção Varnhagen possuía



Página à esquerda, Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878), Barão e Visconde de Porto Seguro

Jerônimo Marini, *Mapa Mundi*, 1512

4.156 títulos, datados entre os séculos 15 e 18, voltados principalmente para história do Brasil e história geral, história diplomática, geografia, roteiros de viagem, direito, artes e literatura. Na Coleção do Visconde de Cabo Frio, com cerca de 1.012 títulos em 1.336 volumes, predominavam o período entre o século 18 e 20 e temas como política, direito, relações internacionais, história, religião, literatura e poesia, com a presença de autores clássicos como Cícero e Sêneca, ao lado de autores como Voltaire e Lord Byron. Parte importante desse acervo compreende publicações sobre aventuras e relatos de exploradores europeus na África, China, Turquia e Rússia. Ao final da gestão de Rio Branco, a biblioteca já contava com mais de vinte mil volumes.

O Barão veio a falecer às vésperas do Carnaval de 1912, antes que as obras do novo prédio que abrigaria os acervos estivessem concluídas. Neste mesmo ano, foi inaugurado o novo edifício intitulado Prédio da Biblioteca, cuja inauguração acabou se convertendo em homenagem póstuma ao Rio Branco. Em seguida, o governo do presidente Venceslau Brás (1914-1918) adquiriu seu acervo privado, que, além de obras de arte e objetos decorativos, continha vasta documentação sobre as questões fronteiriças, que passaram a compor os acervos arquivísticos, bibliográficos e cartográficos do Itamaraty. A biblioteca ministerial foi intitulada Biblioteca Barão do Rio Branco e incorporou, além de seus acervos pessoais, os de seu pai, o ex-ministro do Império Visconde do Rio Branco.

O padrão da gestão de Rio Branco em muito diferia da vacilante estrutura dos órgãos da República Velha e representou um marco fundamental para a criação do Itamaraty moderno, iniciando o movimento de transição do patrimonialismo e do clientelismo para uma administração profissionalizada. Contudo, os gastos do MRE cresceram na velocidade e na amplitude da imagem de grandeza e sofisticação que o Barão pretendia imprimir, gerando desconfiança do parlamento, além de críticas e ironias, muitas expressas em caricaturas de jornal. No entanto, seus métodos de trabalho se consolidaram. A prática da apreciação das questões internacionais através do minucioso exame prévio, baseado em informações consolidadas, prosseguiu. Parte importante deste processo está relacionado ao exame da documentação antecedente, ao arrolamento de mapas e livros sobre o tema e ao escrutínio de todas as fontes possíveis. Este método de trabalho tem como resultado a manutenção dos registros documentais e, como decorrência, a preservação da memória, institucional e nacional, além da proteção de parte essencial do patrimônio documental e bibliográfico brasileiro.



Biblioteca e jardim interno com espelho d'água



Embaixador Miguel Gastão da Cunha e equipe, 1906

Participantes do almoço oferecido por San Tiago Dantas, ministro do MRE, 1961

Entre a monumentalização da memória e as incertezas da gestão

Na década seguinte, os acervos arquivísticos do Ministério estavam longe de alcançar os parâmetros propostos na carta de Rio Branco ao seu amigo Frederico Abranches. Nos anos que se seguiram a sua morte, os problemas se avolumaram. O volume de papéis crescia e o recolhimento de documentos das representações no exterior foi ampliado. Havia registros espalhados por diversos lugares do Palácio Itamaraty, sem organização, além de centenas de metros lineares de documentos de arquivo nos mais diversos estados de conservação e condições de acondicionamento, em pacotes e caixas de papelão, acumulados em diferentes lugares.

Durante a Primeira Guerra Mundial, uma nova reforma regimental alterou o organograma da Secretaria de Estado. A Reforma Nilo Peçanha (1917-1918) fez com que a unidade organizacional responsável pela gestão dos arquivos fosse absorvida pela Diretoria Geral de Contabilidade e Administração. Para além dos registros organizados por localidade e data, tentou-se ampliar a classificação por assunto, com base em um *Thesaurus*. Em 1916, o Embaixador Gastão da Cunha (1863-1927) criou uma comissão para reorganizar a biblioteca. Esta comissão, dirigida pelo então Primeiro Oficial Arthur Guimarães Araújo Jorge (1884-1977), elaborou um novo catálogo, mais abrangente que o anterior, porém sem contemplar parte do acervo que estava acomodada em outras dependências do Palácio. Mesmo o prédio, inaugurado em 1912, não mais comportava toda a documentação e novamente exigia reformas.

Ainda que em situação crítica, os acervos do Itamaraty eram objeto de diferentes iniciativas, como foi a publicação da obra “Arquivo Diplomático da Independência”, contendo transcrições de registros do processo de reconhecimento da independência do Brasil pelos países da Europa, Argentina e Estados Unidos. Trata-se de um conjunto de seis volumes, publicados entre 1922 e 1925, que acabou por se tornar uma das principais referências no que toca ao processo de reconhecimento internacional da jovem nação. A partir de então, a Seção de Arquivo passou a contar com uma subdivisão encarregada dos documentos anteriores a 1927, chamada de Arquivo Geral, e outra posterior, chamada de Arquivo Central. A ideia era que a primeira armazenasse registros importantes por seu caráter histórico e a outra as demandas administrativas e correntes do Ministério. No entanto, o



Osvaldo Aranha e Macedo Soares, assinatura de convênio Brasil-Argentina

Octávio Mangabeira visita a Agência Nacional

Embaixador Mário de Pimentel Brandão e diplomatas

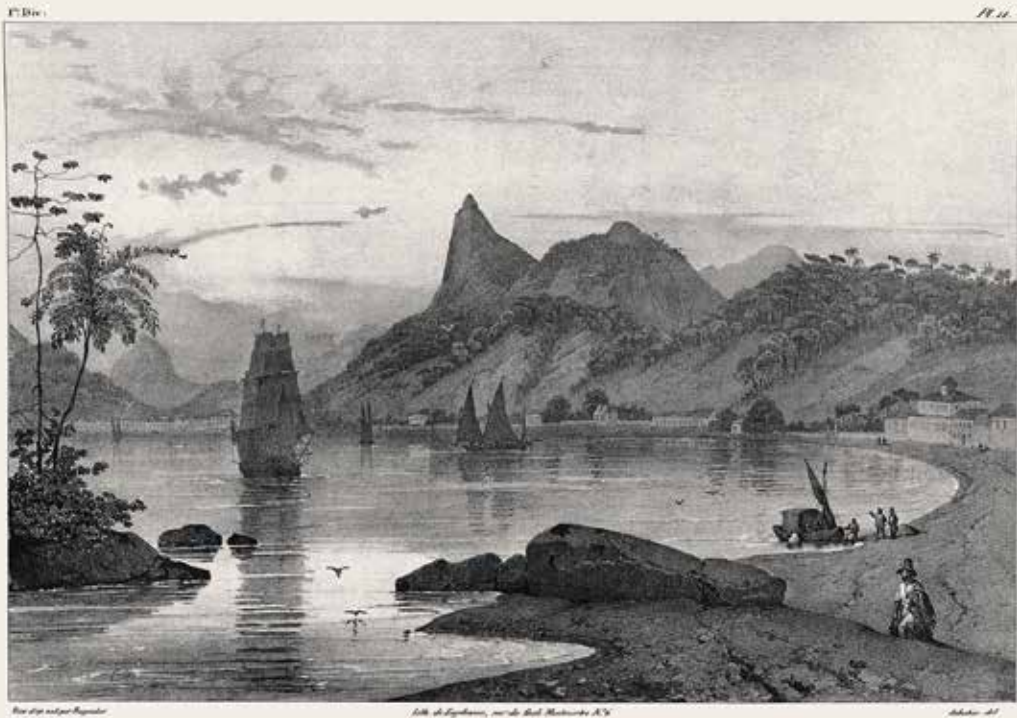
20. AGACHE, Alfred. *Plano de cidade do Rio de Janeiro: remoção, extensão e embelezamento*.

21. Sobre a continuidade dos objetivos traçados pelo Barão do Rio Branco quando esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), em especial a de Octávio Mangabeira (1926-1930), ver: REDAÇÃO. Política exterior no Brasil. A missão histórica de Rio Branco e a obra fecunda da nossa atual chancelaria. *Fon-Fon*, ano 23, n. 22, Rio de Janeiro, 1 jun. 1929, p. 49-53 <<https://bit.ly/3xyfAJt>>.

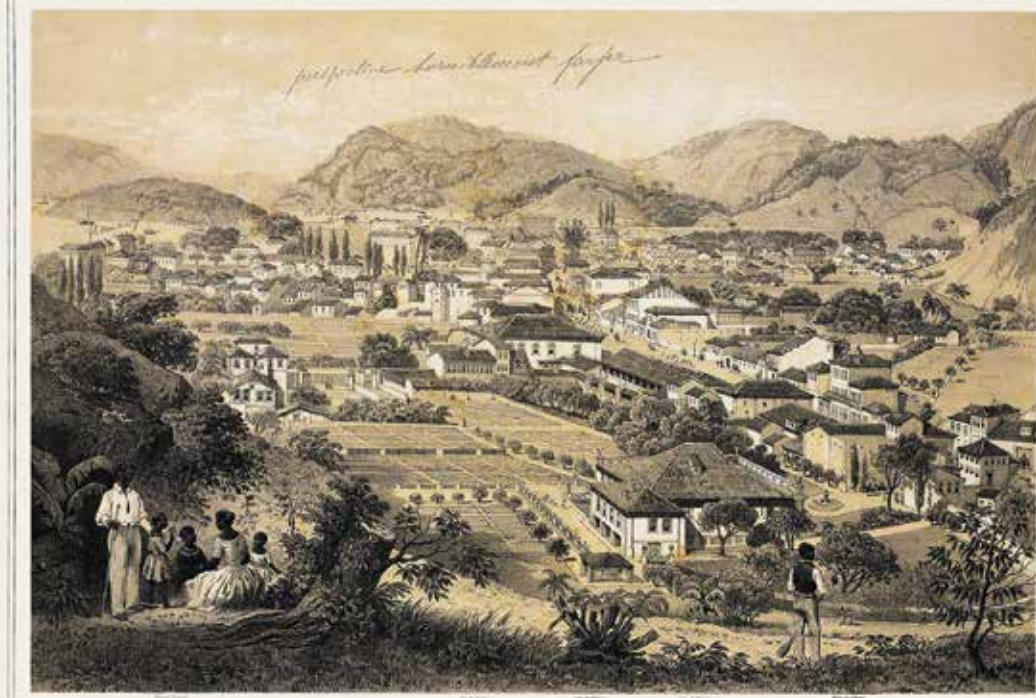
prédio projetado por Bezzi já não comportava toda a documentação produzida, recebida ou mesmo acumulada pelo órgão e exigia medidas urgentes.

O Ministro Octávio Mangabeira obteve, em 1926, autorização do Congresso Nacional para elevar um novo prédio, mais adaptado às necessidades do serviço exterior brasileiro. Mesmo no conturbado cenário do final da República Velha, um concurso de projetos para o novo prédio foi promovido pelo Itamaraty e conduzido pelo Instituto Central dos Arquitetos do Brasil, tendo como vencedores os arquitetos Robert Russell Prentice (1883-1960) e Anton Benjamin Floderer (1884-1972). A obra foi inaugurada em agosto de 1930, em meio à crise política derivada da eleição de 1929 e meses antes da quebra da Bolsa de Nova York. A ata de inauguração, com ilustração do romancista Cornélio Penna, foi assinada por autoridades da época e encontra-se emoldurada e exposta na Sala de Consultas da Biblioteca. Por ocasião da inauguração, foi realizada exposição de livros, mapas e manuscritos, sob coordenação do historiador Affonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), nomeado diretor dos acervos documentais. Mais além, é também importante compreender a sintonia entre a proposta de construção de um novo prédio monumental com o contexto do plano urbanístico elaborado no final dos anos 1920 por Alfred Agache. Suas premissas encarnaram os objetivos de transformação da cidade em uma metrópole moderna e cujo trabalho refletia a discussão travada, à época, entre nacionalismo e internacionalismo.²⁰

A valorização da memória da instituição e da diplomacia brasileira se refletiram também em outras medidas. Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), último presidente da República Velha, e sob a gestão do Ministro Octávio Mangabeira (1886-1960), uma série de reformas institucionais foi implementada de modo a melhorar a gestão, não só dos acervos, mas de todo o Ministério. Circular de janeiro de 1926 determinava o recolhimento dos acervos arquivísticos das representações brasileiras no exterior, anteriores à década de 1920. Buscou-se ainda organizar os serviços de comunicação, intensificar o uso da datilografia e melhorar a emissão de passaportes. Em 1924, teve início a catalogação sistemática dos documentos cartográficos e, em 1926, foi concluída a confecção das fichas catalográficas da Biblioteca, por ordem alfabética. Estes são exemplos da amplitude das mudanças empreendidas por Mangabeira e do consequente aumento do fluxo de documentos no ministério.²¹



BOTA-FOGO.



PANORAMA DA CIDADE DE RIO DE JANEIRO

Trabalho de Johann Moritz Rugendas, 1835

22. Atualmente encontra-se disponível uma obra de referência sobre o assunto: ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005 <<https://bit.ly/3XKdAsd>>.

23. Serviço do Arquivo. In BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Relatório apresentado ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1933*, p. 5-9.

Com a Revolução de 1930, Washington Luís sai de cena, assim como o chanceler Octávio Mangabeira. Os esforços do ministério, a partir de então, foram drenados para a obtenção do reconhecimento do novo governo Vargas pelas principais potências internacionais. Enquanto isso, prosseguia o esforço de adequar o arquivo ao seu novo depósito. Pretendia-se criar um conjunto documental uniforme, classificado e devidamente acondicionado. Consolidou-se o método geográfico-cronológico como padrão de organização arquivística, implantou-se um sistema de classificação decimal e um vocabulário controlado.²² Contudo, problemas na arregimentação de força de trabalho qualificada foram uma constante em todo o processo. Além das mudanças no próprio edifício, foi adotado um novo mobiliário, materiais de escritório, livros de escrituração, formulários impressos, cadernetas de passaportes e outra centena de pequenos elementos cotidianos, tudo dentro dos elevados padrões da Casa Harrison & Sons, Ltda. de Londres.²³ Nem mesmo os suportes documentais ficaram de fora. Intensificou-se a transformação de documentos de arquivo em códices ou volumes, agrupando-os em encadernações em capa dura, resistentes e reforçadas, contendo emblemas e monogramas nas lombadas e douramento nas bordas, formando um conjunto orgânico e harmonioso, em muito semelhante a uma biblioteca. Para conceber as novas capas e folhas de guarda que protegeriam os códices, foi convidado o designer português, em ascensão na época, Fernando Correia Dias (1892-1935). Em estilo art déco com reminiscências indígenas, criou um padrão que mesclava elementos geométricos e ondas que em muito se assemelhavam aos padrões da cerâmica amazônica da Ilha do Marajó. O investimento no design tinha finalidade que transcendia a sua função utilitária para se converter em elemento da imagem institucional, projeção e representação de nação, veiculada tanto para o público interno quanto estrangeiro. Tal procedimento, ao mesmo tempo em que buscava padronizar manuscritos em suportes de diferentes proporções, diversas idades e graus distintos de conservação, fazia com que trechos dos documentos fossem perdidos, folhas dobradas em pontos importantes do texto e papéis com alcalinidades diferentes se oxidassem mutuamente. Apesar da nobreza das intenções, muitos destes procedimentos contribuíram irremediavelmente para a degradação dos acervos e a perda ou incompletude das informações.



PANORAMA DA CIDADE DE RIO DE JANEIRO

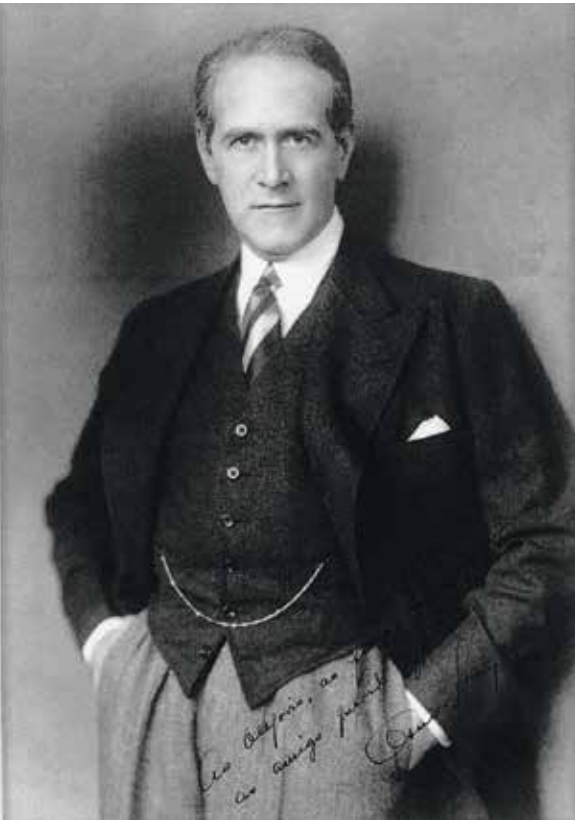
Trabalho de Johann Moritz Rugendas, 1835

Gravuras de Johann Moritz Rugendas (acima, esquerda, 1935) e Iluchar Desmons (1854), ilustrações do livro *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*, de Alfred Agache



PANORAMA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Johann Moritz Rugendas, 1835



Otávio Mangabeira, discurso na Academia Brasileira de Letras, 19/09/1958

Osvaldo Aranha em Washington, Estados Unidos, 03/11/1936

24. BRASIL (Presidência da República). *Decreto-Lei n. 4.422, de 30 de junho de 1942*. Cria o Serviço de Documentação no Departamento de Administração, da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Ver também: SOUSA-LEÃO, Joaquim de. *Palácio Itamaraty: resenha histórica e guia descritivo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

Todo este esforço histórico em prol da construção e melhoria das condições físicas do edifício dos acervos reflete o modo como os registros documentais eram compreendidos e os diferentes papéis que desempenharam. Inicialmente vistos como recursos estratégicos que legitimavam a tradição pacifista brasileira pelo uso de uma argumentação sofisticada e do direito internacional, passaram a servir como um monumento à construção da nacionalidade e à trajetória do próprio Itamaraty. Os esforços de se construir prédios cada vez mais elaborados para abrigá-los e o investimento nas peças documentais, por meio de encadernações, marcas de proveniência e douramentos foram meios pelos quais se buscava realçar esta monumentalidade.

Passada a euforia da inauguração do novo edifício da Biblioteca, a realidade se impôs. No período da chamada Guerra-Fria (1947-1991), a forte presença do Estado em diferentes setores da vida social e econômica, os métodos de trabalho fortemente marcados pela burocracia weberiana e a popularização do uso de máquinas de escrever fizeram com que a produção de documentos de arquivo tivesse um salto, exigindo ainda mais das áreas de guarda. Os documentos no Itamaraty eram redigidos em máquinas de escrever em diferentes vias por meio de papel stencil, muitas vezes em suportes de cores diferentes, depois de analisados e revisados por diferentes instâncias hierárquicas. Essa prática exigia em demasia dos setores de Protocolo e Distribuição de documentos. Como não havia uma política de avaliação e destinação, eram feitas várias cópias armazenadas em diferentes seções, tornando as atividades de Arquivo complexas e dispendiosas. A gestão do chanceler Oswaldo Aranha (1938-1944) buscou organizar o serviço de informação e documentação, diferenciando os acervos com finalidades administrativas daqueles custodiados por questões históricas e culturais. Decreto de 1938 individualizou das atividades de Arquivo em mecanografia (datilografia), Biblioteca e Mapoteca. Em junho de 1942, o Arquivo Histórico do Itamaraty foi criado como uma unidade do Departamento do Serviço de Documentação, com a competência de armazenar os registros não consultados frequentemente.²⁴

A preocupação com o valor secundário da documentação arquivística ficou evidente na gestão de Oswaldo Aranha e de seus sucessores imediatos, demonstrada por atividades como a participação na Exposição do Mundo Português,



Gravuras do livro *A voyage to the South-Seas, in the years 1740-1*, de John Bulkeley e John Cummins, 1743

25. Todos os volumes estão disponíveis para download gratuito no website da Fundação Alexandre de Gusmão <<https://bit.ly/3IM77QG>>.

26. HALICARNASSEI, Herodoti. *Historia, siue, Historiarum libri IX: qui inscribuntur Musae. Ex vetustis exemplaribus recogniti*. Ctesiae quaedam. Geneva, Tipografia de Excudebat Henricus Stephanus, 1570 <<https://bit.ly/3YnW5hL>>.

em 1940, a devolução dos documentos relativos ao Conde de Lipe, general português do período das Guerras Napoleônicas, e o lançamento dos Anais do Itamaraty em 1942, contendo a transcrição de documentos diplomáticos armazenados no Arquivo Histórico. No campo da produção historiográfica, o Ministério se dedicou à história diplomática e à história das relações internacionais brasileiras. Em 1942, foi criada a Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, reunindo historiadores, diplomatas e militares indicados pelo Ministro de Estado. A partir de 1945, o centenário de nascimento do Barão do Rio Branco resultou em estudos, biografias revisadas e reedições de suas obras, culminando com os doze volumes da coleção *Obras do Barão do Rio Branco*.²⁵

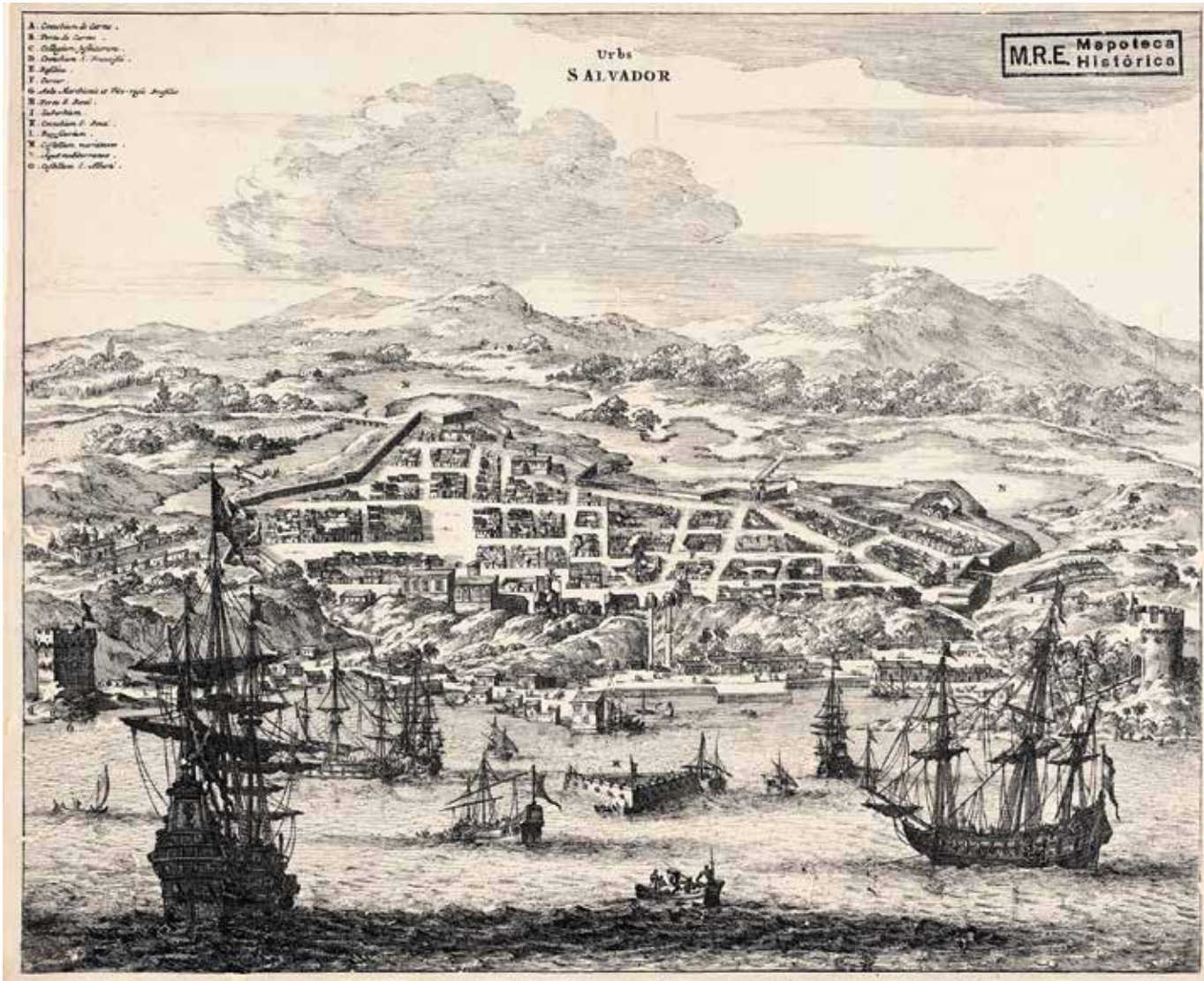
A onda de revalorização dos aspectos históricos e culturais dos acervos se refletiu também na Biblioteca e na Mapoteca. Em 1943, durante a gestão de Oswaldo Aranha, o Itamaraty adquiriu uma série de obras datadas dos séculos 16 ao 19, com destaque para uma versão de 1570 do livro *A história de Heródoto de Halicarnasso*,²⁶ escrito em grego antigo e latim, entre 440-430 a.C., onde o autor descreve a história das guerras entre gregos e persas. Juntamente com esta, obras dedicadas à história do império português e aos primeiros anos do Brasil independente, como *De Justo Imperium Lusitanorum Asiatico* de Frei Seraphino de Freitas, impressa em Vallisoleti, Espanha, em 1625; o *Breve Compendio e narração do funebre espetaculo que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da América Portuguesa, se viu na morte de El Rei D. Pedro II*, de Sebastião da Rocha Pita, impresso em Lisboa, em 1709. Em língua alemã, *Rio de Janeiro wie es ist*, de Carl Schlichthorst, publicado em Hanover, em 1829; o *Systematische Übersicht der Tiere Brasiliens*, de Hermann Burnmeister, publicado em três volumes, em Berlim, entre 1856 ou 1857. Houve especial interesse em obras acerca de viagens na era moderna, com destaque para a *Description of the Coasts of North and South Guinea and of Ethiopia Inferior...*, de Jean Barbot, impressa em Paris em 1732; assim como o *Politica Indiana*, obra em dois volumes, de Solorzano Pereira, impresso em Madri em 1736. Destacam-se ainda obra dos autores John Bulkeley e John Cummins, *Voyage to the South Seas in the Years 1740-1741*, publicada em Londres em 1743; o *An Account of the Voyages...*, editado por John Hawkesworth em oito volumes, relatando as viagens de capitães ingleses como Comodoro Byron, Capitão Wallis, Capitão Carteret e Capitão Cook.



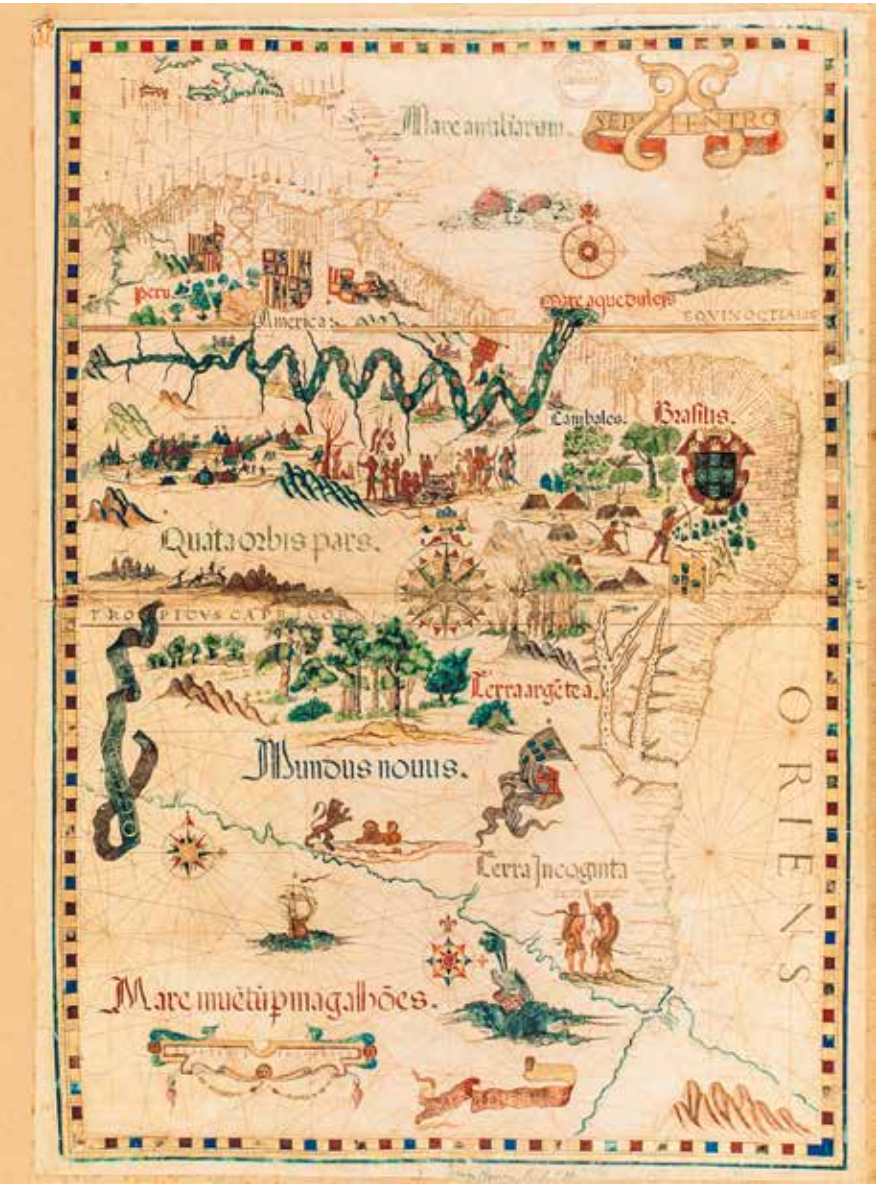
[illegible][illegible]

A partir de 1944, Jaime Cortesão (1884-1960) inicia seu trabalho de catalogação, restauração e tratamento técnico das peças iconográficas e cartográficas da Mapoteca do Itamaraty. Advogado e médico português, foi diretor da Biblioteca Nacional portuguesa e passou por diversos países até vir para o Brasil. Ao lado do trabalho na Mapoteca, passou a ministrar cursos de História da Cartografia, inicialmente visando dirimir os crônicos problemas de mão de obra especializada, mas evoluindo para contemplar alunos de outras instituições e configurando o que o autor chegou a intitular como uma nova disciplina, a mapoteconomia. Além de aspectos de classificação, catalogação e organização de catálogos topográficos, abordava também a sobreposição de mapas e a análise da formação territorial brasileira, buscando formar futuros diplomatas que, além das bases da cartografia, fossem conhecedores da história da formação territorial do país. Seu projeto não obteve o êxito que esperava no que tange a formação dos agentes de política externa, porém marcou de forma indelével os métodos de organização e guarda dos documentos cartográficos pelas décadas seguintes.

Por mais que a concepção da relevância histórica e cultural dos acervos no Ministério fosse evidenciada, a realidade cotidiana se impôs. Pouco mais de duas décadas após a inauguração do novo prédio da Biblioteca, o espaço não comportava mais o Arquivo, enquanto a Mapoteca e a Biblioteca seguiam recebendo itens documentais. Em 1955, foram acrescidas ao acervo 323 peças, mapas e atlas, por aquisição gerenciada pela Biblioteca, não só no Brasil, mas também junto às representações no exterior. A insuficiência dos espaços de guarda levou à interrupção da atividade de encadernação dos códices e de transferência de documentos dos postos no exterior. Em 1952, cogitava-se da implantação de uma tecnologia inovadora até então: a microfilmagem. Após estudos, o processo de se transformar grandes quantidades de registros em pequenos rolos de fotogramas foi iniciado em 1957; o sistema de classificação por assuntos foi revisado, dossiês de antecedentes reconfigurados, acervos recolhidos foram guardados em caixas metálicas, tudo visando gerenciar o pouco espaço disponível.²⁷



Acima, Auguste-Victor Derooy,
Vista aérea do Rio, 1889



Diogo Homem, *Mapa do Brasil*, 1558

No campo da difusão, o Itamaraty prosseguiu no esforço de tornar seus acervos conhecidos. Em 1957, foi publicado o Catálogo da Documentação anterior a 1822. Foram enviados documentos para serem expostos em Paris, sob os auspícios dos *Archives Nationales de France*, e a Mapoteca esteve representada na “Exposição Histórica de São Paulo no quadro da História do Brasil” e no 18º Congresso Internacional de Geografia. Quanto às formas de organização do conhecimento, as áreas de guarda de livros, mapas e iconografia se destacavam. Foram elaboradas as fichas contendo nomes de autores e de títulos diante de uma demanda crescente de consultas e empréstimos de obras. A Mapoteca ampliou o catálogo de fichas e, sob a supervisão da geógrafa e historiadora Isa Adonias, discípula de Jaime Cortesão, em 1956, foi publicado um instrumento de busca intitulado “As peças raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores”, impresso na própria sede do Ministério no Rio de Janeiro.

Entre as décadas de 1940 e 1960, as atividades primárias de gestão de documentos arquivísticos e bibliográficos e o gerenciamento de coleções de valor histórico se confundiam na estrutura organizacional do Ministério, gerando um paradoxo. Ao mesmo tempo em que o Itamaraty se esforçava por demonstrar seu rico e variado acervo, se defrontava com problemas cotidianos, unidades custodiadoras sobrevivendo de forma precária, com poucos recursos, déficit de pessoal especializado, estado de coisas que se agravou nos anos seguintes.

Em 1956, iniciou-se o governo do presidente Juscelino Kubitschek tendo como carro-chefe um ambicioso Programa de Metas e a construção de uma nova capital. Brasília foi inaugurada em abril de 1960 e, a partir de então, os principais órgãos da administração pública federal foram transferidos para a nova capital. A transferência da sede do Itamaraty se concluiu somente em 1970, na gestão do ministro Mário Gibson Barboza (1918-2007). Diante do desafio de desativação das atividades no Rio de Janeiro, na década de 1960, o Ministério se empenhou em ações de difusão e reconhecimento do valor e da magnitude de seu acervo. No ano da inauguração de Brasília, foi publicado o Catálogo do Arquivo Histórico, contendo os Pareceres do Conselho de Estado, assim como instrumento de busca dos Documentos Históricos do período 1822-1930. Ainda em 1960, Isa Adonias organizou o “Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)”, um inventário do acervo da Mapoteca que deveria possibilitar o seu



Diogo Homem, *Mapa do Brasil*, 1568

28. BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 66.218, de 17 de fevereiro de 1970*. Dispõe sobre o uso e a conservação do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro.

tombamento. Em 1963, a Mapoteca lançou a “Cartografia da Região Amazônica” em dois volumes, descrevendo mais de quatro mil itens, selecionados por Adonias em parceria com a pesquisadora paraense Maria de Lourdes Jovita. Em 1964, foi publicado o catálogo da documentação das Comissões e Tribunais Mistos, contendo registros dos documentos arquivísticos acerca das disputas com a Grã-Bretanha em torno do tráfico de escravizados e dos litígios com Portugal a respeito de reparações pela Guerra de Independência. Na esfera dos fundos privados, foram publicados instrumentos de busca dos Arquivos do Barão do Rio Branco e do Barão da Ponte Ribeiro. Em 1965, foi publicado o catálogo do arquivo particular de Ponte Ribeiro e um catálogo de imagens de Rio Branco e, dois anos depois, uma nova edição do Catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Em 1966, em homenagem aos quatrocentos anos da cidade do Rio de Janeiro, celebrados em 1965, o Itamaraty publicou o Catálogo de Plantas e Mapas da Cidade do Rio de Janeiro, organizado por Isa Adonias, discriminando cronologicamente os mapas e plantas e contendo inventário de referências sobre acidentes geográficos, marcos paisagísticos e descrição dos avanços e recuos da ocupação do território em volta da Baía da Guanabara.

Apesar do esforço de tornar público o conteúdo do acervo, a seleção privilegiou critérios de raridade e valor em detrimento da exposição sistemática e racional de todo o acervo e não foi suficiente para alterar o rumo das mudanças que se abateriam sobre a velha sede do Itamaraty. Em 1970, no governo do General Emílio Médici (1905-1985), a sede da chancelaria se transferiu definitivamente para o Planalto Central e o Palácio no Rio de Janeiro foi fechado, setenta e três anos após instalar-se no antigo solar dos Viscondes do Itamaraty. Por meio do Decreto n. 66.218, foram estabelecidas as linhas gerais do funcionamento da unidade do Ministério na Guanabara.²⁸ Entre outras definições, estabeleceu que o edifício não poderia ser cedido a outros órgãos e que se destinaria a abrigar o Arquivo Histórico, a Biblioteca e a Mapoteca. A documentação arquivística produzida até 1959 deveria permanecer na antiga capital, o restante ser transferido para Brasília. Foram movidos também cerca de 25 mil livros, que deram origem à Biblioteca do Itamaraty em Brasília. A ideia era de que esta fosse de natureza contemporânea e atendesse aos interesses imediatos do serviço exterior brasileiro, permanecendo no Rio de Janeiro aquelas entendidas como obras raras. Todo o processo de realocação só terminou em 1972, no entanto, a compartimentação não foi radical. Ainda

29. BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 64.122, de 19 de fevereiro de 1969*. Altera o artigo 25 do Regimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n. 12.343, de 5 de maio de 1943.

30. BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Portaria n. 593 de 12 de outubro de 1988*. Regulamenta o acesso aos documentos do Arquivo Histórico, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 1988.

31. Ver: JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. 32. Sobre o tema, ver: BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*.

hoje é possível encontrar, em Brasília, documentos anteriores a 1959 e, nos acervos do Arquivo no Rio de Janeiro, documentos posteriores a essa data. O acesso aos documentos históricos foi regulamentado pelo Decreto n. 64.122,²⁹ que colocou como de livre acesso todos os documentos anteriores a 1900; como de acesso restrito, aqueles entre 1900 a 1940 e os posteriores a 1940 como completamente vedados à consulta.

Em meio à crise econômica gerada pelo segundo choque do petróleo e com a nova capital federal já instalada, os esforços foram direcionados para a reabilitação do velho Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro e a reorganização do Museu Histórico Diplomático. Os trabalhos foram iniciados em 1979 e reabertura se deu em dezembro de 1982. Em 1984, foi publicado o instrumento de busca: “O acervo de documentos do Barão Duarte da Ponte Ribeiro: livros, manuscritos e mapas”, e, em 1985, inaugurada a exposição comemorativa *90 Anos do Tratado de Amizade Brasil-Japão*. Porém, o Museu voltou a fechar suas portas ao público no ano seguinte.

Em 1985, assumiu a presidência José Sarney (1930–), tendo como chanceler Olavo Egídio Setúbal (1923-2008). Em meio aos festejos do Centenário da Proclamação da República em 1989, buscou-se rememorar a importância do antigo palacete como primeira sede do governo republicano, com reunião simbólica dos ministros do Presidente Sarney na sala onde se deu a primeira reunião ministerial da república no Palácio Itamaraty, marcando mais uma reinauguração do Museu, que, contudo, seguiria fechado até a década seguinte. Em 1993, o Ministro Celso Amorim (1942–) determinou a reabertura do prédio e, no ano seguinte, houve uma terceira reinauguração, desta vez com a presença do Presidente Itamar Franco (1930-2011).

Ao mesmo tempo em que se discutiam as condições para a reabertura efetiva do antigo Palacete, os debates acerca do acesso aos documentos diplomáticos armazenados no Arquivo Histórico se acaloravam. Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, temas como o Direito à Informação ganharam um vigor renovado. Em resposta, o Itamaraty ampliou o arco temporal dos documentos acessíveis ao público, fazendo com que registros entre 1900 a 1958 pudessem ser pesquisados. Datas posteriores a essa deveriam ser analisadas previamente por

uma Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico – CPRAH, criada por portaria ministerial de 1988.³⁰ Todavia, a repercussão destas medidas gerou reações contrárias. A legislação federal seguia a marcha de maior transparência e democratização do acesso aos documentos estatais.³¹ Com a edição da chamada Lei dos Arquivos, Lei n. 8.159 de 1991, um importante passo foi dado no sentido do acesso à informação e da defesa do patrimônio arquivístico nacional. O MRE, frente às novas mudanças, extinguiu a CPRAH e transferiu parte de suas atribuições para a antiga Comissão de Estudos de História Diplomática, entre elas a de desclassificação dos documentos do Arquivo e a atualização das normas para acesso. Decidia-se, assim, por uma abertura gradual, alegando-se que os dados e informações ali depositados continham temas sensíveis, que poderiam ter consequências indesejadas à ação do Estado no plano internacional.

Assim como as sucessivas reaberturas e fechamentos que marcaram as décadas de 1970 e 1990, a estruturação organizacional dos acervos também se mostrou errática. Em 1995, o Grupo de Trabalho sobre Tratamento da Informação Diplomática do Ministério emitiu um documento intitulado “Projeto de tratamento técnico e sistematização de informações do acervo histórico do Itamaraty”, recomendando a revisão das práticas de arquivamento e evidenciando a necessidade de recuperação rápida e tempestiva das informações, resultando em uma série de normas para otimizar as práticas arquivísticas.³²

Em abril de 1995, foi criado o Centro Barão do Rio Branco de Memória Diplomática – CBRB para gerir o conjunto arquitetônico e os acervos nele armazenados, mas, no final do mesmo ano, foi criada a Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, que incorporou o referido centro e grande parte de suas atribuições. A partir de então, consagrou-se a ideia de gestão compartilhada entre a Funag e o Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro – Erierio, mas toda essa rede de responsabilidades ainda não foi capaz de dar ao patrimônio uma gestão digna de sua grandiosidade e complexidade.



Biblioteca do Itamaraty, elevadores monta-carga para transporte de livros



33. LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia pessoal e história política*.
34. Todos os números dos *Cadernos do CHDD* estão disponíveis para download gratuito no website da Fundação Alexandre de Gusmão <<https://bit.ly/3KchI0s>>.
35. Do autor, ver: BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de Carvalho. O Brasil da Independência a meados do século 19; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*.
36. BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Portaria s/n. do Ministro de Estado, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, de 16 de maio de 2011*. Publicada no *Diário Oficial da União*, Boletim de Serviço n. 097, de 23 de maio de 2011.

Administrativamente, buscava-se aprimorar a organização dos acervos. Em 1996, foi firmado um acordo com a Fundação Getúlio Vargas para revisar os Catálogos Impressos da Correspondência do MRE entre 1822 e 1959 e analisar as condições gerais da instituição de guarda, cujo relatório final alertou para a preservação e conservação dos acervos. Quanto à difusão, em 1993, a Mapoteca fez publicar a obra “Mapa: Imagens da formação territorial brasileiro”, também sob supervisão de Adonias, esta que seria sua última contribuição. Em 1995, quando da celebração do sesquicentenário do Barão do Rio Branco, a Funag publicou sua biografia³³ baseada em documentos de seu acervo pessoal armazenados no Arquivo Histórico.

A década de 1990 termina de forma melancólica para os acervos do Itamaraty no Rio de Janeiro. As sucessivas alterações quanto à vinculação hierárquica e as reações tímidas quanto ao direito à informação revelavam a falta de uma definição institucional sobre o papel do Arquivo, da Biblioteca e da Mapoteca. Sem um escopo definido, sem autonomia administrativa, sem independência orçamentária e carecendo de força de trabalho especializada, sua manutenção era um desafio.

O Aggiornamento do Itamaraty no Rio

O novo século se inicia sob o impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro em Nova York, levando a uma série de conflitos entre os Estados Unidos e países do Oriente Médio. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1931–) é sucedido por Luís Inácio Lula da Silva (1945–), como Presidente da República, tendo como chanceler Celso Amorim. A Funag deixa de ser responsável pelo conjunto e suas atribuições são transferidas ao Ererio. Visando melhor proteger seus acervos, foram adotadas melhorias na difusão, catalogação e preservação enquanto bens culturais. O acervo da Mapoteca foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac, em 2002. Neste mesmo ano, a Funag passou a publicar os *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* – os *Cadernos do CHDD*,³⁴ apresentando documentos históricos do Arquivo e estudos acadêmicos sobre História da Política Externa brasileira. Implantou-se também o projeto de tratamento dos documentos cartográficos, com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal. Em 2008 a Biblioteca Histórica iniciou o processo de inserção de dados de seus acervos em sistema eletrônico, cadastrando aproximadamente oitenta mil itens. Em 2011, após uma série de exames feitos pela Comissão de Estudos de História Diplomática, com participação decisiva do embaixador Gelson Fonseca Júnior e do professor José Murilo de Carvalho,³⁵ evidenciou-se que não havia, nos acervos arquivísticos, elementos que prejudicassem a atuação da política externa brasileira vigente e os documentos do Arquivo Histórico foram totalmente liberados para pesquisa.³⁶

A partir de 2017, foram adotadas medidas visando atualizar e difundir o conjunto documental no Arquivo Histórico, incluindo um novo Quadro de Arranjo dos fundos existentes e novos instrumentos de busca e recuperação da informação. Surgiu assim o Inventário do Arquivo Histórico do Itamaraty, obra em três volumes dedicada à descrição dos documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelo MRE em suas diferentes fases. Foi elaborado também o Índice de Dossiês Temáticos, em dois volumes, que descreve, de maneira pormenorizada, os registros anteriormente classificados por meio dos códigos decimais. Todos estes documentos estão disponíveis ao público por meio da rede mundial de computadores.

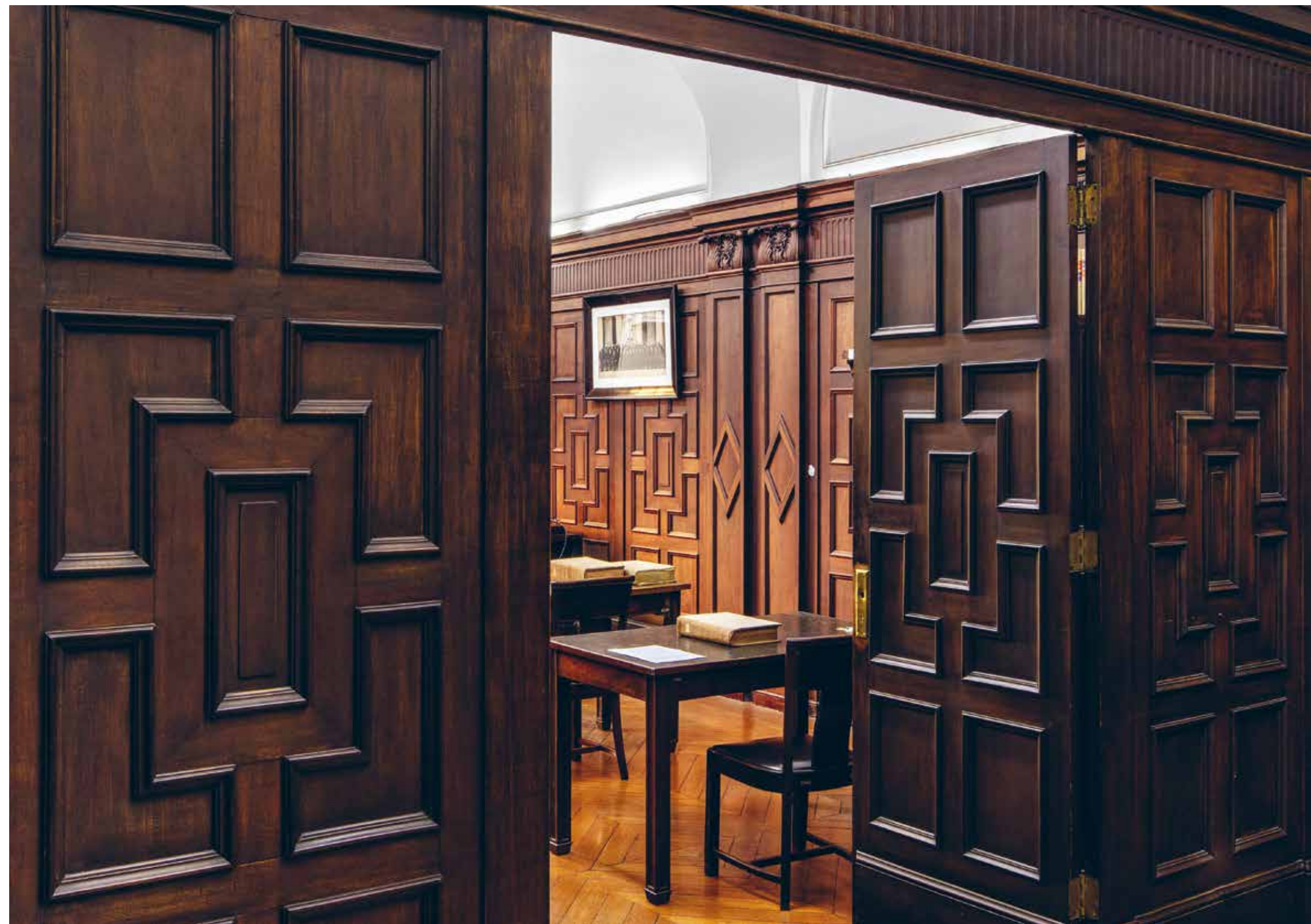


Biblioteca do Itamaraty, mapoteca

De modo a transcender os problemas estruturais não apenas dos acervos documentais, mas de todo o complexo arquitetônico, o Escritório do Itamaraty no Rio de Janeiro passou a buscar soluções de revitalização, além de fontes de financiamento. Em 2010, foi firmado convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas e, quatro anos depois, com a Elysium Sociedade Cultural. Tais iniciativas, contudo, não obtiveram o êxito desejado. Em 2018, foi celebrado o acordo de cooperação entre o Elerio e o Instituto Pedra, selecionado por edital de chamamento público, com a atribuição de angariar recursos privados e fazer seu gerenciamento para a realização de projetos de preservação, tanto do patrimônio edificado quanto dos acervos, ainda em andamento.

Os acervos arquivísticos e a coleção bibliográfica do Itamaraty demonstram como um conjunto documental, inicialmente pensado por Rio Branco como suporte à administração e à condução da política externa, se torna patrimônio de grande importância artística e cultural e elemento essencial à construção da memória institucional. Apesar de seus percalços, a magnitude do seu acervo, a produção de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e o atendimento aos interessados em acessar os documentos fazem com que o Itamaraty se mantenha como instituição de referência na preservação da memória institucional e do patrimônio documental e bibliográfico sob sua guarda.

Biblioteca do Itamaraty, sala de leitura



Uma nova gestão do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: conquistas e desafios

Guilherme Frazão Conduru



Palácio Itamaraty, contexto urbano

Página ao lado, gabinete de leitura do Barão do Rio Branco, Palácio Itamaraty, início do século 20

O Itamaraty foi o primeiro ministério a se transferir para Brasília. A mudança foi realizada em 1970, após muita resistência interna e pressões pela permanência de uns e outros funcionários no Rio de Janeiro, sem falar na polêmica nacional em torno da mudança da capital. O ministro cumpriu o que prometera no seu discurso de posse e o Ministério das Relações Exteriores – MRE passou a funcionar oficialmente em Brasília a partir de 20 de abril de 1970. Ao contrário do que pode sugerir a propalada versão de que, da noite para o dia, o velho Itamaraty ficou deserto, a transferência foi planejada e ocorreu paulatinamente. É certo, porém, que, em algum momento, a velha sede da rua Larga ficou praticamente vazia e a sensação de abandono pode ter sido real. Seja como for, com o passar dos anos, verificou-se que o abandono foi, de fato, real.

Se houve planejamento para a transferência, não se pode afirmar o mesmo em relação ao que se pretendia fazer com a histórica sede. O velho Itamaraty careceu de diretrizes claras sobre seu funcionamento como museu histórico. Uma razão básica pode ajudar a entender porque: a gestão de um museu não se enquadra com facilidade como atividade fim do ministério, que é a de conduzir a política externa. Além disso, longe do dia a dia da chancelaria e do núcleo decisório da diplomacia, o MHD jamais constituiu tema prioritário para a alta chefia do ministério, exceto no momento da sua criação, durante o segundo período de José Carlos de Macedo Soares como ministro.



Expressão eloquente da falta de uma política institucional para o Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro pode ser encontrada na quantidade de vezes que o palácio/museu foi restaurado e reinaugurado: além da primeira inauguração, em 1956, três ministros de estado e três presidentes formalmente inauguraram o Palácio entre 1982 e 1994. Alguns diplomatas foram nomeados diretores do MHD por decreto, enquanto outros foram nomeados chefes do Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro – Ererio, nome que passou a designar o conjunto de unidades da Secretaria de Estado que continuaram a desempenhar suas funções nas dependências da antiga sede.

Com relação às unidades de guarda documental, discutiu-se o que levar para o planalto e o que deixar no nível do mar. O debate chegou a extrapolar os limites do MRE. Se a biblioteca e a mapoteca foram deixadas na ex-capital e se tornaram históricas, os arquivos de documentos não poderiam ser negligenciados como fontes para o trabalho diplomático e a execução da política externa. A decisão a que se chegou foi a de transportar para Brasília toda a documentação produzida e recebida a partir de 1960. Ou seja, estabeleceu-se um prazo de dez anos para a documentação considerada de uso corrente e esse conjunto foi transferido para a nova capital. No que se refere às séries por tipologia documental (telegramas, despachos,

ofícios, notas etc.), a operação foi relativamente simples. Quanto aos maços temáticos, organizados por assunto, o marco temporal não poderia ser rígido, sob o risco de fragmentar conjuntos documentais com unidade temática e de uso corrente. Assim, alguns maços temáticos levados para Brasília contêm documentação anterior a 1960.

Em 1970, a Mapoteca já deixara há muito tempo de ser fonte documental relevante para a rotina diplomática. Com todas as fronteiras negociadas desde os tempos de Rio Branco, o acervo cartográfico tornou-se, por assim dizer, uma herança luxuosa da chancelaria. O trabalho delicado, difícil e permanente de demarcação e adensamento dos marcos de fronteira era – e ainda é – desenvolvido pelas comissões de limites, que, por ocasião das campanhas demarcatórias, atualizam e produzem novos mapas. Quando deixa de ser de uso corrente, essa produção cartográfica das comissões demarcadoras de limites pode ser considerada intermediária ou de guarda permanente, caso recolhida à Mapoteca.

Depois que o MRE mudou-se para o planalto central, o Instituto Rio Branco – IRBr ainda permaneceu por alguns anos no Rio de Janeiro. Os alunos do IRBr seriam os potenciais usuários da Biblioteca. Com a transferência do Instituto no final dos anos 1970 e com os investimentos bibliográficos que aos poucos – e com intermitência – foram enriquecendo a Biblioteca Central do Ministério, a Biblioteca do velho Itamaraty foi se tornando histórica e, por falta de investimentos nas instalações físicas, para não falar no acervo, ficou literalmente jogada às traças e brocas, com sérios riscos para as preciosidades bibliográficas que contém.

Superando os percalços da falta de manutenção da estrutura física e da escassez de pessoal especializado, o arquivo foi a unidade que mais profundas raízes criou na comunidade de pesquisadores, em nível local, nacional e internacional.

A transferência da sede do MRE para a nova capital representou, em termos práticos, o abandono do antigo palacete da rua Larga. A importância histórica, artística e diplomática do Itamaraty original, contudo, justificou – e justifica – os investimentos que se realizaram para sua restauração e os que ainda deverão ser realizados. Depois de permanecer fechado, por quase dez anos, foram iniciadas obras de restauração no Palácio em 1979 e o MHD foi reinaugurado em 1982. Em 1986, voltou a ser fechado; em 1989, uma reunião ministerial reabriu simbolicamente o palácio/museu. Em 1994, o MHD foi mais uma vez reinaugurado. A dificuldade em preservar e cuidar do edifício dispensa comentários. Além de dificuldades técnicas e de equivocadas intervenções visando, sem sucesso, garantir a estanqueidade do Palácio, um

outro problema de fundo se expunha: como administrar o Museu Histórico e Diplomático? Como garantir que vultosos investimentos de restauração arquitetônica e de objetos museológicos fossem dispendidos sem que a instituição funcionasse efetivamente como um museu público? A chave para qualquer resposta que venha a ser dada a essa questão encontra-se na gestão: era – e ainda é – preciso pensar em como gerir um museu – e não apenas ostentar um nome e acreditar que o MRE possui uma instituição museal.

A questão da gestão do MHD, juntamente com as unidades de guarda da documentação histórica, se não recebeu tratamento prioritário nos gabinetes dos sucessivos ministros de estado, foi objeto de reflexão e de tentativas institucionais que envolveram, entre outras unidades administrativas, o então Departamento de Comunicações e Documentação e a Fundação Alexandre de Gusmão, além do Ererio. Chegou a ser criado, no âmbito da Fundação, um Centro Barão do Rio Branco de Memória Diplomática, que, na prática, não chegou a sair do papel, exceto por uma exposição temporária com reproduções de caricaturas do patrono da diplomacia brasileira.

A discussão em torno da gestão conjunta do Museu, Arquivo, Biblioteca e Mapoteca não é, portanto, recente. A unidade conceitual compartilhada por objetos musealizados, documentos de arquivo, livros, periódicos, mapas, gravuras e fotografias pode ser encontrada na articulação operada por esses bens culturais entre patrimônio (acervos), espaço (edifícios/museus/centros culturais) e público (comunidades/sociedade). Qualquer instituição de memória – museu, arquivo, biblioteca ou centro cultural – opera na interseção entre o

Palácio Itamaraty, arcada

Biblioteca, sala de leitura



visitante, a estrutura física e as coleções. O MRE tem o privilégio raro de ser o guardião de um acervo institucional riquíssimo de valor patrimonial excepcional e multifacetado, com expressão nas dimensões histórica, artística, arquitetônica, diplomática, museológica, bibliográfica, cartográfica e documental, entre outras. Desde a transferência do ministério para Brasília, o Palácio Itamaraty original possui a vocação inalienável de se constituir como museu de alcance nacional, prioritária, mas não exclusivamente, dedicado à história da diplomacia e da política externa brasileiras e das relações internacionais do Brasil.

A preocupação com a gestão unificada dos suportes de memória com valor patrimonial que constituem os acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, da Biblioteca e da Mapoteca históricas e do MHD foi enfim contemplada no novo regulamento interno do museu, aprovado em janeiro de 2019. Em substituição ao original aprovado em 1956, o novo regulamento absorveu, na estrutura funcional do museu, as unidades de guarda da documentação histórica do MRE. A unidade entre museu, arquivo e biblioteca foi administrativamente reconhecida neste pioneiro instrumento de gestão do novo MHD. Assim como o plano museológico, o regulamento deve ser objeto de revisões periódicas. Ambos são ferramentas que podem e devem ser aperfeiçoadas em permanente diálogo com o cotidiano da prática museal. Pode-se dizer que a gestão unificada dos acervos museológico, bibliográfico, cartográfico e documental prevista no regulamento de 2019, ainda que inicialmente uma utópica normativa, constitui uma das sementes do trabalho que hoje segue no rumo da revitalização.

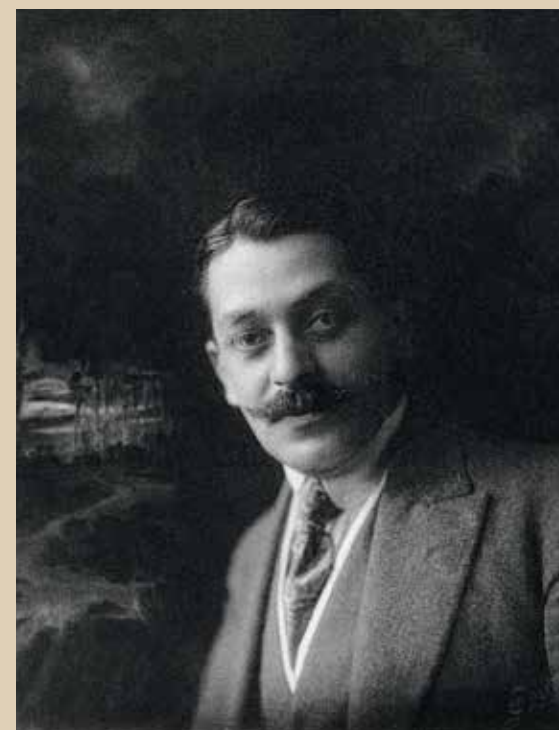
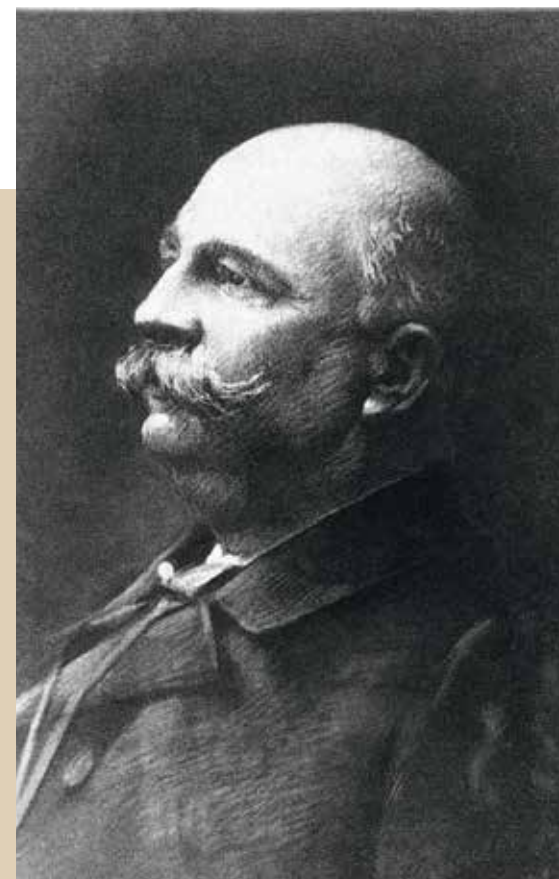
Palácio Itamaraty, vista para a Biblioteca





Biblioteca, corredor de acesso às salas de trabalho interno

Se alguns dos fundamentos estão lançados e em processo de consolidação, os desafios permanecem imensos, como, a título de exemplo: encontrar uma fórmula institucional que concilie a terceirização da gestão (que não significa privatização) e diplomacia pública; explorar fontes não orçamentárias de financiamento que sejam sustentáveis ao longo do tempo e garantam a contratação de especialistas (museólogos, bibliotecários, arquivistas, restauradores); redefinir a vocação da Biblioteca e da Mapoteca históricas e delas aproveitar exemplares para exposições temporárias; dar forma a um centro de estudos de história e de relações internacionais que possa converter o MHD em agente produtor de conhecimento; recriar oficinas de conservação e restauro; disponibilizar as coleções documentais em formato digital. Entre outras tantas iniciativas!

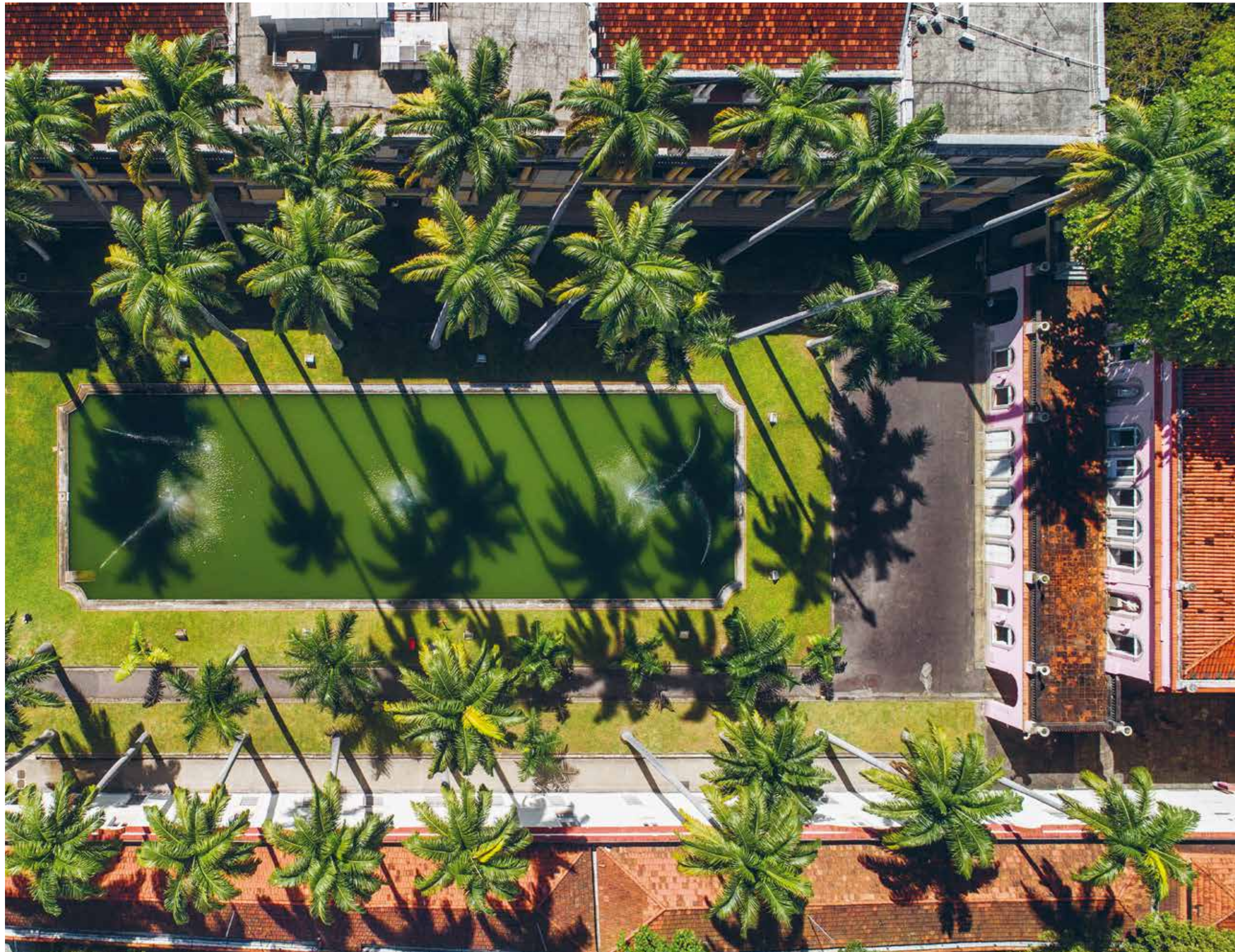


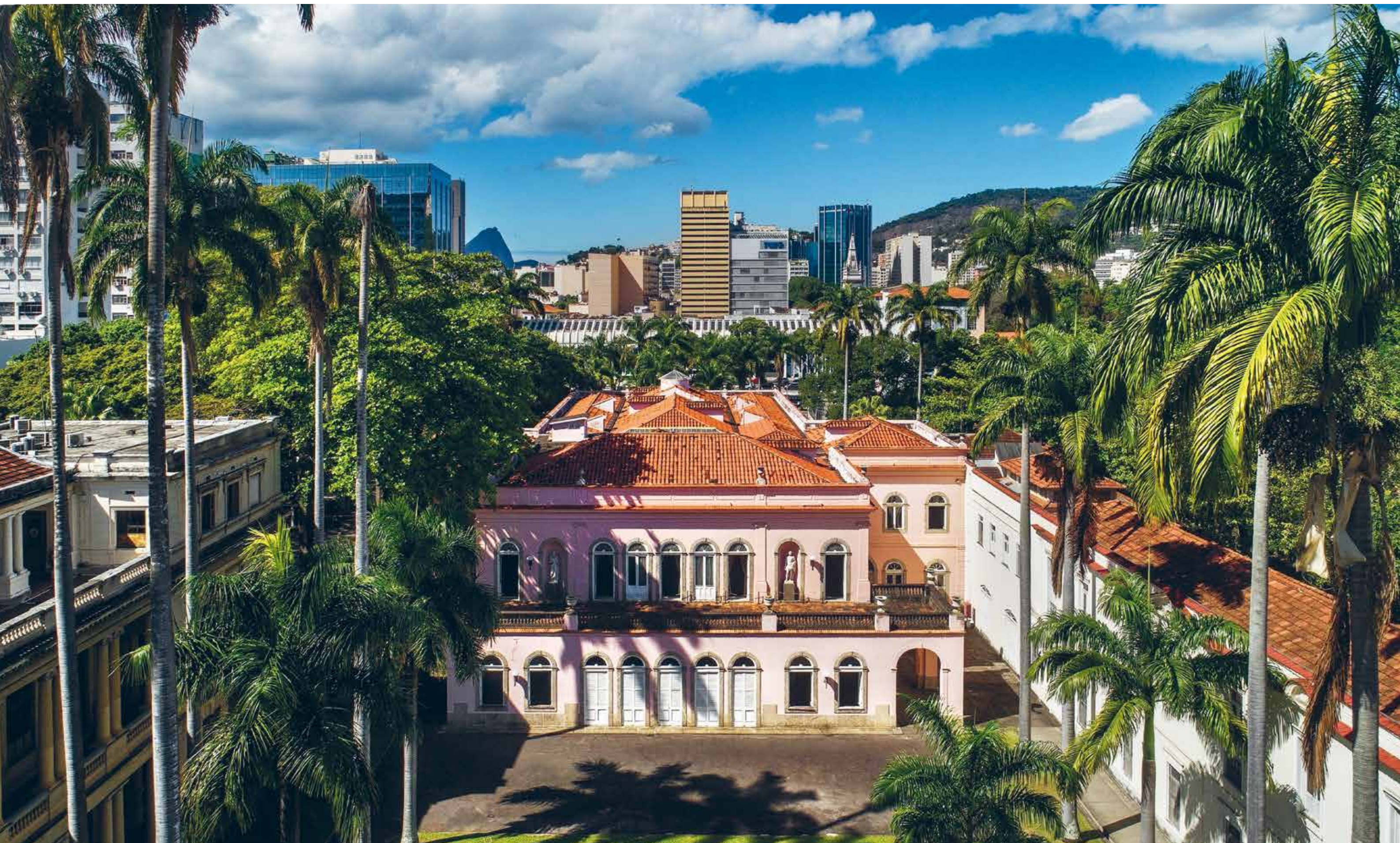
Barão do Rio Branco, reprodução fotográfica de pintura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

José Carlos de Macedo Soares, ministro do Ministério das Relações Exteriores (1934-1936)

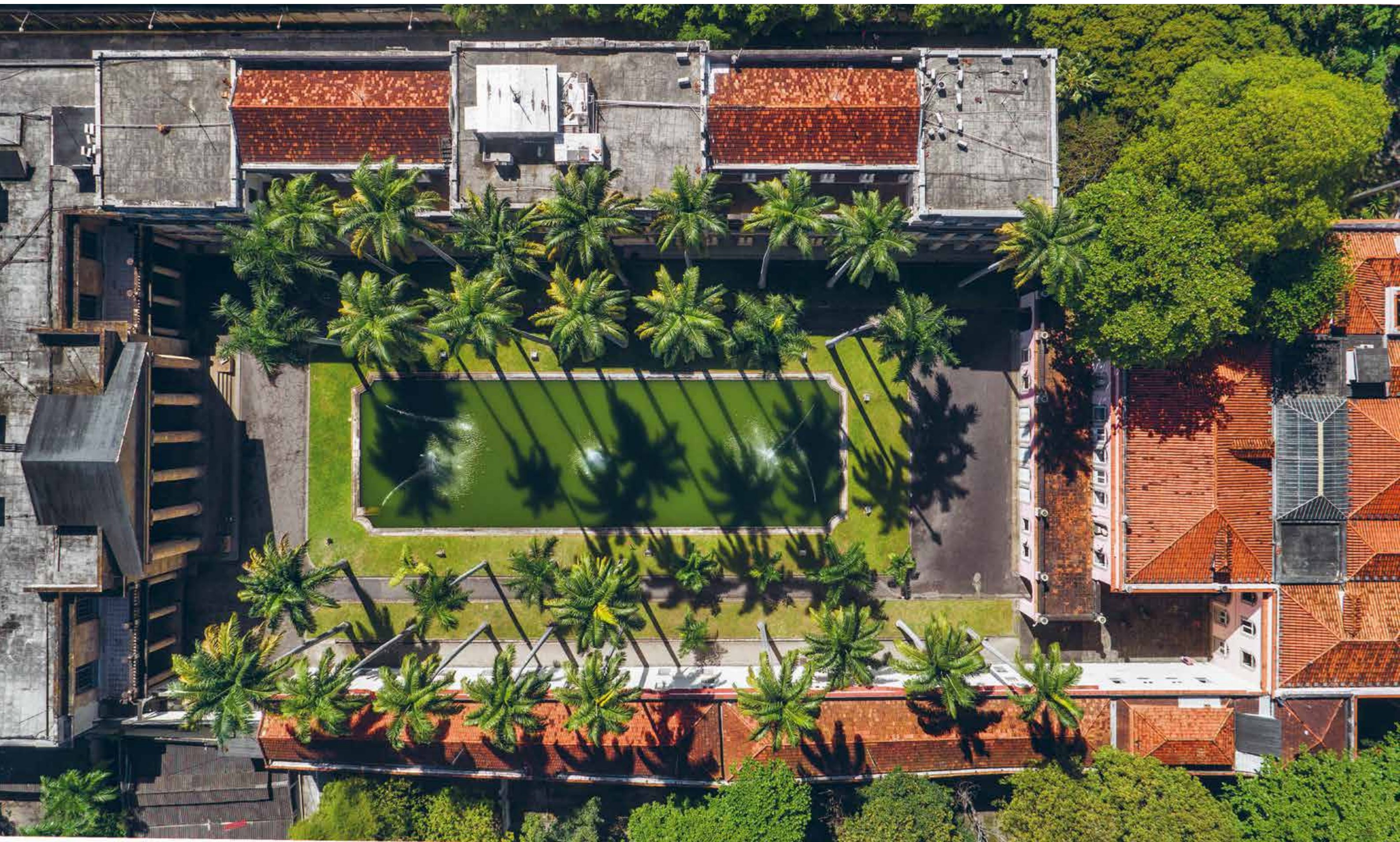
Conforme o leitor terá percebido, ao longo do texto – que tem, antes de tudo, uma função comemorativa – foram quase inexistentes as referências nominais a presidentes, ministros de estado, diretores do MHD, diplomatas e servidores do ministério. Com exceção do patrono, o único outro ministro referenciado foi o criador do MHD. Apesar de a história do MHD registrar muitos protagonistas, a omissão não foi gratuita. Com todas as deficiências e dificuldades para cuidar do Palácio e de seus acervos, para receber visitantes e atender pesquisadores, o trabalho de gestão de um museu – assim como o trabalho de executar a política exterior – é necessariamente um trabalho coletivo. Limitou-se a referência aos mencionados luminaries como uma forma indireta de homenagear todos aqueles que contribuíram para que o Palácio e o MHD continuem de pé, desde o mais humilde terceirizado encarregado da limpeza ao ilustre ministro que assinou portarias e promoveu reformas.

Itamaraty visto de cima
Fotos Américo Vermelho



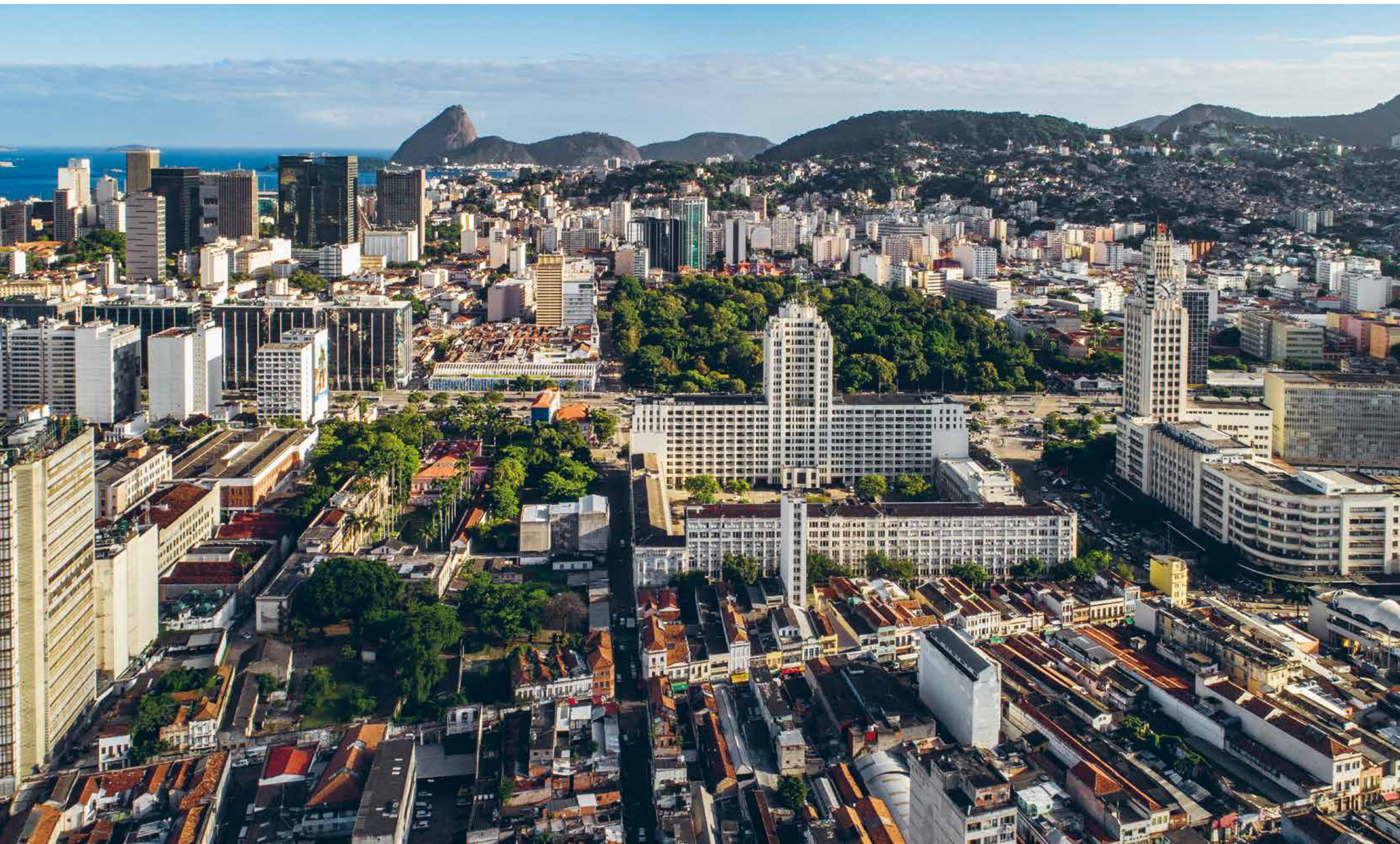


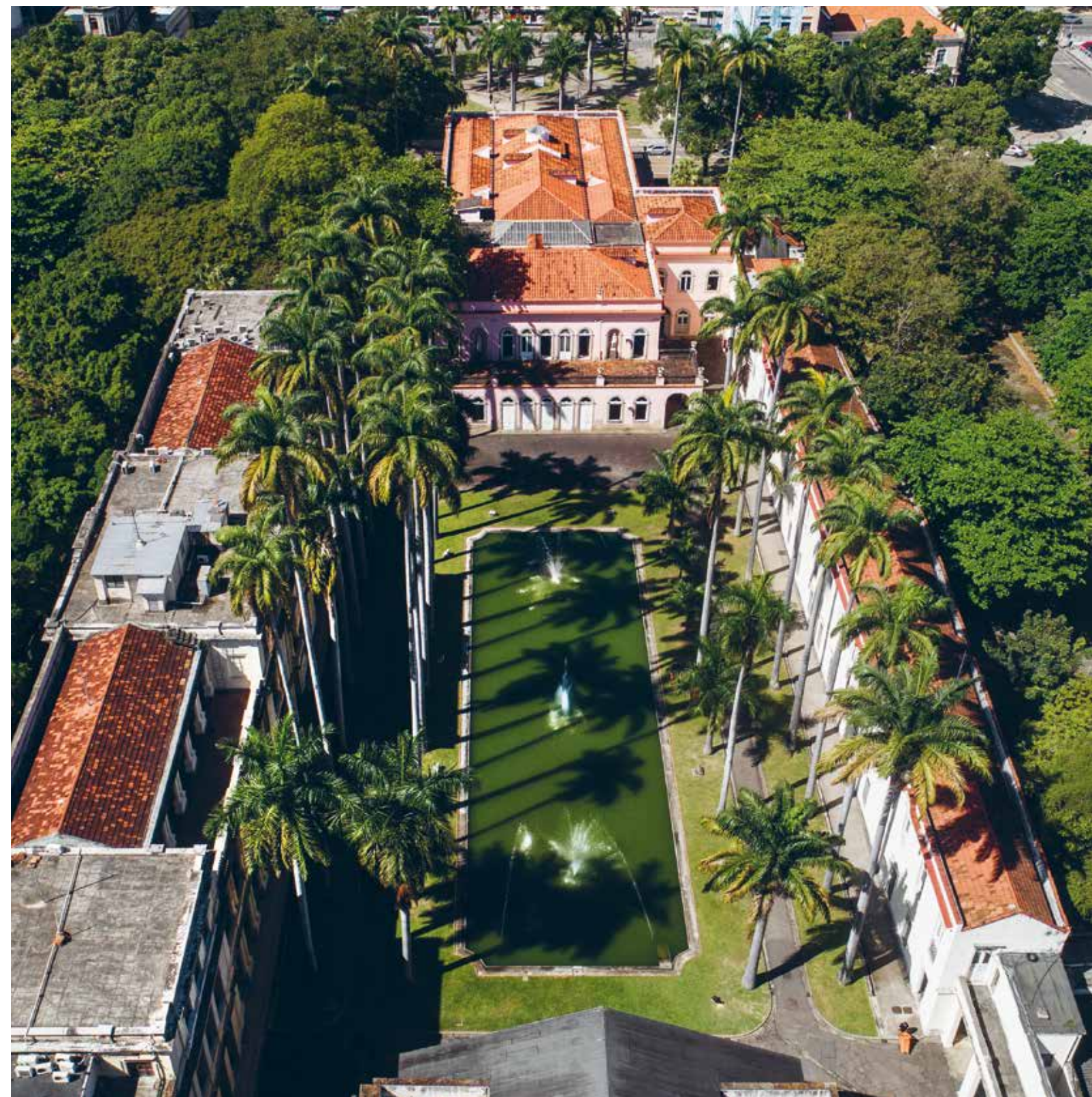












parte 2

Diagnósticos e projeto de restauro



Palácio Itamaraty, cúpula do
Hall Amoedo



Conjunto do Itamaraty; ao
fundo, Baía da Guanabara
e Ponte Rio-Niterói

1.
Ver: CONDURU, Gui-
lherme Frazão. *O Museu
Histórico e Diplomático
do Itamaraty: história e
revitalização*.

A cidade do Rio de Janeiro, para além de seus aspectos estilísticos e arquitetônicos, é um conjunto de elaborações simbólicas e de práticas sociais que, ao mesmo tempo em que impulsionam a região, também definem o modo de ser e de viver de diferentes grupos. Estes ambientes socialmente construídos são cheios de lugares de memória, territórios de permanências, assim como de silêncios e esquecimentos. O Palácio Itamaraty, um complexo de edificações erigidas entre a segunda metade do século 19 e as primeiras décadas do século 20, insere-se neste centro histórico, circundado por monumentos icônicos da cidade e por algumas de suas paragens mais impactantes.

O luxuoso solar do Visconde de Itamaraty, construído na rua Larga de São Joaquim, foi com o tempo se transformando, assim como a cidade ao seu redor. De casarão senhorial a sede do governo do novo regime republicano. De palácio presidencial a sede da chancelaria. De chancelaria a museu. Suas transformações se confundem com a história da cidade, ao mesmo tempo que a transcendem.

O palacete da rua Larga, em que pesem suas atuais eficiências de conservação, é um grande complexo cultural. O conjunto do Itamaraty no Rio de Janeiro, gerido pelo seu Escritório Regional, o Ererio, é composto por cinco grandes edificações: o Palácio Itamaraty e o prédio das Cavalariças, que datam da segunda metade do século 19; o Prédio da Administração, do início do século 20 e o Prédio da Biblioteca, erigido entre as décadas de 1920 e 1930. Este último abriga a Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Históricos, unidades do Museu Histórico e Diplomático.

No Palácio Itamaraty, o Museu Histórico Diplomático ocupa uma área de aproximadamente 2.975 metros quadrados e possui em seu acervo de cerca de quatro mil peças, com destaque para pintores e estilos que perpassam os séculos 16 ao 20, como Antônio Parreiras, Rodolfo Amoedo e o francês Jean-Baptiste Debret.¹ Além disso, peças de diversas procedências constituem o acervo mobiliário nos estilos Luiz XV, Regência, Neo-clássico e Luso-brasileiro, bem como tapeçarias, bustos, esculturas e outros objetos de valor artístico e histórico que pertenceram à antiga sede da chancelaria brasileira. A Biblioteca ocupa uma área aproximada de 773 metros quadrados e armazena atualmente cerca de 150 mil publicações, datadas do século 15 ao século 21, ou seja, quinhentos

Acima, José Otávio Correia Lima, busto em bronze de Ruy Barbosa; Felix Maurice Charpentier, busto em bronze de Alexandre Gusmão, Joaquim Nabuco e José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco



Abaixo, Conjunto do Itamaraty, Ministério da Guerra e Estação Central do Brasil; Conjunto do Itamaraty, Edifício Sede do Ererio

anos de informação e conhecimento em suporte bibliográfico. A Mapoteca, que armazena os acervos cartográficos e iconográficos do Itamaraty, ocupa uma área aproximada de 406 metros quadrados e armazena cerca de trinta mil mapas e vinte mil registros fotográficos. O Arquivo, com aproximadamente 794 metros quadrados, custodia em torno de 2.800 metros lineares de documentos textuais, abrangendo um arco temporal entre os séculos 16 ao 20.

Estes acervos são fontes históricas importantes, tanto para a formação do Estado brasileiro, quanto para a História das relações internacionais do país, uma vez que remontam às origens do serviço diplomático e respondem por etapas essenciais da memória institucional do Ministério das Relações Exteriores. Tudo isso em um conjunto cravado no centro da cidade do Rio de Janeiro, com todos os seus dilemas e contradições.



A opção pela abordagem integral: edifícios, infraestruturas, acervos, entorno e gestão

Os edifícios e seus acervos devem ser compreendidos a partir de uma abordagem orgânica, em que cada uma das partes se relaciona e se complementa. A trajetória das construções é refletida em seus diferentes acervos museológicos, textuais, bibliográficos, cartográficos e iconográficos. Estes dialogam, tanto entre si – muitas possuem fundos e coleções em comum – quanto com a estrutura edificada, com destaque para o caso do prédio da Biblioteca, especialmente projetado para abrigar acervos desta natureza.

A diversidade de funções do complexo, de seus acervos e edifícios representa um desafio no sentido de garantir condições adequadas de funcionalidade, sustentabilidade, conforto ambiental e preservação, implicando na adoção de uma perspectiva de revitalização que se desenvolva segundo um processo integral. Compreender as intercessões existentes entre a arquitetura e os acervos exige ir além da materialidade do edificado e perpassar os valores associados aos bens ali acondicionados. À luz desta perspectiva sistêmica, a recuperação e a revitalização do complexo vêm sendo construídas com a cooperação de profissionais e instituições parceiras, dedicados a criar processos integrados e inovadores que lhes permitam atuar de forma eficaz e dinâmica, desenvolvendo soluções sustentáveis diante dos impasses surgidos. Mais que diferentes olhares, o processo conta com a ação de distintas mãos.

A solução encontrada para viabilizar esta forma de trabalho foi, de um lado, estabelecer, por meio de processo seletivo, um acordo de cooperação entre MRE/Ererio e o Instituto Pedra, uma organização não governamental especializada em desenvolver, utilizando recursos privados, projetos e ações de preservação e, por outro, viabilizar, do lado governamental, a alocação de uma equipe técnica com expertise nas áreas de abrangência do projeto de revitalização. Esta equipe foi composta sobretudo por servidores públicos cedidos por outras instituições e contemplou especialistas de áreas que o Ererio não detinha: conservação arquitetônica, museologia e, no caso da gestão dos acervos onde já se contava com especialista no Arquivo Histórico, foram reforçados os setores de Biblioteca, Cartografia e Iconografia – Mapoteca.

Um dos primeiros efeitos da criação, no Ererio, de uma interlocução especializada na área de conservação foi agilizar as interfaces institucionais junto aos órgãos fiscalizadores nos âmbitos do Município, Estado e União, com destaque para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, responsável pelo tombamento do Palácio Itamaraty. O método de trabalho adotado pelo Iphan ao longo da elaboração do projeto foi de fundamental importância até a fase de projetos e também o será nas etapas de implantação. Todos os passos contaram com reuniões periódicas entre o Instituto Pedra, a equipe do Ererio e o Iphan, que participou desde os estudos e diagnósticos e se pronunciou assim que foram lançadas as premissas projetuais e a definição volumétrica, possibilitando o avanço mais seguro e um resultado mais assertivo. Para o êxito dos esforços em torno da regularização fundiária dos terrenos de propriedade pública, adjacentes à área de projeto, assim como das autorizações necessárias para os estudos e prospecções, foi importante a colaboração de outras entidades públicas como a Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro – SPU, e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tais participações evidenciam tanto a complexidade do processo quanto as diversas variáveis a serem levadas em conta para a revitalização.



Reuniões de treinamento da equipe do Ministério das Relações Exteriores e de planejamento com membros do Instituto Pedra, Ererio e Iphan



Edifício Sede do Ererio, fachada e corredor com colonata



A mobilização de equipes e o início da configuração de uma estrutura de gestão dos acervos

A necessidade de uma abordagem que considerasse tanto os edifícios em seus aspectos físicos-estruturais, quanto os diferentes acervos neles depositados, fez com que este se tornasse um esforço de várias mãos.

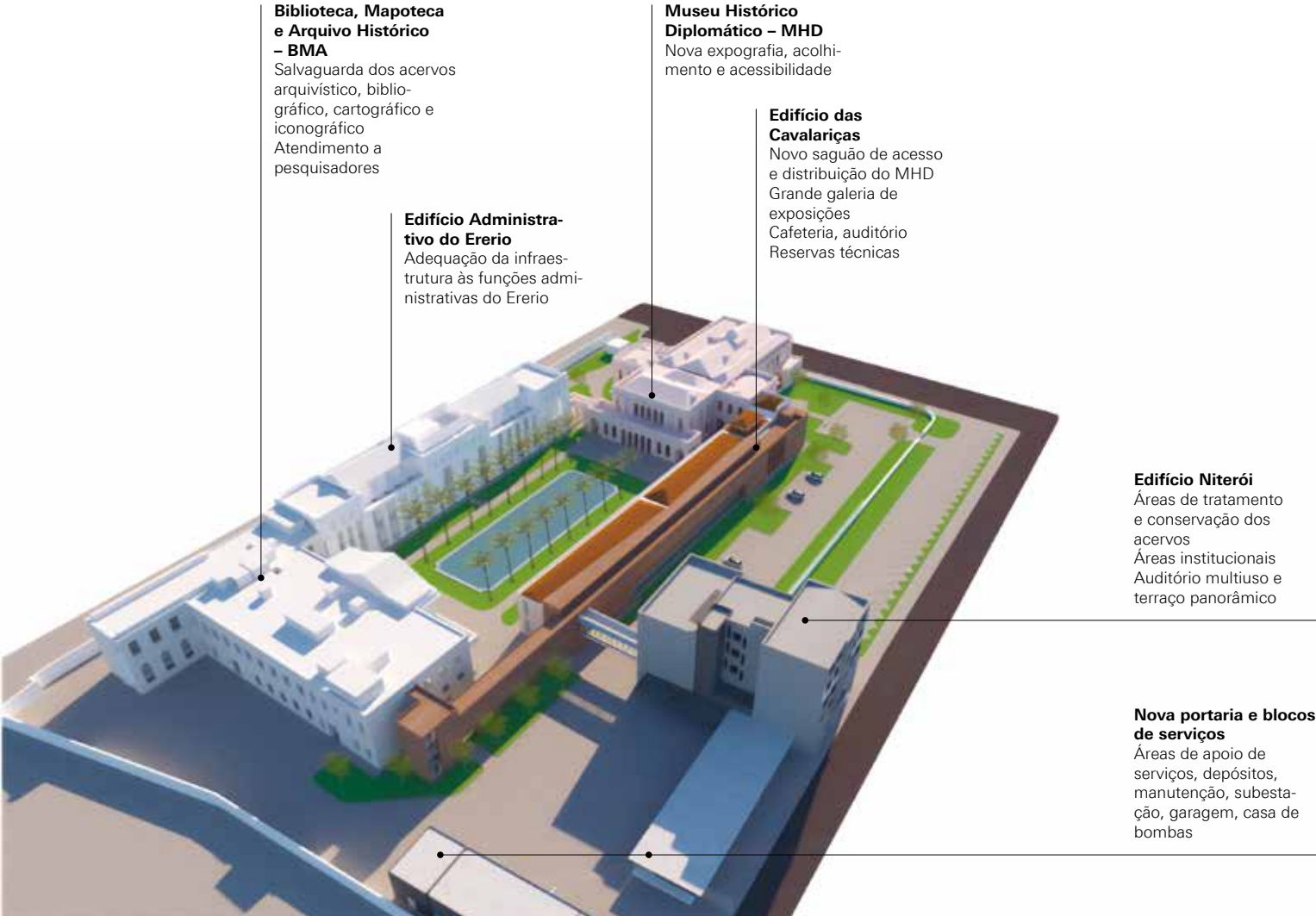
O Instituto Pedra contratou a consultoria de uma gama de especialistas e empresas com expertise nas diversas disciplinas e, desde cada um dos diagnósticos setoriais, o trabalho contou com a participação efetiva dos profissionais que atuam em cada um dos setores do Ererio, método que prosseguiu ao longo de todas as fases, inclusive na compatibilização com os demais projetos em curso no complexo. O acompanhamento do projeto global se deu pela área de arquitetura, com relevante apoio do setor de manutenção do Ererio, que detém grande conhecimento sobre as infraestruturas existentes e patologias. Foi constante a participação da equipe interdisciplinar responsável pelos acervos, a começar pela pesquisa histórica, cuja principal fonte de informações foram os documentos no Arquivo Histórico do Itamaraty, em especial seus relatórios anuais, relatórios de obras, contratos, aquisições, descrições detalhadas dos interiores e do mobiliário, tudo apoiado por vasta iconografia.

Ainda na busca por compreender melhor a trajetória dos edifícios e sua relação com o entorno, foi realizado um diagnóstico arqueológico não interventivo de todo o terreno, permitindo delinear estratégias para a elaboração do projeto de prospecção e monitoramento arqueológico a ser implantado no início das obras. A prospecção ocorrerá nas áreas onde estão previstas novas construções e instalações, seguidas de análise e curadoria do material coletado. Tendo em vista a magnitude do projeto de revitalização, o MHD está sendo cadastrado como instituição de guarda e pesquisa do material arqueológico a ser recolhido, de maneira a tornar-se seu fiel depositário e passar a conservar, proteger e desenvolver estudos e responsabilizar-se por sua difusão.

O diagnóstico acerca do conjunto documental, incluindo a análise do estado de conservação, das condições espaciais e ambientais dos locais que os abrigam, revelaram ocupação excessiva das áreas de armazenamento e uma situação inquietante em relação ao processo de deterioração dos suportes. Foi identificada a presença de infestações, condições ambientais desfavoráveis para guarda de documentos e das peças do Museu, problemas na temperatura e umidade relativa do ar, poluição atmosférica, radiação da luz, umidade descendente e ocupação excessiva das áreas de guarda. Tais constatações exigiram a adoção de medidas de projeto, mas também ações urgentes, que não poderiam esperar pela viabilização completa das obras de conservação.

Quanto à solução projetual, foi constatado que os quatro edifícios que compõem o quadrilátero em torno do espelho d’água seriam insuficientes para abrigar todos os serviços necessários às boas práticas de gestão dos acervos e sua interação com o público. Como resposta, foi proposto um rearranjo espacial que possibilitará a expansão das áreas de armazenamento e foi incorporado o edifício Niterói como alternativa para abrigar programas relacionados ao tratamento dos acervos e áreas de apoio à administração do Ererio. O edifício Niterói é uma construção de cinco pavimentos, voltada para a rua Visconde da Gávea, há vários anos incorporado à antiga sede da chancelaria no Rio de Janeiro, onde, no passado, funcionaram o Instituto Rio Branco e a Comissão Demarcadora de Limites, entre outros.

A unicidade conceitual dos acervos museológico e documental, assim como a premissa projetual de jogar luz sobre a riqueza dos acervos históricos quando da requalificação do complexo cultural, motivaram a proposta do Instituto Pedra de ampliação das Cavalariças, o que, além de oferecer maior espaço expositivo, conecta os edifícios e suas funções. Esta proposta implicou na supressão de edificações dispersas e espúrias dentro da área de projeto, o que exigiu providências de desocupações, organizações dos depósitos de materiais, do antigo mobiliário, ou seja, ações que somente poderiam ser tomadas pela instituição gestora do complexo.



Acima, Conjunto do Itamaraty, perspectiva especificando novos usos



Abaixo, trabalho arqueológico e acondicionamento de peças para guarda durante a reforma

2. Sobre a questão, ver: CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Ordenamento de documentos em bibliotecas: tipologia.

3. BIBLIOTECA NACIONAL. Obras raras.

Quanto aos acervos, os riscos identificados pelo diagnóstico e a perspectiva de reordenamento² proposta pelo projeto ensejaram medidas imediatas, cuja coordenação também foi assumida pela equipe do Ererio, contando com suporte do Instituto Pedra na alocação de consultores e profissionais de apoio. Em caráter prioritário, e utilizando recursos orçamentários do MRE, foram realizadas a desinfestação, higienização e acondicionamento de segmentos dos acervos da Biblioteca e do Arquivo Históricos, selecionados com base em seu valor histórico, no grau de comprometimento e na necessidade de liberação de espaço, tendo em vista a implantação futura do projeto. O acervo selecionado compreende volumes de obras raras da Biblioteca Histórica e documentação do Arquivo Histórico depositada em áreas com maior incidência de fatores que aceleraram sua degradação. Entre 2021 e 2023, foram desenvolvidos quatro subprojetos, dois voltados para o acervo bibliográfico e dois para documentos arquivísticos.

Uma biblioteca histórica é compreendida pela literatura científica como uma biblioteca patrimonial, por possuir valor cultural, reunindo obras de caráter raro ou especial. As obras raras, por sua vez, são aquelas que se distinguem pela sua excepcionalidade e singularidade, principais critérios para sua classificação. A raridade não advém somente de critérios cronológicos, sendo relevantes outras características distintivas, tais como ser uma obra única, inédita, pertencer a uma edição considerada especial, além de aspectos como o tipo de encadernação ou a aposição de dedicatórias ou assinaturas. As coleções especiais são aquelas que se destacam pela forma como foram organizadas, ou por temática específica, ou, ainda, pela reconhecida importância do seu detentor.

A primeira iniciativa para o acervo bibliográfico foi o levantamento quantitativo do acervo da Biblioteca Histórica do Itamaraty – BHI. Ocorrido em 2021, teve por objetivo identificar a totalidade do conjunto de itens existentes, cujos números divergiam da capacidade de armazenamento prevista na construção do espaço na década de 1920. Este processo permitiu também a constatação de infestações, anteriormente desconhecidas, e suscitou a necessidade de áreas para a expansão do acervo, buscando sua melhor disposição e preservação. Tendo em vista as características físicas, as especificidades próprias do serviço exterior brasileiro e as peculiaridades de obras anteriores a 1900, formou-se uma equipe constituída por profissionais da área de biblioteconomia, arquivologia, história e relações internacionais, além de estudantes de nível superior dessas mesmas áreas.

Em seguida, deu-se início ao Inventário das Coleções Barão do Rio Branco, de Francisco Varnhagen e de Obras Raras.³ Tais grupos, além de suas grandes quantidades, formam o núcleo originário sobre o qual as demais coleções da Biblioteca Histórica foram sendo adquiridas. Tal frente de trabalho possibilitou não apenas a identificação desses documentos bibliográficos, como o levantamento de informações acerca de seu processo de formação e da trajetória de seus patronos. Foram também inventariadas as obras que se encontravam na antiga Sala do Expurgo, pertencente também à Biblioteca Histórica. Durante o processo de contagem, os remanejamentos espaciais foram feitos nas salas desta unidade, ocasionando adaptações de espaços, contribuindo para a liberação de novos ambientes que podem servir como área de manejo. Nota-se aí um exemplo de como as soluções arquitetônicas e adequação dos espaços físicos, orientadas pela equipe de arquitetura do Ererio, dialogaram com os objetivos do tratamento documental.

Prosseguindo com a elaboração de instrumentos que permitissem a localização física de diferentes partes do acervo bibliográfico, deu-se início ao projeto de criação de Inventário, iniciado pela Coleção Conde D’Eu, uma coleção bibliográfica de caráter particular de Luís Filipe Maria Fernando Gastão d’Orléans, marido da princesa Isabel do Brasil e neto do rei Luís Filipe I da França. Seu acervo contém cerca de oitocentas obras, valiosas por registrarem aspectos importantes dos últimos anos do regime monárquico no país, assim como por seus aspectos estéticos. Tal levantamento se fazia necessário pelo fato da coleção ser afetada pelas obras a serem realizadas nos depósitos, previstas para os próximos anos.

Processos como os elencados acima são operações complexas e envolvem atividades que conjugam conhecimentos teóricos e práticos acerca da História dos Livros e das Bibliotecas, História Diplomática assim como de organização e métodos administrativos. Seus resultados criaram subsídios importantes para a movimentação desses documentos durante os processos técnicos de desinfestação, higienização e acondicionamento que viriam a seguir.

Desinfestação, higienização e acondicionamento



4. YAMASHITA, Marina Mayumi; WATANABE, Edna Tiemi Yokoti; PAL-LETA, Fátima Aparecida Colombo; SILVA, José Francisco da. Desinfestação por atmosfera anóxica: método utilizado pela biblioteca do conjunto das Químicas/USP.

Em 2022, teve início o projeto de salvaguarda do acervo da Biblioteca, uma iniciativa de grande envergadura que, além de prosseguir com o reconhecimento das obras físicas, visou levantar aspectos relacionados à inventariação, análise e identificação das obras raras e especiais e preparação para a movimentação dos acervos para os módulos de desinfestação. As etapas deste processo estenderam-se até 2023.

O cronograma do projeto incluiu quatro etapas de movimentação, com início em junho de 2022 e término em fevereiro de 2023. O projeto contou com a coordenação da equipe do Ererio em interlocução com o Instituto Pedra, com a participação de bibliotecários, historiadores, arquivistas, arquitetos, entre outros. Todos os envolvidos de forma direta receberam treinamento prévio, considerando-se a especificidade do acervo e a importância de sua integridade e conservação.

Um dos resultados concretos deste processo foi a preparação dos volumes da Biblioteca para serem transportados para a área de tratamento técnico de desinfestação. Este desenvolveu-se em diferentes estágios, de acordo com os pavimentos do armazém onde estavam depositados os livros, de cima para baixo, considerando a logística de desmontagem e descida para saída do armazém. Na primeira etapa, foram removidos os volumes do terceiro pavimento, em seguida, as obras do segundo pavimento e, por fim, já em 2023, as obras do pavimento térreo.⁴



Página à esquerda, Arquivo, estantes metálicas

Trabalho de desinfestação, higienização e acondicionamento

Durante o processo de encaixotamento dos exemplares da Biblioteca, realizou-se a conferência do catálogo, a identificação das coleções especiais mediante a análise e triagem, como também o registro por imagem das marcas de proveniência. Ao todo, foram identificadas cerca de quatorze mil unidades pertencentes às coleções especiais, que, no futuro, serão acomodadas em espaço próprio. Além disso, foram coletadas em torno de quatro mil imagens das marcas de proveniência, contendo *ex-libris*, dedicatórias, selos, monogramas, *super libris*, entre outros. Todo o processo foi descrito e registrado por meio de relatórios periódicos, com identificação dos profissionais, atividades realizadas, recursos envolvidos e documentação fotográfica. Os relatórios são ferramentas de organização, comunicação e memória para consultas futuras.

A segurança e integridade do acervo foi o maior desafio e, ao mesmo tempo, condição essencial norteadora de todo o projeto. O local selecionado para a acomodação do acervo e para a desinfestação e liberação de espaço para a realização das obras físicas foi o edifício das Cavalariças. Para garantir a segurança física do acervo e da edificação, realizou-se um estudo de cálculo estrutural para receber a sobrecarga, além da vedação de todas as janelas e a dedetização do espaço, com o objetivo de proteger a coleção do ataque de agente biológico externo.

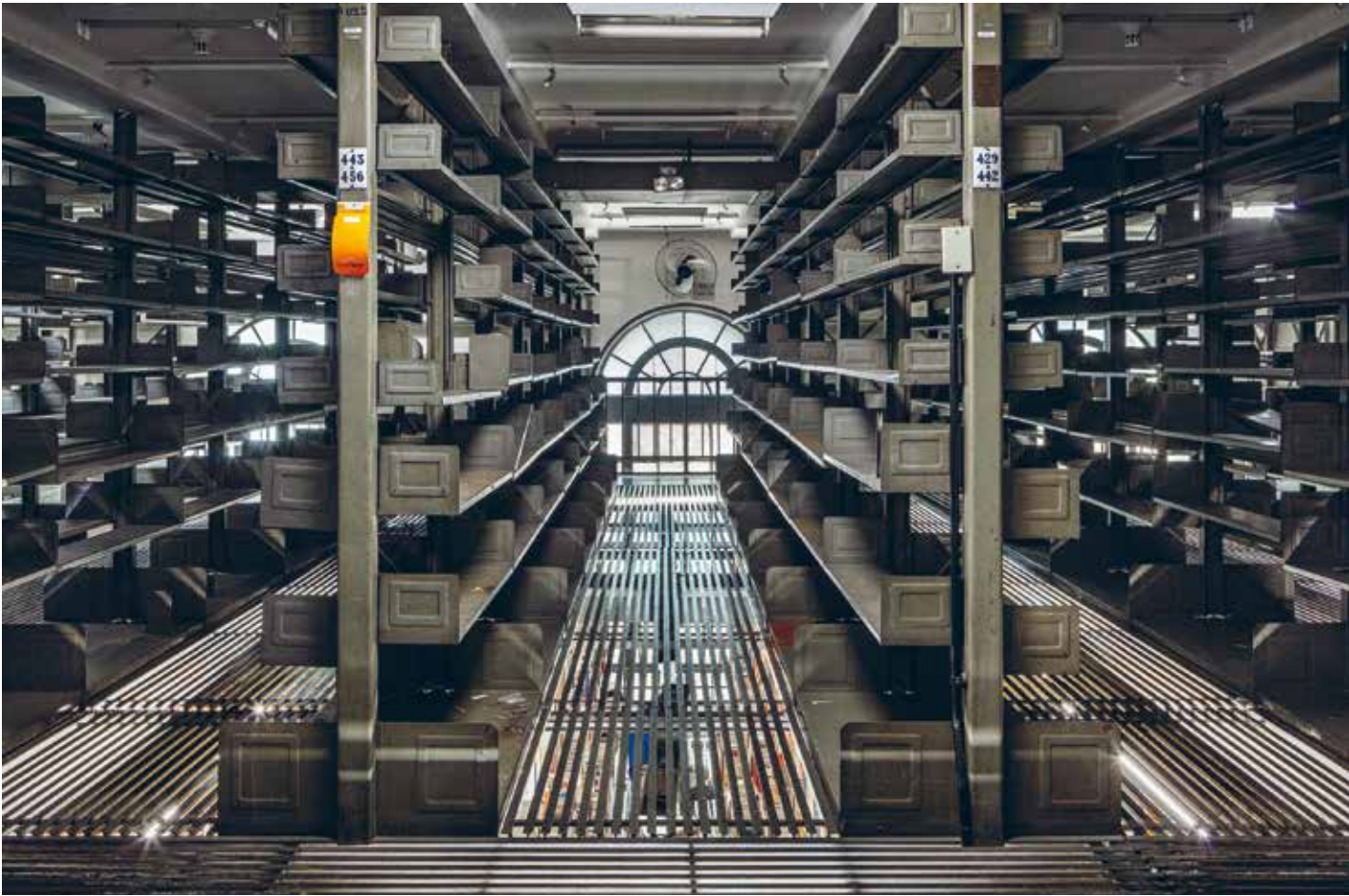
Preocupação sempre presente durante todo o processo foi a preservação da ordem da topografia do acervo, ou seja, aquela que estabelece a localização física dos itens no armazém de guarda. Considerando o caráter patrimonial do acervo, a BHI utiliza a localização fixa, comumente usada em bibliotecas históricas, comprometidas com a conservação e preservação da sua coleção. Por esta razão, todas as caixas de movimentação do acervo foram identificadas com os números referentes ao andar, estante e prateleira, e, ainda, com topografia inicial e final dos exemplares ali inseridos. A acomodação das caixas nas bases de tratamento de desinfestação seguiu rigorosamente a mesma sequência, a fim de evitar qualquer desordenamento. Atendendo ao planejamento e ao cronograma, todo o acervo foi encaixotado e movimentado em segurança para o edifício das Cavalariças, onde recebeu o tratamento de desinfestação por atmosfera anoxia e permanecerá

enquanto ocorrerem as obras físicas. O método de desinfestação consiste em eliminar toda e qualquer infestação biológica (em especial insetos xilófagos e bibliófagos), por meio da modificação artificial da atmosfera, onde são instalados equipamentos específicos para a substituição do oxigênio por gás inerte (nitrogênio) até níveis inferiores a 0,5%.

Do volume total do acervo movimentado, aproximadamente 1.600 peças possuem tamanho fora do padrão, como os jornais encadernados dos séculos 19 e 20, alguns volumes especiais ou edições comemorativas. Para essas exceções, foi necessária a confecção de caixas em tamanho diferenciado ou o envelopamento em papel kraft. Simultaneamente ao transporte dos volumes, foram montadas as bases para o tratamento técnico de desinfestação. Essas bases são compostas por plataforma em placas de fibras de madeira de média densidade, envelopadas com plástico resistente, com fechamento hermético, formando um invólucro similar a uma bolha. O processo de desinfestação demanda um período de, aproximadamente, oito dias para a retirada de todo o oxigênio, além de outros trinta dias em que a bolha permanece totalmente fechada. Foram preparadas quatro bases de tratamento, seguindo as quatro etapas em que se dividiu o processo.

Ao final do processo de remoção, contabilizou-se que foram encaixotados e movimentados cerca de 140 mil livros, distribuídos em 3.044 caixas e acomodados no edifício das Cavalariças sendo: 729 caixas (ou 36 mil livros) referentes ao terceiro pavimento dos armazéns da BHI, 863 caixas (ou 43.150 itens) pertencentes ao segundo pavimento e 1.461 caixas (ou 60.850 itens) pertencentes apenas ao andar térreo, números que demonstram a grandeza e a complexidade da movimentação.

Toda ação reflete seu contexto temporal. As decisões tomadas pelos gestores do passado dão voz e são testemunhas da história. Nesse sentido, as condutas realizadas no presente buscaram reconhecer e respeitar os procedimentos e os arranjos realizados na trajetória de desenvolvimento de tão rica coleção bibliográfica.



Acima, Biblioteca, estantes metálicas e piso com gradil metálico



Abaixo, trabalho de desinfestação, higienização, acondicionamento e encaixotamento





Trabalho de desinfestação, higienização e acondicionamento

As iniciativas emergenciais destinadas ao Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro ocorreram entre os anos de 2021 e 2022. A primeira delas foi o projeto de criação de instrumentos de busca e recuperação da informação do Arquivo Pessoal Barão do Rio Branco (1845-1912) e do Arquivo Pessoal Visconde de Cabo Frio (1818-1907), ambos armazenados no Depósito II do Arquivo, e cuja seleção se deu considerando sua relevância histórica, seu grau de degradação e o fato de serem diretamente afetados pelas obras futuras. Com duração de seis meses e envolvendo profissionais de áreas como história, biblioteconomia, arquivologia, relações internacionais e administração, foi elaborado um diagnóstico de todo o acervo, assim como pesquisa prévia acerca da trajetória de seus patronos. A partir daí, desenvolveu-se uma nova estrutura de arranjo intelectual de cada fundo e seus critérios de descrição arquivística. Sob tais premissas, fez-se o levantamento dos documentos existentes em cada fundo e a inserção destes dados em um novo inventário. A criação de instrumentos de busca contribui para a ampliação dos dados e informações, além de possibilitar maior controle e melhor gestão, tendo em vista o futuro processo de realocação do acervo documental.

O segundo projeto foi o projeto de rearranjo físico dos acervos do Depósito II do Arquivo Histórico. Com duração de aproximadamente seis meses, foi realizado o diagnóstico e o planejamento para o rearranjo físico dos acervos armazenados neste depósito, principal área afetada pelas obras previstas. Uma equipe formada por bibliotecários e arquivistas elaborou um programa de preparação e retirada de acervos, assim como um plano de gestão temporária destes. Tudo isso mantendo a ordem original da documentação e garantindo o controle e a localização individualizada de cada item em todas as diferentes etapas do processo. Foi também desenvolvido um estudo de mobiliário para armazenamento definitivo na configuração futura do espaço. Analisando as necessidades materiais, as características dos acervos e o espaço disponível, estabeleceram-se normas e parâmetros para a fabricação dos novos mobiliários assim como para o layout a ser adotado. A proposta visa alcançar um nível ótimo de ocupação do espaço, atendendo e respeitando as características dos suportes documentais e permitindo sua utilização com praticidade.

No que tange ao Museu Histórico Diplomático, o processo de revitalização permitirá, além de intervenções de restauração e recuperação arquitetônica, a concepção de nova museografia. Como um primeiro esforço de aproximação e conhecimento do rico acervo museológico, o Instituto Pedra buscou consolidar as informações existentes sobre o acervo. Foram digitalizadas as fichas em papel, digitadas as fichas que já haviam sido inseridas em base de dados Donato e os dados obtidos foram inseridos em planilha tendo como referência a disponibilizada pela Coordenação de Patrimônio Histórico do MRE. Foi iniciada varredura do Acervo Museológico, preliminarmente contratada pelo Instituto Pedra. Em janeiro de 2022, deu-se início à reorganização das Reservas Técnicas do Museu Histórico Diplomático e ao esvaziamento do prédio das Cavalariças, onde anteriormente funcionou a administração do Museu. Esta readequação dos espaços utilizados como Reservas Técnicas mostrou-se extremamente necessária, não só para o controle e identificação dos objetos, mas sobretudo para garantir a limpeza e conservação adequadas das peças, além da reorganização de uma rotina diária de limpeza e conservação de todas as Reservas.

Na Reserva Técnica/Palácio foram direcionados materiais que pudessem ser utilizados na conservação dos acervos documentais, removidos materiais em desuso e descartados produtos inflamáveis fora do prazo de validade, provavelmente utilizados em restaurações passadas. Nesse espaço, com três salas contíguas, as prioridades de acondicionamento foram as pinturas e esculturas com maiores dimensões, assim como boa parte de mobiliário.

5. FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos*.

A readequação de ambientes no Palácio Itamaraty também atingiu outros locais. Na antiga adega, situada embaixo da escadaria de acesso ao Palácio, após ter sido esvaziada de materiais inservíveis, foram acondicionados os fragmentos de ornamentos das edificações do complexo, bens integrados danificados, luminárias e algumas sanefas. Na Reserva Técnica/Cofre, localizada no térreo do prédio administrativo do Ererio, foram acondicionados todos os objetos de menor porte, de diversas categorias museológicas. Foram realocados objetos dispersos como mobiliário e esculturas para a Sala da Escada no edifício das Cavalariças e retirados objetos em vitrines, após o fechamento do Museu para visitação. A medida adotada visa a segurança e conservação destes bens nas Reservas Técnicas, além de liberar espaços para a execução de obras de revitalização.

A conferência da varredura foi realizada pelo Setor de Museologia do Ererio, contando com a participação de profissionais da área de museologia, história e arquitetura. Foram utilizados materiais e a documentação encaminhada pelo Instituto Pedra, as informações contidas na rede do Ererio e a documentação existente nos arquivos do setor de Museologia. Além da conferência propriamente dita, foi realizada a identificação e remanejamento dos acervos equivocadamente registrados como acervo museológico, mas afetos aos Setores de Arquivo, Biblioteca, Cartografia e Iconografia, para onde foram deslocados para receber o tratamento e acondicionamento adequados. Dentre os objetos remanejados constam publicações, diplomas, passaportes antigos, documentos, desenhos, fotografias e mapas emoldurados.

Tendo conhecimento de todo o acervo durante o transcurso dos trabalhos, identificou-se a necessidade de readequação das categorias museológicas, retificando a nomenclatura adotada anteriormente para a identificação dos objetos e padronizando os termos segundo o Thesaurus para Acervos Museológicos.⁵ Tal medida permitiu, entre outras, a correção do quantitativo de objetos numerados individualmente, quando faziam parte de um conjunto. A nomenclatura das categorias é definida pelo nome do objeto e não pela técnica ou material, como estavam organizados anteriormente. Todos os objetos tiveram sua numeração atualizada segundo a categoria correta, sequenciada pelo número do item do termo genérico e do subitem do termo específico, assim como a inclusão de uma numeração sequencial para que se possa conhecer o real quantitativo de objetos que compõem o acervo museológico.

Palácio Itamaraty, serviço de jantar com sopeira, mostardeira Luiz XIV e porta legumes



Palácio Itamaraty, serviço de jantar com mostardeira sobre prato e taças de cristal Boemia marca Mozer





A atualização da localização foi uma preocupação presente em todo o processo, identificando as Reservas Técnicas, salas, paredes/trainéis, mapotecas/gavetas, medalheiro/gavetas, estantes/prateleiras, armários/escaninhos e gabinetes de chefias que possuem objetos expostos. Paralelamente, foi feito o acondicionamento com materiais adequados à conservação de cada objeto. Todas as insígnias/condecorações foram acondicionadas em gaveteiros, retirando-se as peças das caixas onde ficavam com suas faixas dobradas. A maioria dos estojos encontrava-se com o revestimento comprometido por bolor ou infestado por brocas. Algumas peças de indumentárias tiveram um tratamento mais específico, mediante a orientação e acompanhamento da conservadora e fiscal técnica do Iphan.

A próxima etapa será a montagem de 'dossiês' sobre cada objeto do museu, agrupando informações e ampliando a pesquisa pelos autores, artistas, períodos, técnicas, manufaturas, entre outros. Resta ainda um grandioso universo desconhecido que requer a devida contextualização da valiosa coleção do MHD. Este importante acervo sobre a diplomacia brasileira deve ser pesquisado profundamente mostrando o diferencial do seu conteúdo agregado aos outros setores de acervos do MHD.

Alguns itens merecem especial atenção: a pintura *Le Tricheur*, datada do século 16, de autoria de Pieter Poerbus, artista da escola flamenga; a cigarreira em prata, ornada com dezenas de assinaturas dos principais aviadores da primeira metade do século 20, como Santos Dumont, Amelia Earhart, Charles Lindbergh, Louis Blériot etc.; as Tanagras, estatuetas em terracota do período helenístico (c. 4 a.C.); esculturas religiosas dos séculos 17, 18 e 19; mobiliário de estilos e épocas diversas, estilos Luís XV, Luís XVI, Dom José I, Dona Maria I, Chippendale, Neoclássico etc.; mobiliário procedente do Paço Imperial de São Cristóvão; obras de artistas expressivos da arte brasileira e internacional, como Décio Villares, Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Antônio Parreiras, Navarro da Costa, Pedro Américo, Carlos Chambelland, Batista da Costa, Emil Bauch, Eugène Feyen, Jean-Baptiste Berré, Camille Corot, Eugène Verboeckhoven, Watteau, Debret, vasta coleção da escola portuguesa do século 19; dentre outros itens raros.

A conferência e o resultado real do quantitativo resultaram de sucessivas etapas de aproximação, com o aporte de consultorias, mas sempre ao lado do trabalho diário da equipe interna cuidando da identificação, catalogação e conservação do acervo museológico pertencente ao MHD.



Exposição promovida pelo MRE sobre Brasília (Bogotá, Colômbia, 1960)

Página à esquerda, exposições promovidas pelo MRE sobre Brasília (Londres, Inglaterra, 1958), Arquitetura brasileira (Berna, Suíça, 1955) e Arte moderna brasileira (Rosário, Argentina, 1958)

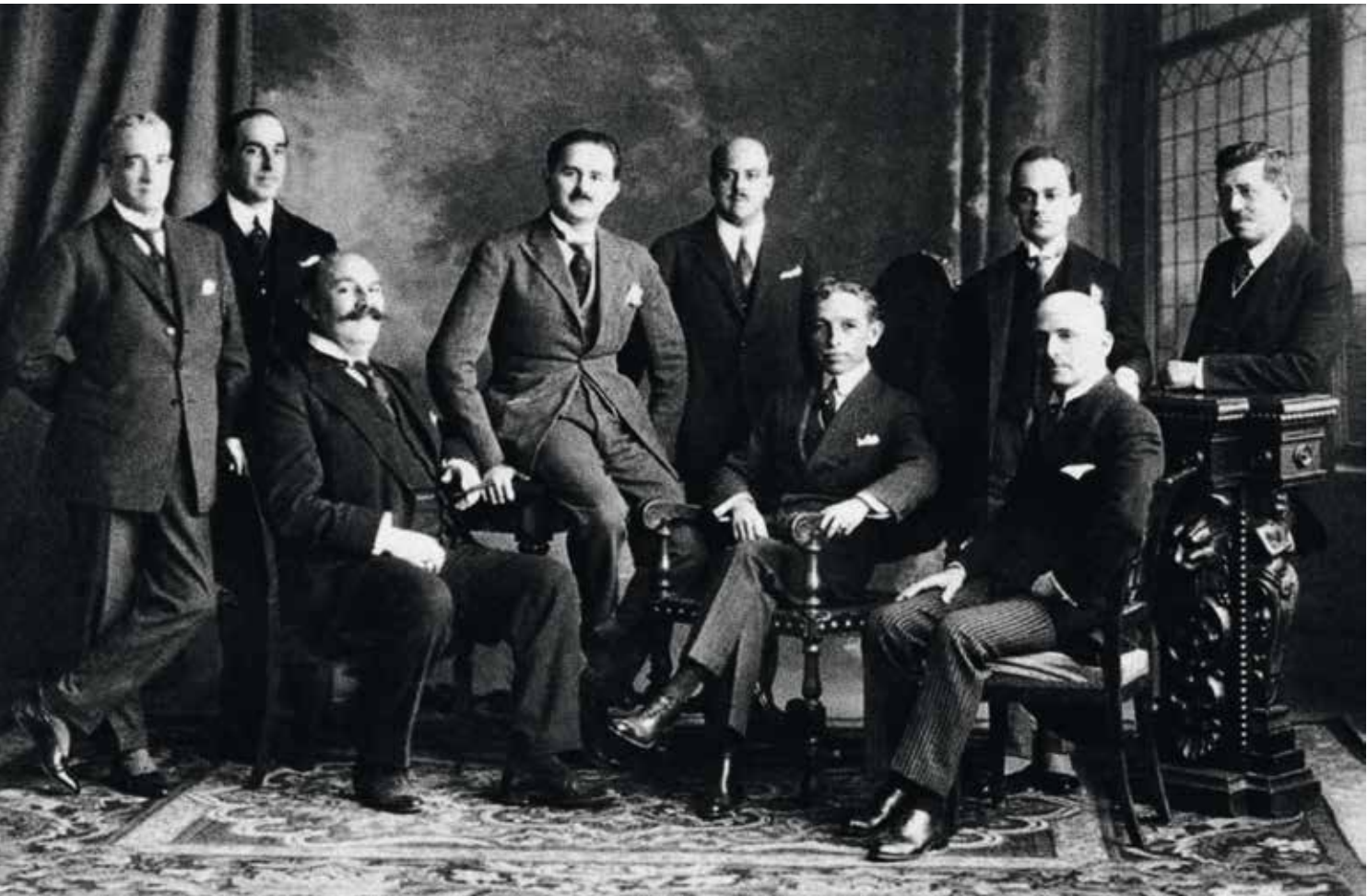


Heitor dos Prazeres, artista premiado na primeira Bienal de São Paulo, mostra pintura de sua autoria a Alice Acheson, esposa de Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos América, almoço na Câmara Americana de Comércio, São Paulo, 07/07/1952

Página à direita, em sentido horário, diplomacia brasileira em ação: embaixador Mário de Pimentel Brandão apresenta credenciais ao chefe de Estado Francisco Franco, Madri, Espanha, 1944; Maurício Silva e Segadas Vianna em Genebra, Suíça; conferência sobre desarmamento, Genebra, 1934; Juscelino Kubitschek no Palácio do Panamá, 1956; diplomatas na Conferência da ONU em São Francisco, Estados Unidos, 1945

Entrevista coletiva de Ernesto Che Guevara, em Brasília, após receber a Ordem do Cruzeiro do Sul do presidente Jânio Quadros. No canto direito da foto, sentado ao lado do Ministro da Indústria de Cuba, o diplomata José Augusto de Macedo Soares

Delegação diplomática brasileira liderada pelo Afrânio de Mello Franco na 4ª Assembleia da Liga das Nações, 1923



6. Obra de referência, com estudo de caso em Ouro Preto: SANTOS, Renata Ferreira dos. *A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica*.

Os desafios da gestão e perspectivas futuras

As iniciativas levadas a cabo no sentido de revitalizar o MHD e seu entorno colocam em pauta as possibilidades quanto ao modelo de gestão a ser adotado, equação que deve envolver a utilização dos terrenos ociosos situados junto à rua Senador Pompeu, de forma que estes passem a contribuir para a sustentabilidade do complexo a longo prazo. Entende-se como modelo de gestão um conjunto de medidas e estratégias a serem implementadas para o gerenciamento de uma instituição, considerando sua destinação, seus objetivos, suas finalidades, seus aspectos financeiros, humanos e tecnológicos. As experiências em modelos já utilizados por outros órgãos e instituições culturais têm sido pesquisadas pelo Ererio, além do aporte provido pelo Instituto Pedra que elenca alternativas jurídicas à luz da atual legislação.

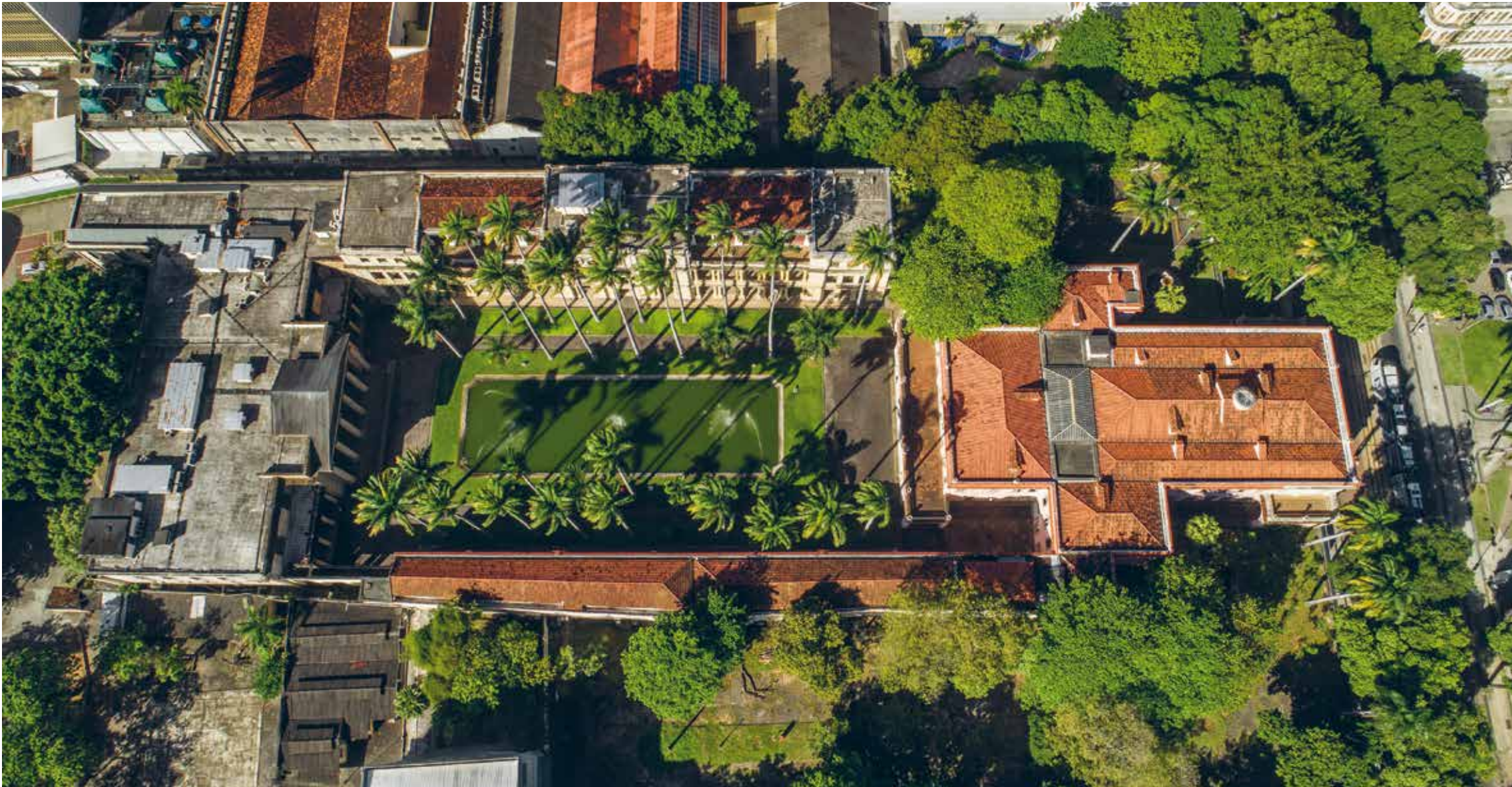
Fica evidente que não há receitas prontas, mas que o desenho jurídico escolhido deve observar as especificidades da instituição, permitindo maior eficiência e qualidade da prestação de serviços à sociedade e garantindo melhor satisfação do interesse público. É imperioso, portanto, identificar formato que atribua à instituição maior autonomia administrativa e financeira, assegurando-lhe a sustentabilidade desejada e o desenvolvimento de iniciativas e projetos relacionados à sua vocação. Uma gestão com contornos precisos, porém mais flexíveis e razoáveis, permitirá que a instituição alcance melhores resultados no que tange à sua manutenção e ao seu empreendedorismo, incentivando iniciativas inclusivas e acessíveis por todos.

Todos os esforços – no sentido de se reestruturar aspectos importantes da gestão dos acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, cartográficos e iconográficos – se dão dentro das estruturas construídas que compõem o Ererio. Mudanças e transformações destas estruturas, por sua vez, estão relacionadas, direta e indiretamente, ao destino do conjunto de bens nele depositados. A futura estrutura de gestão de acervos precisará considerar aparatos fundamentais à preservação e integridade física, bem como garantir um tratamento interdisciplinar que permita sua análise dentro de uma perspectiva integral.

Busca-se entender o complexo que forma o Ererio como lugar de memória e permanências, ainda que sua trajetória seja cheia de silêncios e ocultamentos. Embora não se tenha uma relação direta entre causa e efeito, acredita-se na sua recuperação física e ampliação de sua vitalidade como elementos de reabilitação na área central do Rio de Janeiro, capazes de contribuir com a transformação econômica e social do seu entorno.

Espera-se evidenciar que a preservação das coleções e do patrimônio edificado são iniciativas convergentes.⁶ A atenção à conservação física está profundamente relacionada com as políticas de preservação dos acervos e sua proteção. Esta dupla entrada faz dos edifícios um documento histórico e, dos registros neles guardados, um patrimônio. A interação entre diferentes áreas do conhecimento permite uma concepção mais rica e criativa deste legado. Os esforços empreendidos pelo MRE/Ererio têm por fim-último resgatar sua função social como lugar de memória, protegendo, preservando e difundindo o precioso e variado conjunto de bens culturais que o compõem, vindo assim a contribuir para a preservação, tanto da memória institucional do Itamaraty, como da comunidade em seu entorno.

Conjunto do Itamaraty, vista aérea





Palácio Itamaraty visto do
Edifício Sede do Ererio

O projeto de restauro é apresentado a seguir segundo os dois principais eixos do trabalho realizado: diagnóstico e projeto, que, do ponto de vista metodológico, podem ser caracterizados como duas atividades distintas no campo do restauro arquitetônico. Um dos objetivos deste capítulo é evidenciar como o esforço por essa compreensão metodológica foi importante para o seu desenvolvimento, especialmente em um caso de grande complexidade como o presente, que envolveu quatro edifícios de dimensões e características morfológicas complexas, além das áreas comuns que os articulam.

Outra motivação do texto é trazer ao público algo que nos parece ainda pouco empregado na prática de projeto no contexto brasileiro: a constituição de uma metodologia de abordagem efetivamente interdisciplinar que, no caso, se desenvolveu em várias frentes de trabalho, com consultorias simultâneas, subsidiando a projeção arquitetônica. Tal prática reforça o papel coordenador da arquitetura, esperado em projetos complexos, e no qual o restauro se constitui como um dos terrenos prioritários.

Desta feita, ao falar de diagnóstico, o texto tratará de três temas diretamente abordados pela equipe de Arquitetura: (a) Documentação e diagnóstico de arquitetura, que consiste no levantamento arquitetônico e dos elementos artísticos integrados, acompanhados dos respectivos levantamentos de danos e patologias da matéria que os compõe; (b) Diagnóstico dos acervos, a partir da arquitetura, ou seja, observando como as condições ambientais impactam na preservação dos acervos bibliográficos, documentais, museológicos e dos elementos integrados à arquitetura e (c) Diagnóstico das condições ambientais, que avalia a relação entre os espaços e elementos tais como temperatura, umidade relativa, orientação solar etc.

Todos os temas citados foram investigados e analisados a partir de provocações feitas a especialistas das disciplinas interessadas, com o objetivo de fornecer subsídios que pudessem orientar, por fim, os projetos de restauro.



Edifício Niterói, patologias

1. Essa sessão é derivada de artigo publicado recentemente pelos autores. Cf. CAM-PIOTTO, Renata Cima; SAVIANE, Benjamim. Complexo do Itamaraty, Rio de Janeiro: uma campanha de levantamento arquitetônico, p. 316-326.
2. MIGLIARI, Riccardo. Per una teoria del rilievo architettonico, p. 63. Tradução dos autores.
3. Cf. DOCCI, Mario; MAESTRI, Diego. *Manuale di rilevamento architettonico e urbano*, p. V; SAVIANE, Benjamim. *Levantamento arquitetônico: prática antiga, disciplina contemporânea*, p. 188.
4. Cf. FRAMPTON, Kenneth. Rappel à l'ordre: argumentos em favor da tectônica; BRUSCOLI, Aldo. *Rilevare per recuperare*, p. 11-16.
5. DOCCI, Mario; MAESTRI, Diego. Op. cit., p. 25-26.

Arquitetura¹

Por se tratar de um projeto envolvendo preexistências, ademais de extrema complexidade, o levantamento arquitetônico adquire importância central para subsidiar a projeção. Essa centralidade reside no fato de que a documentação arquitetônica supera o estatuto de *as built*, como comumente assimilado no âmbito da construção civil, e adquire a importância de instrumento de pesquisa. Esse particular instrumental opera metodologicamente como uma espécie de *engenharia reversa* em relação ao edifício estudado, como o tem reafirmado a recente produção bibliográfica sobre o tema. Nas palavras de Riccardo Migliari,

levantamento arquitetônico é a reconstrução do projeto. Por certo, essa definição pode parecer simplista, mas tem a vantagem de ser imediata. O levantamento, de fato, é evidentemente um processo inverso, no qual, a partir de um manufato existente, são reconstruídos os elaborados [gráficos] necessários para realizá-lo, assim como o é hoje, e se interpreta a sua ideia projetual, que quase sempre não coincide exatamente com a sua realização.²

Portanto, em uma perspectiva metodológica, o levantamento arquitetônico passa a ser percebido como uma disciplina, mais do que simples prática. Essa disciplina tem como objetivo a documentação do edifício em seus aspectos culturais, formais, dimensionais, técnicos e tecnológicos. O edifício estudado, por sua vez, passa a ser visto como um organismo arquitetônico, composto por diferentes partes organizadas e articuladas entre si,³ o que também enseja uma leitura tectônica da arquitetura.⁴ Considerando que o projeto envolve a conservação de acervos, muitos deles integrados ao arcabouço arquitetônico, a compreensão de um conjunto de edifícios enquanto organismos, com sua específica condição ambiental, torna-se um tema ainda mais sensível.

Essa abordagem tem como ponto fundamental a compreensão do levantamento como atividade técnica sob orientação crítica, já que todo trabalho de documentação implica na seleção de informações. Tendo em vista que um edifício consiste em organismo de grande complexidade, a operação do levantamento exige um preparo cultural adequado para compreender o contexto de produção do objeto estudado e, assim, cumprir os objetivos de documentação dos aspectos formais, mas também culturais (artísticos, tecnológicos etc.) há pouco mencionados.⁵



Palácio Itamaraty, balcão de acesso lateral e escadaria

6. Esses três métodos são comumente associados, respectivamente, ao uso de instrumentos de medidas longilíneas; instrumentos de medidas longilíneas e angulares; processamento de imagens.

7. Doutoranda na Universidade de São Paulo com pesquisa em escaneamento laser 3D.

8. DOCCI, Mario; MAESTRI, Diego. Op. cit., p. 26.

9. Da autora, ver: HAAS, Yanara Costa. *Tecnologia da conservação de pedras: uma sistematização de procedimentos para conservação dos elementos de fachada*.

O ponto de partida para o trabalho foi a escolha do método de levantamento, que é determinado a partir das formas de aquisição de medidas, podendo ser classificado em método direto, instrumentado ou indireto.⁶ Em todos esses métodos, é sempre levada em conta uma divisão geral de atividades, orientada pelas fases de aquisição e pós-elaboração (processamento) de dados. A partir disso, constatou-se que, tanto a abrangência da área construída quanto a morfologia e a presença ostensiva de ornamentação e acabamentos finos, condicionavam o levantamento ao emprego de métodos indiretos, para os quais o escaneamento laser 3D parecia consentir a forma mais eficiente de aquisição de dados.

Como se trata de uma atividade muito especializada, o escaneamento deveria ser executado por empresa terceirizada; entretanto, a oferta desse tipo de serviço ainda é incipiente no âmbito do patrimônio cultural, o que, por vezes, leva a contratações malsucedidas, conforme tem sido verificado em diversas experiências profissionais no segmento do restauro, levando a produtos-fim que não atendem às especificidades de diagnóstico e projeto. A solução encontrada foi a contratação de uma consultoria especializada, realizada por Renata Campiotto,⁷ com o objetivo de estabelecer um diálogo técnico entre a equipe de projetos do Instituto Pedra e a empresa que realizaria o escaneamento, criando condições para o controle de qualidade dos produtos do escaneamento, por meio de um percurso metodológico desenvolvido no âmbito do projeto. Após uma concorrência que levou em conta não apenas custos e prazos, mas também a explicitação dos critérios técnicos a serem adotados, foi selecionada a empresa CieloX. O plano de trabalho foi estruturado segundo condições de controle estabelecidas entre a empresa e a coordenação do projeto, destacando-se que a primeira faria a aquisição de dados, mas de forma a consentir a formatação da documentação pela segunda.

Essa decisão foi tomada a partir da percepção de que o produto do escaneamento é a nuvem de pontos, que consiste num conjunto de dados brutos, que, quando obtidos mediante planejamento e rigor executivo, provê notável quantidade e precisão de informações. Contudo, a nuvem de pontos não representa a documentação em si (ou seja, não consiste no produto-fim, e sim, em produto-meio). Para a passagem dos dados à formatação da documentação arquitetônica, é necessário um trabalho de discretização, ou seja, a conversão dos pontos levantados em um conjunto de linhas que represente graficamente suas características morfológicas e seja compatível, posteriormente, com a representação exigida para o projeto.⁸ Ao se dar conta disso, a equipe pôde vincular, por analogia, a restituição gráfica do levantamento direto com a do levantamento indireto, uma vez que a discretização é uma operação comum a ambos os métodos. No caso, o que os difere é a forma de aquisição de dados e as especificidades de pós-elaboração dos mesmos, mas a hierarquia processual continua sendo a mesma. Com essa constatação, foi possível desenhar estratégias de apropriação ativa, nas quais a equipe de projetos passou a ter controle sobre a produção da documentação a partir de suas etapas metodológicas, e não sobre os procedimentos do escaneamento, estes sim, de competência técnica específica.

Além do levantamento arquitetônico, o diagnóstico de arquitetura contemplou análises do estado de conservação da matéria, planejado em função dos diferentes elementos constitutivos integrados ao arcabouço arquitetônico. Esses trabalhos foram realizados por consultores especializados: os elementos pétreos, pela arquiteta Yanara Haas;⁹ os elementos integrados, pelo conservador Julio Moraes; estruturas metálicas pelo engenheiro e pesquisador Luiz Roberto Martins de Miranda; estabilidade estrutural, pelo engenheiro Fausto Favale. O diagnóstico se constitui como um percurso de estudos sobre o objeto, que organiza as leituras produzidas pelas diferentes frentes de trabalho, que, somadas à pesquisa histórico-documental, colocam em evidência uma multiplicidade de aspectos formais e culturais que compõem o monumento estudado.



Palácio Itamaraty, cúpula do Hall Amoedo, corredor no segundo pavimento e passagem externa entre edifício do Ererio e Biblioteca

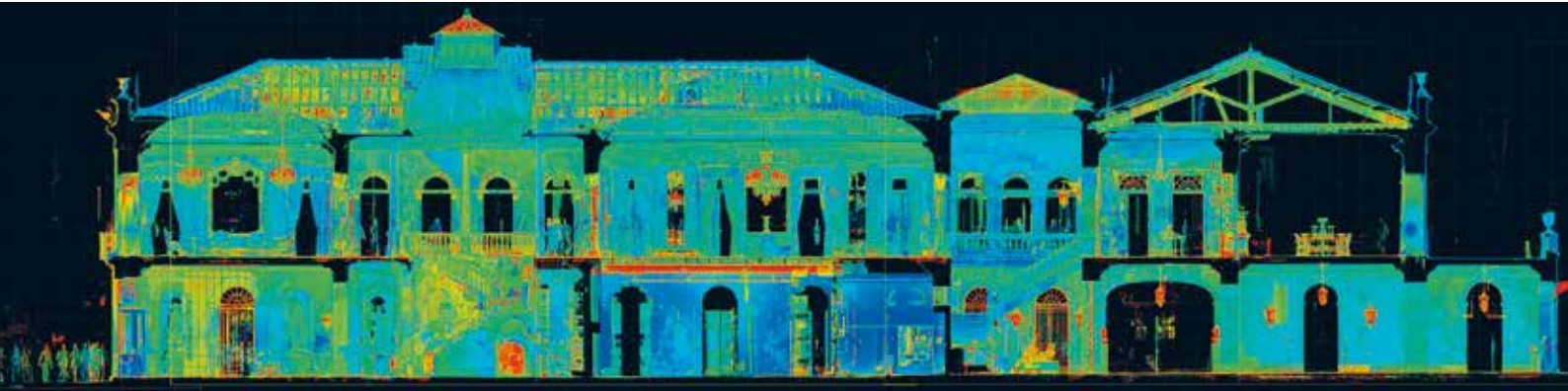


Estratégias para a campanha de escaneamento a laser do conjunto

Renata Cima Campiotto



Página à esquerda, Palácio Itamaraty, equipe de escaneamento a laser



Acima, ortoimagem do Palácio Itamaraty, extraída a partir de nuvem de pontos do escaneamento laser 3D

A opção pelo escaneamento a laser, enquanto método mais adequado para a coleta de dados morfométricos do conjunto edificado do Itamaraty, ocorreu após a ponderação de uma série de variáveis, na busca da melhor alternativa para se gerar bases gráficas com precisão compatível com o desenvolvimento dos projetos executivos. Em que pesem as facilidades inerentes àquele método, como a rapidez na captura dos dados e sua considerável facilidade de processamento, a confiabilidade dos resultados depende majoritariamente do rigor da operação em todas as suas etapas, desde o planejamento do levantamento até a exportação dos dados processados. No caso relatado, entendeu-se como de máxima importância controlar qualitativamente cada fase do serviço, que seria realizado por empresa terceirizada. Coube à consultoria definir o escopo de trabalho a ser contratado, de tal forma que ele fosse compatível com os critérios de acuidade determinados pela equipe de projetos e que previsse o monitoramento dos processos adotados pela empresa executora.

Os Termos de Referência elaborados pela consultoria levaram em consideração a qualidade dos produtos a serem entregues, o custo e tempo de execução e a compatibilidade entre os equipamentos empregados e os resultados esperados. Dadas as variedades tipológica e construtiva do objeto do levantamento, bem como a sua grande área construída, optou-se por não definir, a priori, uma estratégia específica de escaneamento a ser empregada, possibilitando a utilização de uma única ou a integração de variadas técnicas, assim como a combinação de tipos distintos de equipamentos, como scanners terrestres e drones, por exemplo. A ênfase, portanto, foi colocada na orientação metodológica do autor do trabalho de levantamento, que deveria, necessariamente, ser verificável pela contratante.

O escopo dos serviços incluiu o levantamento planialtimétrico de todo o lote, o levantamento arbóreo das espécies existentes e o escaneamento integral de quatro dos principais edifícios do projeto, incluindo suas áreas internas, externas e coberturas. Foi especificado que o levantamento deveria partir da integração de uma rede topográfica georreferenciada a ser traçada ao redor dos edifícios e exigida a prévia elaboração de um projeto de escaneamento, com a adoção de *targets* para a execução das diversas varreduras. Isto permitiria uma interligação mais precisa entre as nuvens de pontos geradas pelo escaneamento a laser, tanto das nuvens entre si, como entre as nuvens e os demais levantamentos realizados, uma vez que teriam como referência pontos comuns estrategicamente localizados e com coordenadas fixas. Tal medida visou a aferição da qualidade dos resultados e a garantia de uma acurácia geométrica da ordem de 3 a 4 milímetros por coordenada, capturada pelo aparelho de laser scanner, resolução esta definida pela equipe de projetos do Instituto Pedra como adequada para os desenhos em escala 1:50 e 1:75, a serem elaborados não diretamente a partir de uma nuvem de pontos, mas a partir da discretização das ortofotos extraídas da nuvem de pontos.



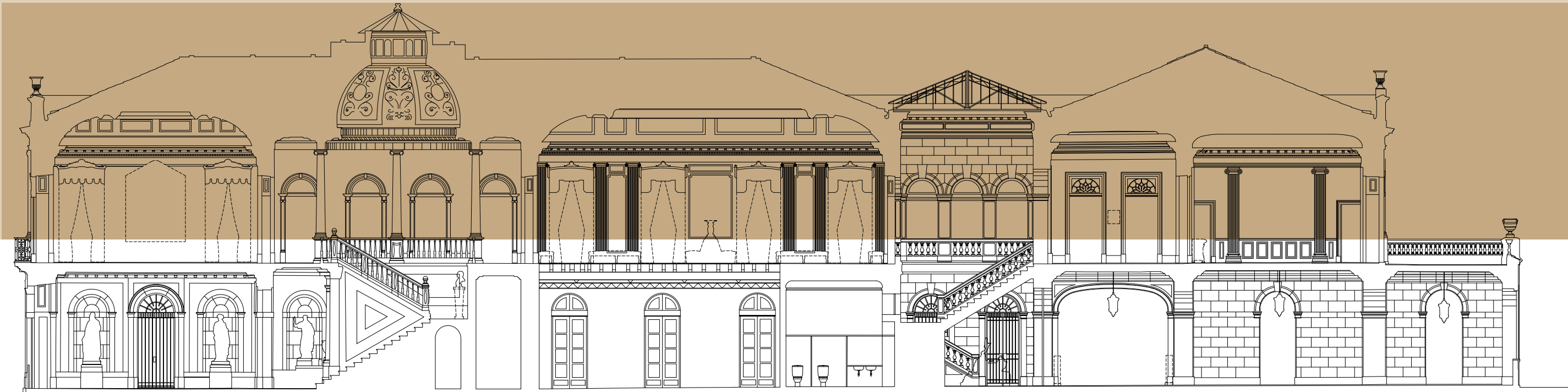
Palácio Itamaraty, forro decorado e corte longitudinal

Os produtos demandados à contratada incluíram: (1) relatórios ilustrados com a metodologia adotada, a descrição do andamento e a documentação de cada fase do trabalho; (2) bases gráficas vetorizadas dos levantamentos planialtimétrico e arbóreo; (3) nuvens de pontos processadas e unificadas de cada edifício e (4) imagens retificadas extraídas das nuvens em resolução compatível com a escala de representação de plantas, cortes e elevações, a serem utilizadas pela equipe do Instituto Pedra para traduzir as informações em desenho vetorizado. Foi de fundamental importância a deliberação da equipe de projetos de ser ativamente responsável pela etapa de desenho, tanto por possibilitar a aproximação dos arquitetos com o objeto da proposta de restauro, quanto para a própria demanda da projeção, uma vez que as bases gráficas do levantamento *as built* integrado deveriam atender às necessidades de representação do projeto em elaboração. Também por esses motivos, tornou-se indispensável o acompanhamento de todas as etapas pela equipe de projetos.

A seleção da empresa não foi imediata pela não compreensão das especificações da metodologia a ser adotada, exigindo a produção de um novo documento com esclarecimentos adicionais, frisando a importância de execução dos serviços de modo cooperativo, ou seja, a partir de uma correspondência entre o planejamento da equipe contratada e as expectativas da equipe de projetos. Foram acrescentadas ilustrações detalhadas dos edifícios, evidenciando suas características construtivas, de modo a auxiliar na escolha do equipamento a ser empregado.

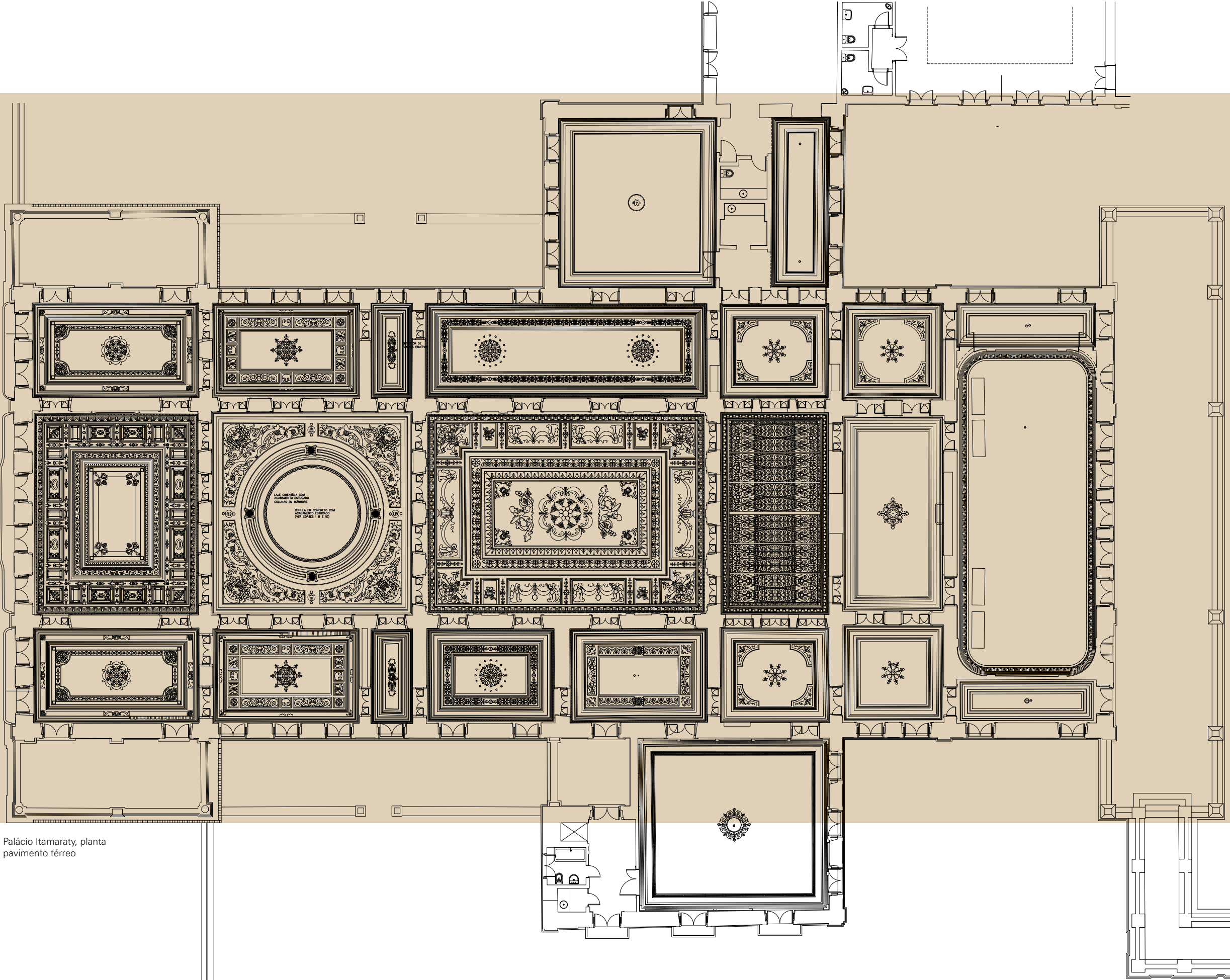
Contratada a empresa, verificou-se a efetiva cooperação entre as equipes, sobretudo durante as etapas iniciais de trabalho in loco. O acompanhamento das varreduras permitiu ajustes no projeto de escaneamento, de modo que detalhes arquitetônicos pudessem ser registrados com maior acuidade. É o

caso, por exemplo, dos trechos representados pelas seções arquitetônicas, cuja escala de desenho previamente estabelecida exigia uma acurácia correspondente. Não bastava estacionar o equipamento scanner no centro e nas extremidades dos ambientes, mas também sob os intradossos dos arcos de passagem e das esquadrias ricamente trabalhadas do Palácio do Itamaraty, por exemplo, onde havia cortinas em tecido que não permitiam a coleta de dados geométricos por completo a partir de tomadas em ângulos oblíquos. A compreensão de que alguns elementos ficariam ocultos pela impossibilidade de leitura do aparelho e a consequente ponderação sobre a real necessidade de coleta de todos os dados por meio do mesmo método só foram possíveis graças ao acompanhamento do levantamento pela equipe de projetos, à medida que verificava a aplicação do método em relação ao objeto em si, bem como à flexibilidade para ajustes por parte da empresa contratada diante das solicitações da contratante.



Outro quesito fundamental está no manuseio e armazenamento dos dados após a entrega definitiva dos arquivos. Uma segunda etapa da consultoria voltou-se ao treinamento da equipe de projetos, de modo a promover uma gestão eficiente do material reunido. Para tanto, foi adquirido um computador, compatível com o processamento de arquivos pesados e dispositivos removíveis para armazenar cópias de segurança, além da distribuição desses documentos em outras estações de trabalho. Entendidos para além de um conjunto de dados morfométricos do conjunto do Itamaraty, esses arquivos devem ser encarados como registros precisos daquele lugar em determinado momento no tempo, ou seja, uma memória geométrica qualitativa de grande relevância, que permitirá consultas, comparações e análises futuras. No caso do software de visualização e extração de dados das nuvens de pontos, o treinamento dado à equipe de projetos buscou torná-la autônoma para que pudesse trabalhar neste e em projetos futuros que adotem a mesma metodologia de levantamento.

Nesse processo, empecilhos técnicos relevantes foram superados: inicialmente, a falta de domínio operacional do escaneamento a laser pela equipe de projeto; em seguida, uma possível frustração relacionada a resultados insatisfatórios com a contratação deste tipo de levantamento, experimentada por muitos escritórios de arquitetura, ao receber produtos-meio tecnologicamente incompatíveis ou produtos-fim pouco adequados ao trabalho no campo da preservação. Essa superação ocorreu graças à adoção das estratégias especificadas *a priori*, somadas a um planejamento coerente e à observância dos preceitos metodológicos e disciplinares do levantamento arquitetônico.



Palácio Itamaraty, planta
pavimento térreo



Palácio Itamaraty, fachada principal para a avenida Marechal Floriano e jardim lateral com estátua do Barão do Rio Branco

Palácio do Itamaraty

Período de construção

1851-1855

Área construída

2.976,65m²

Arquitetos

José Maria de Jacintho Rabello

(projeto e obra)

Joseph de Gire (reformas e adaptações)

Principais usos

sede da Presidência da República (1889-1897);

sede da Chancelaria (1897-1970)

remodelação (1927-1930)

implantação do Museu Histórico Diplomático

(1955-1957)

Principais intervenções

ações de restauro (1980, 1989)

reformas pontuais (2009, cobertura)

O conjunto do Itamaraty no Rio de Janeiro é formado por cinco edifícios, construídos em diferentes períodos e com valores culturais variados, e adquiriu, com o tempo, grande expressão em decorrência da ambiência e do paisagismo que os envolve. Convém fazer uma breve síntese a respeito de cada um deles, para sua melhor identificação.

O Palácio Itamaraty – Museu Histórico e Diplomático – materializa uma série de valores culturais, a saber: valor urbano, que se refere à relação do edifício com a cidade, e pelo fato de se constituir





Palácio Itamaraty, Salão Nobre

como palacete de caráter urbano, participe dos grandes eventos políticos do século 19. Hoje, ainda que a configuração urbana do entorno tenha sido substancialmente alterada, podem ser vistos como remanescentes das relações edifício-cidade as varandas laterais sobre os *porte-cochère* e balcões frontais, protagonistas da composição de fachada principal do edifício.

O valor estético-arquitetônico se manifesta pela composição neoclássica concebida com rigor e proporcionalidade, à qual são sobrepostas soluções de adaptação ao clima quente de uma nova capital imperial, marcados pela fenestração geral e aberturas zenitais. De igual medida, o uso de materiais raros e nobres confere um decoro palaciano destacado dentre os exemplares cariocas, como é o caso da refinada cantaria em calcário de Lioz em sua fachada principal, seguida pelo uso de liozes, mármore e fina talha em madeira, em seu interior – tanto em remanescentes que remontam aos períodos iniciais da edificação, quanto em suas reformas subsequentes. Finalmente, pela presença de refinadas alfaías em tecidos adamascados, tapeçarias, madeiras, estuques e papéis de parede especiais.



Palácio Itamaraty, janela para jardim lateral

Já o valor histórico-documental confirma o edifício como protagonista de importantes eventos históricos da política nacional, como o final da Guerra do Paraguai, celebrado em um suntuoso baile de gala dos oficiais do exército, oferecido pelo Conde de Itamaraty, com a presença da família imperial; a Proclamação da República, com a compra do palacete pelo governo republicano provisório, e o uso como palácio de governo pelos primeiros presidentes; a afirmação da diplomacia brasileira, com a ilustre presença do seu patrono, o Barão do Rio Branco; protagonismo na história republicana consolidada, que utilizou o edifício como local de posse de presidentes da República, o que inclui Juscelino Kubitschek, o também responsável por decretar a conversão do edifício em Museu Histórico Diplomático durante seu mandato. Já o valor documental resulta da fusão, a nosso juízo, do edifício como documento dos eventos históricos que nele se sucederam, com o documento das refinadas técnicas construtivas nele empregadas, repercutindo o que havia de melhor qualidade na edificação luso-brasileira de então.



Biblioteca, fachada principal
e Sala de Leitura

Biblioteca, Mapoteca e Arquivo

Período de construção

1928-1930

Área construída

4.406,71m²

Arquitetos

Robert Prentice e Anton Floderer

O edifício da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo, por sua vez, sintetiza o valor estético-arquitetônico que se manifesta na concepção de um edifício de programa específico, dividindo-se entre a atenção a funções de representatividade institucional do Estado brasileiro – cerimonial, conferências etc. – e funções técnico-administrativas de relevância. Nesse sentido, nota-se que os valores adotados pela administração pública de então, com seu decoro específico, são reverberados na arquitetura, com a constituição de uma monumentalidade intencional e uso de materiais requintados e específicos, como é o caso do arenito Ipanema, pedra local – isto é, nacional – e pedrarias do repertório português, como os calcários de Lioz. De um modo geral, as referências ao universo luso-brasileiro refletem tanto uma ideia de construção nacionalista em voga no momento, quanto uma das missões atribuídas ao edifício, isto é, a guarda de um precioso acervo documental que participa da construção da nação brasileira, tendo origem no Estado portugueses.



O seu valor histórico-documental se expressa, sobretudo, no emprego de materiais refinados, conservados até os dias de hoje. Ainda que com problemas pontuais, o edifício chegou à atualidade de forma bastante íntegra, sendo ainda possível evidenciar uma série de atributos materiais e imateriais que o constituem como obra de arte.

Cabe também destacar o seu valor tecnológico, que remete à especificidade do programa de usos e suas soluções. Trata-se de um edifício complexo, de distribuição espacial pouco convencional, que pode ser explicada, em certa medida, pela necessidade de se atender a funções técnico-administrativas em paridade com a representatividade cerimonial da burocracia estatal. Esse binômio, por sua vez, expressa um racionalismo na construção civil em paralelo às vanguardas modernistas do século 20, fazendo do edifício um representante excepcional, que congrega composição em estilo a elementos da construção civil moderna, como a estrutura em concreto armado. Indo além, o edifício conta com aquilo que havia de mais avançado para a época de sua construção e para as primeiras décadas de sua ocupação, no que se refere à guarda de acervo: sistemas de armazenamento tais como estanteria, mapotecas, além de sistemas de desinfestação e de climatização para a preservação que, ademais de interessantes do ponto de vista tecnológico, apresentam excelente qualidade de execução. Não seria exagero compreendê-lo com um episódio digno de nota na história da construção brasileira.

Finalmente, o valor de conjunto, para o qual o edifício atua a partir de um certo tensionamento com relação ao todo: por um lado, o volume conforma uma das faces do pátio interno, contribuindo para um equilíbrio visual e morfológico entre os edifícios do conjunto. Por outro lado, cria um novo lastro – sobretudo programático – para o conjunto, distribuindo parte de uma atenção inicialmente focada apenas no Palácio, para o novo edifício, que contém tanto acervos quanto locais de convivência que dialogam com o primeiro.



Cavalerias

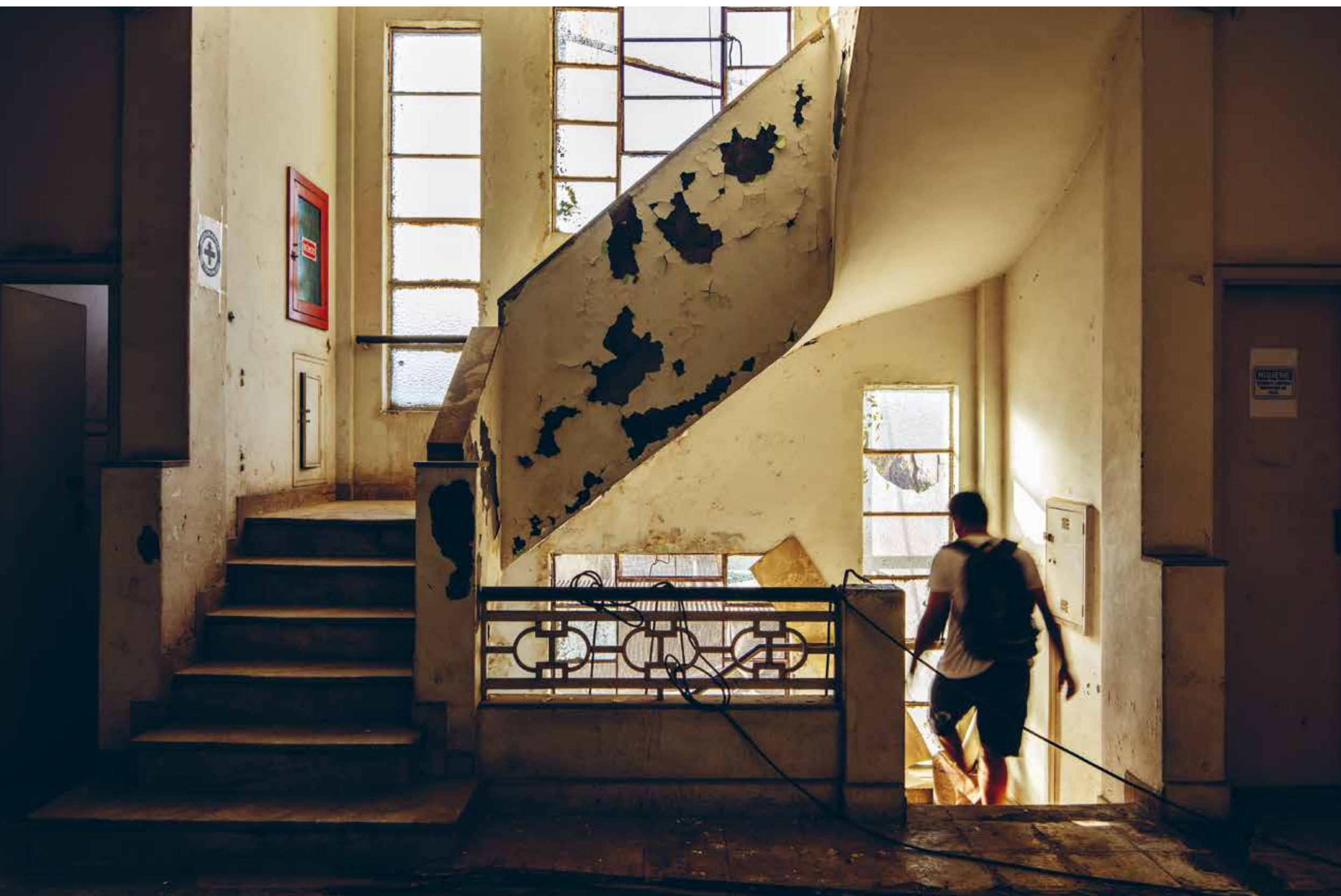
Período de construção
 parte integrante do palácio
Área construída
 1.489,54m²

O edifício das Cavalerias sintetiza os seus respectivos valores culturais: o valor espacial-arquitetônico, que se manifesta nas características espaciais, que aludem ao seu uso original, de local destinado a estábulos e cocheiras, posteriormente transformado em escritórios administrativos. A condição das fachadas também se relaciona com a espacialidade no que diz respeito ao conjunto arquitetônico, como se vê expresso adiante.

Já o valor de conjunto é percebido a partir de sua fachada Leste, que encerra o ambiente do grande jardim interno com espelho d’água, conformando uma das faces desse espaço interno aberto, elemento paisagístico dos mais significativos para o conjunto e, de certa forma, ímpar no repertório arquitetônico nacional, sendo digno de preservação.

Edifício das Cavalerias, fachada voltada para jardim interno e segundo pavimento





Edifício Niterói

Período da construção
projeto aprovado em 1934
Área construída
2.661,38m²

O edifício Niterói é um exemplar da arquitetura urbana carioca da década de 1930, com traços art déco e fachadas revestidas com argamassa raspada, ou pedra fingida. Possui tipologia adaptável tanto para escritórios quanto para apartamentos, e se integra ao conjunto do Itamaraty sobretudo como apoio a usos técnico-administrativos.

A documentação levantada remete à iniciativa de construção do edifício pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Central do Brasil, em projeto de 1934. Na década de 1940, a rua Visconde da Gávea passou por um processo de alargamento, que teve início com a desapropriação dos lotes entre a avenida Marechal Floriano e a rua Senador Pompeu. O projeto de alargamento viário não prosperou e, por razões ainda desconhecidas, o edifício em questão não foi demolido e seu uso foi outorgado ao MRE. Do ponto de vista arquitetônico, o edifício se relaciona pouco com os demais do conjunto do Itamaraty e não apresenta características de excepcionalidade arquitetônica.



Edifício Sede do Ererio, visto a partir do Palácio Itamaraty e do acesso lateral ao jardim interno

Sede do Ererio

Período de construção

1908-1914

Arquitetos

Tommaso Gaudenzio Bezzi

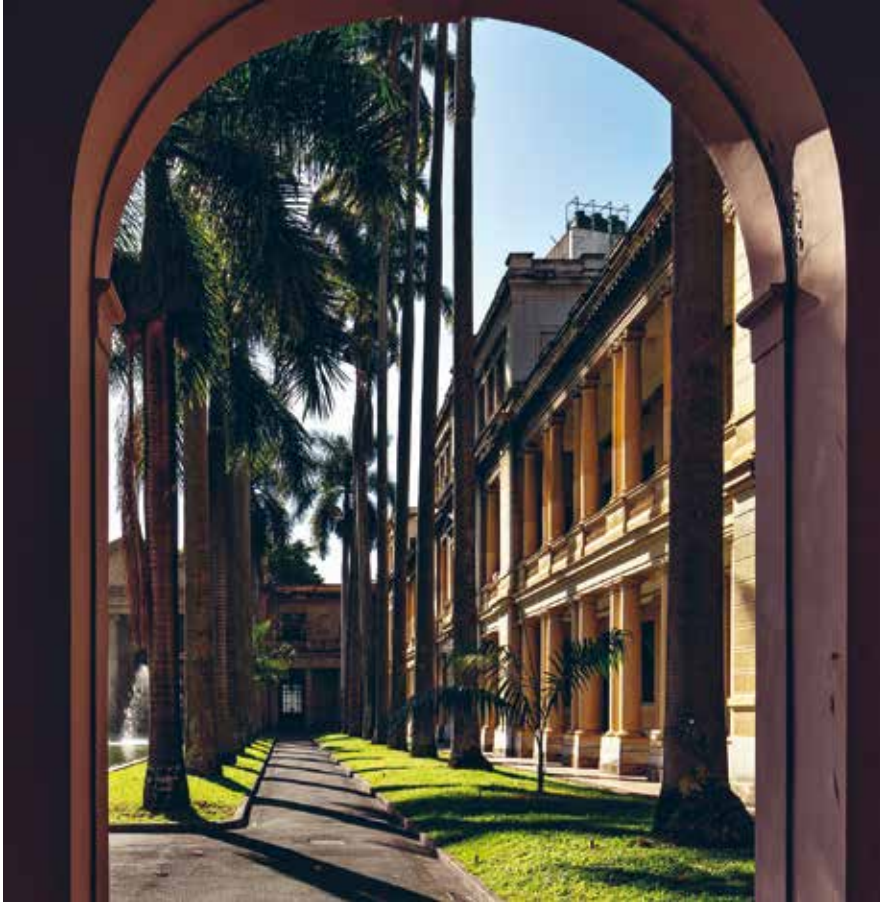
De grande interesse arquitetônico, uma vez que conforma o espaço aberto do jardim interno, dialogando em escala e estilo com os edifícios que o antecederam, está o edifício administrativo, hoje conhecido como sede do Ererio, construído por iniciativa do Barão do Rio Branco entre 1908 e 1914, a partir de projeto encarregado a Tommaso Gaudenzio Bezzi. Seu projeto de restauro não é de autoria do Instituto Pedra e não faz parte desta publicação.

Balanço da situação atual

Os diagnósticos apontaram que o estado de conservação dos edifícios analisados é variado, em função de suas características construtivas, uso e condições de manutenção. Dentre os problemas verificados, destacam-se:

- A umidade ascendente atinge a todos os edifícios, agravada pela condição de terreno aterrado e deficiências nas redes públicas de drenagem de águas pluviais na região. Já a presença da umidade descendente está relacionada à estanqueidade das coberturas dos edifícios do Palácio, Biblioteca e Cavalariças. No Palácio, verificam-se as maiores perdas, destacando-se as infiltrações na sala em pintura mural em escaiola afrescada, técnica pouco usual; os revestimentos têxteis em adamascados, substituídos nos anos 1980 e já manchados, devido a infiltrações da cobertura; os papéis de parede da manufatura Zuber, também danificados devido às mesmas causas;
- A poluição atmosférica, muito significativa no local, provoca desgastes variáveis nos materiais de acabamento, como é o caso dos elementos pétreos, sobretudo aqueles em pedra de Lioz, que foram ostensivamente aplicados no Palácio e na Biblioteca, a partir das reformas realizadas entre 1927 e 1930. A poluição, combinada com a umidade ascendente, provoca inúmeras patologias, não obstante a grande qualidade do calcário de origem lisboeta. O emprego do arenito Ipanema, também remanescente das reformas da década de 1920, mostra-se um tema ainda mais complexo, devido à instabilidade intrínseca àquele material, embora tenha sido alvo de recentes ações de conservação, como no caso da fachada frontal da Biblioteca.

Intervenções malsucedidas afetaram a preservação de muitos elementos do conjunto. As argamassas do Palácio e das Cavalariças, refeitas nos restauros da década de 1980, não são argamassas de caráter filológico, ou seja, com traço e composição condizentes com a regra d'arte da construção civil do período correspondente aos edifícios. Ainda que não demonstrem incompatibilidades com as alvenarias, a execução das modenaturas e ornatos é de baixa qualidade, o que compromete a sua leitura. O refinamento decorativo é concentrado nos edifícios do Palácio e da Biblioteca, refletido por materiais distinguidos. O Palácio possui estuques decorativos ainda do século 19, de extrema qualidade, com vestígios de douramento, embora atualmente estejam recobertos por tinta branca ou repintados com falso douramento inapropriado, em purpurina. Importante mencionar que grande parte dos revestimentos têxteis foi substituída nos anos 1980, sem observar as características de acabamento e qualidade dos revestimentos originais.



Arquitetura e arte das cantarias do Itamaraty

Yanara Costa Haas
Rosana Elisa Coppedê Silva

A restauração de uma obra de arte ou arquitetônica é sempre uma ocasião privilegiada de conhecimento e de questionamentos a respeito de toda a sua existência. É o momento de olhar, conhecer, reconhecer, documentar e traduzir o que a obra representa. Assim foi com as pedras do conjunto arquitetônico do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, cuja aproximação para a elaboração do projeto de restauração formou um interessante panorama de compreensão histórica, técnica, artística, construtiva e ambiental.

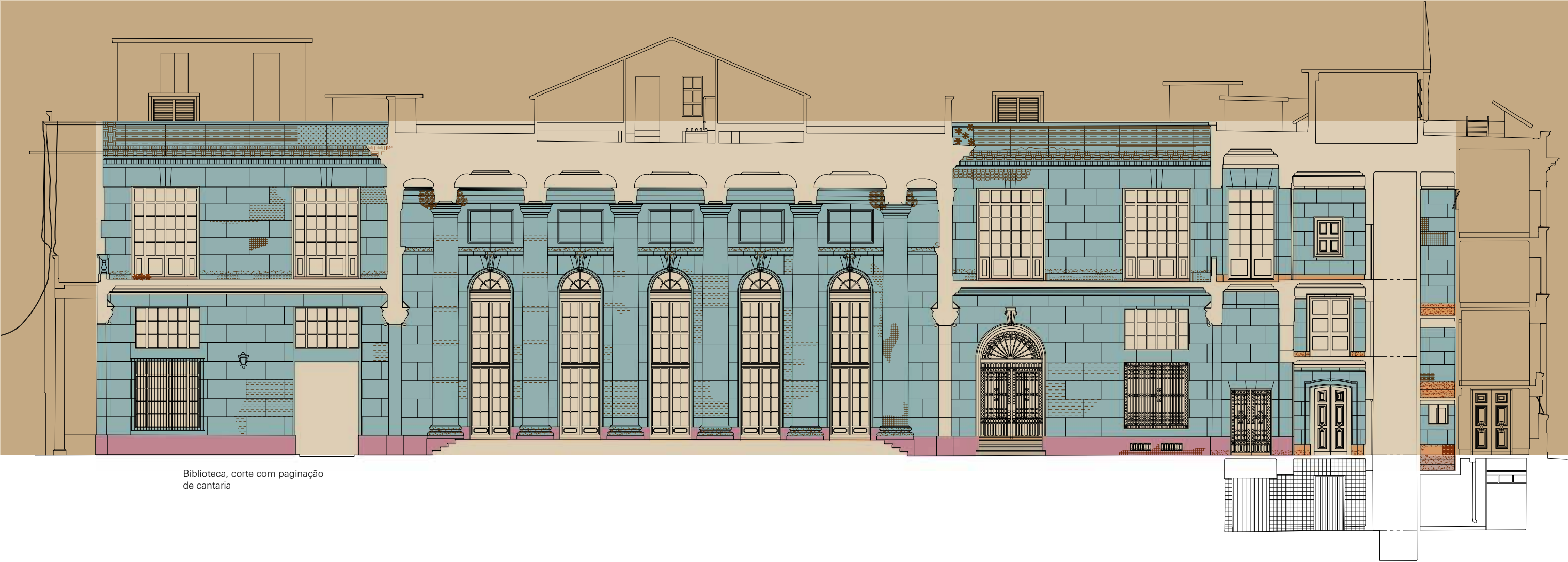
Com foco principal em três edificações – o Palácio, a Biblioteca e o prédio do Ererio – foram incluídas também as áreas externas às construções, desde o muro principal até os delimitadores dos espaços ajardinados, como tentos, calçadas e meios-fios, além das peças

ornamentais como esculturas, vasos e chafariz. O edifício das Cavalariças não foi contemplado por não possuir elementos pétreos significativos. Os estudos para o Ererio integraram o projeto de restauração sob responsabilidade da empresa Schiffrino & Junqueira Arquitetos Associados

Foram identificados e caracterizados dezesseis litotipos, suas datas de aquisição ou instalação e as formas de aplicação das pedras, ora com objetivo ornamental, ora como integrantes das edificações, ora como elementos funcionais.

A pedra mais antiga, aplicada quando da construção do palacete nos anos 1850, é o Lioz Clássico, importado de Portugal. Sua utilização foi essencialmente ornamental. Em trabalho excepcional de cantaria, está assentada na fachada principal, na cantaria dos vasos e na balaustrada das varandas laterais. Inclui-se, nesse rol, o chafariz.

Depois que o imóvel foi adquirido pelo governo federal, vieram reformas, ampliações e novas construções, trazendo outros revestimentos e litotipos. Na medida em que o espaço aumentava e novas construções eram erguidas, o uso das mesmas pedras indicava uma clara intenção de promover uma equalização visual em prol da ideia de conjunto arquitetônico. Nas reformas do final de década de 1920, os pisos foram os principais elementos desta integração, destarte os diferentes tempos, estilos e funções das arquiteturas. O exemplo mais claro é o do piso em mosaico losangular em calcário bicolor, similar nas três edificações, e o arenito Ipanema, da fachada da Biblioteca, que também reveste, internamente, a escada secundária do Palácio.



Biblioteca, corte com paginação de cantaria

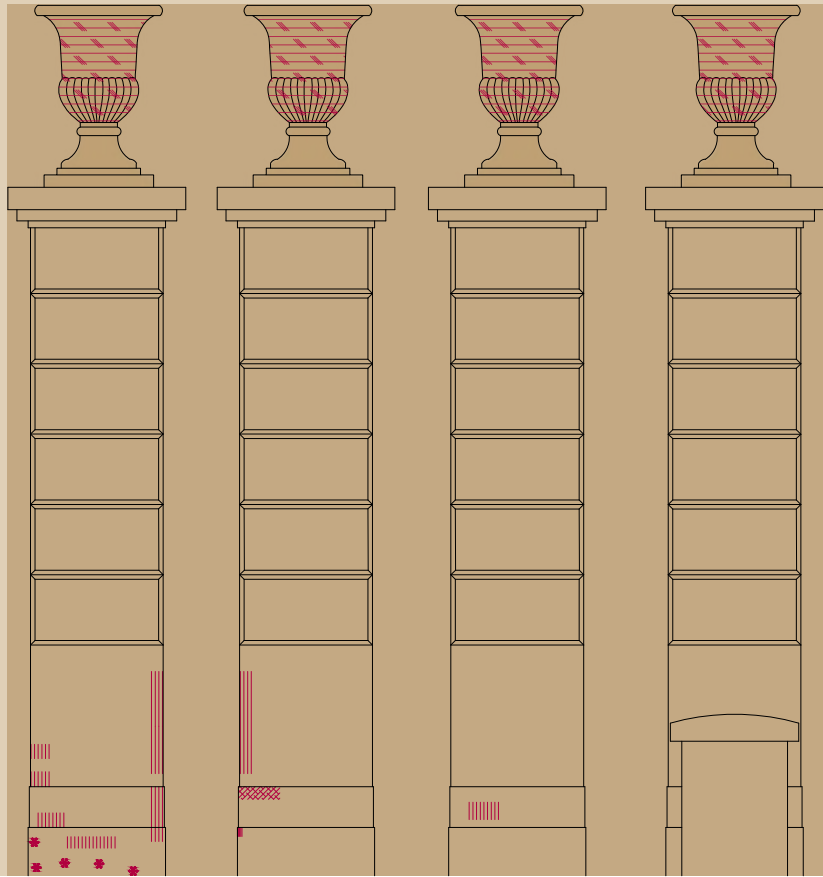
A requalificação dos espaços residenciais para usos oficiais costuma ser caracterizada pelo intenso uso de pedras. Por exemplo, o novo átrio do Palácio ressignifica e enobrece a primeira entrada do conjunto com uma profusão de calcários coloridos revestindo pisos e paredes e, na forma de uma escada monumental, ascende pomposamente ao pavimento superior. No prédio da Biblioteca, para além dos espaços públicos oficiais – salão nobre e sala de leitura –, utilizou-se a pedra nacional arenito para construir e revestir a fachada e os principais corredores internos.

A discreta cantaria em mármore de Carrara nas fachadas do prédio do Ererio destaca-se pela funcionalidade. A inserção de pedras naturais em toda a edificação teve um forte caráter funcional, muito mais que ornamental. É o caso dos chapins sobre platibandas,

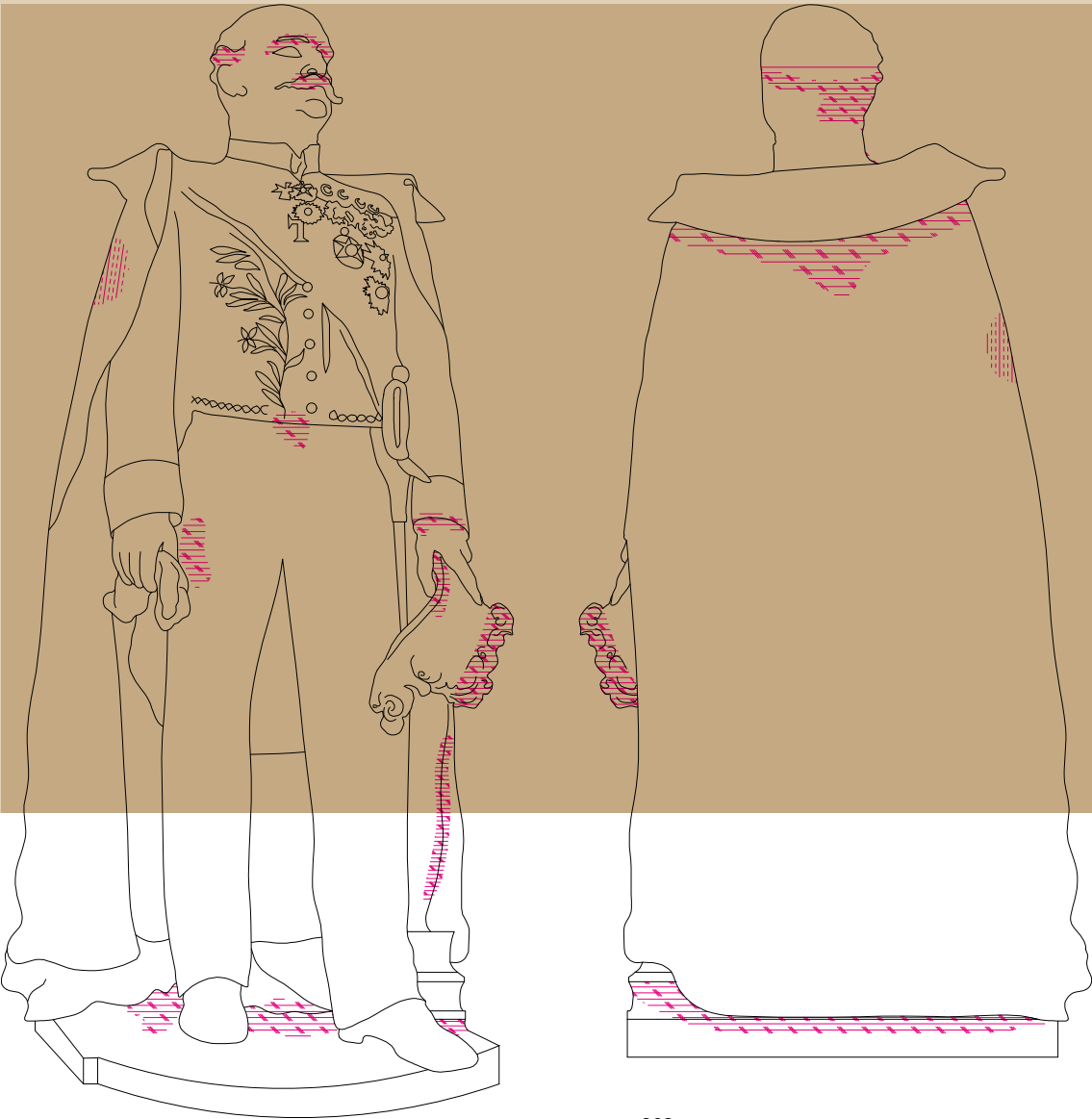
sobrevergas e cimalkas, que foram projetados como elemento de proteção, visando a longevidade da argamassa pigmentada que reveste quase a totalidade da fachada. Foram utilizadas peças com espessura e projeção de duas polegadas, tendo, no trecho da projeção para fora do elemento arquitetônico, rebaixos longitudinais, afeiçãoados na forma de canoa na face inferior. O mármore de Carrara foi escolhido para estes elementos devido a suas propriedades físicas de pouca porosidade e absorção de água, ideais para o contato prolongado com as intempéries, como as águas meteóricas ou a umidade do solo. Em Carrara, há também pisos, rodapés e soleiras, que ajudam a diminuir e retardar o contato da umidade com as alvenarias.

O uso público do conjunto do Itamaraty contribuiu para um intenso movimento de pessoas e, consequentemente, desgastes de superfícies cobertas com pedras. De forma análoga, a realocação do chafariz, vasos e estátuas externas, mesmo com toda cautela, atingiu a estabilidade física destas esculturas.

Assim se construiu o diagnóstico. Primeiro com uma macrovisão espaço-tempo-utilização, seguida de uma visão do comportamento das pedras diante de variados processos de deterioração. Em grande acervo fotográfico, foram registrados os danos, em seguida codificados em desenhos que levaram ao resultado das investigações técnico-científicas sobre as rochas e suas patologias. Com tudo isso, estreitou-se o conhecimento que permite compreender os processos causadores dos danos e a extensão do estado de conservação dos elementos pétreos.



Conjunto de pilar e vaso em quatro situações: externo, portão, interno e muro



Estátua do Barão do Rio Branco, frente e verso



Conjunto do Itamaraty, detalhes de elementos pétreos (pisos)

Soma-se, a esta etapa, uma análise ambiental do vento, das chuvas e da insolação aplicada às pedras expostas a intemperismos, considerando as características comportamentais destas pedras de acordo com o clima do Rio de Janeiro e, pontualmente, do Itamaraty. Esta etapa do diagnóstico retratou o comportamento típico de cada litotipo quando associado ao meio ambiente específico da cidade, quente e úmido e com forte incidência de poluição.

Os estudos e pesquisas multidisciplinares nortearam as soluções. O panorama-diagnóstico revelou a necessidade de se integrar a proposta de intervenção dos elementos pétreos com os demais projetos. Para elementos ornamentais e componentes das áreas externas, as ações foram integradas ao projeto de paisagismo. Para os elementos integrados das edificações, o projeto se entrelaça aos demais materiais suportes, como madeira e ferro, no grupo de restauração arquitetônica.

Do diagnóstico ao projeto, buscou-se a representatividade destes muitos elementos em matéria pétrea e quais atributos deveriam ser considerados inseparáveis da sua essência. Testes de produtos e procedimentos foram realizados e aqueles com bons resultados transformaram-se em especificações. A execução rende-se ao uso de processos gradativos, questionando e testando cada procedimento consagrado, desde sua forma mais suave, até uma composição mais forte para reverter o dano – visível ou invisível –, sem agredir a pedra. Se não for eficaz, essa fórmula dará a vez a outro modelo de procedimento.

Para efetuar um procedimento em elementos pétreos, é necessário que se tenha respeito pela peça. Especificar os tratamentos ideais para cada litotipo e suas variadas reações aos produtos e procedimentos foi uma tarefa cuidadosa e que certamente trará como efeito a longevidade da matéria, mas, acima de tudo, alimenta os milhares de conhecimentos e reconhecimentos agregados a esta materialidade. Para minimizar os efeitos do tempo futuro, proclama-se assumir que conservar de modo direcionado e eficaz remove danos e estabiliza os processos de degradação, prevenindo sua reinstalação. Por isso, seguir linhas preventivas de conservação precisa se tornar rotina, instituída como ação institucional e multidisciplinar. Quanto mais imperceptível for o contato do homem com cada elemento pétreo, mais sublime será o resultado da sua obra.

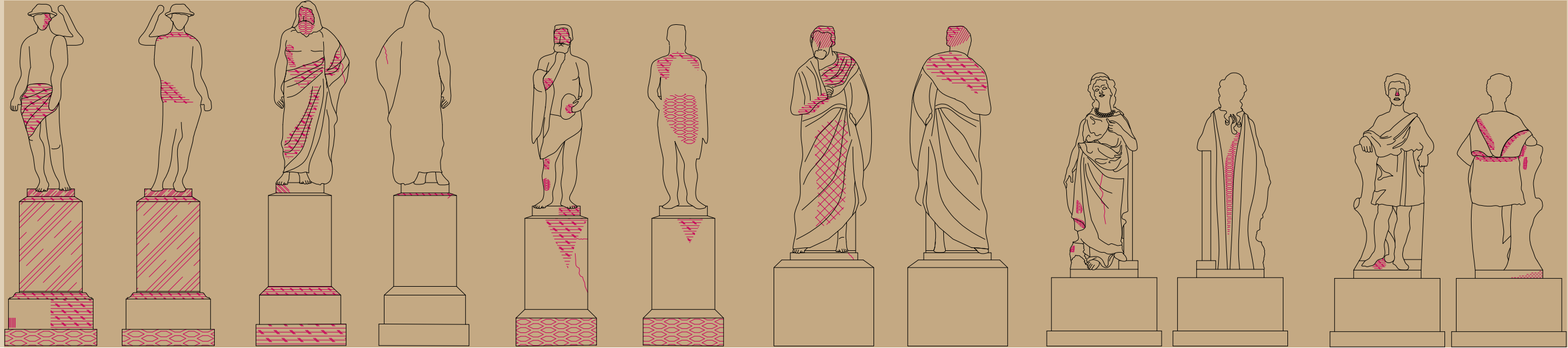
Referências

HAAS, Yanara Costa. *Tecnologia da conservação de pedras: uma sistematização de procedimentos para conservação dos elementos de fachada*.

HOIRISCH, Marisa. *De piso a teto: técnicas construtivas de exemplares significativos da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, século 19*.

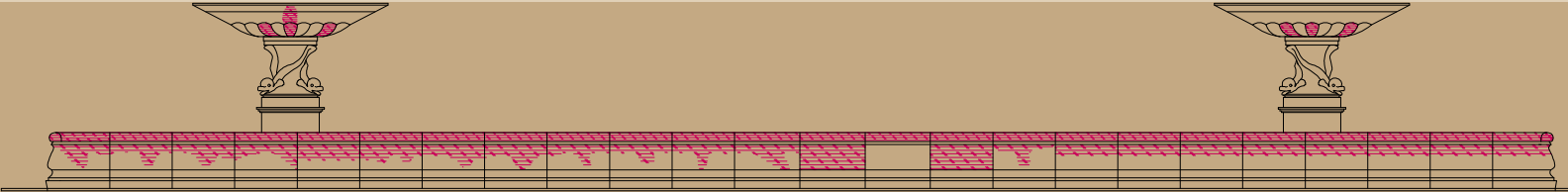
MACHADO, Veronica Castanheira. *Pesquisa histórica do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro*.

SILVA, Zenaide Carvalho. *O lioz português: de lastro de navio a arte na Bahia*.



Conjunto do Itamaraty, conjunto de estátuas, levantamento de patologias

Acima, Conjunto do Itamaraty, chafarizes, levantamento de patologias



A restauração dos elementos integrados

Julio Moraes



A participação de conservadores-restauradores no projeto de restauro do Palácio Itamaraty visou a descrição das características formais primitivas, do estado atual de conservação e a avaliação das possibilidades interventivas dos elementos artísticos e decorativos integrados à arquitetura dos edifícios do Palácio, Biblioteca e Cavalariças.

Estudos históricos preliminares, a cargo de historiadores, e prospecções pictóricas e arquitetônicas forneceram dados sobre a origem, composição, evolução e estado de conservação dos edifícios e elementos artístico-decorativos que os garantem, para prescrever a abordagem e tratamento de cada um e do todo. Os restauradores aproximaram-se e se apropriaram paulatinamente dos objetos de estudo, construindo o conhecimento mais diverso possível sobre eles, incluindo o papel de cada elemento ou conjunto de elementos no conjunto geral e a sua importância na definição do caráter do monumento em cada uma das suas épocas históricas.

Para entender como eram e o que ocorreu com os elementos artísticos e o acabamento geral dos edifícios, era necessário compreender e descrever as patologias e interferências que ocorreram em cada elemento. Para isso, foram feitas fichas inventariais e levantamentos gráficos de todas as paredes, forros, portas, batentes, janelas, molduras e guarnições, ferragens, pisos e iluminações de todos os 73 ambientes do

Palácio, cinco da Biblioteca e todas as fachadas das três edificações. Sobre elas, aplicaram-se as anotações das técnicas executivas, danos, elementos e materiais incorporados e suprimidos, e tudo que dissesse respeito ao estado de conservação.

Com base no conhecimento assim obtido, organizado em vários volumes e vasto material gráfico, elaboraram-se as especificações para intervenção no conjunto de elementos artísticos e complementos arquitetônicos, em sintonia com os conceitos e partido do projeto.

Para isso, foi fundamental a percepção do que se mostra essencial abordar hoje no grupo de edifícios e seus conteúdos integrados. Neste quesito, valeu-nos o diálogo intenso e minucioso, imprescindível para a perfeita integração e coerência das propostas interventivas.

O antigo Palácio e atual Museu possui um passado mais longo e certamente o mais intenso, que os estudos dividiram em três épocas: a residência senhorial do século 19, o palácio configurado pela reforma promovida pelo Barão do Rio Branco, e a configuração atual adquirida na reforma feita pelo chanceler Octávio Mangabeira. Depois disso, consertos emergenciais e arranjos de baixo custo e parciais iniciaram um período de decadência. Obras de arte e elementos decorativos deterioraram-se, as primeiras alterando-se e as segundas muitas vezes sendo substituídas por reproduções inexatas e de qualidade inferior.

O resultado hoje é um edifício ainda nobre, porém bastante desarticulado e depreciado, que mantém, muitas vezes escondidas, partes remanescentes e dados para um resgate fidedigno das características primitivas que construíram a imagem e importância guardadas na memória nacional.

Alguns exemplos expressam bem o seu trajeto: as antigas cimbalhas do térreo, de modelos variados segundo a época em que foram instaladas, viram-se uniformizadas mediante a instalação de uma nova cimbalha que as recobriu e escondeu; ornamentos em estuque colorido e áreas folheadas a ouro estão recobertos de tinta; mobiliário adossado e integrado à arquitetura mimetiza-se com as paredes sob uma pintura monocromática e desaparece para o visitante; cores e materiais adulterados por novas pinturas; cicatrizes em pontos onde ornamentos foram removidos; pinturas decorativas deterioradas, hoje recobertas por pintura lisa.

Localizaram-se cortinas datadas do período do Barão do Rio Branco, vestígios de panos e papéis de parede, acabamentos de todos os tipos. Identificou-se e entendeu-se as técnicas e materiais de que são feitos, e se lhes associaram peças de mobília, tapeçarias, lustres e outros elementos contemporâneos, muitas vezes deslocados para outros ambientes ou descaracterizados por reformas e pelo tempo. Tampouco faltam inovações espúrias como a tentativa de nobilitação de ambientes decaídos mediante uma desastrosa douração à purpurina, ou a tentativa de homogeneizar ambientes mediante a imitação de revestimento em simulação de blocos de pedra em locais que não o tinham, com desenho incoerente e material de qualidade inferior.

Palácio Itamaraty, mobiliário e revestimento têxtil com patologia

As antigas Cavalariças são a parte mais alterada de todo o conjunto, há muito convertidas em escritórios, onde cicatrizes quase ocultas falam da junção de três corpos para compor o corpo único atual, de um pavimento acrescentado, de janelas convertidas em portas e vice-versa; do telhado, espaço e portas de uma cocheira; de varandas e ligações com o Palácio, implantadas e depois eliminadas, tudo testemunhando a sua fiel função de complemento ao Palácio.

A Biblioteca tem história própria e diversa, sem as adaptações e alterações dos outros edifícios. Nela, está claro e intacto um projeto único e ambicioso, com seus acabamentos de outra época e desenho, que se iguala aos demais na decadência pelo muito uso e pouca conservação. Os lambris apodrecidos e repintados; a folheação a ouro de altíssima qualidade em grande parte recoberta por tinta metálica enegrecida; a pintura em *faux-marbre* das paredes, coerente e bem paginada, mas recoberta por repinturas; os lustres sofisticados e apagados, todos repetem uma mesma trajetória, variando apenas o espaço de tempo e o acúmulo de menos interferências.

Ainda que o estado atual possa surpreender, os dados jacentes nos edifícios, seus elementos artísticos e complementos desenharam um panorama animador para o imenso trabalho de restauração em vista, em especial ao contar-se com a equipe interdisciplinar e o imenso material já produzido por ela.

O projeto interventivo específico, amplo e em perfeita sintonia com o projeto de restauro arquitetônico, resulta e prevê a continuidade de um trabalho necessariamente interdisciplinar que integra várias especialidades da conservação-restauração de bens móveis e integrados, em conjunto com arquitetos, engenheiros, museólogos e demais profissionais.



Palácio Itamaraty, Galeria dos Libertadores, intervenção característica do período Octávio Mangabeira (1928-1930)

Acima, Biblioteca, Salão de Conferências



Mapoteca do Itamaraty, Salão Cartográfico

10. PEZZIN, Caroline. *Diagnóstico das condições de conservação dos acervos da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico*.
11. Consiste na revisão e transposição de informações catalográficas do acervo para uma base de dados organizada – não deve ser confundido com ações de conservação dos objetos do acervo.
12. Os dados referentes a esse setor foram fornecidos pelo arquivista responsável do setor à época.

Acervos

Os diagnósticos referentes aos acervos, localizados nos edifícios da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo, foram realizados por conservadores especialistas, e, no que concerne à relação dos acervos com o os espaços físicos do edifício, ficaram sob responsabilidade da equipe de arquitetura do Instituto Pedra. Disso resultou, de um lado, em um diagnóstico do estado geral de conservação do acervo e, de outro, em um exame preliminar dos quantitativos, da natureza e da disposição espacial das coleções abrigadas pelo Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca, cujas bases de dados encontravam-se desatualizadas.

A avaliação do acervo, realizada pela conservadora-restauradora Carolina Pezzin,¹⁰ confirmou a extensão da deterioração originária de causas ambientais: altos níveis de temperatura, provocando a aceleração das reações químicas, a dilatação e contrações térmicas e o aumento das atividades biológicas; altos níveis e grande flutuação da umidade relativa, provocando o envelhecimento, as dilatações e contrações higrométricas, corrosão dos metais e aumento das atividades biológicas; iluminação e ventilação naturais das áreas de acervos, permitindo a entrada não controlada da radiação luminosa, com problemas relacionados à radiação infravermelha, ultravioleta e da luz visível. Além disso, a poluição atmosférica e os particulados não encontravam barreiras físicas, em razão do mau funcionamento das esquadrias. Os danos verificados revelaram a extensão e a complexidade da ação dos fatores ambientais, individuais ou associados, sobre o acervo. A falta de estanqueidade dos locais de guarda e a inexistência de rotinas de higienização, somados aos fatores ambientais mencionados, resultaram na presença generalizada de insetos bibliófagos (brocas), com focos ativos e inativos.

Os altos níveis de ocupação das áreas de guarda, bem como a alteração de funções dos espaços originais do edifício, motivaram duas frentes de trabalho do grupo de arquitetura. De um lado, o levantamento do mobiliário, com especial atenção ao mobiliário de guarda, com a respectiva avaliação de ocupação da estanteria e mapotecas; de outro, o exame dos fluxos no edifício, organizados segundo a natureza dos frequentadores, funcionários ou visitantes, e das atividades desempenhadas por eles, quais sejam: consulta, tratamento técnico do acervo,¹¹ funcionamento interno, extroversão, entre outros. Cabe mencionar que o

segundo grupo de atividades foi definido a partir do primeiro grupo, compreendido como uma etapa inicial, que elencou uma série de questões, para as quais os levantamentos físicos procuraram aferir quantitativos capazes de subsidiar o projeto.

A primeira ação consistiu no levantamento do mobiliário existente. Foi listado todo o mobiliário presente nas áreas de guarda, classificado conforme tipologia e informações dimensionais (largura, comprimento, profundidade; número de prateleiras, gavetas, etc.). De posse desse quantitativo geral, a equipe passou a uma inspeção visual com o objetivo de aferir a ocupação de cada estante e gaveta de mapoteca, atribuindo um percentual de ocupação do acervo. Dessa forma, foi constatada uma ocupação de quase 100% da estanteria dos setores Biblioteca e Arquivo e de até 70% do setor Mapoteca,¹² sendo o caso da Biblioteca o mais dramático, uma vez que a ocupação excessiva já havia comprometido, inclusive, a expansão improvisada que havia sido feita por meio da estanteria periférica adicional. Verificou-se também que a diversidade e a inadequação dos formatos dos documentos e livros aos espaços de guarda propiciava danos mecânicos durante o manuseio do acervo. A ocupação excessiva, para além dos problemas relacionados aos suportes, expunha extensas áreas à incidência direta do sol e dificultava a circulação de ar, favorecendo a proliferação de microrganismos.



Biblioteca do Itamaraty, área de guarda de livros

Esses levantamentos foram seguidos por levantamento dos fluxos e da natureza de uso das áreas. Ambos constataram a alteração de uso dos espaços originais, que, ao longo de sua existência, passaram a abrigar funções distintas daquelas para as quais foram projetados. Observando-se a distribuição programática e volumétrica existente, é possível inferir que o projeto original previu diferentes níveis de contato com o acervo: locais de acervo com acesso restrito – Mapoteca; locais para consulta de público, ainda que seletos – Biblioteca e parte do Arquivo; e locais para consulta interna – guichês de retirada de documentos vinculados ao Arquivo. Com efeito, essa organização é coerente, em projeto, com a distribuição volumétrica das áreas, orientada, inicialmente, por hierarquia semelhante: no pavimento térreo, locais para cerimonial oficial, como o Salão de Conferências e as salas de leitura para um público, provavelmente, seletos; no pavimento intermediário, áreas técnicas de produção, emissão, tratamento e expurgo de documentos e impressos; no pavimento superior, locais de trabalho e apoio que se comunicam com os escritórios do Ererio, além de uma torre de acervos – Biblioteca e Arquivo – transversal a essa estratificação.

As condições de uso do edifício e, sobretudo, a consulta aos acervos, foram gradualmente se alterando, motivadas, entre outras, pela transferência de diversas funções para Brasília e pelas sucessivas normas relativas ao sigilo documental, cartográfico etc. Essas alterações encontravam-se visíveis quando da realização do diagnóstico, quando se verificou o uso ostensivo das torres de circulação vertical e a ausência de separação entre acervo e pessoal; entre atividades internas de tratamento técnico e pessoal; entre pessoal e consulentes, acarretando ao menos dois problemas: dificuldades de controle de segurança e conflito entre climatização para conservação de acervos e para conforto humano. Estes temas se tornaram centrais no projeto desenvolvido na sequência.

A proposta de intervenção leva em conta a reorganização de espaços e fluxos, ao lado da previsão de outros espaços necessários ao bom funcionamento do edifício, como, por exemplo, áreas destinadas à conservação dos acervos.

Apresentamos a seguir as metodologias utilizadas, bem como respectivos resultados do diagnóstico das condições ambientais dos edifícios da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo e do Palácio Itamaraty. São duas situações bem distintas, gerando duas abordagens diferentes, mas ambas orientadas pelos mesmos princípios contemporaneamente desenvolvidos sobre o tema.

Avaliação do ambiente e definição de parâmetros ambientais

Visando aprimorar a preservação dos acervos da Biblioteca, do Arquivo Histórico e da Mapoteca do Itamaraty, bem como subsidiar as decisões de projeto relativas às necessidades espaciais relacionadas aos ambientes das coleções e de gerenciamento da preservação, o diagnóstico das condições ambientais compreendeu análises holísticas, abordando desde a localização da edificação e seu entorno, até a performance higrotérmica do seu envelope, observada a partir do levantamento dos níveis de temperatura e umidade relativa do ar nas áreas de guarda.

O diagnóstico se deu em duas fases, a primeira qualitativa, compreendendo a avaliação do estado de conservação das coleções, e a segunda quantitativa, com a análise dos dados coletados após monitoramento realizado em todo o edifício da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo, nos meses de janeiro a agosto de 2021.

A avaliação qualitativa apontou os problemas decorrentes dos poluentes oriundos da área urbana onde o edifício se localiza; os riscos decorrentes da presença maciça de vegetação no seu entorno imediato, foco de infestação por agentes biológicos; danos aos elementos construtivos e aumento da concentração de umidade do solo em função da presença de raízes; obstrução nos sistemas de escoamento de águas pluviais provocada pelo depósito de folhas e frutose acúmulo de umidade e crescimento de micro-organismos causado pelo excessivo sombreamento das paredes.

O arcabouço dos edifícios apresenta sinais de comprometimento da estanqueidade em razão da impermeabilização das lajes, do funcionamento irregular das esquadrias e também do desgaste decorrente do envelhecimento dos revestimentos originais.

Nos espaços destinados à guarda de acervos, a superposição de funções e de fluxos, bem como as alterações pontuais para controle ambiental, aliados à alta densidade da ocupação que interfere na circulação do ar, alteraram a proposta original e, consequentemente, a performance higrotérmica da edificação.



Palácio Itamaraty, jardim lateral externo



Biblioteca do Itamaraty, mecanismo de acionamento das janelas

13. MAEKAWA, Shin. Estratégias alternativas de controle climático para instituições culturais em regiões quentes e úmidas, p. 225

14. LUCIANI, Andrea. *Historical climates and conservation environments: historical perspectives on climate control strategies within museums and heritage buildings*.

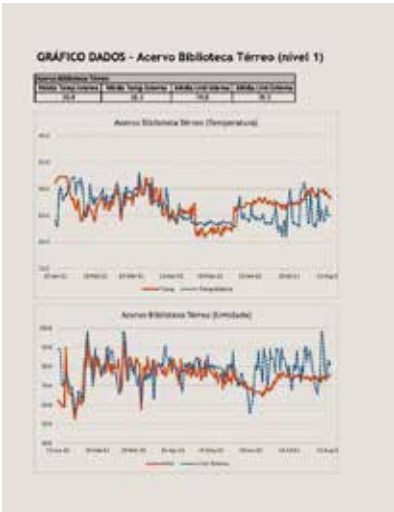
A obsolescência do sistema de climatização impôs a abertura de janelas para ventilação das áreas de guarda, resultando em um ambiente com condições típicas do clima tropical, com níveis elevados e grande flutuação de temperatura e de umidade relativa. Ainda que as aberturas apresentem filtros contra radiação solar, estas permitem a entrada não controlada da radiação luminosa, com consequências relacionadas à radiação infravermelha e à radiação ultravioleta. Acresce ainda que o aporte de poluentes, em conjunto com as demais condições ambientais, acelera processos de deterioração.

Os principais efeitos dos fatores ambientais sobre os bens culturais figuram em inúmeros estudos e pesquisas, conforme resumidos por Maekawa:

a exposição de objetos a níveis elevados de temperatura e umidade relativa é conhecida como causadora de efeitos mais rápidos no envelhecimento, por meio de reações químicas. Os objetos reagem quimicamente também aos poluentes gasosos e às partículas. Alta intensidade de iluminação fornece energia para os processos de reações químicas, promovendo assim taxas maiores de envelhecimento. Contatos físicos, choques e vibração podem danificar fisicamente os objetos, mas grandes flutuações ou extensos períodos de níveis extremos de temperatura e umidade relativa também provocam danos mecânicos. Períodos prolongados de condições úmidas promovem a atividade de insetos, fungos e bactérias, expondo a coleção ao risco de dano biológico. Materiais orgânicos são especialmente suscetíveis à deterioração causada pelas mudanças na umidade relativa, pelos ataques de fungos, bactérias e insetos, pelos efeitos da foto-oxidação e por danos causados por poluentes gasosos e partículas encontradas em áreas urbanas.¹³

A necessidade de monitoramento ambiental se alinha com as abordagens mais recentes para definição das condições ambientais para preservação, na qual os índices devem ser decorrentes das especificidades de cada objeto, em função do nível de deterioração e do histórico climático a que foi exposto.¹⁴ O conhecimento sobre a capacidade da edificação em moderar o clima exterior, bem como sobre as condições em que as coleções estão aclimatadas, foi ampliado por meio de um monitoramento contínuo da temperatura e da umidade relativa do edifício da Biblioteca.

15. XSENSOR. *Relatório final*. 26/09/2021, revisto em 22/11/2021.



Biblioteca do Itamaraty, gráfico de monitoramento ambiental, temperatura e umidade no ambiente externo, jan./ago. 2021

Biblioteca do Itamaraty, gráfico de monitoramento ambiental, comparação entre temperatura e umidade em ambiente do térreo (amarelo) e o ambiente externo (azul), jan./ago. 2021

Biblioteca do Itamaraty, gráfico de monitoramento ambiental, comparação entre temperatura e umidade em ambiente do subsolo (amarelo) e o ambiente externo (azul), jan./ago. 2021

Biblioteca do Itamaraty, gráfico de monitoramento ambiental, comparação entre temperatura e umidade em ambiente do pavimento superior (amarelo) e o ambiente externo (azul), jan./ago. 2021

O monitoramento realizado neste edifício reuniu dados para quantificar as respostas ao meio ambiente, tanto do edifício como das coleções que ele abriga, e de relacionar causas e efeitos desta resposta, notadamente nos processos de deterioração.

Foram definidos os parâmetros para realização do monitoramento, incluindo a definição das características dos equipamentos, tais como: precisão dos dados coletados, tipo de alimentação, autonomia de memória, possibilidades de programação, facilidade de instalação, operação e download do equipamento e compatibilidade com softwares existentes na instituição; a frequência e o período de tempo de aquisição de dados, bem como sua forma de apresentação.

O Instituto Pedra contratou a empresa X-Sensor Soluções Profissionais de Monitoramento, que instalou vinte sensores de temperatura e umidade relativa, com capacidade ilimitada de armazenamento, com acurácia de T= +/- 0,5°C e UR= +/- 3%, para coleta de dados em intervalos de dez a trinta minutos, que registraram informações de janeiro a agosto de 2021.¹⁵

Durante a instalação, considerou-se que os níveis de temperatura e umidade relativa podem variar dentro um espaço fechado, em função da convecção natural do ar, ganhos solares sobre as superfícies, aquecimentos decorrentes de sistemas de iluminação e outros equipamentos que dispersem calor, assim como a emissão de calor e vapor d'água pelos ocupantes.

O monitoramento ambiental contínuo, do período de janeiro a agosto de 2021, demonstrou que o edifício da Biblioteca consegue atenuar as flutuações de temperatura e umidade relativa em todos os pavimentos, em função de seus aspectos construtivos. A maior flutuação ocorre nos compartimentos que funcionam com ventilação natural. Nos pavimentos mais baixos, a umidade relativa é superior e nos mais altos a temperatura é mais elevada, em função da orientação e proximidade com a cobertura. Os níveis extremos registrados são de aproximadamente 35°C de temperatura no último nível e 90% de umidade relativa no pavimento térreo.

No período monitorado, a temperatura externa variou de aproximadamente 21°C a 33°C, com média no período de monitoramento de 26,3°C. Janeiro, fevereiro e março são os meses com temperaturas mais altas, enquanto que abril, maio, junho e julho têm temperaturas inferiores a 30°C.

16.
Mais informações no
website da instituição
<<https://bit.ly/3nr1N75>>.



Edifício Sede do Ererio, fachada externa com aparelhos de ar-condicionado

A umidade relativa externa permaneceu acima dos 60% durante todo o período de monitoramento, com média de 78,3%. A relação com a temperatura pode ser verificada quando os índices mais baixos correspondem às temperaturas mais elevadas.

O monitoramento agregou dados quantitativos às informações dos diagnósticos, dado que as coleções se encontravam expostas a flutuações de temperatura muito expressivas, que aceleraram os processos de degradação química e mecânica e a níveis de umidade relativa superiores a 65% por longos períodos, valor limite para a proliferação de micro-organismos que promovem a degradação biológica.

A relação entre as condições ambientais e a expectativa de vida dos objetos levou cientistas da conservação e conservadores-restauradores a tentarem definir o que exatamente constitui um ambiente seguro para a preservação, estabelecendo, através de normativas e documentos do campo, especificações para controle rígido dos ambientes. Estes parâmetros foram adotados globalmente a partir da segunda metade do século 20, mas, diante da necessidade de enfrentar questões relativas ao consumo de energia não renovável, ao aquecimento global e à sustentabilidade das instituições, o campo da preservação se propôs o desafio de rever e revisar esta posição.

Entre os estudos realizados, destacamos a pesquisa desenvolvida pelo Getty Conservation Institute¹⁶ *Alternative Climate Controls for Historic Buildings* (2003-2010), uma das poucas voltadas para os ambientes de preservação em clima tropical. O foco dessa pesquisa foi a aplicação econômica e sustentável de técnicas previamente desenvolvidas pelo Instituto para prevenir a biodeterioração através da melhoria do ambiente das coleções em edificações históricas em regiões quentes e úmidas. Este estudo identifica o risco de biodeterioração como o maior para a preservação das coleções em clima quente e úmido, em função dos períodos prolongados de umidade relativa alta e de chuvas, que propiciam o crescimento de microorganismos.

O projeto aplicou, na prática, estratégias alternativas ao sistema tradicional de ar-condicionado para controlar a umidade através de aquecimento e ventilação em Hollybourne Cottage, Georgia (EUA); Vale de Guerra, Ilhas Canárias (Espanha), Juanqinzhai Quinlong Garden Complex, Cidade Proibida – Pequim (China) e, no Brasil, na Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro) e no Museu Emilio Goeldi (Belém do Pará). Os resultados desta pesquisa foram publicados no livro *Environmental*

17.
MAEKAWA, Shin;
BELTRAN, Vincent L.;
HENRY, Michael C.
Environmental Management for Collections: Alternative Conservation Strategies for Hot and Humid Climates.
18.
CONARQ. Recomendações para construção de arquivos.
19.
Os valores adotados para o acervo de fotografias e filmes seguem a normativa pertinente.

*Management for Collection*¹⁷ em 2015, publicação que apresenta um protocolo de classificação para os ambientes de conservação com enfoque nos danos específicos que afetam as coleções em climas quentes e úmidos, o *Conservation Environment Classification – Hot and Humid (HH) protocol*.

Neste protocolo, classes de riscos e parâmetros de mitigação estão associados à umidade relativa e à flutuação da temperatura. Para a classe A, que se refere à inexistência de riscos de biodeterioração, a umidade relativa deve ser igual ou menor que 65%, enquanto que, para umidade relativa acima de 75%, o risco é considerado máximo. Por outro lado, é preciso considerar que valores de temperatura muito mais baixos do que aqueles aos quais as coleções estão expostas historicamente podem acarretar no risco de deterioração mecânica e química. Importa ressaltar ainda que estes estudos se aplicam a coleções mistas, enquanto que outros suportes, como material fílmico e metais, devem observar normas específicas. Com base nestes dados publicados, nas avaliações realizadas, nos resultados apresentados pelo monitoramento e, ainda, seguindo a recomendação nacional para que os sistemas de climatização sejam independentes para as áreas de depósito,¹⁸ foi possível definir alguns princípios para o projeto do sistema de climatização das áreas de guarda do edifício da Biblioteca.

Considerando o valor histórico do edifício, as novas instalações devem observar os princípios da mínima intervenção e reversibilidade, utilizando ao máximo a infraestrutura existente, principalmente nos ambientes de guarda, onde uma nova rede de dutos poderá causar interferências indesejáveis na leitura dos espaços e, ainda, reduzir a capacidade de armazenamento. O novo sistema deve funcionar 24 horas por dia e sete dias por semana, mantendo a umidade relativa estável e inferior a 65%,¹⁹ para prevenir a deterioração biológica da coleção, garantindo o controle da umidade na renovação do ar, insuflando, preferencialmente, ar desumidificado. A temperatura não deve se afastar dos níveis médios que o acervo vem experimentando, para evitar o risco de danos físicos, mantendo sempre maior estanqueidade, além de evitar o risco de condensação. O sistema deve reduzir o nível de poluentes com filtragem do ar a ser insuflado no ambiente, observando os documentos técnicos que tratam especificamente do tema.

O Palácio Itamaraty: preservação, bem-estar e acesso

A proposta de gerenciamento do clima interno do Palácio alia a redução de riscos ao bem-estar do visitante, à luz dos princípios de preservação. Deste modo, respeitando o arcabouço arquitetônico e o seu transcurso no tempo, a solução se baseia no compromisso com seu uso e sua manutenção, alinhados com as perspectivas institucionais futuras.

O edifício, como bem cultural que é, com mais de 150 anos passados da sua construção, constitui um exemplar bem-sucedido da adaptação do repertório neoclássico às condições do clima tropical. A orientação, as aberturas nas quatro fachadas favorecendo a ventilação cruzada, os espaços amplos com pés-direitos elevados, os terraços, as claraboias e aberturas nos telhados favorecendo a circulação do ar quente, são características que favorecem o conforto e a salubridade do edifício. A arborização e jardins do terreno também reduzem a radiação solar refletida do solo.

As agressões ambientais, principalmente a poluição atmosférica decorrente das alterações urbanas do seu entorno, que contribui para o aumento de poluentes no seu interior, aliadas às transformações de uso e ao envelhecimento natural dos seus materiais constitutivos, impõem ações para a sua preservação, com atenção para o clima interno.

Numa primeira etapa, foi realizada a análise da performance higrotérmica do edifício, bem como a avaliação dos riscos climáticos internos, e, em paralelo, foi realizado diagnóstico de conservação do edifício e dos bens móveis e integrados. Este último verificou danos associados às condições ambientais, como sujidades, desbotamento, manchas de umidade, oxidação, deformação, ataques de xilófagos e colonização biológica.

A avaliação dos níveis de temperatura e umidade relativa demonstrou que o pavimento térreo apresenta umidade relativa mais baixa que o pavimento superior e temperatura muito próxima à temperatura externa. Estas características decorrem deste ser um ambiente mais aberto, com galerias que promovem a circulação do ar, e hall de acesso que se comunica com pavimento superior através da escada. No pavimento superior, a temperatura dos diversos ambientes tem uma variação em torno de 3°C e, na maioria dos compartimentos, está acima da temperatura externa, à exceção dos salões frontais e de algumas salas voltadas para o Leste. Neste pavimento, a umidade relativa alta, acima de 65%, apresenta variação entre os compartimentos localizados ao Sul e ao Norte.



Palácio Itamaraty, Sala dos Índios, ortoimagem para análise de danos e patologias de elementos integrados internos, maio 2021

Palácio da Presidência da República, atual Palácio Itamaraty, c.1890



Os salões frontais e as demais salas voltadas para o Leste acumulam mais umidade do que o restante da edificação, pelo fato de estarem voltadas para as fachadas que recebem menor carga térmica decorrente da insolação. A chamada Sala dos Índios, voltada para a face Norte, recebe carga térmica considerável e, ainda, a umidade relativa sofre influência das aberturas para o terraço, jardins e lago.

Em síntese, os fatores ambientais que comprometem a preservação do edifício e de seus interiores são a poluição atmosférica, a radiação solar, a variação da umidade relativa e da temperatura, o que torna necessário um controle da ventilação natural, reduzindo ao máximo a abertura de portas e janelas. Por outro lado, várias ações são necessárias para melhoria do envelope da edificação, como isolamento térmico, sombreamento e aumento da estanqueidade.

A estratégia para gestão do clima interno baseia-se nas avaliações realizadas, na legislação e nas normativas brasileiras e internacionais pertinentes, nas premissas de preservação do valor cultural do conjunto assumidas pelo projeto e nos princípios correntes de preservação do patrimônio, notadamente a intervenção mínima e a reutilização. A preocupação com o consumo energético e o custo de manutenção nortearam o desenvolvimento do projeto. A opção por um sistema tradicional de ar-condicionado central foi descartada, não só em função da intervenção necessária para instalação de dutos e equipamentos, mas também pelos danos irreversíveis que este poderia causar em função das variações térmicas e de umidade, altas e bruscas, que provocariam a contração e expansão dos suportes, a eflorescência salina nas paredes e a condensação em superfícies resfriadas, sem mencionar os altos custos de instalação, operação e manutenção.

Definiu-se que a estratégia de controle do clima deveria reduzir o aporte de poluentes, controlar a umidade relativa abaixo dos índices-limite para a biodeterioração, garantir uma temperatura interna que não produzisse condensação superficial e aumentasse a circulação do ar. A solução consistiu no insuflamento de ar pelo piso da área central do primeiro pavimento (salão de baile e adjacências), com tomada de ar no pavimento térreo e expurgo pelos tetos, junto às fachadas Leste e Oeste. Nas salas onde o insuflamento pelo piso não se mostrou viável, foi previsto outro tipo de controle, seguindo a mesma estratégia. Neste pavimento, as janelas devem permanecer fechadas a maior parte do tempo, para barrar a penetração de poluentes, bem como reduzir a radiação solar direta. A solução proposta demanda um equilíbrio entre preservação, bem-estar e acesso.

Depreende-se da experiência uma enorme vantagem de se fazer o projeto de gerenciamento do clima interno no âmbito de um projeto global de conservação e restauração, possibilitando atender a muitas necessidades que contribuirão para um melhor desempenho do sistema proposto, como, por exemplo, a aplicação de métodos passivos para melhor rendimento do sistema – tais como o isolamento térmico da cobertura e a aplicação de filtros para barrar a radiação ultravioleta nos vidros. Para além das alterações na estrutura do edifício, deve-se prever a instalação de vitrines e caixas conservadoras, para melhor acondicionar os objetos mais vulneráveis a serem expostos.



Vista aérea do Conjunto do Itamaraty

1.
ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.
2.
Ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza.
3.
BONELLI, Renato. II restauro como forma di cultura.
4.
BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*.

Tensões dialéticas no interior do restauro

Conforme se pretendeu evidenciar nos capítulos precedentes, o desenvolvimento dos projetos para o conjunto do Itamaraty no Rio de Janeiro se constitui em uma operação complexa, com muitas variáveis envolvidas. A primeira delas diz respeito à presença, nos edifícios, de um conjunto de instituições correlacionadas, mas cada uma com seu perfil de funcionamento e sua autonomia: o Museu Histórico-Diplomático, a Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico, o Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores – Ererio, a Fundação Alexandre de Gusmão, a Comissão de Fronteiras, os Escritórios de Representação da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização dos Estados Americanos – OEA. A presença dessas instituições implica em condicionantes técnico-operacionais e funcionais para o projeto, porém, dada a sua relevância pública, foi necessário levar em conta também as prerrogativas de representatividade do Estado brasileiro, caras à cultura da diplomacia.

Essas prerrogativas acabam orientando a leitura das características artísticas hoje presentes nos edifícios, lastreando aquilo que, no campo do restauro, pode ser chamado de leitura cultural do existente. Esse conceito se coaduna com a Carta de Veneza,¹ de 1964, principal documento deontológico que, desde o segundo pós-guerra, se afirma como uma declaração de existência para o campo do restauro e das correlatas ciências da conservação.² Nela estão contidas duas ideias fundamentais, também esmiuçadas na obra de importantes protagonistas da crítica internacional, que nos serão úteis para uma apreciação dos projetos realizados, a saber: o restauro como ato de cultura, como afirma Renato Bonelli desde 1959,³ e o restauro como ação que depende do reconhecimento da obra de arte enquanto tal, como propõe Cesare Brandi, em 1963.⁴

No caso do conjunto do Itamaraty, o reconhecimento da obra de arte implica também na identificação de um acúmulo de fenômenos culturais orientados pela compreensão do conjunto como um locus de representação do Estado brasileiro, isto é, como vitrine dos valores de erudição que, em solo nacional, o país procurava ostentar perante as demais nações. Essa construção cultural, por sua vez, implica em uma constante sobreposição das diferentes interpretações dessa própria ideia fundante, materializadas nas idas e vindas



Ministro das Relações Exteriores Octávio Mangabeira e Presidente da República Washington Luís (ambos com terno escuro, no centro do grupo de diplomatas) na antiga Biblioteca do Itamaraty, c.1928

5. VARAGNOLI, Claudio. Edifici da Edifici: la ricezione del passato nell'architettura italiana, 1990-2000.

6. CARBONARA, Giovanni. *Architettura d'oggi e restauro: un confronto antico-nuovo*.

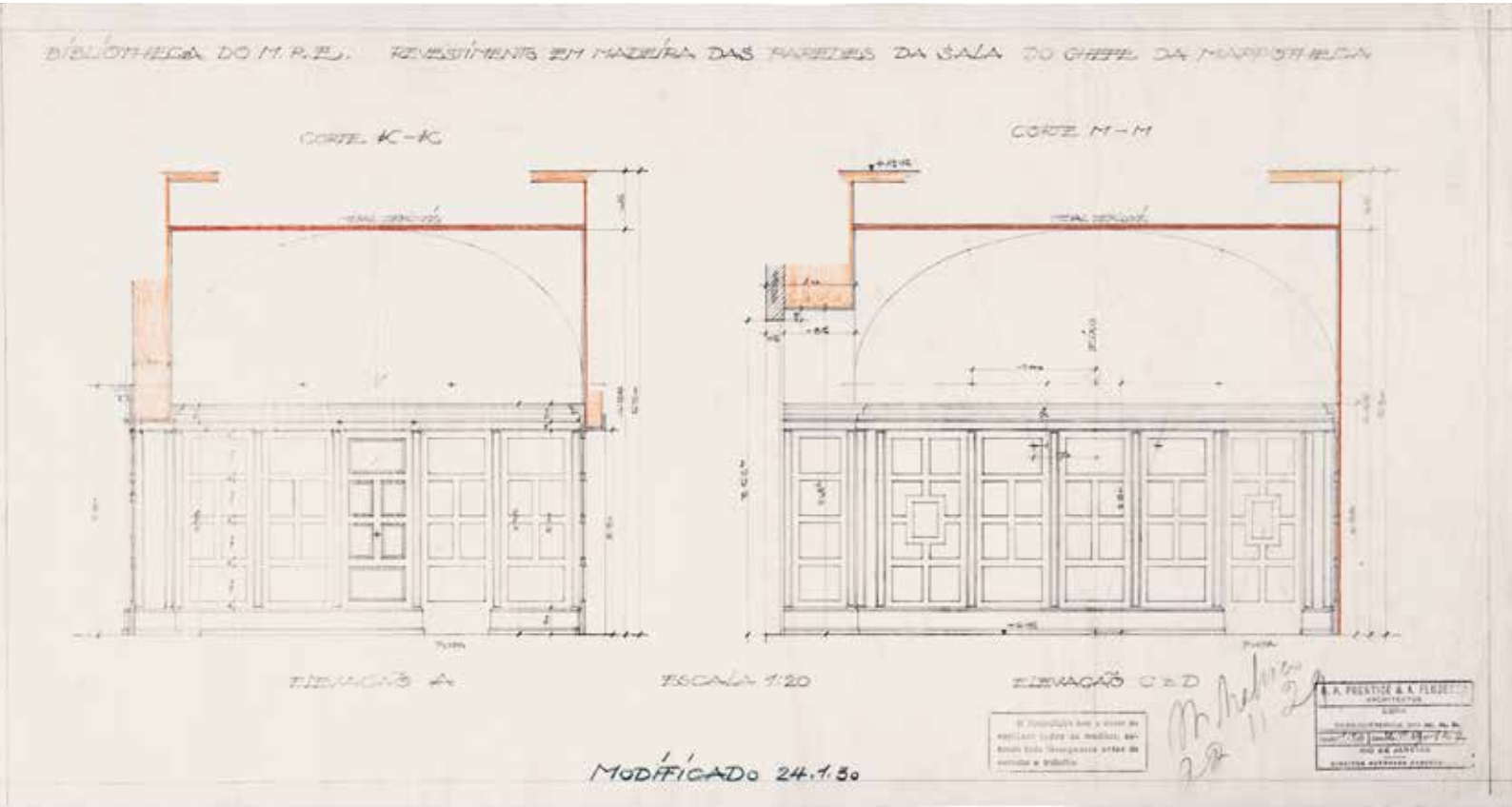
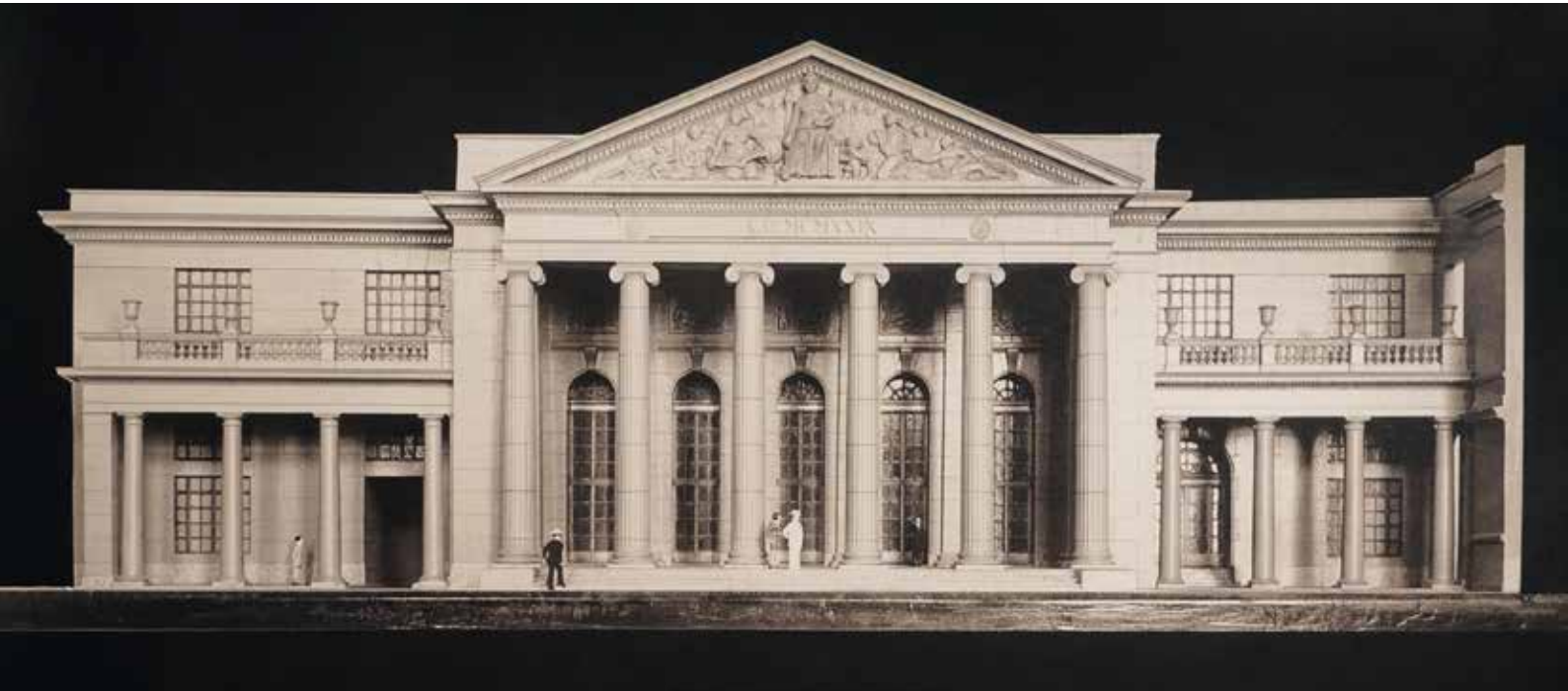
7. VIVIO, Beatrice. Il moderno sull'antico: lettura dell'intervento contemporaneo.

sofridas pela arquitetura do conjunto: reformas, demolições, ampliações e transferência da sede do Ministério para a nova capital federal, marcando o início de um novo relacionamento entre o conjunto e o Estado brasileiro. Essas sobreposições, portanto, acabam por imprimir sua marca no conjunto de extratos que hoje compõem o complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro.

O restauro também opera sob um conjunto de tensões, sendo a mais evidente delas a relação entre a conservação do manufato presente e as alterações solicitadas pelo uso. Um constante desafio para esse campo é mediar e conciliar essas tensões: no Itamaraty, o projeto teve de lidar com um museu, cuja atualização da expografia precisou ser simultânea com o desenvolvimento do projeto arquitetônico para conciliar fluxos, condições ambientais e de segurança; com unidades de pesquisa e guarda de acervos, que desenvolvem atividades internas e de atendimento ao público; com as rotinas do serviço diplomático. O tratamento destas condicionantes, somado à complexidade física do conjunto (abrangência de área, características morfológicas e materiais), fizeram com que a atividade de projeto somente pudesse ser viabilizada graças a um diagnóstico longo e metodologicamente rigoroso.

Dois eixos de leitura dos edifícios deram base às intervenções propostas: um de natureza mais conservativa, representando uma espécie de postura filológica de restauro, e outro enfatizando maior autonomia na relação com o existente. No caso, a interpretação dessas posturas de intervenção parte da leitura crítica de categorias interpretativas propostas por três autores contemporâneos, vinculados à preservação do patrimônio e ao restauro crítico italiano: Claudio Varagnoli,⁵ Giovanni Carbonara⁶ e Beatrice Vivio.⁷ Com base neste suporte teórico, foram interpretadas as soluções de projeto adotadas em cada um dos edifícios, na tentativa de verificar o alinhamento do trabalho com as posturas de ação sobre o preexistente – apontadas por estes autores. Mais do que informar o que é proposto, é necessário fundamentar, fornecer justificativas do porquê das escolhas projetuais. Trata-se, na realidade, de um exercício de leitura crítica que procura abordar as diferentes escalas de intervenção nos projetos, realizando uma análise abrangente e diversificada, que aponta para diferentes questões de interesse em cada um dos edifícios.

Feita a caracterização do bem cultural e dos acervos que abriga e descritas as principais metodologias de diagnóstico empregadas, passamos a tratar das intervenções propostas segundo grupos organizados conforme a principal temática abordada em projeto, espelhando o conjunto de tensões dialéticas constantes no campo do restauro. Em linhas gerais, a leitura do existente consolidou uma percepção de valores culturais com diversos matizes para os diferentes edifícios abordados, consentindo uma postura simultaneamente crítica e preservacionista com relação à totalidade do conjunto arquitetônico. Tendo esses critérios como ponto de partida comum aos diferentes projetos, foi possível chegar tanto a soluções com posturas majoritariamente conservativas em relação à matéria e à imagem, já muito consolidadas – como foi o caso do Palácio e Biblioteca –, quanto em posturas que estabelecem certa autonomia em relação ao existente – como no caso das Cavalariças e Niterói –, que acabaram por constituir um novo percurso físico, integrando os edifícios e, assim, permitindo o desenvolvimento dos novos usos previstos. De maneira similar, o projeto paisagístico tem como ponto de partida a leitura das áreas comuns enquanto jardins históricos, para os quais se busca um novo ordenamento, ora atendendo à funcionalidade das áreas de apoio, ora reiterando o caráter representativo e contemplativo de um palácio público, por meio da flora, fauna e elementos escultóricos que, historicamente, constituem o paisagismo do conjunto.



Conjunto do Itamaraty, Biblioteca do MRE, desenho do revestimento em madeira das paredes da sala do chefe da

mapoteca, arquitetos Robert Prentice e Anton Floderer, 22/11/1929

Acima, conjunto do Itamaraty, Biblioteca do MRE, maquete do concurso para decoração do tímpano do frontão da Biblioteca, c. 1929

Intervenções em postura filológica: Palácio e Biblioteca

Os projetos foram sendo desenvolvidos consoante o aprofundamento dos diagnósticos realizados; os diagnósticos, por sua vez, evoluíram a partir da consolidação de uma leitura técnica e cultural a respeito dos edifícios. No caso da Biblioteca, a fase de diagnóstico foi mais extensiva, uma vez que era inequívoca a compreensão daquele edifício como um local de guarda de acervos – acervos raros, abrigados segundo disposições complexas, espelhadas na complexidade de sua própria organização espacial. Já os projetos para o Palácio foram desenvolvidos posteriormente ao acúmulo de aprendizado gerado pelos diagnósticos e acabaram por conduzir também à percepção desse edifício como um abrigo de acervos, porém com outra especificidade: menos nas coleções nele dispostas e mais nos bens integrados ao arcabouço arquitetônico, como sua cantaria, madeiramentos de caixilharia, estuques históricos e a profusa decoração parietal, sobre a qual ainda falaremos. Entretanto, o desenvolvimento dos projetos para esses dois edifícios tem em comum a compreensão de ambos como bens materiais com uma imagem muito pregnante e consolidada, merecedores de uma postura conservativa, de valorização crítica da arquitetura, a partir de sua imagem existente.

O edifício da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo, construído por iniciativa do MRE, entre 1928 e 1930, como um edifício especializado em guarda de acervos nasce como um local de representação do Estado brasileiro e do próprio espírito público que então vigorava. Sua contribuição para uma imagem institucional de relevância política, mas também de eficiência e modernidade, pode ser evidenciada tanto no peso dos espaços dedicados ao cerimonial, que ocupam uma área significativa do edifício, quanto no investimento no que havia de mais avançado, à época, para a salvaguarda de acervos documentais, ou seja, mobiliário específico, sistemas de desinfestação de documentos e de climatização para acervos. Com a mudança da sede do Ministério para Brasília, algumas coleções foram transferidas, mas o edifício do Rio de Janeiro continuou recebendo conjuntos documentais em grandes quantidades, gerando sobrecarga nas condições de guarda e deficiências de gestão, entre elas a própria catalogação das coleções.

O edifício abriga três grandes divisões de acervo: Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico; suas principais funções são a guarda de acervos; o trabalho interno de tratamento técnico das coleções; o atendimento a consulentes, internos e externos; a realização de eventos de notável representatividade institucional. Como visto, os diagnósticos realizados indicaram como principais problemas a ocupação excessiva das áreas de guarda de acervos; acondicionamento inadequado; infestações e inadequação dos parâmetros ambientais; ausência de separação entre áreas de guarda, de pessoal e de visitantes e a inexistência de climatização adequada para a guarda de acervos.

Os projetos tiveram início com uma revisão da disposição do programa, buscando reorganizar a separação entre usos. Os acessos às guardas de acervo foram isolados das áreas de permanência, que passaram a ser setorizadas segundo espaços de trabalho interno – tratamento técnico, catalogação do acervo etc. –, espaços de atendimento ao público e espaços de permanência de consulentes. Para as áreas de guarda, sobretudo na grande estanteria fixa original, buscou-se reduzir os níveis da ocupação existente, conquistando-se novas áreas de expansão de acervos no interior do próprio edifício, mediante o deslocamento de algumas funções para outros locais.

Com essa reorganização, foi possível baixar as taxas de ocupação do acervo nos setores mais críticos: o setor Biblioteca teve uma redução de 100% para 90% da ocupação total da estanteria – incluindo os acréscimos – e o setor Arquivo, de 100% para 80%. Para o caso do Arquivo, foi proposta a reorganização espacial de um dos depósitos, cujo surgimento se deu substituindo antigas áreas de trabalho em razão dos sucessivos acréscimos de documentos após a transferência do Ministério para Brasília. O projeto prevê a substituição da estanteria metálica existente, em dupla altura e sensivelmente inadequada, por estantes deslizantes, exigindo reforço estrutural da laje, mas propiciando desafogar a ocupação do local como um todo.



Biblioteca do Itamaraty, áreas de guarda de acervo, super ocupação e uso improvisado de estanteria complementar

periférica (acima) e estanteria original de excelente qualidade com sistema de regulagem por cremalheira (abaixo)

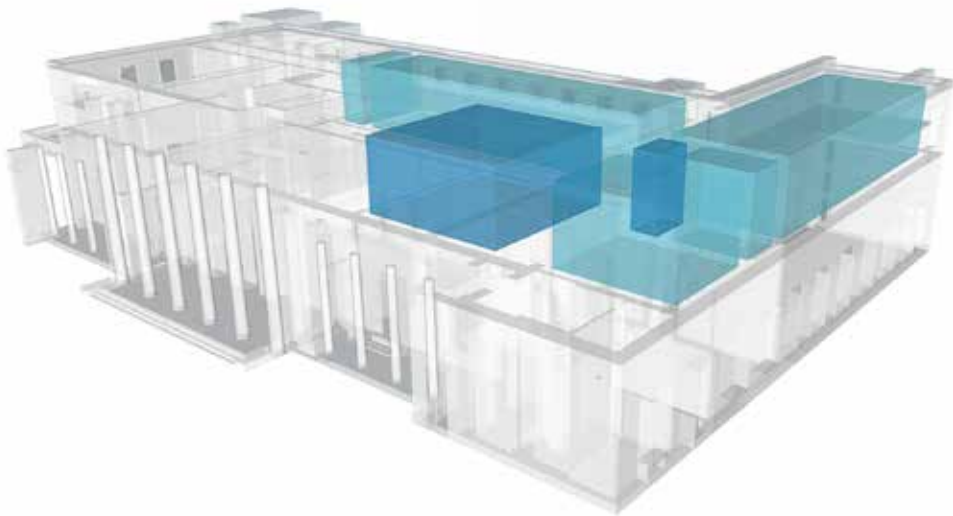
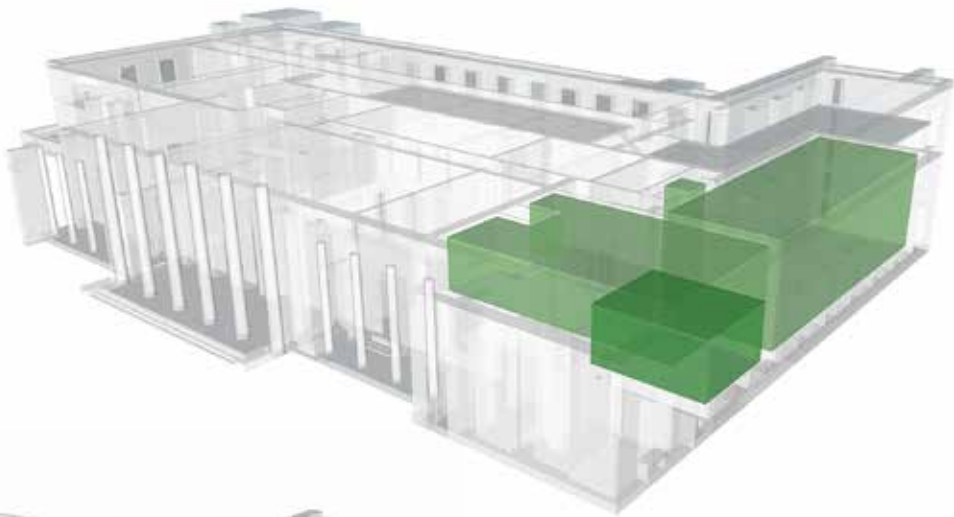
8. CONARQ. *Recomendações para construção de arquivos.*

A Mapoteca não apresentava altas taxas de ocupação, além de se constituir como o setor mais estável no que se refere ao crescimento de seu acervo. Para esse setor, a reorganização se pautou pela compartimentação consoante à divisão interna das coleções (obras raras, mapoteca contemporânea, acervo fotográfico e volumes encadernados), o que implicou em mudança nos fluxos de circulação naquele setor. O principal referencial conceitual e técnico para essas adequações foi o conjunto de recomendações para a construção de arquivos, do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.⁸

O pavimento térreo também recebeu adequações de setorização: primeiramente, os espaços destinados ao cerimonial ganharam áreas de apoio, tanto para pessoal – copa para alimentos pré-preparados – quanto para o público – acessibilidade e sanitário acessível. Em seguida, as áreas de apoio foram convertidas em áreas técnicas, destinadas à recepção, triagem, higienização e desinfestação de documentos, essenciais para evitar contaminações do acervo quando do recebimento ou expedição de coleções. As principais alterações ficaram concentradas na consulta: enquanto que o edifício fora pensado para que a consulta ocorresse em salões nobres do térreo – Biblioteca e Arquivo, ao passo que a Mapoteca não dispunha de consulta aberta ao público –, uma vez que essa prática já não ocorria no edifício há muito tempo, as consultas foram mantidas concentradas próximas aos espaços de permanência dos funcionários de cada setor, como uma medida de facilitação operacional, revalidada pelos próprios ocupantes do edifício. As antigas áreas de consulta, por sua vez, acabaram sendo definitivamente incorporadas ao circuito de visitação e disponibilizadas para o uso do cerimonial do Ministério.

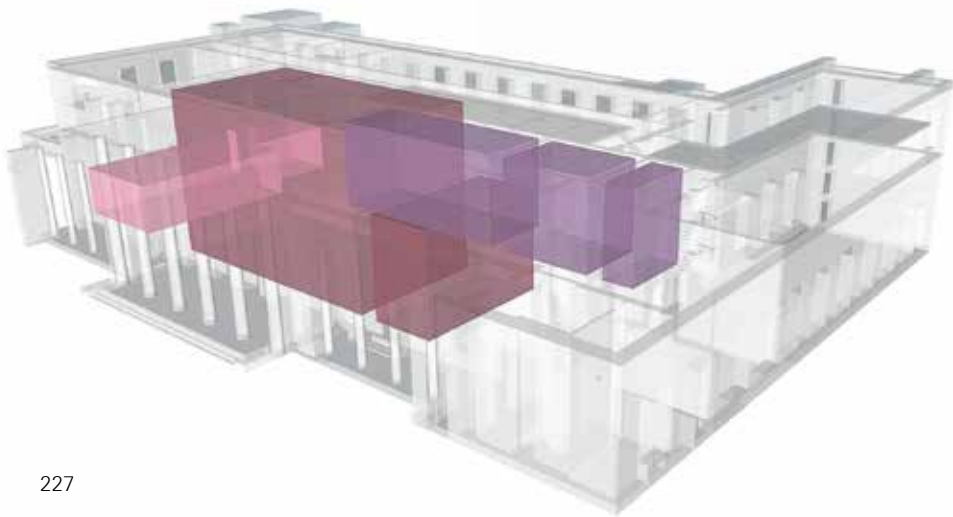
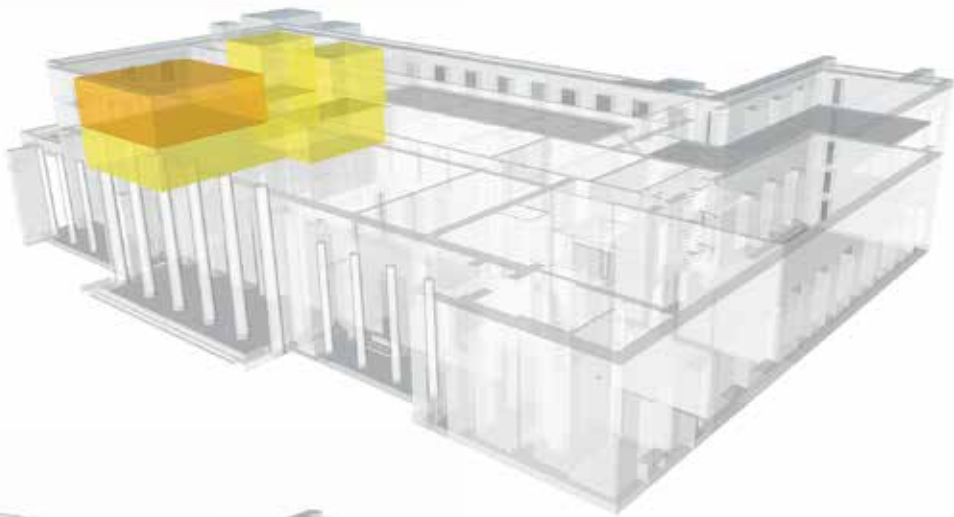
Não obstante as alterações na setorização, preservou-se a organização geral do edifício, inclusive retomando áreas previstas originalmente para locais de pessoal, com seu respectivo decoro, como é o caso das requintadas salas abobadadas da Chefia do Arquivo, que retornaram ao seu uso original, reorganização que acabou por conferir novamente um sentido programático e coesão espacial às três divisões de acervos que se instalam no edifício. Esta é, portanto, uma medida que vai na direção de uma intervenção conservativa,

Biblioteca do Itamaraty, esquema representando a ocupação do setor Biblioteca (verde claro: acervo; verde escuro: áreas de trabalho), 11/2020



Biblioteca do Itamaraty, esquema representando a ocupação do setor Arquivo (azul claro: acervo; azul escuro: áreas de trabalho), 11/2020

Biblioteca do Itamaraty, esquema representando a ocupação do setor Mapoteca (amarelo claro: acervo; amarelo escuro: salão cartográfico), 11/2020



Biblioteca, esquema representando a ocupação dos espaços visitativos e áreas técnicas comuns (rosa claro: recepção e triagem de documentos; rosa escuro: salão cartográfico; violeta: novos espaços para visitação e eventos), 11/2020

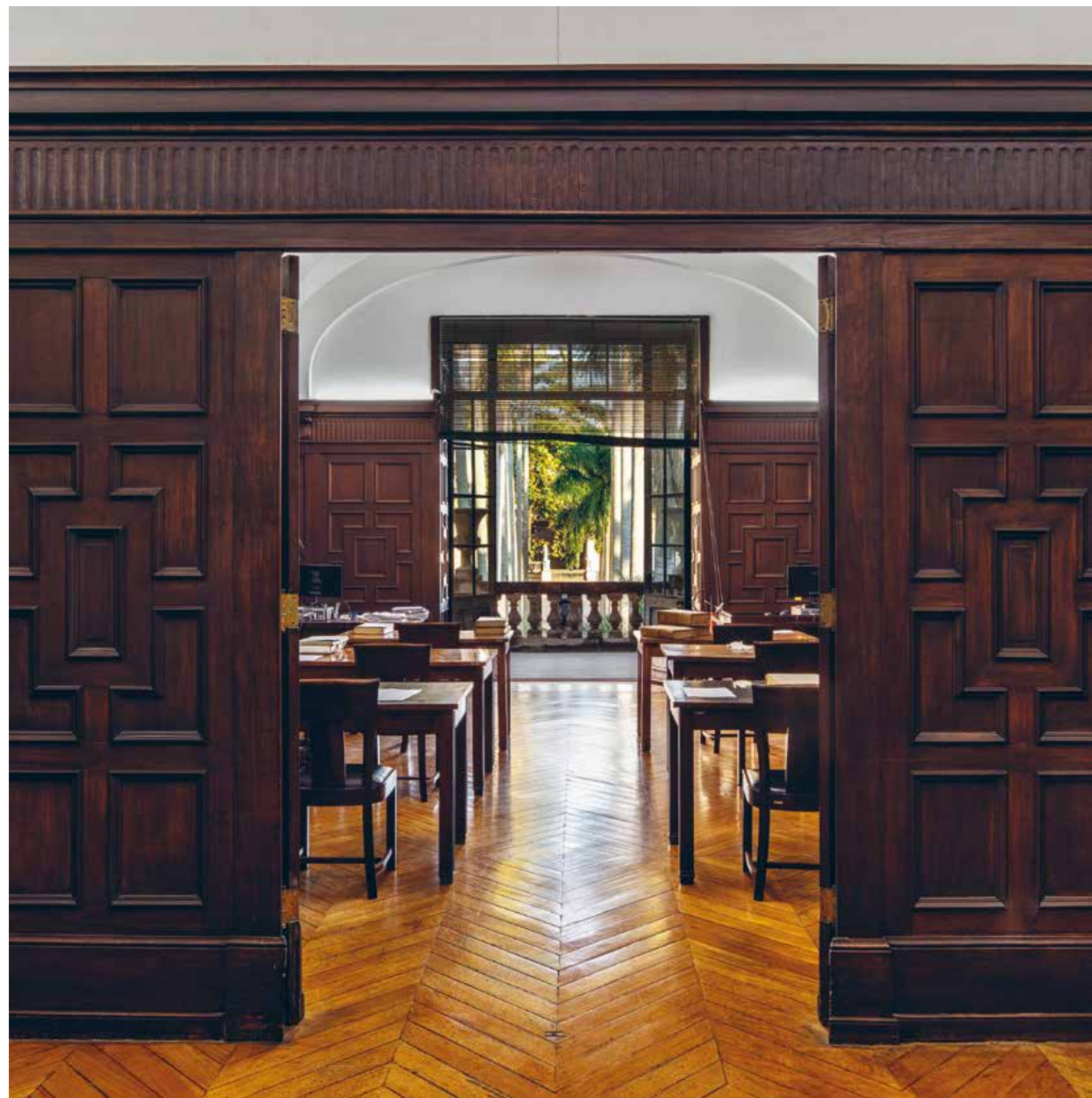
que tem início com a revisão do programa de usos e sua disposição. Em síntese, as principais alterações se concentraram na mudança das áreas de consulta, adequando-as à atual organização do pessoal interno; paralelamente, foi proposta a retomada dos antigos locais de trabalho, readequados também para o recebimento de consulentes, e reforçada a separação dessas áreas em relação às guardas de acervo.

Outro aspecto central do projeto foram as instalações, com destaque para as de climatização. Em se tratando de um edifício destinado ao abrigo de acervos, como o próprio diagnóstico apontou, estabeleceu-se como principais medidas o fechamento das janelas e revisão de sua estanqueidade – à água, ao ar e à luz – e, como compensação, um sistema de climatização adequado. Esse sistema foi desenvolvido em parceria com Maurício Barros, sob supervisão da consultora Claudia Carvalho. A solução foi orientada sob a lógica de sistemas de climatização de controle central, com separação entre maquinário para conforto humano e para acervos – sendo esta última dividida entre suporte cartáceo, que compõe a quase totalidade do acervo, e suporte fotográfico, que requer condições climáticas distintas. O sistema para acervos opera sob uma lógica que apenas começa a ser discutida no contexto brasileiro, baseada na flexibilização dos parâmetros de temperatura e umidade relativa do ar, permitindo variações controladas; com isso, o sistema diminui o impacto das mudanças de aclimação no material que compõe os acervos – que, no caso, foi submetido às condições ambientais gerais ao longo de décadas – e passa a trabalhar com menor gasto energético em comparação com os parâmetros de controle rígido. Buscando manter coerência com o partido conservativo, o sistema proposto foi concebido levando em conta os trajetos das principais tubulações e áreas técnicas existentes, com a menor intervenção possível no arcabouço existente. As demais instalações seguem um partido similar.

De maneira geral, a compatibilização entre as instalações procura ser coerente com o decoro da ocupação do edifício que, a nosso juízo, estrutura a sua concepção. Isto se traduz, primeiramente, nos ambientes destinados ao público e à representação social do Ministério – com decoração mais profusa. Em seguida, em locais de trabalho que mesclam elementos antes vistos como funcionais, mas que passaram a adquirir valor estético – como o piso em *battleship linoleum* e os lambris em madeira, a meia altura – com elementos estruturais decorados – como a laje com vigamento argamassado em grelha, com marcações estéticas que emulam antigos forros em caixotões. E, finalmente, locais puramente funcionais.

Atentando a essa hierarquia entre os espaços, promoveu-se o maior ocultamento possível das instalações nas áreas nobres e de público, inclusive direcionando-as para os ambientes adjacentes. Nos locais de trabalho, optou-se por não promover rasgos nos madeiramentos (lambris), nem criar forros artificiais, que ocultariam o vigamento – assim como a percepção dimensional dos espaços –, optando por instalações no contrapiso ou aparentes no teto, com o propósito de evitar rasgos e demolições excessivas. Nestes casos, a passagem de instalações pelo piso acabará por promover a substituição do linóleo original, já muito danificado, por similar contemporâneo, em intervenção assumida como manutenção extraordinária, na escala do edifício.

Arquivo, sala de leitura



Climatização, preservação dos acervos e condições de uso

Mauricio Barros



Palácio Itamaraty, fachada principal, c. 1904

As edificações do conjunto arquitetônico do Itamaraty possuem distintas características e variados requisitos ambientais nos seus espaços internos. O projeto de climatização acompanha essas particularidades e se inicia, identificadas as características a serem preservadas, pela avaliação do clima local e do comportamento térmico de cada edificação.

Como visto, a inexistência ou inoperância atual de sistemas mecânicos levou à abertura das janelas para ventilação, com consequências sobre os acervos. Visando o controle das condições internas destes ambientes através de sistemas mecânicos, avaliou-se, de início, a aplicação direta de requisitos internos rígidos de temperatura e umidade, tipicamente 21°C de temperatura e 50% de umidade relativa, tal como recomendado pela American Society of Heating, Refrigerating, and Air Conditioning Engineers – Ashrae para Museus e Bibliotecas. Estes parâmetros levariam à necessidade de instalações mecânicas de grande impacto nas construções existentes, além da execução de melhorias consideráveis no desempenho do envelope da edificação à penetração de vapor d’água, infiltração de ar e condução de calor, medidas pouco viáveis nas edificações preservadas.

Valendo-se da abordagem multidisciplinar da equipe de projeto, foram buscadas condições flexibilizadas, adaptadas aos diferentes requisitos e características de cada ambiente. Estas condições foram identificadas em experiências de sucesso, como na Casa de Rui Barbosa também no Rio de Janeiro, ou tratadas em literatura recente do *British Standards Institution* (PAS 198:2012 – *Specification for Managing Environmental Conditions for Cultural Heritage*), que aborda a flexibilização dos parâmetros em um contexto mais atual de busca de redução de impactos ambientais e sustentabilidade. Outra experiência importante é o projeto de restauração da Capela Sistina, no Vaticano, conduzido na década de 1990. Os parâmetros estabelecidos na época foram de umidade relativa de 55% +/- 5% (50 a 60%) e flexibilização da temperatura interna ao longo do ano, permitindo variações entre 20°C no inverno e 25°C no verão, condições que resultaram de análise da edificação e do clima local, com o objetivo de minimizar o gradiente de temperatura entre as superfícies internas e externas das paredes e tetos e evitar tensões térmicas superficiais.

Para o projeto da Biblioteca, observou-se que as características existentes acomodam com menor complexidade o que a Ashrae define como um “controle limitado com variações sazonais”, com temperaturas de 24°C +/- 2°C e especial atenção à limitação da umidade relativa interna em 65% para a preservação dos acervos do prédio da Biblioteca.

Já o Palácio recebeu abordagem diferente, uma vez que os principais objetivos da proposta serão permitir o fechamento das janelas para proteger da poluição, preservar as características arquitetônicas e amenizar as temperaturas máximas internas para proporcionar condições mais agradáveis de visitação.

Biblioteca

Uma bela surpresa proporcionada pelas primeiras visitas à Biblioteca foi a identificação de sistemas de ventilação e climatização muito antigos, possivelmente instalados no início da ocupação da edificação, tendo em vista as características e tecnologias dos equipamentos. No subsolo do prédio, encontram-se ainda instalados ventiladores e dutos de um sistema de desinfecção para controle de pragas, associados à sala adjacente onde os livros eram colocados em estantes e, através de dutos embutidos nas paredes, insuflado ar com vapores de produtos químicos para controle de pragas.

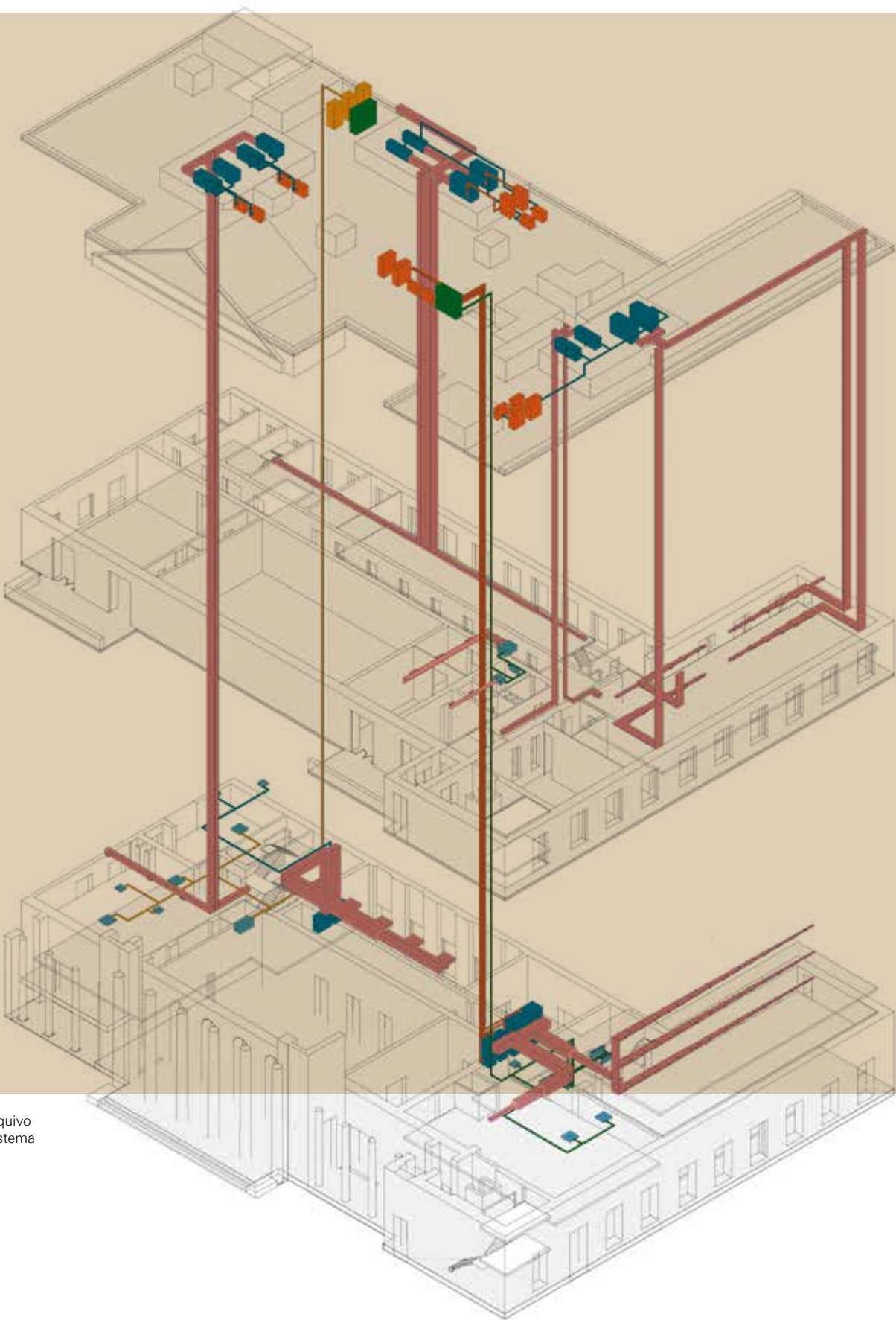
Nos pavimentos da Biblioteca, encontra-se instalado sistema de climatização com função de desumidificação do ar, utilizando circuito de refrigeração com dois compressores do tipo aberto, acionados por motores elétricos externos e transmissão por polias e correias. Trata-se de instalação típica dos primeiros sistemas de refrigeração instalados no Brasil, tecnologia extremamente avançada para a época. Ainda neste sistema, é possível observar resistências elétricas de aquecimento instaladas no duto de distribuição de ar, o que caracteriza a função de desumidificação. Outro detalhe relevante é a preocupação desta antiga instalação em distribuir o ar uniformemente por todo o acervo, utilizando dutos que atravessam a parte superior das estantes para insuflar o ar tratado em cada corredor de livros. Esta era uma estratégia fundamental para obter condições homogêneas em todo o acervo, dada a alta densidade de ocupação das estantes. A configuração da Biblioteca, com seus pisos de grades metálicas vazadas que permitem a circulação interna do

ar, justifica a preocupação original na obtenção de condições homogêneas em todo o espaço. Apesar dos antigos equipamentos possuírem tecnologia totalmente defasada, os conceitos físicos de resfriamento, desumidificação e distribuição homogênea do ar em todo o espaço permanecem atuais, o que levou o novo projeto a manter o mesmo conceito de distribuição de ar com o aproveitamento do conceito dos dutos, passando na parte superior das estantes de livros para insuflação do ar tratado em cada corredor.

Para todos os sistemas destinados a acervos foram projetados equipamentos instalados em pares, para proporcionar redundância de operação, e com controle digital de temperatura e umidade incorporado e integrado a um sistema de supervisão. Estes equipamentos serão dotados de filtragem de alta eficiência contra particulado fino – filtros classe F9 –, ação recomendada em função da poluição urbana.

Para limitação da umidade interna, foi adotada estratégia de desacoplamento do tratamento do ar externo, necessário para renovação nos ambientes, através de sistemas dedicados de resfriamento e desumidificação, técnica conhecida como Dedicated Outdoor Air System – Doas. Esta estratégia permite que os condicionadores de ar dos ambientes cuidem apenas dos ganhos de temperatura e umidade interna, reduzindo a demanda de energia para reaquecimento de ar e facilitando o controle das condições internas.

Todos os equipamentos foram acomodados na laje técnica existente na cobertura do prédio e na sala técnica do mezanino intermediário, local original dos antigos equipamentos de climatização.



Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Históricos, esquema do sistema de ar condicionado

Palácio Itamaraty

O edifício representa um grande desafio para implantação de sistemas mecânicos de ventilação e ar condicionado em função dos elementos arquitetônicos e decorativos a serem preservados. O conceito adotado, de controle limitado com variações sazonais, não visa a busca de níveis rigorosos da temperatura e umidade, mas apenas limitação de valores extremos. As características existentes levaram à adoção de diferentes soluções técnicas para o prédio, baseadas nas possibilidades que a arquitetura original proporciona.

O pavimento térreo possui galerias com livre circulação de ar, ventilação cruzada e maior proteção contra insolação direta, resultando em temperaturas mais amenas. Esses ambientes possuem pisos frios em pedra e exposição de esculturas que são mais resistentes à condição de ventilação natural atual. Todas estas características levaram à decisão de manter a condição de ventilação natural nas circulações de todo o perímetro do pavimento térreo.

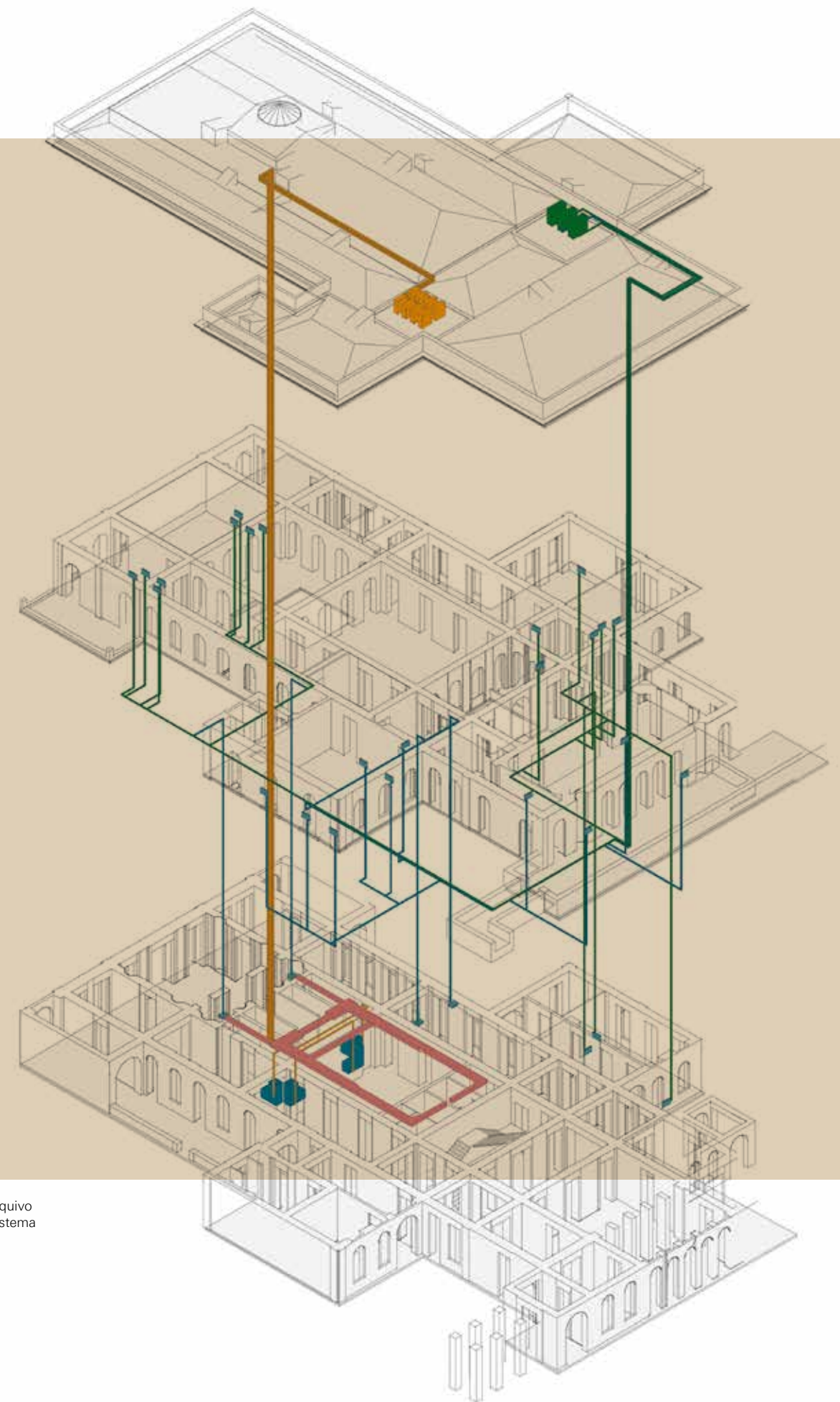
Já no primeiro pavimento, que demanda melhor controle das condições internas para preservação dos espaços e suas coleções, o projeto contempla duas soluções distintas, compatíveis com as possibilidades do prédio e com o uso dos ambientes: a ventilação mecânica com filtragem e pré-resfriamento e condicionadores de ar instalados no ambiente.

A solução de ventilação com filtragem e pré-resfriamento objetiva prover ar filtrado – filtros classe F9 – e pré-resfriado, insuflado pelo piso junto à zona ocupada. A insuflação pelo teto foi desconsiderada em função das interferências nos forros trabalhados e telhados.

Diante da impossibilidade de insuflação de ar pelo piso em todos os espaços, optou-se por utilizar dutos instalados no teto da sala de exposições temporárias, localizada no centro do pavimento térreo, e nos ambientes que se localizam abaixo do Salão de Baile e da escadaria frontal, insuflando o ar tratado através de grelhas no piso desta região central do primeiro pavimento. A exaustão do ar no teto dos ambientes periféricos induz a movimentação do ar a partir do Salão de Baile e Escadaria, através das portas mantidas sempre abertas. O dimensionamento das vazões, tendo em vista as restrições arquitetônicas, considera uma variação de 4 a 5°C entre as zonas de ocupação das áreas internas e periféricas beneficiadas (24 a 29°C por exemplo), temperaturas consideradas suficientes para a melhoria das condições de visitação.

O ar insuflado no salão será uma mistura de um fluxo filtrado e pré-resfriado com outro fluxo apenas filtrado (*by-pass*). Este arranjo, em conjunto com a lógica de controle, previne uma baixa temperatura de insuflação e permite controlar a temperatura ambiente acima de 24°C, evitando temperaturas abaixo do ponto de orvalho externo. Para o pré-resfriamento do ar, serão utilizados condicionadores de ar concebidos para operação com 100% de ar externo e dotados de controle eletrônico incorporado.

A exaustão pelo teto se dá por meio de frestas nos elementos do forro, com intervenção construtiva reduzida e pouca visibilidade a partir dos recintos. O ar captado nas frestas do teto é exaurido para o exterior com auxílio de exaustores instalados sob o telhado.



Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Históricos, esquema do sistema de ar condicionado

Em síntese, o objetivo principal deste sistema de ventilação é a preservação dos materiais da edificação e o alcance de condições de conforto mínimas na zona ocupada, não para a totalidade, mas para a grande parte das horas de operação do sistema. Além de limitar as temperaturas internas no verão, o sistema irá operar para limitar a umidade máxima através de controles comandados por sensor de umidade instalado no Salão de Baile. Esta estratégia não poderá prover controle preciso da umidade tendo em vista a comunicação interna entre ambientes controlados e não controlados, mas apenas recursos para limitação da umidade máxima em torno de 70%.

Os locais do primeiro pavimento não contemplados pelo sistema central de ventilação serão atendidos por condicionadores de ar instalados diretamente nos ambientes, assim como em algumas salas de trabalho fechadas do pavimento térreo. Os condicionadores serão interligados a sistemas centrais de refrigeração do tipo Fluxo de Refrigerante Variável – VRF que se caracterizam por unidades externas centrais instaladas na cobertura, interligadas a unidades internas de climatização instaladas diretamente nos ambientes, utilizando uma rede de tubos de cobre de pequeno diâmetro para condução do fluido refrigerante. As unidades internas serão instaladas no piso, dentro de armários integrados aos ambientes.

Estes sistemas de climatização deverão operar com temperatura ambiente acima da condição de ponto de orvalho externo – acima de 24°C – para evitar condensação em superfícies e limitar os gradientes de temperatura e umidade com outros recintos. Estas condições serão obtidas através dos controles dos sistemas, integrados a um sistema central de automação e supervisão.

No Palácio, as maiores condicionantes de projeto estavam na compatibilização da proposta expográfica com as prerrogativas de conservação do edifício. O projeto de restauro, portanto, foi desenvolvido a partir do acompanhamento dos diagnósticos de bens integrados e do refinamento do programa museológico, ambos a cargo de diferentes frentes de trabalho – respectivamente: Julio Moraes Conservação e Restauro e equipe coordenada por Maria de Lourdes Parreiras Horta. Os diagnósticos referentes à matéria, por sua vez, suscitaram avaliações ambientais no que se refere à temperatura e umidade relativa do ar, supervisionados por Claudia Carvalho. O desenho de levantamento, elaborado a partir do escaneamento laser 3D, também teve papel preponderante ao documentar, de maneira precisa, a profusão ornamental que compõe o edifício, contribuindo para a realização dos mapeamentos de diagnósticos e produção dos esquemas construtivos do existente. Finalmente, as demandas de caráter mais técnico, aportadas pelos diferentes grupos de trabalho, foram contrapostas às reflexões acerca da constituição histórico-artística do edifício, traduzidas em um conjunto de valores culturais que a equipe de projetos procurou colocar em evidência.

Do ponto de vista do programa, previu-se a articulação entre o edifício e o novo ponto focal do programa expositivo – deslocado para as Cavalariças –, sem que haja a perda da significação hierárquica entre o Palácio e o conjunto como um todo. Desta feita, o acesso de público permanece sendo feito pelo Palácio a partir da rua, passando por uma área de circulação livre nas galerias do térreo, a partir da qual o visitante é direcionado para os setores que deseja – visitação, atividades institucionais, serviços consulares, etc. No piso superior do Palácio, foi mantido o uso de local de exposição, com alterações em sua setorização e no conteúdo museográfico. As intervenções propostas procuraram atender às novas demandas sem, contudo, interferir em valores considerados essenciais para a leitura do edifício, como a planta em grelha modular, a possibilidade de fluxos cruzados, a percepção da fenestração regular e intensa, assim como as perspectivas visuais extensas através das galerias de circulação, ou seja, todos os atributos da composição neoclássica que constituem o edifício.

A conservação da matéria e a promoção de um maior conforto térmico para o público foram levadas em conta, dando origem à proposta de climatização, descrita por Claudia Carvalho e Maurício Barros. Do ponto de vista da arquitetura, a proposta organiza dois sistemas de climatização para o piso superior do edifício: um aberto, direcionado para o corpo central, e outro fechado, com maior controle de temperatura e umidade relativa, direcionado a pontos-chave localizados nas extremidades. O objetivo da proposta é atenuar a alta temperatura no interior do edifício, que acaba por comprometer o conforto humano e solicitando a abertura das janelas para a entrada de ventilação



natural. Ocorre que, devido à poluição atmosférica e à incidência solar, essas soluções acabaram por propiciar, como visto, uma considerável degradação do acervo. Com os novos sistemas operando sob *setpoint* devidamente calibrado, será possível garantir um conforto térmico desejável para a visitação e resguardar os bens integrados em relação à agressividade ambiental.

Tanto as prerrogativas do programa, quanto da climatização trouxeram a necessidade de fechamentos pontuais, que serão obtidos com a inserção de nova caixilharia interna com maior translucidez, permitindo a compartimentação dos espaços sem obstruir as visuais, consideradas valores intrínsecos ao edifício. Esses novos dispositivos foram propostos como acoplamentos à caixilharia atual, feitos por pressão, garantindo a maior reversibilidade da intervenção.

A conservação das superfícies também é um tema central para o Palácio, dada a profusão de suportes decorativos e sua significância para essa arquitetura. Com efeito, os suportes decorativos internos se somam em: argamassa raspada; arenito lpanema; calcários de Lioz; mármore; tecidos adamascados; escaiola afrescada; papel de parede histórico; estuques com douramento; elementos em talha com douramento. Para cada um desses elementos é prevista a recuperação consoante ao diagnóstico de bens integrados, à exceção dos elementos têxteis parietais, que deverão ser substituídos, uma vez que aqueles que lá se encontram consistem em substituições de pouca qualidade, feitas na década de 1980, com instalação inadequada e já muito degradados devido a patologias recentes.

Palácio Itamaraty, Sala Joaquim Nabuco, Álbum do Palácio Itamaraty em 1930

Palácio Itamaraty, Sala Joaquim Nabuco, ilustração de matéria jornalística de Ed Keffel, revista *O Cruzeiro*, 02/02/1957

A esse respeito, pretende-se retomar as paletas de cores dos adamecados que tradicionalmente ornaram o edifício – reconstituindo um programa decorativo coeso –, fazendo a sua instalação em novos suportes sobrepostos às alvenarias, de modo a atenuar problemas de compatibilidade entre materiais e a umidade no interior do edifício, bem como facilitar a manutenção. Os revestimentos externos também foram alvo de importantes reflexões, uma vez que apresentam desafios executivos específicos: sabe-se que as argamassas foram substituídas nos trabalhos da década de 1980 por novos elementos com traço e composição físico-química diferentes da regra d’arte usualmente praticada no período de construção do edifício. Embora não apresentem incompatibilidades com as alvenarias, alguns aspectos, como a reprodução de ornatos, foram executados de maneira pouco acurada. A esse respeito, optou-se pela manutenção das atuais argamassas, com correções pontuais na feitura dos ornatos e substituição geral da pintura, a ser feita à base de cal.



Diretrizes museográficas para o novo Museu Histórico e Diplomático

Maria de Lourdes Parreiras Horta
Luís Antonelli

O conceito e as escolhas que deram base às diretrizes para o Museu Histórico Diplomático do Itamaraty apoiam-se na perspectiva de criação de um novo modelo de gestão institucional, a ser viabilizado pelo MRE, e de uma nova museografia, tanto para o Palácio, quanto para os espaços a serem criados nas Cavalariças. Vislumbra-se o aprimoramento da instituição museológica e a valorização do seu precioso acervo, compreendido e tratado nesta proposta tal como preconizado desde o Regulamento Interno do MHD aprovado em 2019, ou seja, um conjunto unificado e coeso, sob a guarda do Palácio/Museu, do Arquivo Histórico, da Mapoteca e da Biblioteca do Itamaraty.

Este acervo multifacetado permitirá materializar um conceito expandido de patrimônio cultural e de instituição museológica, ao enfocar o significado e o valor deste patrimônio através de suas inúmeras camadas de sentido e diferentes formas de expressão: iconográficas, documentais, cartográficas, bibliográficas, além das tridimensionais, como obras de arte e objetos científicos, tecnológicos e bens arqueológicos que as pesquisas que antecederão as obras de restauração poderão revelar.

Ao conceito que preconiza uma abordagem integrada dos acervos, denominou-se Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca do Itamaraty – Mahbi. A ideia contempla, ao mesmo tempo, um espaço museológico e um programa a ser alimentado pelas atividades dos quatro setores técnicos, mantenedores dos acervos. Como resposta a este desafio, previu-se o desenvolvimento de duas grandes exposições, uma no Palácio e outra no edifício das Cavalariças, que será ampliado para receber um salão amplo e flexível, adequado a exposições de grandes formatos, como no caso da cartografia, além de serviços de apoio aos visitantes e de suporte às atividades de difusão e conservação do Museu.

A proposta visa propiciar a leitura e a interpretação deste lugar de memória, revelando seu significado e sua trajetória ao longo do tempo, de modo acessível e agradável aos visitantes, de qualquer perfil social, etário ou de instrução. Busca-se uma experiência única e de qualidade, revelando um patrimônio raro e, até agora, praticamente desconhecido do grande público, que, além da história diplomática, diz respeito à história, à ciência e à cultura ao longo de um arco temporal que se inicia no século 15.

Foram fontes para o desenvolvimento do projeto expositivo as pesquisas dos diplomatas Guilherme Conduru e Heitor Granafei, além dos clássicos de Gustavo Barroso, Sylvia Escorel, embaixadores Rubens Ricupero e João Hermes da Fonseca, somados aos documentos produzidos pelos responsáveis pela instituição e às pesquisas de Verônica Castanheira Machado e de Cláudia Carvalho.

Percurso expositivo

Após acesso pelo *porte cochère* na lateral do Palácio, o visitante será conduzido para o primeiro pavimento, na antiga sala Cabo Frio, onde poderá optar pelo circuito do Palácio ou da Grande Galeria, nas Cavalariças. Será recebido com a apresentação do roteiro de visitação, em um ambiente chamado “A Ilha do Brasil”, que introduzirá a temática da formação da nação a partir de seus limites territoriais, apresentando, além da cartografia, documentos, instrumentos de demarcação de fronteiras e, se as pesquisas os revelarem, os bens arqueológicos relacionados à história do próprio sítio onde se encontra o Palácio.

Neste mesmo ambiente, introduz-se a visita ao Palácio, com breve descrição da exposição *Itamaraty – o Palácio da História da Diplomacia Brasileira*, a ser percorrida em sentido horário, da ala Oeste para ala Leste. Completada esta visita, retorna-se ao ponto de início, onde se oferece a nova área expositiva. Nesta última, propiciadas pela flexibilidade da grande sala e pela amplitude temática dos acervos, as exposições poderão ser renovadas em ciclos de menor duração, a depender da capacidade institucional de promovê-las. Sendo assim, os visitantes conhecedores da exposição do Palácio, poderão optar, desde o local de acesso, a seguir diretamente para a exposição da galeria.

Itamaraty: o Palácio da História da Diplomacia Brasileira

O Palácio é, em si mesmo, o primeiro objeto do acervo. A narrativa museológica proposta baseou-se nas sucessivas funções do edifício e seus anexos, portanto, na vida do Palácio e de seu entorno, buscando oferecer aos visitantes uma experiência sensorial, intelectual e emocional, mais do que uma simples visita ou atividade educativa.

O percurso inicia-se pela construção do palacete pelos Barões do Itamaraty, mostra sua proximidade com a família imperial e sua presença política. A seguir, se alcança os três Salões de Honra situados junto à fachada frontal, que são tratados pelo projeto como *period rooms*, ou salas de época, mantidos o mobiliário e elementos decorativos originais, com a necessária renovação dos revestimentos em tecido adamascado, cortinas e estofamentos. Estão também, nesta categoria, o Salão de Baile, o Gabinete do Barão do Rio Branco e a Sala de Banquetes, onde se busca manter a ambiência registrada pela tradição. Nesses ambientes, serão abordados a Memória Imperial, a instalação do Governo Provisório, a Primeira Constituição da República, os primeiros presidentes que exerceram sua função na Sala Rui Barbosa, os principais acontecimentos desse regime ainda em seu nascimento.

A ala Leste do Palácio será dedicada à memória do corpo diplomático, culminando no gabinete do Barão do Rio Branco. A memória dos atores e principais personagens da história da diplomacia brasileira será tratada a partir da Sala Joaquim Nabuco, iniciando-se a com a Sala Alexandre de Gusmão e seguindo até a Sala Rio Branco.

Como se trata da museografia de um palácio, ou bem, de um palácio-museu, os espaços não podem sofrer intervenções com a mesma liberdade de uma sala expositiva convencional. Esta condicionante motivou a proposição de duas linhas de narrativa, a primeira referente às salas de época, ou seja, aquelas que trazem, em si, marcas, memórias e reverberações de momentos importantes na vida do Palácio, e a segunda, dotada de forma expográfica mais neutra, que valorize o acervo selecionado e os significantes e significados que remetem ao corpo diplomático ao longo de sua trajetória. Estas últimas devem funcionar como uma galeria inserida no palacete, podendo passar por frequentes alterações no material exposto, à medida em que o acervo do MHD for sendo enriquecido com novas contribuições.

A arquitetura e a decoração do Palácio constituem-se em um condicionante e um desafio para a exposição do acervo, de dimensões e naturezas diferenciadas. Poucas paredes, muitas aberturas e o necessário balanceamento do controle da luminosidade, da poluição ambiental e do conforto do visitante são desafios enfrentados pela proposta.

Como recursos para solucionar parcialmente esta questão, foram propostos portfólios, localizados ao centro da sala, nos quais o público poderá conhecer documentos, ilustrações, gravuras, fotografias, mapas e manuscritos. A ideia é trabalhar com réplicas e facsímiles, em tamanho adequado à leitura, dentro de pastas que poderão ser manuseadas como um álbum de fotografias de grandes dimensões. Para o trabalho educativo e de mediação com grupos especiais, a disponibilidade deste material documental e iconográfico é um recurso precioso para a exploração dos temas enfocados.

Outras alternativas são totens interativos, contendo informação sobre as peças em exposição, assim como catálogo disponibilizado no dispositivo móvel do visitante, que oferece facilidade para ajustes quando da renovação da exposição, informações em várias línguas, linguagem descritiva para deficientes visuais e Libras. O

roteiro digital poderá ser baixado nos dispositivos móveis logo após a aquisição dos ingressos. Prevê-se ainda a possibilidade de experiências táteis, por deficientes visuais, em objetos selecionados e devidamente sinalizados, como esculturas, mobiliário e maquetes. Todos estes recursos evitam o acúmulo de vitrines, objetos e legendas, possibilitando que a experiência do espaço e dos ambientes se superponha às informações de caráter factual e aos objetos da coleção.

O público deverá ser estimulado a trazer seu próprio equipamento móvel, possibilitando mais familiaridade e maior segurança quanto às condições de higiene. Formas alternativas de transmissão da informação deverão garantir o acesso ao conteúdo a todos os visitantes, não apenas aos que apresentam necessidades especiais, mas também aos que não dispõem de dispositivos eletrônicos. Nesse caso, as instalações multimídia e os totens interativos suprirão essas carências, bem como a tradução em linguagem Libras e cartelas em Braille, a serem disponibilizadas para o circuito.

A Grande Galeria

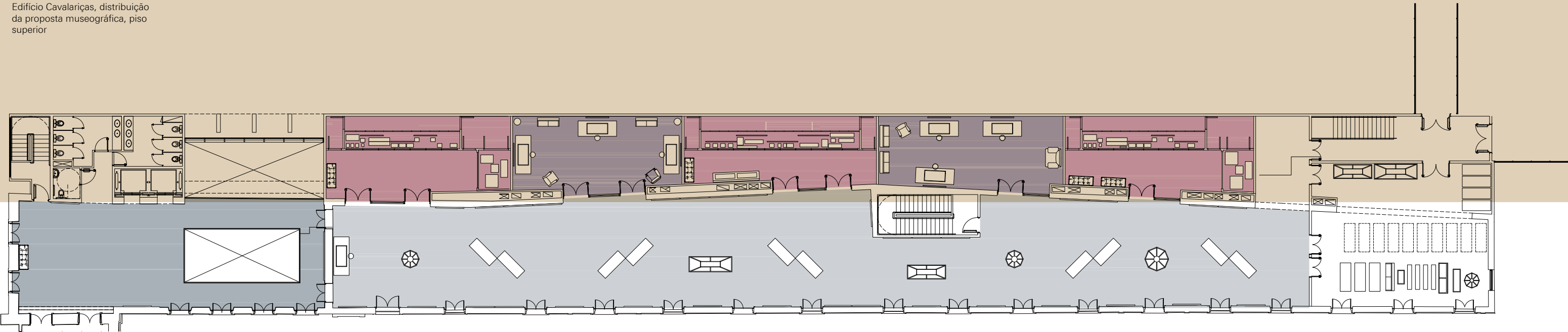
Além da atualização da exposição de longa duração do Palacete, é esperado que a criação do espaço e do programa Mahbi represente uma alavanca para a modernização e reposicionamento do MHD no contexto dos museus brasileiros, tornando-o capaz de atrair um público diferenciado e ampliado, após longo período de confinamento. Para dar acesso e valorizar o acervo documental, bibliográfico e cartográfico do Itamaraty, a proposta é de que a Grande Galeria, criada nas Cavalariças, seja ladeada por ambientes menores e de acesso mais limitado, contendo peças do acervo e recursos informacionais, quais sejam:

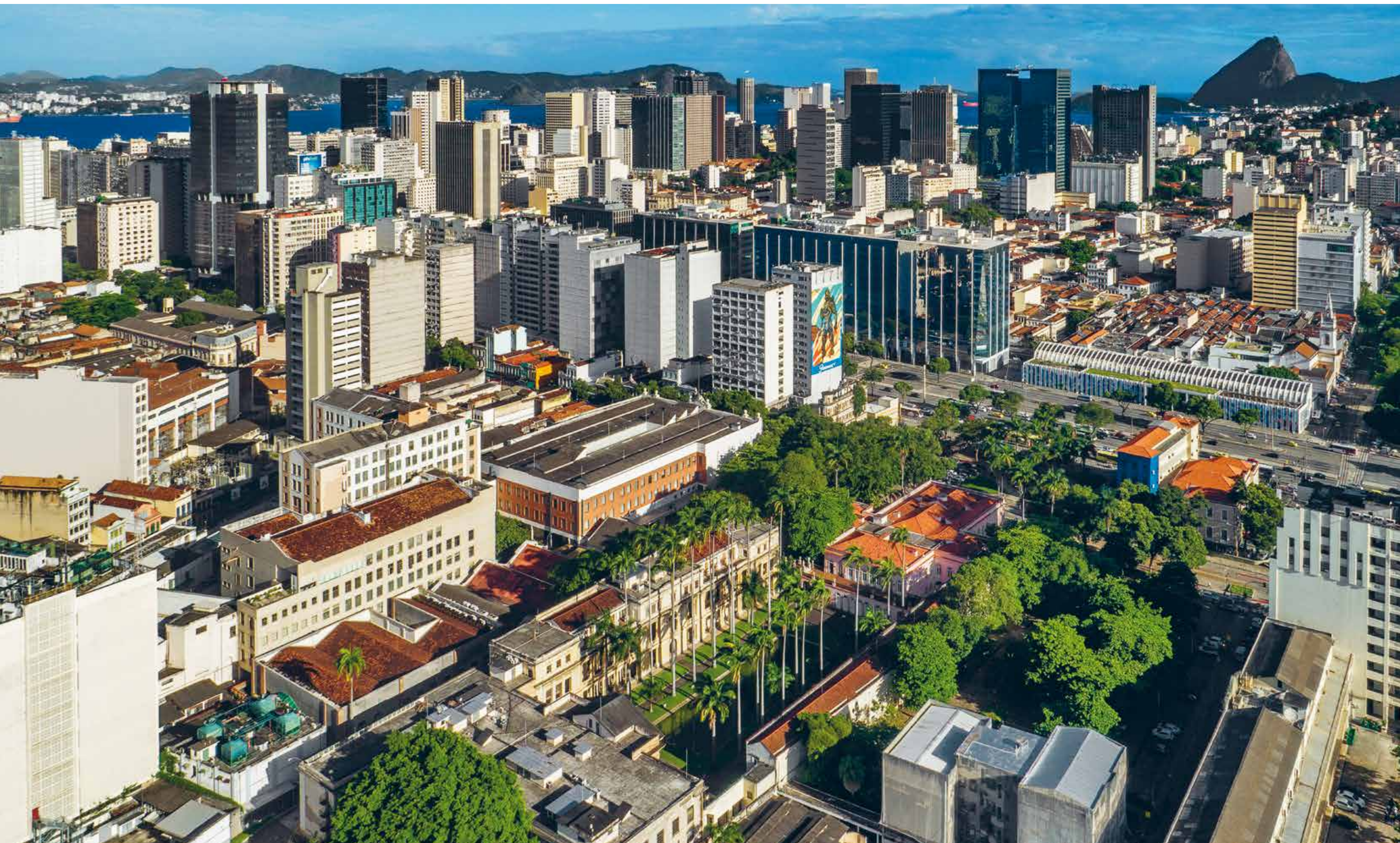
- Gabinetes destinados a abrigar itens raros do acervo (livros, mapas, documentos e iconografia, joias, moedas, condecorações etc.) relacionados à temática da exposição em curso e que requeiram condições especiais para exibição, como iluminação, climatização, vitrines e expositores seguros.

- Gabinetes Técnicos – locais de acesso ao acervo institucional dos quatro setores por meio de consulta aos bancos de dados digitais e de contato, em tempo real, com os técnicos especializados para dirimir dúvidas ou agendar consultas e visitas.

Não foi desenvolvida uma proposta expográfica específica para esse espaço. Entende-se que, para explorar a grandeza do acervo, tais exposições devam se orientar pela construção de panoramas, ou seja, de uma visão panorâmica de determinado fato, processo ou momento histórico, proporcionada a partir dos bens custodiados pelos quatro setores. Estes objetos funcionarão como palavras numa narrativa abrangente e caleidoscópica, situando-os no contexto em que foram produzidos, como peças de um quebra-cabeças determinado, temporal e geograficamente, cuja paisagem é o cenário de situações, ações, reações e interações entre os diversos agentes sociopolíticos em jogo no referido campo de análise e conhecimento.

Edifício Cavalariças, distribuição da proposta museográfica, piso superior





9. VIVIO, Beatrice. Il moderno sull'antico. Lettura dell'intervento contemporaneo (op.cit.), p. 234.
10. VARAGNOLI, Claudio. Edifici da Edifici: la ricezione del passato nell'architettura italiana, 1990-2000 (op. cit.), p. 9.
11. CARBONARA, Giovanni. Architettura d'oggi e restauro: un confronto antico-nuovo (op. cit.), p. 118.

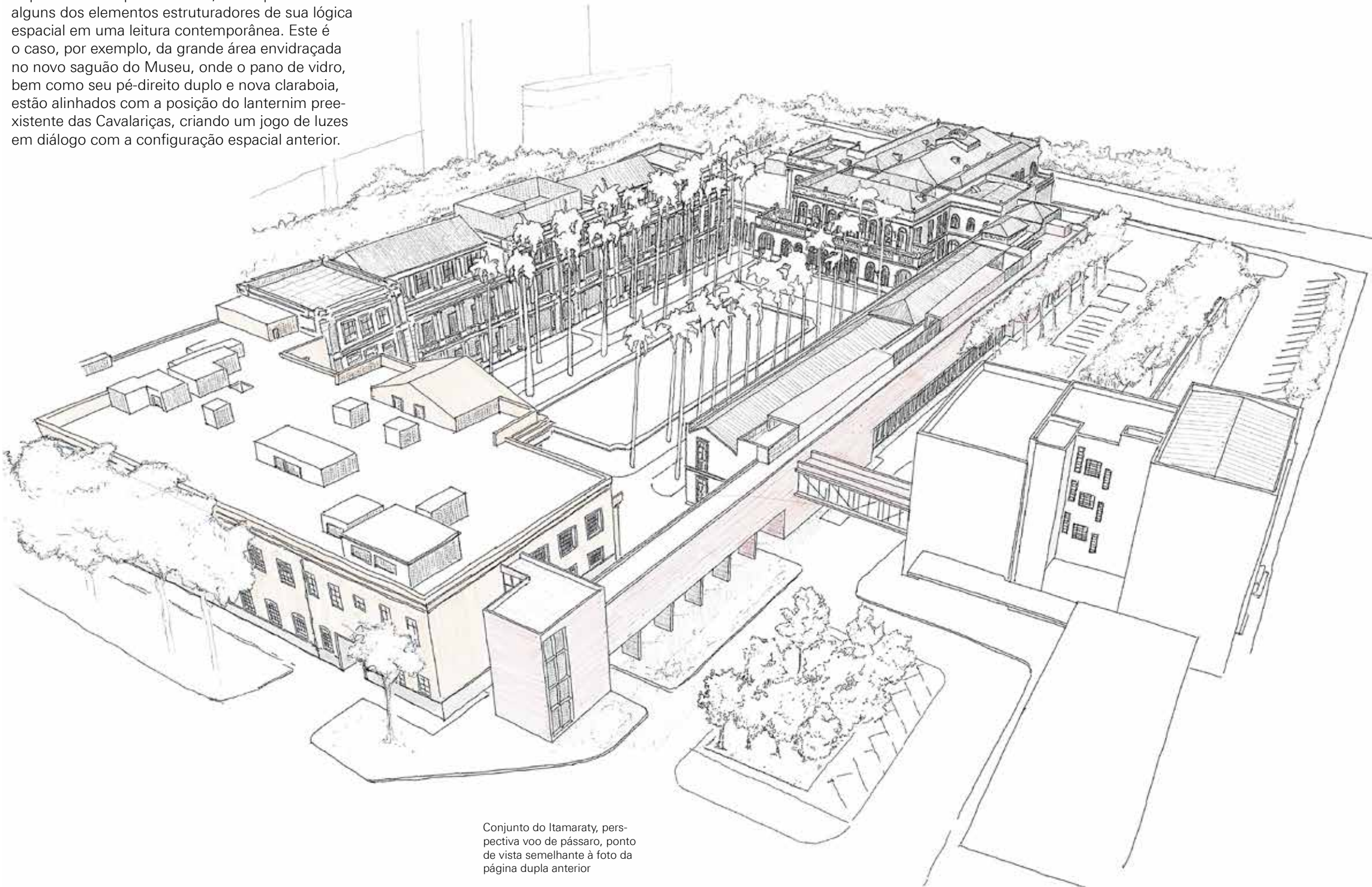
Ampliação das Cavalariças, Edifício Niterói e novas conexões

Logo ao início do desenvolvimento do projeto, percebeu-se que os edifícios preexistentes não seriam suficientes em área construída para abrigar todas as novas necessidades programáticas, principalmente no que diz respeito às atividades de apoio a atividades museológicas e de conservação dos acervos. Além disso, com base nos levantamentos e diagnóstico, percebeu-se que grande parte das adaptações funcionais necessárias ao novo museu, como a ampliação e instalação de novos conjuntos de sanitários e circulações verticais, seriam física e conceitualmente incompatíveis com as preexistências, ocasionando intervenções muito invasivas, sobretudo nos edifícios de maior valor histórico e artístico. Neste sentido, o projeto buscou soluções que viabilizassem essas adaptações funcionais e, ao mesmo tempo, agregassem mais área construída ao conjunto edificado.

O edifício das Cavalariças apresenta corpo alongado de dois pavimentos, anexo ao Palácio. Construído no final do século 19 como estábulo e apoio ao edifício principal, foi esse primeiro uso que definiu o nome utilizado até hoje. No entanto, sabe-se que o edifício passou por uma série de modificações e adaptações ao longo dos anos, tendo sido utilizado como escritórios da Secretaria de Relações Internacionais, Biblioteca e Arquivo provisórios e, posteriormente, como administração do Museu e escritórios de representação da ONU no Rio de Janeiro.

A intervenção nas Cavalariças promove a construção de um anexo alongado de dois pavimentos, como uma espécie de apêndice contemporâneo justaposto ao volume anterior, que amplia sua área construída, ao mesmo tempo em que resolve as questões de circulação horizontal e vertical dos edifícios adjacentes. O novo volume busca uma relação de contraste dialético⁹ com suas preexistências, utilizando-se de linguagem e materialidade contemporâneas, mas respeitando as relações de volumetria e gabarito das construções antigas. A ampliação procura se posicionar de maneira respeitosa e destacada em relação aos edifícios preexistentes, criando uma nova fachada voltada para a rua Visconde da Gávea, onde um jogo entre cheios e vazios marca as soluções de fechamento translúcido e opaco, de acordo com as características

e necessidades dos usos implantados em seu interior. Ao mesmo tempo, a nova volumetria cria uma espécie de decodificação¹⁰ da linguagem arquitetônica da preexistência, reinterpretando¹¹ alguns dos elementos estruturadores de sua lógica espacial em uma leitura contemporânea. Este é o caso, por exemplo, da grande área envidraçada no novo saguão do Museu, onde o pano de vidro, bem como seu pé-direito duplo e nova claraboia, estão alinhados com a posição do lanternim preexistente das Cavalariças, criando um jogo de luzes em diálogo com a configuração espacial anterior.

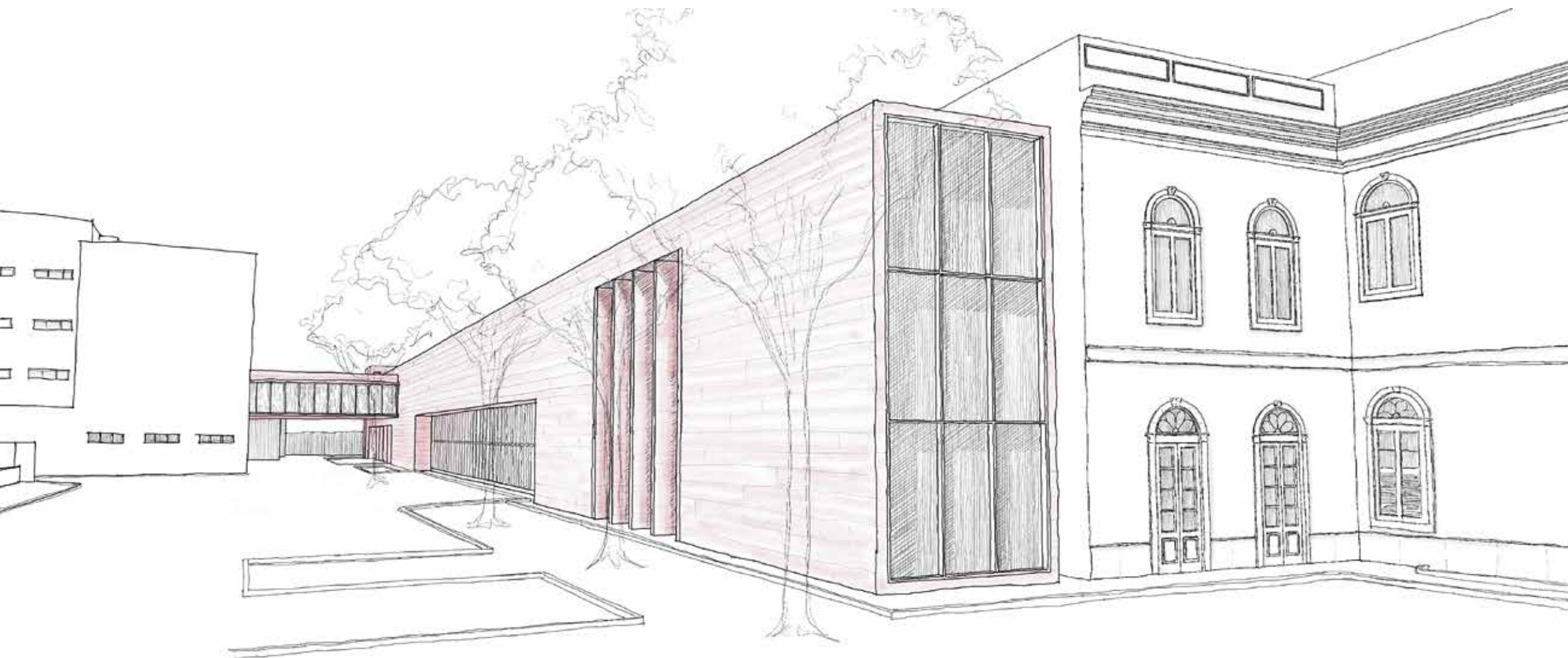


Conjunto do Itamaraty, perspectiva voo de pássaro, ponto de vista semelhante à foto da página dupla anterior



Cavalariças

Cavalariças e novo anexo, perspectiva

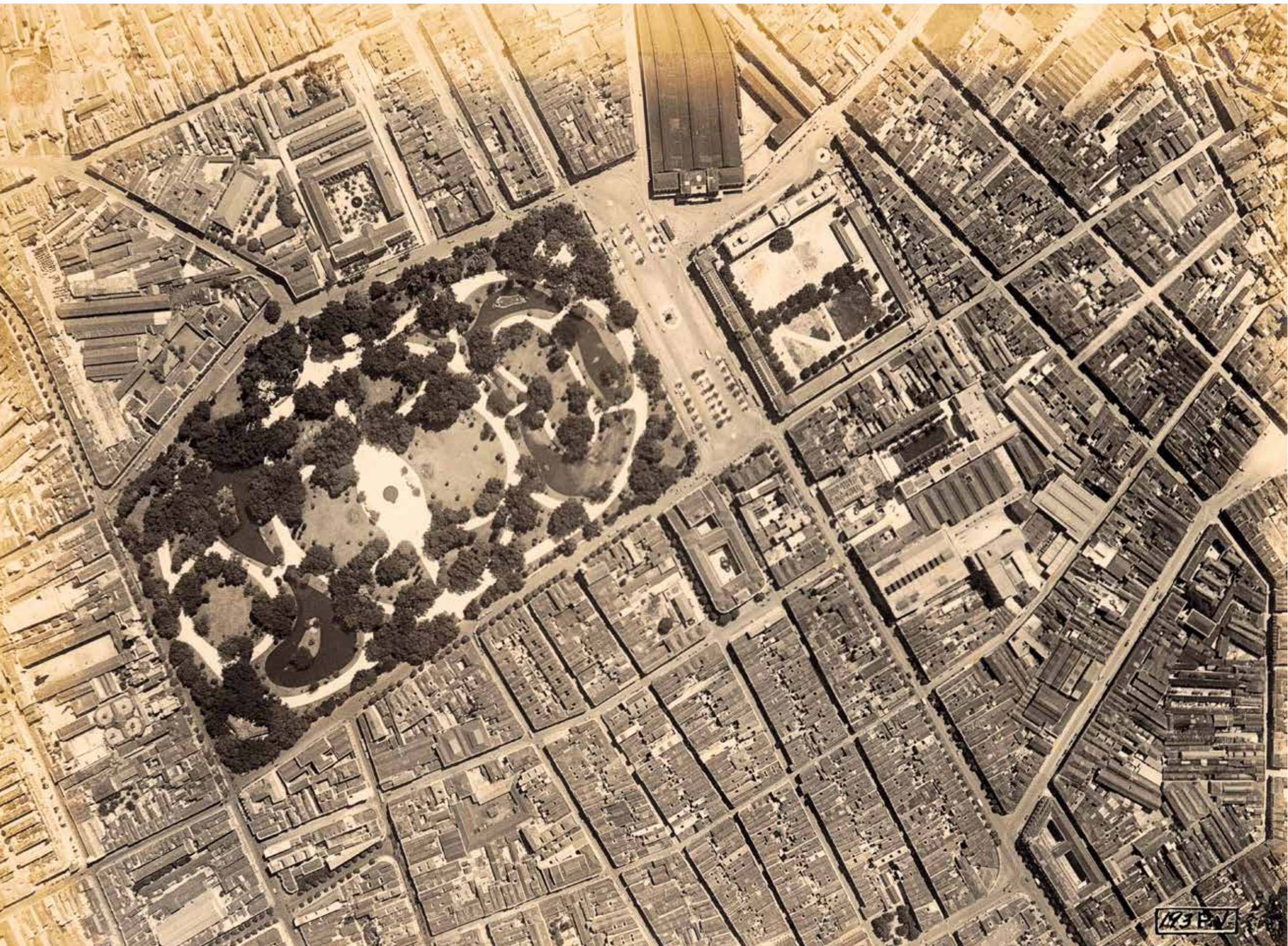


O saguão é também o novo espaço destinado ao acolhimento do público do Museu e articulador de todos os serviços de apoio ao programa principal de exposições, como bilheterias, guarda-volumes, café/restaurante e instalações sanitárias. Este espaço está ligado, no piso térreo, a um longo corredor translúcido que dará acesso às novas salas implantadas no corpo preexistente das Cavalariças, sendo sombreado pelo volume superior, levemente destacado, que configura uma caixa opaca onde serão instalados os novos espaços expositivos do Museu.

Visto da avenida Marechal Floriano, o anexo também apresenta uma materialidade translúcida, em que transparece, logo à primeira vista, a sua função de circulação, deixando à mostra a nova caixa de escadas que atende às normas de segurança e circulação requeridas. Um leve destacamento volumétrico entre essa nova caixa e os corpos preexistentes do Palácio e das Cavalariças reforça uma intenção de afastamento, criando uma relação dialética entre o existente e o proposto. Já na face adjacente, o primeiro trecho opaco desse novo volume deverá abrigar uma prumada de elevadores e sanitários, instalados em ponto estratégico na transição entre a Palácio e as Cavalariças, atendendo às necessidades de infraestrutura e acessibilidade para o público do Museu.

A implantação deste anexo é, do ponto de vista compositivo, também estratégica, pois tira partido de um ponto de fragilidade da atual configuração do conjunto, no qual a fachada posterior existente do edifício das Cavalariças, voltada para a rua Visconde da Gávea, pode ser considerada um resultado um tanto desconexo de uma série de intervenções ocorridas em meados do século 20, nunca tendo se integrado propriamente ao complexo do Itamaraty. Ao se observar a intersecção entre a fachada principal do complexo, voltada à avenida Marechal Floriano, e a fachada para a rua Visconde da Gávea, percebe-se claramente uma ruptura abrupta entre o ritmo de aberturas e ornamentos definidos pelo decoro do Palácio, e um plano evidentemente inacabado, onde há protuberâncias e aberturas sem qualquer ordenamento. Isto se deveu a uma série de desapropriações feitas na década de 1940, onde existiam originalmente lotes coloniais estreitos e profundos, cujos muros de fundos faziam divisa com o edifício das Cavalariças.

Vista aérea do Campo de Santana, com o complexo do Itamaraty à direita



Com a desapropriação, esses lotes passaram a ser usados pela União – Ministério das Relações Exteriores e Exército –, mas a fachada posterior das Cavalariças permaneceu sem qualquer tratamento ou readequação, deixando à mostra os resquícios dos antigos muros. É também essa configuração fundiária que parece explicar a inusual mudança de angulação existente no ponto médio dessa fachada, abrupta o suficiente para que seja percebida in loco, tanto interna quanto externamente. Nesse sentido, o volume anexo resolve a composição da fachada voltada para a rua Visconde da Gávea, ao mesmo tempo em que soluciona as demandas de circulação, acessibilidade e segurança do novo Museu, criando ainda um ponto fulcral de conexão e circulação entre os demais edifícios preexistentes.

Ao final desse volume alongado principal, uma passarela leve, com lajes protendidas e fechamentos translúcidos laterais, dará acesso ao primeiro pavimento do Edifício Niterói, onde estarão localizados os escritórios e diretoria do Museu, laboratórios de conservação e locais para tratamento técnico dos acervos. Alcançando o prédio da Biblioteca, prevê-se a construção de um elemento horizontal elevado, como um passadiço, que fará a conexão de serviço – sem acesso ao público – entre a parte posterior das Cavalariças e a fachada Oeste da Biblioteca – também voltada para a rua Visconde da Gávea. A ligação entre os diferentes níveis dos edifícios será feita através de nova caixa de circulação vertical, um volume destacado dos demais e conectado a cada pavimento por meio de passarelas leves. Esse volume vertical visa resolver as questões de circulação e acessibilidade entre os edifícios preexistentes, bem como viabilizar maior segurança contra incêndios, garantindo mais uma rota de fuga para o complexo.

Para dar conta de todo o programa de apoio e serviços do Museu, foi incorporado ao escopo do trabalho o edifício Niterói, que, na altura do desenvolvimento do projeto, encontrava-se desocupado. A proposta de intervenção neste edifício pautou-se pela adaptação dos espaços internos ao programa de gestão dos acervos e do Museu, bem como funções administrativas do MRE e seus acordos diplomáticos. O projeto procurou considerar o edifício como parte da ambiência do conjunto, apoio para o programa de usos e elemento de conexão com os demais edifícios.

No seu interior, foi proposto o restauro da escada preexistente, com acabamentos em mármore e pastilhas de interesse estético. Também foi criada uma nova caixa de escadas para atendimento às normas de segurança contra incêndios, acoplada pelo exterior do edifício com linguagem e materialidade contemporâneas, similares àquelas adotadas nos novos volumes das Cavalariças. As soluções para o tratamento das fachadas consistem na recuperação de seus elementos decorativos em argamassa raspada e ritmos compositivos de aberturas e fechamentos, numa perspectiva mais conservativa de seus valores estéticos.



Proposta de complementação do jardim interno e nova interligação entre Cavalariças e Biblioteca

Página à esquerda, Cavalariças e Biblioteca, situação atual

A prevenção contra incêndio e suas interfaces com a arquitetura

Rosaria Ono
Katia Beatris Rovaron Moreira

Antecedendo a elaboração do projeto legal para aprovação pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, foram desenvolvidos estudos em estreita colaboração entre a consultoria especializada e os autores do projeto de restauração arquitetônica. O trabalho iniciou-se por diagnóstico que apontou e ponderou riscos, para, em seguida, propor um conjunto de medidas que resultaram de decisões conjuntas, respeitando as normas técnicas e legais e considerando as restrições impostas pelas características dos edifícios e dos acervos.

A principal premissa da proposta foi a prevenção, que se concentra em medidas para evitar que o incêndio ocorra, sobretudo pela adoção de proteções consideradas passivas, ou seja, aquelas que interferem diretamente nas soluções arquitetônicas e construtivas, tais como a utilização de materiais incombustíveis, a instalação de compartimentações, a adequação dos layouts, entre outras. As proteções ativas, utilizadas para alerta e combate ao incêndio, foram igualmente previstas dentro das possibilidades técnicas, contemplando os parâmetros exigidos pela legislação do Corpo de Bombeiros, somados a equipamentos não exigidos em norma quando detectada a necessidade de proteção adicional motivada pelas características do patrimônio cultural.

As diretrizes abordaram os edifícios do Palácio, Cavalariças, Biblioteca e Niterói, quatro edificações com diferentes usos e características construtivas, que demandaram tanto a análise individual, quanto especial atenção para as situações de intercomunicação entre elas.

Em relação aos edifícios, estão individualmente indicados, e posteriormente detalhados pelo projeto legal, os sistemas convencionais de prevenção e combate contra incêndio, quais sejam: proteção por extintores, sistema de hidrantes, dimensionamento e sinalização de rotas de fuga, iluminação de emergência, alarme e detecção. No contexto de uma restauração completa, estão previstos o redimensionamento, a adequação e a modernização de todas as instalações elétricas, ampliando significativamente os níveis de segurança em relação à situação pré-projeto. Além de todas as soluções físicas propostas, serão imprescindíveis as medidas que dizem respeito à gestão do conjunto, como a formação de Brigada de Combate ao Incêndio e Plano de Emergência.

O Palácio tem parte considerável de seu sistema construtivo e acabamentos em material combustível, implicando na necessidade de proteções adicionais, além daquelas exigidas pelas normas. Foram previstos o tratamento dos elementos decorativos com materiais retardantes do fogo e a redução de possíveis fontes de calor e de ignição nos ambientes e nas instalações prediais.

Foi também proposta, e absorvida pelo projeto museológico, uma política de ocupação e uso do edifício que favoreça a proteção contra incêndio, incluindo a guarda dos materiais especiais em reserva técnica e a redução do fluxo de visitantes, em especial no interior das salas mais ricamente decoradas, direcionando a circulação para espaços desobstruídos de móveis, tapetes e cortinas, restringindo, assim, o contato do público com materiais combustíveis.

O novo layout do edifício das Cavalariças prevê sua comunicação, por acesso direto ou passarelas, com os edifícios do Palácio, Niterói e Biblioteca. Em relação ao Palácio, foi previsto isolamento por meio de cortina corta-fogo e vedação de janelas localizadas junto à interseção entre os prédios, utilizando sistema de drywall resistente ao fogo. No caso das passarelas de ligação, foram previstos isolamentos a fim de dificultar a propagação de incêndio e fumaça. No piso inferior das Cavalariças, a área do restaurante e cozinha será também compartimentada e os elementos estruturais em madeira e metálicos de todo este bloco serão protegidos com material resistente ao fogo.

A Biblioteca é o edifício que apresenta a maior carga de incêndio do conjunto, cuja exposição ao risco é ainda ampliada pela conformação da sua principal área de guarda de acervo, formada por estanteria metálica que percorre o equivalente a cinco pavimentos em volume único. Além desta, outras áreas de guarda contêm grandes volumes de documentos raros e insubstituíveis. Para reduzir os riscos desta configuração arquitetônica, foram previstas compartimentações horizontais e verticais em setores específicos. Na área da estanteria em cinco níveis, será feita a compartimentação vertical utilizando paredes de gesso acartonado à prova de fogo e portas corta-fogo, dividindo-se a planta atual de cada piso em dois setores. Soma-se a instalação de infraestrutura para sistemas hidráulicos (hidrantes) e elétricos (detecção e alarme automáticos), além de luminárias blindadas. A escada externa será substituída, assim como as portas de acesso. A Biblioteca deverá ainda ser dotada de um plano de segurança específico.

O edifício Niterói, construído na década de 1930, será totalmente reformado, mantendo-se a escada aberta existente, mas criando-se nova escada de emergência, enclausurada. Em situação de sinistro, a escada aberta será fechada por meio de cortina corta-fogo para evitar seu uso e a propagação vertical do incêndio.

O dimensionamento das rotas de fuga e escadas, bem como as distâncias máximas a serem percorridas, foram estudados para todos os edifícios e seus resultados absorvidos pelas soluções arquitetônicas.

Áreas comuns e paisagismo

Os projetos para as áreas comuns incorporam tanto as demandas do paisagismo quanto dos usos de apoio, dando maior coesão à nova disposição do programa arquitetônico. Os acessos foram tratados a partir das perspectivas do visitante, do usuário de serviços consulares, do corpo diplomático e dos funcionários técnico-administrativos, sempre a partir da combinação das seguintes categorias: a pé, via transporte público, coletivo ou particular. Como já mencionado, a nova disposição do programa suscita acréscimos e permanências na hierarquia espacial, que podem ser traduzidas da seguinte forma: por um lado, o novo espaço de visitação originado com a reconfiguração das Cavalariças comporta, em si, uma centralização do acolhimento – com bilheteria, informações e guarda-volumes –, criando uma nova centralidade para o conjunto; por outro, não se deseja revogar a centralidade do Palácio na estruturação – e no próprio decoro – do conjunto arquitetônico, o que é resolvido concentrando em suas galerias térreas a recepção do público geral, com os primeiros controles de segurança. Desta feita, o visitante que acessa o complexo é recepcionado pelo Palácio e, em seguida, direcionado para o acolhimento nas Cavalariças.

Segundo a proposta, as áreas comuns passam a comportar dois novos estacionamentos: um para visitantes – em carros particulares ou ônibus de turismo – e outro para o corpo diplomático. A comunicação interna entre ambos possibilita seu uso também como apoio ao cerimonial, em eventos oficiais. O acesso de pessoal técnico-administrativo e de prestadores de serviço será feito pela rua Visconde da Gávea, apoiado por nova portaria. As estruturas propostas possuem uma materialidade semelhante à das novas ampliações, em concreto aparente, com maior ou menor fenestração, conforme o uso de cada edificação.

A proposta de intervenção do paisagismo foi pautada pela compreensão do conjunto como detentor de jardins históricos, especialmente a partir de sua área frontal e do jardim interno, onde predomina o grande espelho d’água – embora essa visão seja também um condicionante para as espécies vegetais que ocupam as demais áreas externas. Esse olhar direciona a escolha da flora e da fauna, assim como dos elementos construídos: as esculturas existentes passaram por um mapeamento que reconstituiu o histórico de seu posicionamento, subsidiando algumas revisões que procuraram dar mais sentido ao conjunto, sendo igualmente incorporadas ao restauro dos elementos pétreos.

O paisagismo também contribuiu para resolver algumas questões inconclusas no desenvolvimento morfológico, que, a nosso juízo, geram tensões que contribuem para a fruição do conjunto. É o caso da intenção de fechamento de um pátio interno, como recinto a céu aberto, na porção central do terreno. Inexistente como um perímetro fechado nas primeiras décadas de existência do Palácio, o pátio começa a se configurar como tal com a construção do edifício do Ererio, ainda no período Rio Branco. Com o projeto da nova Biblioteca, construída em alinhamento posterior, o edifício projetado por Prentice e Floderer se posiciona afastado das Cavalariças, criando uma lacuna de continuidade entre os edifícios do conjunto, o que, presumivelmente, deveria ser preenchido por um novo edifício, em maiores proporções, que seria construído em substituição às Cavalariças, mas que não prosperou. No lado oposto, é constituída a continuidade entre a nova biblioteca e o edifício de escritórios do Ererio que passaram a contar com comunicação direta.

Esse desenvolvimento construtivo ocasionou um fechamento parcial na porção noroeste do conjunto, que atualmente conta com uma estrutura porticada que encerra o térreo – apoiando uma passarela de ligação entre Cavalariças e Biblioteca –, mas não realiza a continuidade entre os edifícios. Na reformulação agora proposta, esse porticado é removido, e a continuidade entre os edifícios é realizada por cima, pela nova passarela de ligação entre Cavalariças e Biblioteca, localizada em plano afastado em relação ao jardim do espelho d’água. Nesse ponto, o paisagismo proposto contribui para a criação de uma massa vegetada que realiza a barreira visual desejada, terminando por consolidar a ideia de conformação de dois espaços separados: um jardim interno e uma área adjacente, em que são concentradas as atividades técnico-administrativas.

Pierre Lapautre, Atalanta e Ypômenes, esculturas em ferro fundido



Restauração e recuperação paisagística dos jardins históricos

Carlos Fernando de Moura Delphim
Bruno Amadei Machado
Elizabete Dasinger Bittencourt



O projeto de restauração e recuperação paisagística dos jardins e áreas envoltórias do Palácio norteou-se pelo reconhecimento de seus valores históricos e das relações do jardim com os edifícios e com a cidade, percorrendo as etapas de conceituação, diagnóstico, pesquisa histórica, estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo.

Trata-se do jardim de uma instituição pública, sempre sujeito a oscilações impostas por mudanças político-administrativas, por vezes favoráveis, por outras restritivas à sua conservação. Esta constatação se converteu em uma premissa do projeto, que buscou formas de aperfeiçoar as condições observadas no conjunto e os meios para que as transformações não venham a prejudicar necessidades futuras de cunho social, energético, sanitário e ambiental. Considerando a autossuficiência desse organismo vivo que é o jardim, evitou-se, na medida do possível, maior dependência de fatores alheios à sua sobrevivência, buscando-se criar um ambiente dotado do máximo de autonomia possível.

As diferentes fases da evolução dos jardins foram criteriosamente investigadas. Procurou-se estreitar e vincular a relação entre o paisagismo e a arquitetura de modo a revelar usos, camadas históricas e intervenções recentes. Como resultado, espera-se oferecer a quem ali passeia ou trabalha – e a toda a vizinhança, incluindo outros seres vivos, além dos humanos – um lugar esteticamente agradável, sensível e relaxante.

Pesquisa histórica

Teve como foco os jardins e demais áreas livres do conjunto. Como fontes, o Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e documentos técnicos do arquivo da Fundação Parques e Jardins, da Prefeitura do Rio de Janeiro, complementados pela pesquisa histórica sobre o conjunto edificado desenvolvida pela historiadora Veronica Castanheira Machado para o Instituto Pedra.

A pesquisa iconográfica revelou aspectos do jardim romântico de estilo inglês que ocupou o pátio central durante as primeiras décadas do século 20, sucedido, em 1930, pela feição atual, com a implantação do grande lago retangular. Somam-se também registros das desapropriações e demolições que incorporaram ao conjunto lotes das ruas Visconde da Gávea e Senador Pompeu, além de propostas de projetos paisagísticos não executados. Ressalta-se o projeto de reforma dos jardins laterais, elaborado em 1937 por Azevedo Neto para a Secretaria Geral de Obras, na Diretoria do Trabalho, Matas e Jardins da Prefeitura do Distrito Federal. Atenção especial foi dada à identificação das esculturas, seus deslocamentos pelas áreas do jardim e perdas ocorridas ao longo das últimas décadas.

O projeto paisagístico

A proposta almejou destacar o valor histórico e patrimonial do bem material, associado a significados imateriais, a questões socioambientais, usos pretéritos e futuros, considerando os circuitos e ambiências desejados para os distintos espaços que compõem o conjunto. Buscou-se ampliar a conexão perceptiva e física com o entorno, compreendido como a relação do jardim com a cidade. Cada espaço ajardinado, não pavimentado e permeável foi alvo de intervenções em consonância com as premissas da Carta de Florença (1981) e da Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora (2011). A proposta foi representada por plantas baixas, cortes, croquis e memoriais, contendo a especificação da vegetação, mobiliário, elementos de drenagem, caminhos pavimentados e rotas acessíveis.

Em linhas gerais, optou-se por manter o máximo possível de canteiros ajardinados, de modo a equalizar a relação entre espaços livres e construídos, mesmo diante de áreas de apoio à permanência e visitação que receberão novas construções. Considerando as informações levantadas pela pesquisa histórica, foi possível conservar o traçado original da maior parte dos canteiros existentes, adaptando somente aqueles que receberão novos fluxos e usos.

A proposta apoiou-se em estudos sobre o meio natural e flora existentes. O diagnóstico florístico avaliou condições fitossanitárias e de estabilidade estrutural do estrato arbóreo, complementado pelo levantamento das espécies arbustivas e herbáceas, georreferenciadas e documentadas por

Conjunto do Itamaraty, jardim interno anterior às reformas do período Mangabeira (1928-1930) e antiga biblioteca ao fundo, foto c.1928



Conjunto do Itamaraty, jardim interno posterior às reformas do período Mangabeira (1928-1930) e nova biblioteca ao fundo, foto atual

fotografias, nomenclatura botânica e vulgar dos indivíduos. Como desdobramento, a etapa projetual propôs o enriquecimento da cartela vegetal existente, seja incorporando novas espécies de caráter marcadamente ornamental, seja com folhagens ou florações, observadas em jardins de período e estilo compatíveis com a linguagem do conjunto. Em complemento, priorizou-se a introdução de novas espécies nativas ou naturalizadas, bem adaptadas às condições do local. O esquema arbóreo previu novos plantios e transplantios junto ao passeio da rua Visconde da Gávea, ao estacionamento e ao futuro anexo das Cavalariças, mantendo o afastamento necessário dos muros e das novas edificações projetadas. Foram especificadas sibipirunas (*Cenostigma pluviosum*) e babosas-brancas (*Cordia superba*), além do transplantio de ipês-rosas e amarelos (*Handroanthus heptaphyllus* e *Tabebuia chrysotricha*) plantados durante a última década em locais inapropriados em espaçamento insuficiente.

Para os jardins históricos situados nas laterais do conjunto, destacam-se composições formadas por agaves (*Agave attenuata* e *A. desmettiana*), afelandras (*Aphelandra sinclairiana* e *A. squarrosa*), calíandra (*Calliandra tweedii*), palmeira-sagu (*Cycas circinalis*), russélia (*Russelia equisetiformis*), jasmim (*Jasminum officinale*) e marianinha (*Streptosolen jamesonii*). Entre o edifício Niterói e a nova área técnica, o espaço destinado aos funcionários receberá palmáceas e mirtáceas frutíferas do bioma Mata Atlântica, entre elas palmito-juçara (*Euterpe edulis*), cagaiteira (*Eugenia desintherica*), uvaia (*Eugenia pyriformis*), pitangueira (*E. involucrata*), guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*) e cambuci (*C. phaea*).

No pátio central, centro estético dos jardins do Itamaraty, optou-se por manter a forração em grama-são-carlos (*Axonopus compressus*) e o renque de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*). As alterações se limitarão à recuperação do lago, das canaletas de drenagem e da substituição da pavimentação asfáltica por agregado de concreto permeável e placas em granito, respeitando o traçado atual dos canteiros.

Recomendou-se o rearranjo das estátuas existentes, hoje distribuídas de forma desordenada, seguindo critérios de tema e composição. A pesquisa histórica revelou a existência de uma estátua do *Menino de Ouro*, já desaparecida, que encimava o atual chafariz. A tradição oral diz tratar-se de uma promessa do Barão de Itamaraty de doar para uma instituição de caridade o peso de seu filho em ouro, caso ele se recuperasse de grave doença. Há controvérsia sobre a identidade do *Menino de Ouro*, que tanto poderia ser o segundo Barão de Itamaraty, que construiu o Palácio, como um de seus filhos. A reinstalação dessa escultura, uma espécie ex-voto, ainda que não exista nenhum comprovante iconográfico que oriente uma acurada restituição, reavivará um imaginário que certamente se converterá em novo atrativo ao palácio.

O mobiliário segue desenho contemporâneo de linhas simples, tendo destaque o conjunto de bancos em estrutura metálica e assentos em madeira, com e sem encosto.

Os jardins e áreas livres são elementos importantes nos esforços de adaptação ao novo regime climático e mitigação de impactos negativos da aceleração das mudanças climáticas, com chuvas cada vez mais frequentes, fortes e imprevisíveis. O projeto também se pauta por premissas ecológicas, que levaram à adoção de infraestrutura azul na gestão das águas superficiais e aumento da taxa de permeabilidade do solo. Os pavimentos impermeáveis existentes, tais como cimento e asfalto, serão substituídos por materiais de maior qualidade estética e ecológica, a exemplo do concreto poroso (executado in loco e em placas manufaturadas) e elementos vazados preenchidos com grama (concregrama).

A preocupação com a autossuficiência dos jardins implica considerar que, quanto mais independente for o jardim de serviços de manutenção, tanto mais terá condições de sobreviver. O projeto recomendou o aproveitamento da água da chuva para irrigação dos principais canteiros ajardinados, seguindo as diretrizes especificadas na norma técnica n. 15.527 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que rege o aproveitamento de águas pluviais. Tais cuidados não encarecem a obra, ao contrário, a tornam sustentável e estendem sua vida útil.

Em complemento ao religamento e aumento da capacidade dos reservatórios para reuso de água de chuva das coberturas, a proposta contempla a implantação de jardins filtrantes, conhecidos como jardins de chuva. Os jardins de chuva são uma tipologia de Solução baseada na Natureza – SbN, que adota sucessivas camadas porosas e espécies vegetais adaptadas à variação abrupta do nível d’água, aproveitando, de forma mais eficiente, a drenagem superficial para rega de canteiros. Consiste em uma pequena vala linear ajardinada, posicionada alguns centímetros abaixo do nível do canteiro. A técnica incrementa a taxa de infiltração e a

consequente recarga do lençol freático, retardando o fluxo de escoamento do excedente desde o interior do complexo em direção ao sistema convencional de drenagem urbana, já bastante saturado e suscetível a alagamentos, sobretudo durante as tempestades de verão. Tais jardins serão implantados em trechos contínuos que, devido à disposição de novos elementos construídos, demandarão alteração no traçado do ajardinamento.

A implantação e a vida dos jardins, associada à divulgação do seu valor cultural sob as formas passiva ou ativa de educação patrimonial e ambiental, elucidarão suas múltiplas camadas – históricas, estéticas, ambientais e paisagísticas – resultando no enobrecimento do conjunto paisagístico do Itamaraty e no fomento de novas conexões com sua história e território.

Referências

- ABNT NBR 15527. Aproveitamento de água de chuva <<https://bit.ly/3zctfa0>>.
- MACHADO, Veronica Castanheira. *Pesquisa histórica do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro*.

O método e seus resultados

Neste livro, procuramos evidenciar o método como eixo condutor de um projeto de restauro. Em nossa percepção, os pontos centrais de um percurso metodológico para o campo envolvem tanto o processo de diagnóstico, em que o restaurador se apropria das características técnicas e culturais do objeto, quanto o domínio das bases teóricas para o projeto. A teoria, para o campo do restauro, não se constitui como metafísica e, sim, como uma espécie de fortuna crítica de problemas já enfrentados pelo campo, portanto, auxiliando na compreensão das tomadas de decisão projetuais e avaliação das suas possíveis consequências. Pensando nessas categorias, procuramos apresentar os projetos desenvolvidos, oferecendo subsídios para uma crítica do trabalho aqui apresentado.

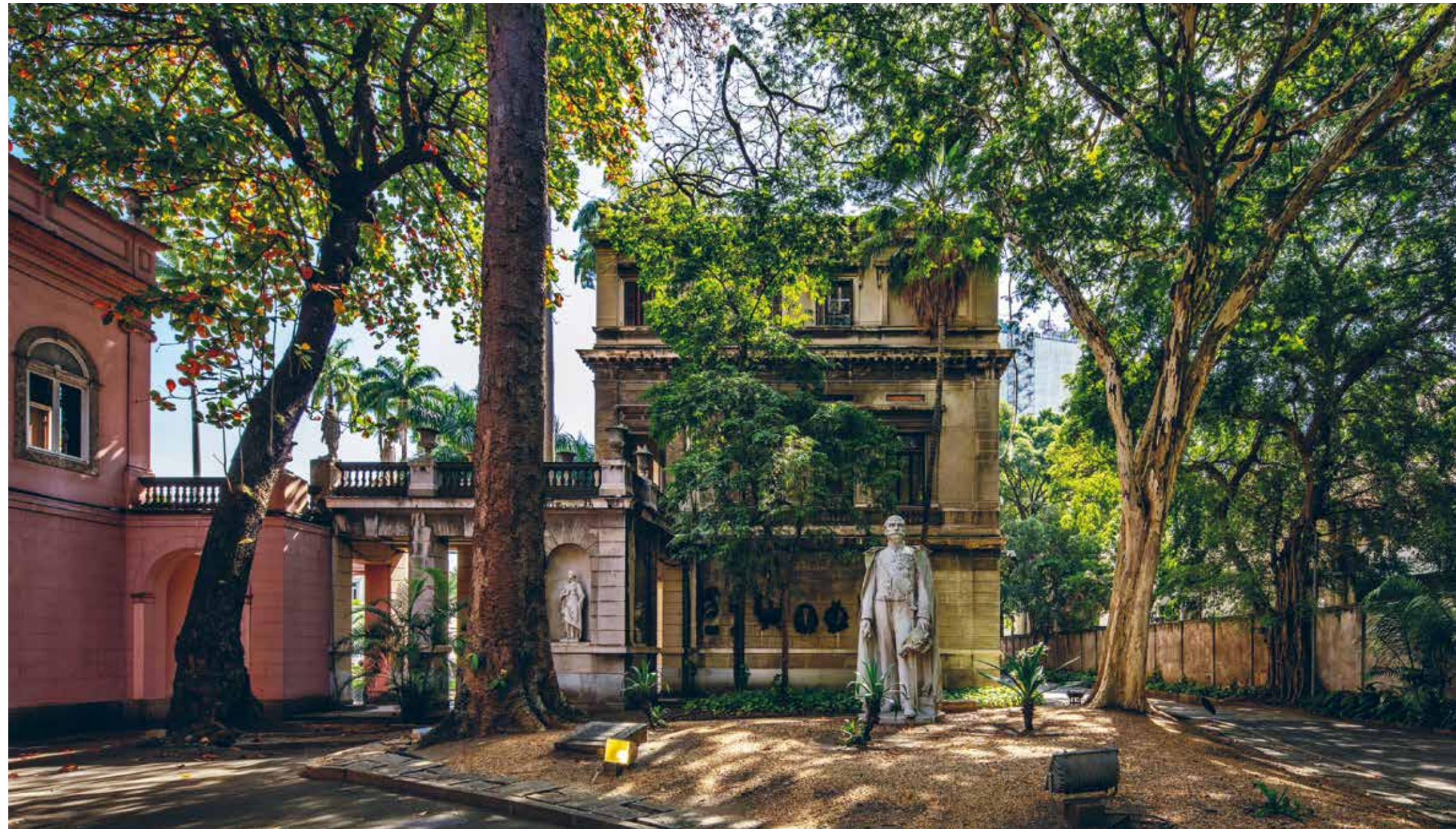
Em se tratando de um conjunto arquitetônico, as condicionantes para os edifícios que o compõem podem variar, como de fato nos pareceu ao longo do processo de diagnóstico. Essa variação de condicionantes é o que, de fato, explica diferentes posturas projetuais conforme cada edifício, ora empregando posturas de crivo filológico, ora lançando mão de certa autonomia com relação ao existente. Com efeito, essa alternância tem mais aspectos comuns do que aparentes divergências – doutrinárias, estilísticas etc. –, especialmente se as observarmos à luz do método de diagnóstico empregado, que procura justamente realizar uma leitura sob aspectos técnicos e culturais.

Também as alterações com relação ao uso dos edifícios podem condicionar diferentes posturas projetuais. No Palácio, não houve significativas alterações de funcionalidade, sendo valorizado o seu principal aspecto, isto é, a função contemplativa que se dá através da visita. Isto propicia uma ambientação eficaz entre as mínimas intervenções e o edifício.

Para a Biblioteca, foi previsto um considerável reordenamento com relação aos usos que haviam ali se instalado recentemente, recuperando parte significativa da distribuição espacial prevista em seu projeto primordial. Com isso, a intervenção se realiza, em grande medida, com a recuperação da distribuição programática original, que permite a modernização de um edifício funcional com a mínima intervenção possível em sua materialidade, permitindo também uma postura filológica com relação ao existente.

Para as Cavalariças e edifício Niterói, a postura projetual demonstra certa autonomia com relação ao existente, permitindo a incorporação de novas funcionalidades, que são fruto de uma revisão e expansão do programa expositivo. Além disso, o projeto enfrenta a nada simples tarefa de resolver problemas de ordem técnica e estética, como a *fachada inconclusa* obtida após as desapropriações dos lotes a Oeste daquele edifício. Os novos volumes configuram, dessa forma, uma intervenção de caráter mais incisivo, mas que procura manter o diálogo com as edificações preexistentes. As distintas posturas com relação ao existente, nesse caso, acabam por corroborar uma visão de conjunto complexiva e orgânica, na qual o projeto como um todo é condicionado pela leitura específica e harmônica de cada corpo que o integra.

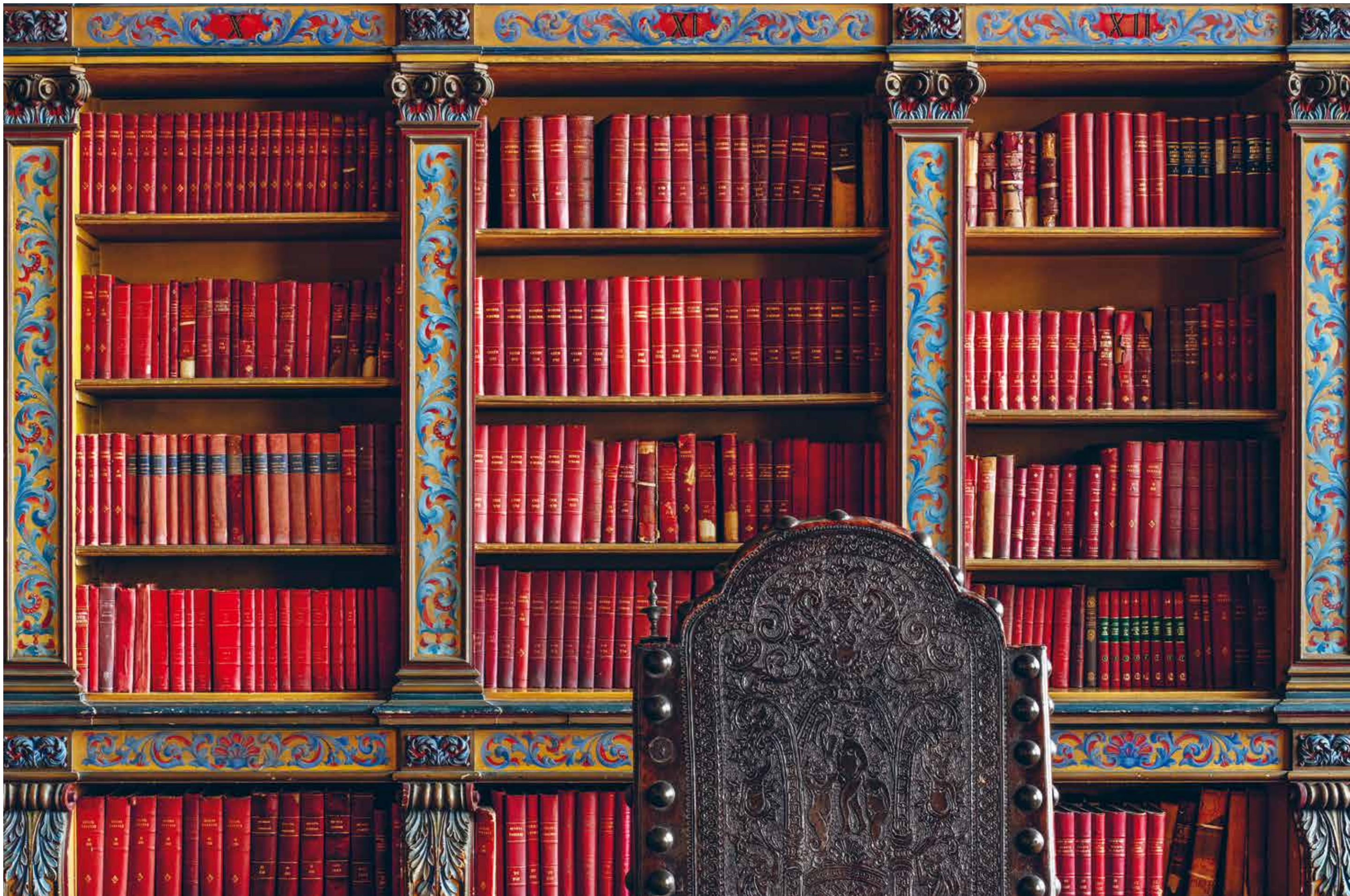
Conjunto do Itamaraty, jardim lateral com escultura do Barão do Rio Branco e acesso lateral para automóveis

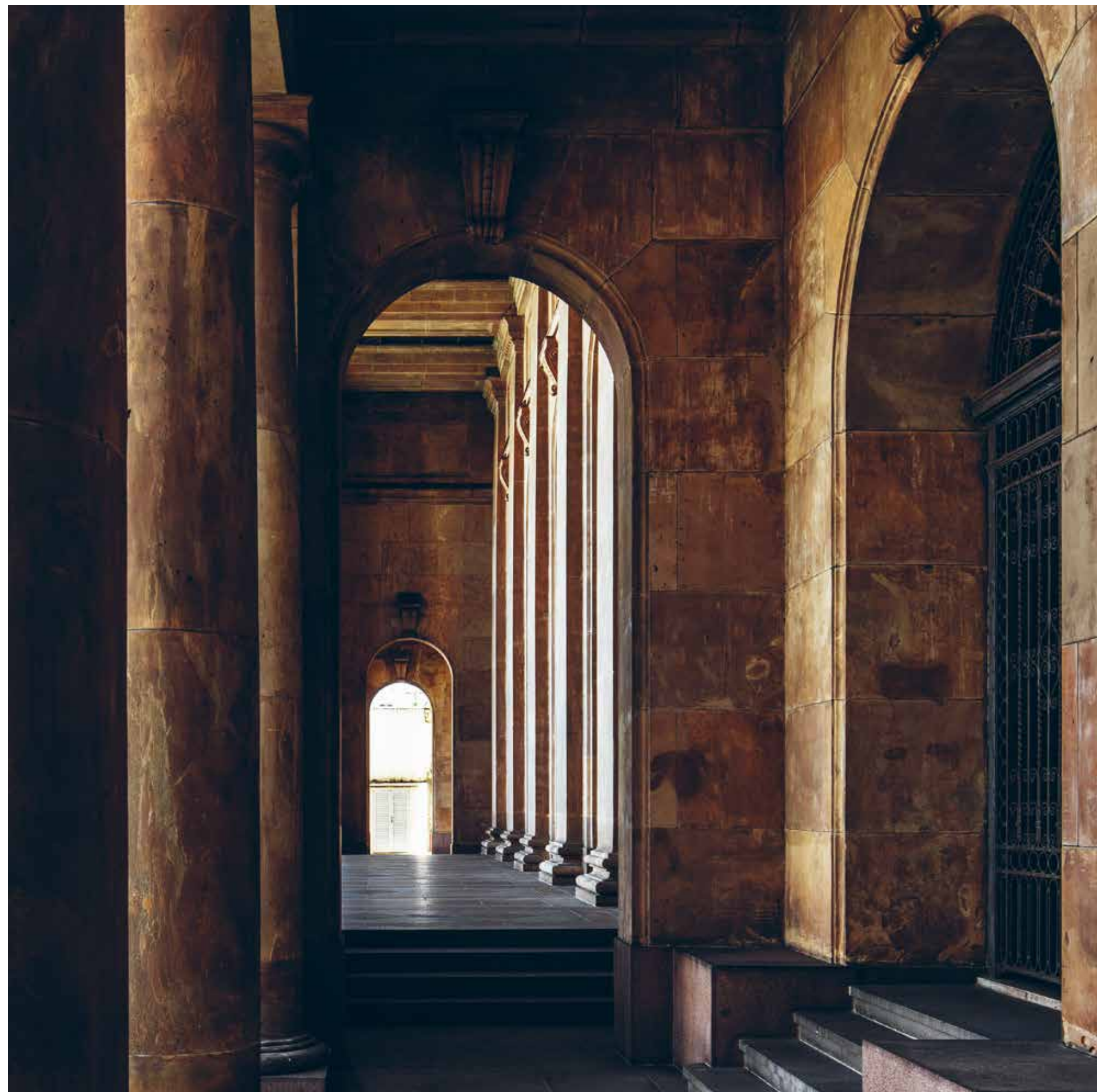
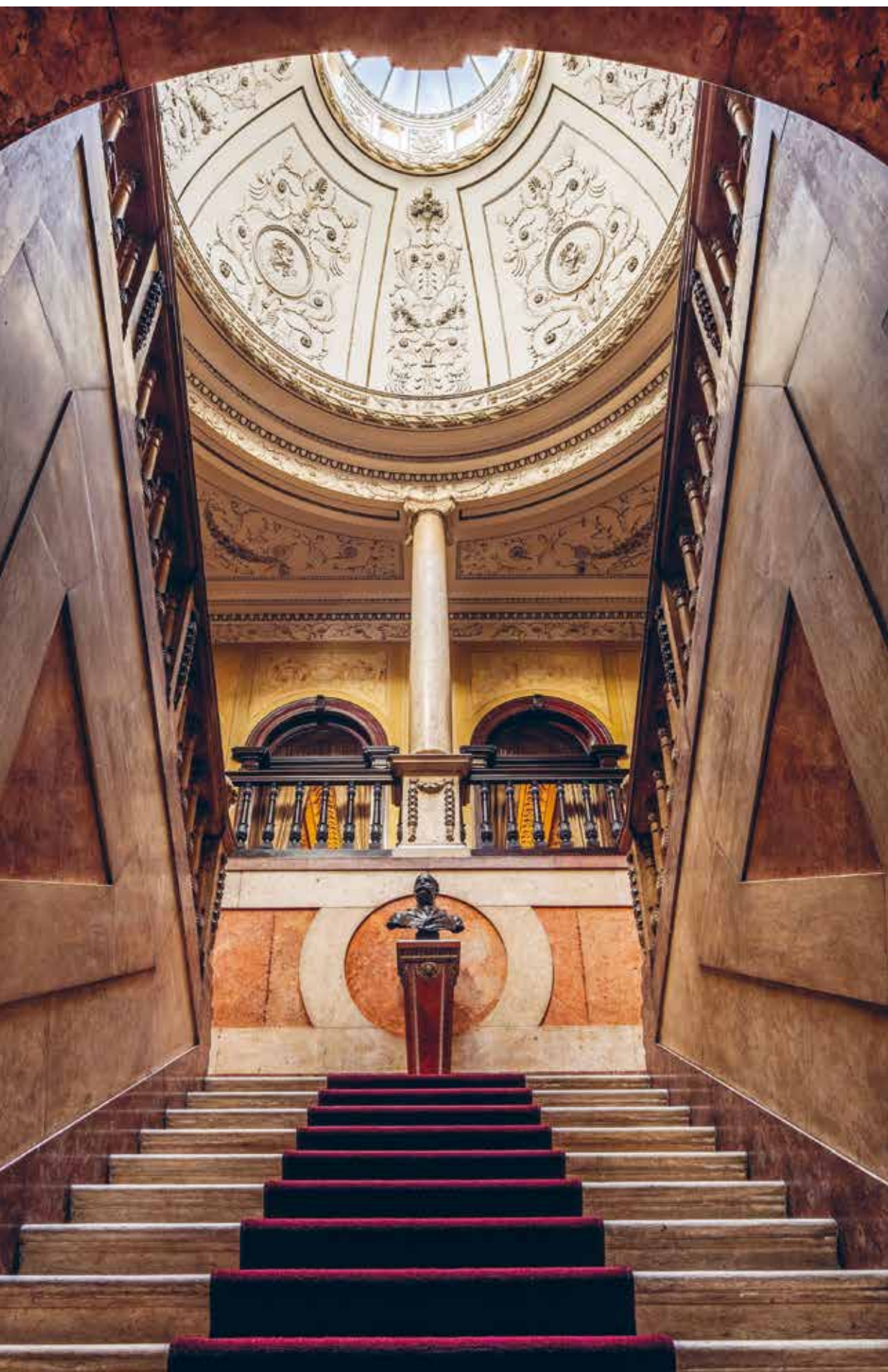


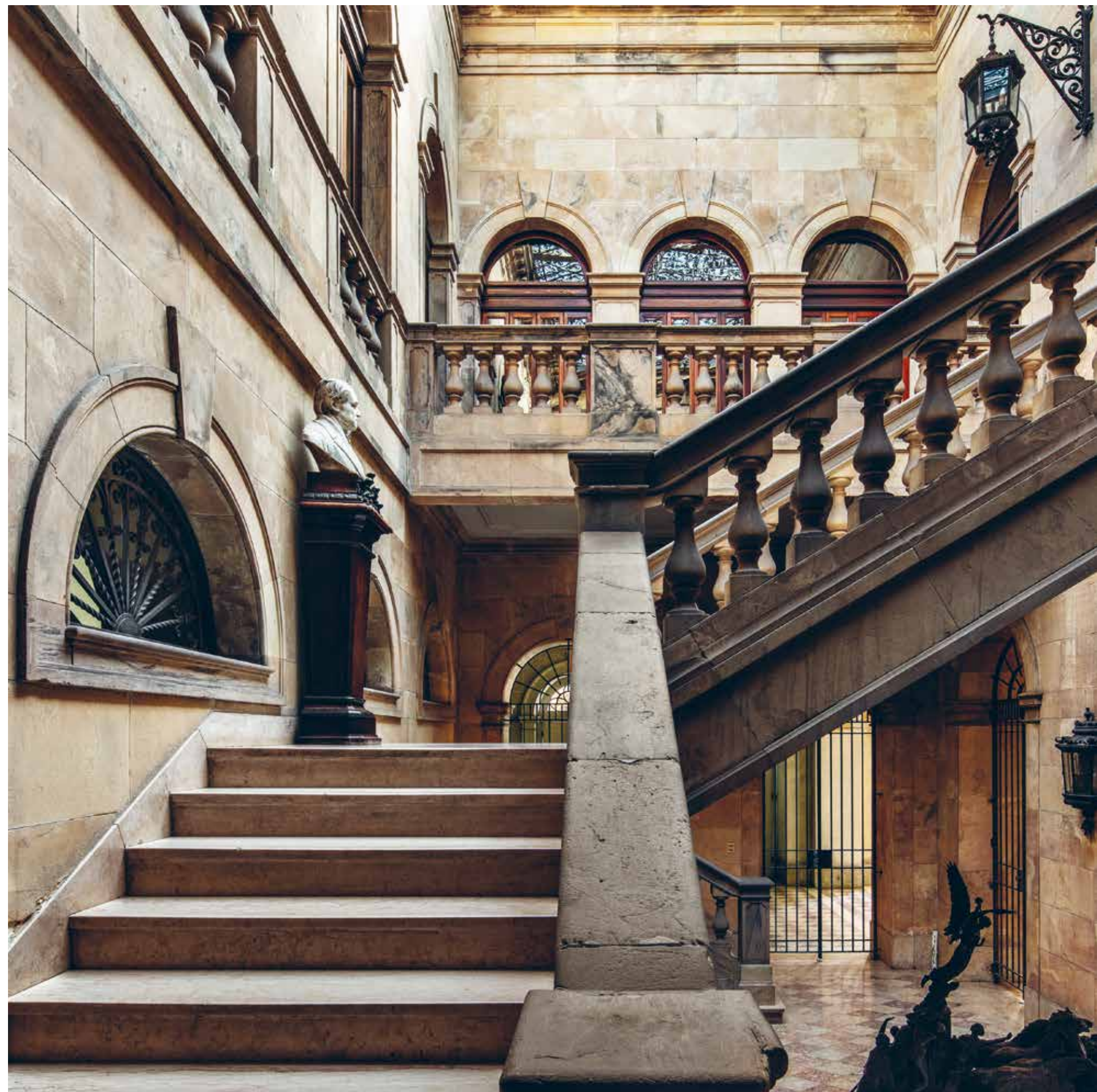
Itamaraty visto de dentro
Fotos Nelson Kon

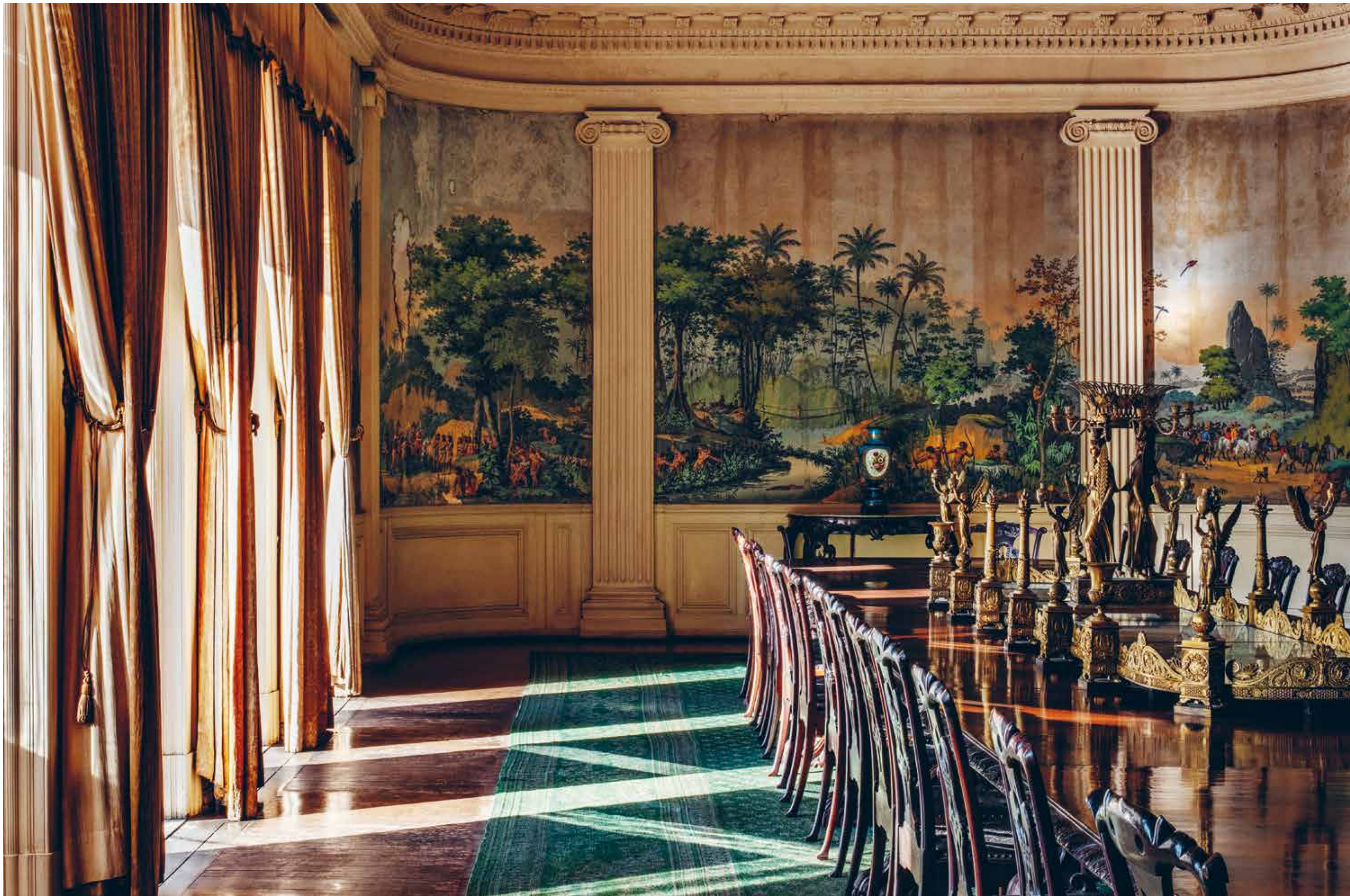


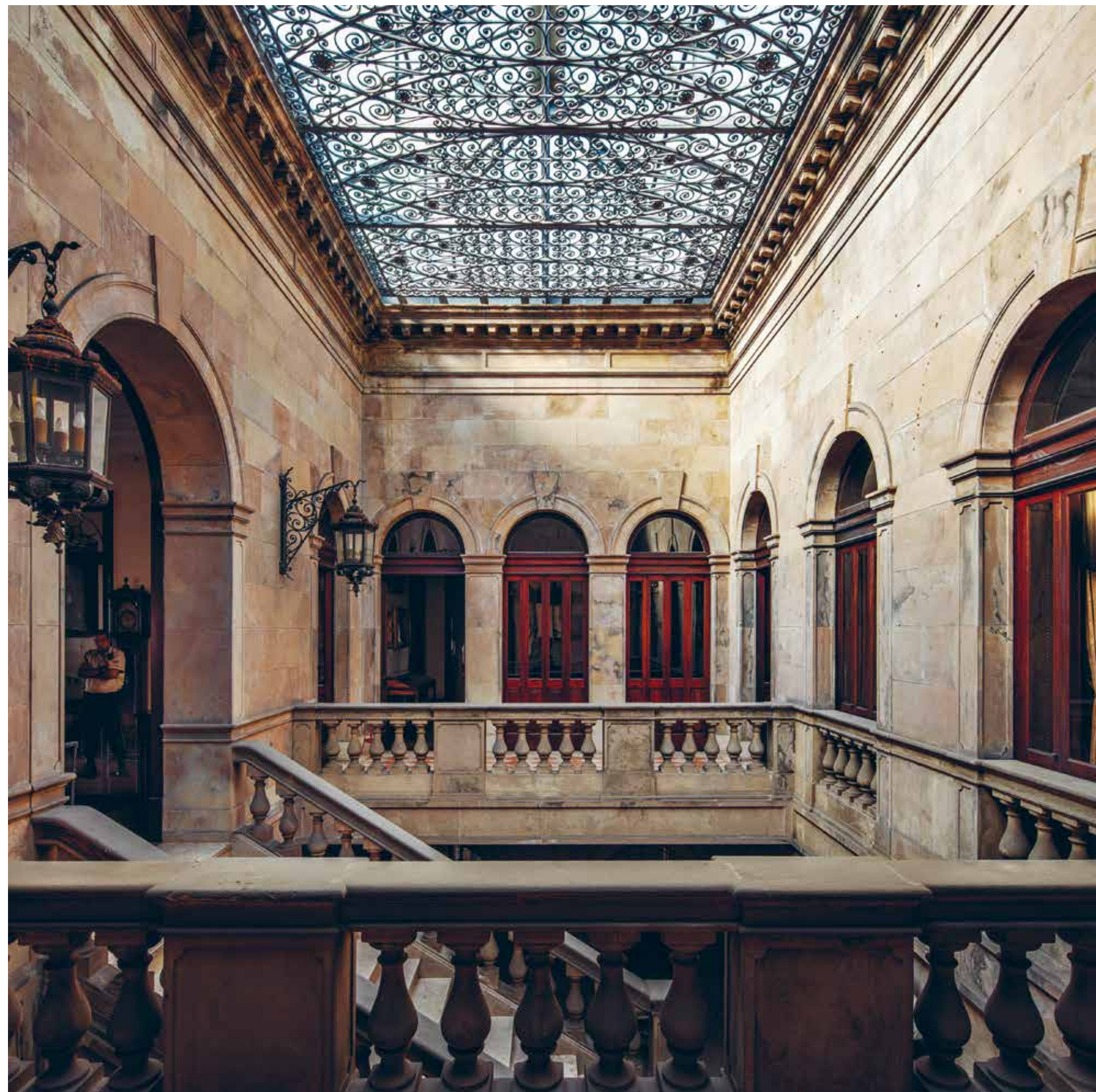




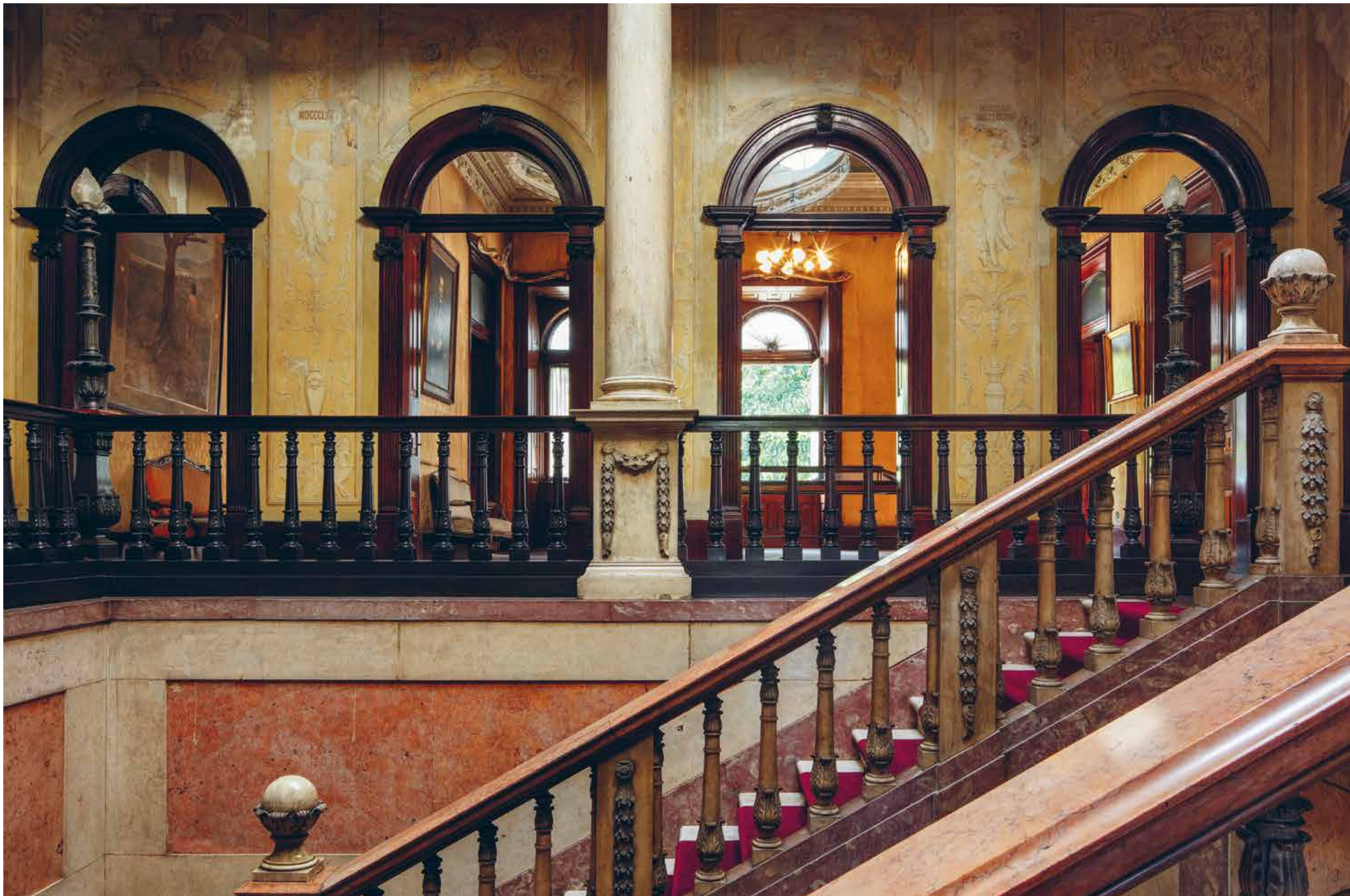


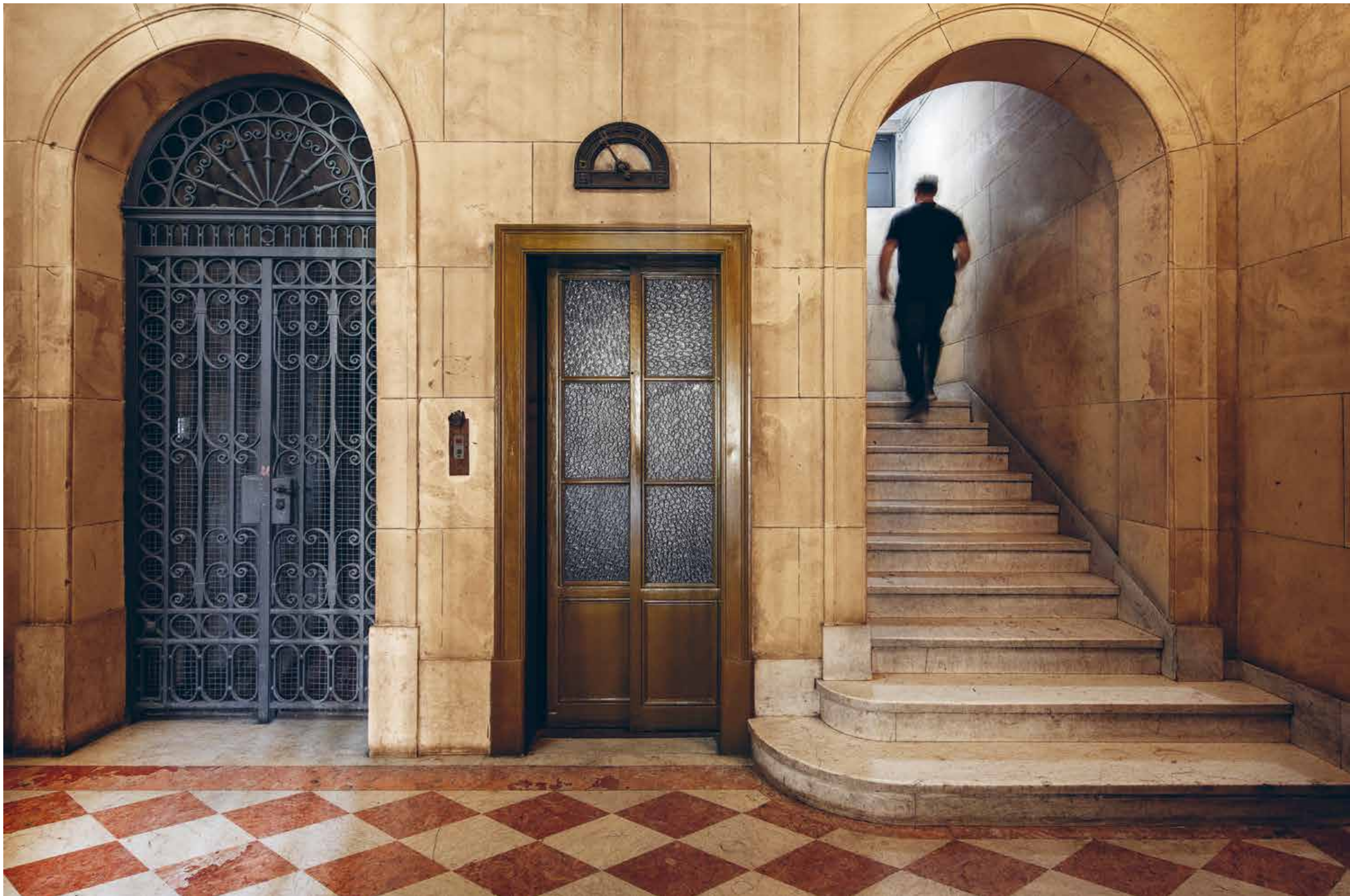












Ficha técnica do projeto

Projeto de conservação, restauração e gestão do complexo arquitetônico e dos acervos do MRE no Rio de Janeiro

Escritório de representação do MRE no Rio de Janeiro

2018-2021
chefe do escritório de representação do MRE no Rio de Janeiro
Embaixador Eduardo Prisco
Paraíso Ramos
diretor do museu histórico e diplomático
Conselheiro Pedro Guedes Amaral (in memoriam)
Conselheiro Guilherme Frazão Conduru
chefe da administração
Primeiro-secretário Glauber David Vivas
gestora de contratos do Ererio
Elizabeth Casarsa Marques

2021-2025
chefe do escritório de representação do MRE no Rio de Janeiro
Embaixadora Márcia Maro da Silva
coordenação-geral de Patrimônio e Acervos
Embaixadora Daniella Xavier Cesar
coordenação de contratos
Primeiro-secretário Fabio Ramos Ariston
coordenação-geral de administração e projetos
Primeiro-secretário Alexandre de Pádua Ramos Souto
gestora de contratos do Ererio
Elizabeth Casarsa Marques
gestão de projetos e arquitetura
Cynthia Tarrisse da Fontoura
chefe da biblioteca histórica
Anderson Leonardo de Azevedo
chefe do arquivo histórico
Frederico Antonio Ferreira
chefe da mapoteca histórica
Lucas Augusto Alves Figueiredo
chefe da museologia
Monica da Costa

Instituto Pedra

diretor presidente
Luiz Fernando de Almeida
diretor adjunto
Norton Ribeiro de Aquino
Ficarelli
gerente administrativa
Carla Regina Santos Calixto

Coordenação geral
coordenação interdisciplinar
Jurema Machado
coordenação executiva
Alessandro Percinoto
coordenação de projeto cultural
Louise Uchôa

Projeto arquitetônico

coordenação
Luiz Fernando de Almeida
Benjamim Saviane
Mariana Vetrone
Mariana Victor
equipe técnica
Amanda Ribeiro
Andreza Baptista
Gabriela Avolio
Mariana Tredicci
Susan Ritschel
Thais Alonso
Valeria Waligora

Contribuição disciplinar

levantamento histórico e iconográfico
Verônica Castanheira Machado
diagnóstico preliminar do estado de conservação do acervo
Caroline Pezzin
diagnóstico ambiental e diretrizes de conservação da biblioteca e do palácio
Claudia Carvalho
monitoramento ambiental
Xsensor
diagnóstico e projeto de restauro de elementos pétreos
Yanara Haas
Rosana Elisa Coppedê Silva
diretrizes de conservação de elementos metálicos
Luiz de Miranda/Ecoprotec
diagnóstico e projeto de restauro de elementos integrados
Júlio Moraes
anteprojeto museológico
Maria de Lourdes Horta
Luiz Antonelli
Solange Godoy
Jurema Seckler
Ingrid Beck
projeto de estrutura
Favale Engenharia
projeto de luminotécnica
Estúdio Mínimo
projeto de instalações elétricas
Favale Engenharia/Vit. & Bretas
projeto de hidráulica
Favale Engenharia
projeto de climatização
Consultar Engenharia
Vórtice Engenharia

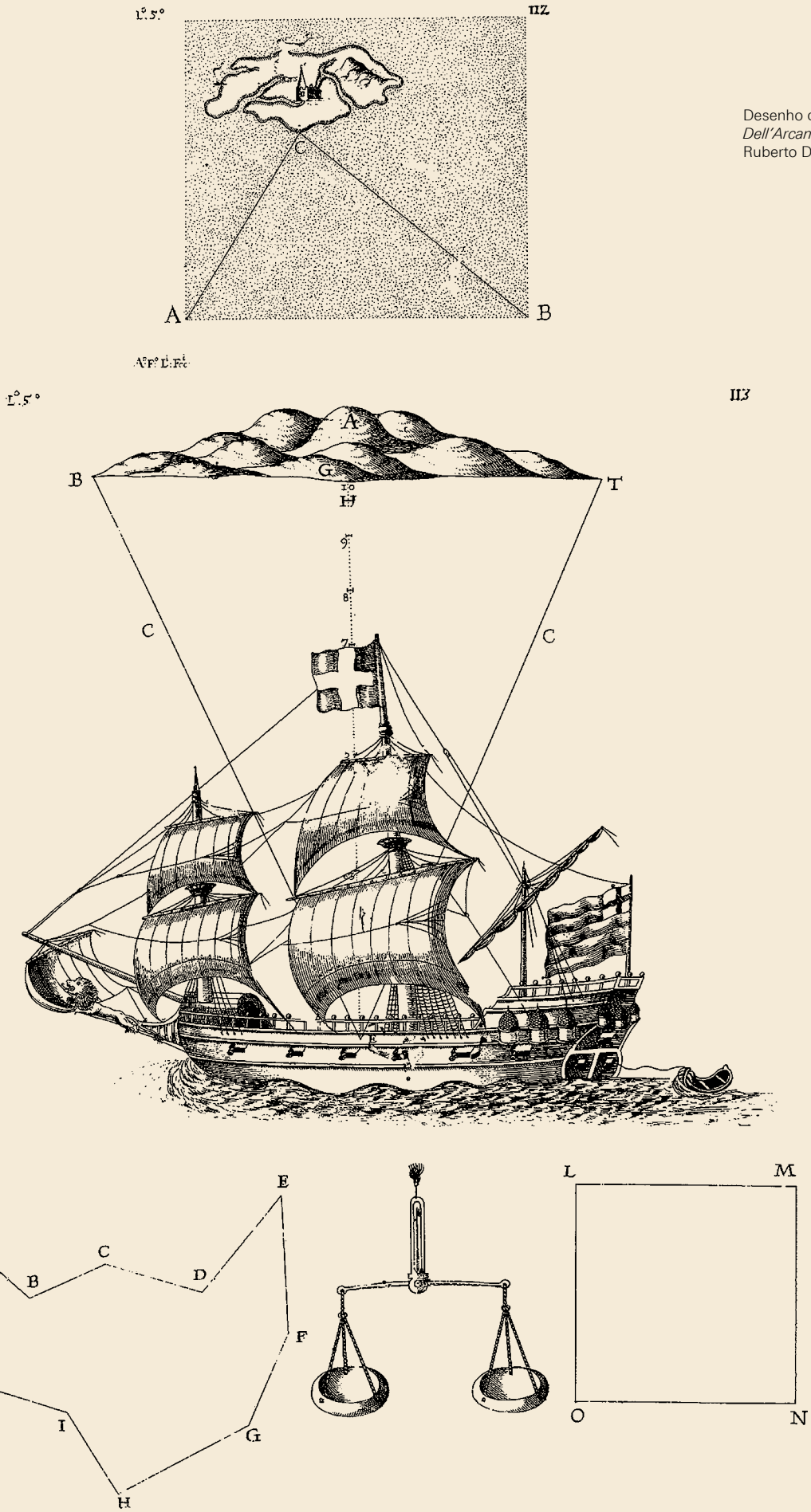
diretrizes de prevenção e combate ao incêndio
Rosaria Ono
Katia Rovanon
projeto de prevenção e combate ao incêndio
Plac Engenharia
projeto de paisagismo
Carlos Fernando de Moura Delphim
Bruno Amadei Machado
Elizabeth Dasinger Bittencourt
levantamento fitossanitário
Clayton Costa
Etiene Gomes
diretrizes para pesquisa arqueológica
Rinaldo Moreira Marques

projeto de pesquisa arqueológica
Rosana Najjar
Guadalupe Campos
inventário de varredura de bens móveis do MHD (etapas 1 e 2)
Veronica Castanheira Machado
Arthur Ferraz Guerino de Andrade Figueira
Priscila Cardoso da Silva
Flávia Fernandes Torres
inventário de bens móveis do MHD (revisão de categorias, remoção e acondicionamento)
Sabrina Soares Cruz
Aurélio Sobral Cardoso
plano de realocação e acondicionamento do acervo do MHD
Luciana Pappacena
Aline Santos
José Ribeiro
consultoria para modelo de gestão
Cesnik Quintino & Salinas
assessoria jurídica
Ana Cláudia Paulino Cão
Paranaguá
desinfestação dos acervos por atmosfera anóxica
Stephan Schaffer
salvaguarda dos acervos
Alexandre Leite Salgueiro
Aline Silva Francisco
Amanda Salvador Cunha
Carina Munhoz de Lima
Carlos Otávio Senador Ferreira Júnior
Daniel Carvalho da Silva
Eden Pimentel Coutinho
Gabriel Michylles dos Santos
Hery Pessoa Nogueira
Juliana Fernanda Colaço de Lima
Lucas Rodrigues de Oliveira
Luiz Fernando Gomes
Matheus Guedes Ferreira
Mayra Mendes Trocado
Milena Costa Mendes
Paloma de Oliveira Arruda
Paola de Azevedo
Patrick Diego Sousa e Silva
Paulo Vitor Macedo Fernandes
Phillipe Mazza Guimarães
Sabrina Rodrigues Pereira
Thais dos Santos Costa

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
Superintendência Estadual do Rio de Janeiro

Análise e aprovação de projetos

arquitetura e restauração
Catherine Gallois (fiscal do bem tombado)
bens móveis e integrados
Claudia Nunes
instalações
Gustavo Tavares
arqueologia
Jeanne Crespo
paisagismo
Isabelle Cury



Desenho do livro
Dell’Arcano del Mare, de
Ruberto Dudleo, 1647

Bibliografia

Arquivos e fontes primárias

Arquivo Central do Iphan RJ
Processo n. 0503-T-53, volume I, 30 de março de 1953.
IPHAN. Tombamento do Palácio Itamaraty. Processo n. 101-T-38. Livro História, inscrição n. 8, folha 3, 20 jul. 1938
IPHAN. Tombamento do Palácio Itamaraty. Processo n. 158-T-38. Livro Belas Artes, inscrição n. 22, folha 5, volume I, 20 jul. 1938 <https://bit.ly/3Exn43m>.

Arquivo do Itamaraty – Brasília
Álbun de fotografias do Palácio Itamaraty em 1928.

Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro
Catálogo de plantas e desenhos técnicos do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (1920 a 1950).
Inventário do Arquivo Histórico do Itamaraty Rio de Janeiro (1890-1859).
Relatório Ministerial (1905-1930).

Lata 170 – Maço 2.898 – Chancelaria – Alfaias para o Itamaraty (1927-45).
Lata 201 – Maço 3.491 – Obras no edifício do Itamaraty. Ação proposta contra a Fazenda Nacional pela viúva do engenheiro Bezzi para cobrança de obras realizadas no MRE.
Lata 242 – Maço 3.868 – Desenhos de peças de decoração e notas fiscais.

Lata 314 – Maço 1 – Aluguel, aquisição, desapropriação de imóveis (1821-1893).

Lata 591 – Maço 9.362 – Imóveis. Aquisição, desapropriação, doação, títulos e propriedade (1912-38).

Lata 873 – Maço 13.287 a 13.296 – Instalações hidráulicas e sanitárias (1912 e 1927-40)

Lata 1091 – Maço 20.767 – Aquisição. Desapropriação. Doação. Títulos de propriedade. Reparos e obras em geral. Demolição (1934-41).
Lata 1540 – Maço 33.710 – Obras no Palácio Itamaraty. Reparos em geral, orçamentos, pagamentos etc (1903-30).

Lata 1540 – Maço 33.711 e 33.712 – Obras diversas (1927-30).

Lata 1541 – Maço 33.713 – Obras no Palácio Itamaraty. Concorrências públicas, propostas, contratos (1927-8).

Lata 1542 – Maço 33.720 – Edifício para Arquivo, Biblioteca e Mapoteca. Ex-Libris, Contratos, Concurso do Anteprojeto, Concorrência pública (1926-30).

Lata 1543 – Maço 33.722 – Edifício para Arquivo, Biblioteca e Mapoteca (1927-34).

Lata 1607 – Maço 34.688 – Assuntos Gerais. Reparos e obras em geral (1939). Instalações sanitárias e hidráulicas (1941). Reconstrução da cúpula (1940). Extintores de incêndio (1929). Concurso de anteprojeto e projetos premiados (s/d).

Lata 1677 – Maço 35.217 – Assuntos gerais. Escritura original da compra do Palácio Itamaraty (1893).

Lata 1678 – Maço 35.219 – reparos e obras em geral e assuntos gerais (1939-46).

Lata 1698 – Maço 35.385 a 35.589 – Objetos de arte e decoração do Itamaraty (1943-46). Porcelanas, Pianos, Bustos, Estátua do barão do Rio Branco.

Lata 2138 – Maço 38.144 – Imóveis. Desapropriação. Doação. Títulos de propriedade. Reparos e obras em geral (1940-48).

Lata 2140 – Maço 38.167 – Biblioteca, Mapoteca, Museu (1947).

Lata 2143 – Maço 38.218 a 32.220 – Assuntos financeiros. Mostra de papel de parede (1947).

Arquivo Nacional
Fundo Casa Real e Imperial, caixa 14, pacote 4, doc.135 a 142, dez. 1854.
Inventário de José Maria Jacintho Rebello, código do fundo ZL – Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, caixa 4162, 1872.

Inventário do Conde de Itamaraty, código do fundo ZM – Juízo de Órfãos, n.1149, maço 66. Rio de Janeiro, 10 nov. 1883.

Mapoteca do Itamaraty RJ (cartografia)
Planta geral do Palácio do Governo, Major d’Engenheiros e Nicolas Alexandre Muniz Freire, ref. n. 589b. Rio de Janeiro, 16 jan.1893.

Ministério das Relações Exteriores. Ala esquerda, 1933, ref.659.

Planta do 1º andar da Biblioteca, R. Prentice e A. Floderer, 31/12/1927, ref.367.

Biblioteca e Arquivo para o ministro das relações exteriores. Planta de iluminação do terraço, R. R. Prentice e A. Floderer, 15/08/1928, ref. 248.

Biblioteca, MRE – Planta andar térreo, R.R. Prentice e Floderer, 1930, ref.482.
Biblioteca, MRE – Fachada Principal, R.R. Prentice e Floderer, ref.576.

MRE – Armazém de livros, andar térreo, 25/02/1929, ref.578.

MRE – Armazém de livros, 1º andar, 25/02/1929, ref.579.

MRE – Armazém de livros, 2º andar, 25/02/1929, ref.580.
Palácio Itamaraty – Pavimento Térreo, 1933, ref.33.

Palácio Itamaraty – 1º andar, 1933, ref.34.

Mapoteca do Itamaraty RJ (iconografia)

Fachada do prédio da antiga Biblioteca do Itamaraty, cerca 1906, ref. ICO inv. 5.139a_Cls 6-2-1d.

Fachada posterior do Palácio, adaptada com varanda de acesso ao Prédio das Cavalariaçs (fins do Séc. XIX - início do Séc. XX), sem referência.

Gabinete do Barão do Rio Branco no Itamaraty, fotografia de Augusto Malta, ref. ICO inv 11.010, Cls 16-17-8.

Documentos oficiais

BRASIL (Império). *Decreto de 13 de novembro de 1823*. Cria um Conselho de Estado e nomeia os respectivos membros. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904. Transcrição disponível: Coleção de Leis do Império do Brasil. Brasília, Câmara dos Deputados <https://bit.ly/3YSHFa2>.

BRASIL (Império). *Decreto n. 135, de 26 de fevereiro de 1842*. Reformando a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em virtude do Artigo 39 da Lei n. 243 de 30 de novembro de 1841. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1842. Transcrição disponível: Brasília, Câmara dos Deputados <https://bit.ly/3ljgkHw>.

BRASIL (Império). Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antônio Peregrino Maciel Monteiro. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1838 <https://bit.ly/3ZqFFqt>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *A fronteira Brasil-Paraguai. Nota n. 92 de 25 de março de 1966, da Embaixada do Brasil em Assunção*. Rio de Janeiro, Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Americanos/Divisão da América Meridional/Departamento de Imprensa Nacional, 1966 <https://bitlybr.com/LVyNR>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Barão do Rio Branco: aquisição projetada da biblioteca e dos objetos de arte que lhe pertenceram. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 1 de maio de 1912 a 17 de maio de 1913*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p. 52-53 <https://bit.ly/3IAHNV9>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Circular n. 5874, de 25 de outubro de 1965*.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Decreto n. 64.398 de 24 de abril de 1969*. Regulamenta a Lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968, que dispõe sobre a microfilmagem de documentos e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil – 1969, Volume 4. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 62. Transcrição disponível: Brasília, Câmara dos Deputados <https://bit.ly/3Ejlgul>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Portaria n. 593 de 12 de outubro de 1988*. Regulamenta o acesso aos documentos do Arquivo Histórico, publicada no *Diário Oficial da União* de 25 de outubro de 1988.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Portaria s/n. do Ministro de Estado, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, de 16 de maio de 2011*. Publicada no Diário Oficial da União, Boletim de Serviço n. 097, de 23 de maio de 2011.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1927*. Volume 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p. 211-212 <https://bit.ly/3Zj4pjt>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1930*. Volume 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p. 130-142 <https://bit.ly/3kfKPpx>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904 <https://bit.ly/417Wszt>.

BRASIL (Ministério das Relações Exteriores). Relatório apresentado ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – ano de 1933. Volume 1: Introdução, exposição e anexo A. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936 <https://bit.ly/3F1ndfl>.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 291, de 29 de março de 1890*. Altera a organização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e eleva os vencimentos dos seus empregados. Coleção de Leis do Brasil – 1890, Vol. 1. Fasc. III. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, p. 495. Transcrição disponível: Brasília, Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídico <https://bit.ly/3lxEu2e>.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 6.046, de 24 de maio de 1906*. Dá novo regulamento à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906. Transcrição disponível: Brasília, Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídico <https://bit.ly/3ScRBm9>.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 64.122, de 19 de fevereiro de 1969*. Altera o artigo 25 do Regimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n. 12.343, de 5 de maio de 1943. Coleção de Leis do Brasil – 1969. Volume 2. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 138. Transcrição disponível: Brasília, Câmara dos Deputados <https://bit.ly/3lanEVC>.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto n. 66.218, de 17 de fevereiro de 1970*. Dispõe sobre o uso e a conservação do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro <https://bit.ly/3LOFc9C>.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto-Lei n. 4.422, de 30 de junho de 1942*.

Cria o Serviço de Documentação no Departamento de Administração, da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Rio de Janeiro, *Diário Oficial da União*, Seção 1, 2/7, 1942, p. 10525. Transcrição disponível: Brasília, Câmara dos Deputados <https://bit.ly/415WEPE>.

Livros, artigos, teses, dissertações e monografias

ADONIAS, Isa. *O acervo e documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1994)*. Livros, Manuscritos e Mapas. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1984.
AGACHE, Alfred. *Plano de cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*. Paris, Foyer Brésilien, 1930 <http://bitly.ws/Fo4E>.

ANTIGUIDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, María Dolores; AZNAR ALMAZÁN, Sagrario. *El siglo 19 el cauce de la memoria*. Madrid, Istmo, 1998.

AQUINO, Flávio de. Vida nova para o Itamaraty. *Manchete*, n. 1604, Rio de Janeiro, 15 jan. 1983, p. 72-79 <https://bit.ly/3Z5uoLv>.

ARAÚJO, Heloisa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. Brasília, Funag, 2007 <https://bitlybr.com/hqXwq>.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Apresentação. In MHD/FUNAG. Folheto da exposição *Rodolfo Amoedo: estudos decorativos para o Palácio Itamaraty*. Museu Histórico e Diplomático, 20 de abril a 20 de junho de 1995.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005 <https://bit.ly/3XKdAsd>.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena. Brasília*. Brasília, UnB, 1982.

BARROSO, Gustavo. *História do Palácio Itamaraty*. Rio de Janeiro, Museu Histórico e Diplomático, 1966.

BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de Carvalho. O Brasil da Independência a meados do século 19. In BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Volume 3. São Paulo/Brasília, Edusp/Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 695-770.

BIBLIOTECA NACIONAL. Obras raras. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional <https://bit.ly/3JTdBGA>.

BINOTO RESTAURAÇÕES. Relatório Fotográfico da Produção de Listagens e Cadastros para complementação de dados e verificação da localização dos bens móveis do Museu Histórico e Diplomático – MHD – do Itamaraty no Rio de Janeiro. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo, Instituto Pedra, 2022.

BLONDEL, Jacques-François. Acoutumance (verbetes). In DIREROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond (Org.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Tomo 1. Paris, 1751-1772, p. 111 <https://bit.ly/3m3pYq9>.

BONELLI, Renato. Il restauro come forma di cultura. *Architettura e restauro*. Veneza, Neri Pozza, 1959, p. 13-29.

BRANDI, Cesare (1963). *Teoria da restauração*. Coleção Artes & Ofícios. Cotia, Ateliê, 2004.

BRUSCOLI, Aldo. *Rilevare per recuperare*. Bolonha, Pita-gora, 1991.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2, Brasília, dez. 2012 <https://bit.ly/3YNUD92>.

CAMPIOTTO, Renata Cima; SAVIANE, Benjamim. Complexo do Itamaraty, Rio de Janeiro: uma campanha de levantamento arquitetônico. In *Anais Patrimônio 4.0: conectando dimensões da realidade*. Goiânia, FAU LaSUS, 2022, p. 316-326 <https://bit.ly/3Sbl4mO>.

CÂNDIDO, Alfredo. Amende honorable. *A Larva*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1904.

CARBONARA, Giovanni. *Architettura d’oggi e restauro: un confronto antico-nuovo*. Torino, UTET, 2013.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Ordenamento de documentos em bibliotecas: tipologia. Informação & Sociedade: Estudos, v. 29, n. 2, João Pessoa, abr./jun. 2019, p. 125-144 <https://bit.ly/3n0GaZH>.

CARITA, Helder. O palacete Ramalhete, nas janelas verdes: uma tipologia de palacete pombalino. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder; MALTA, Marize (Org.). *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa/Rio de Janeiro, Instituto de História da Arte Faculdade de Ciências Sociais e Humanas UNL/Escola de Belas Artes UFRJ, 2014, p. 190-207 <https://bit.ly/3XOkkVP>.

CARITA, Helder. Paço, solar, palácio e palacete: nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao século 19. In Anais do IV Colóquio Internacional “A casa senhorial: anatomia dos interiores”. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2017 <https://bit.ly/3jXCQ0o>.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. O Barão do Rio Branco, arquitetura e urbanismo no Brasil. In RIBEIRO, Maria Isabel Branco (Cur.). *O Barão do Rio Branco, sua obra e seu tempo* (op. cit.), p. 92-100.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Volume 1 (1808-1979). Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 <https://bit.ly/3E7HNKU>.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília, UnB, 2002.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Orientador Alexandre de Souza Costa Barros. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1984.

CONARQ. *Recomendações para construção de arquivos*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Arquivos, 2000 <https://bit.ly/3Ege7en>.

CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2013 <https://bit.ly/313MuGC>.

CONDURU, Guilherme Frazão. Pinturas de história como discurso diplomático: uma narrativa visual da história do Brasil no Itamaraty. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 53, Rio de Janeiro, jul./dez. 2020, p. 191-219 <https://bit.ly/3lz6mKa>.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O ensino artístico: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

DEBRET, Jean Baptiste. *Via-gem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Milliet. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, n. 4. Tomo I, volumes I e II. São Paulo, Livraria Martins, 1940 <https://bit.ly/3Kw7bOk>.

DOCCI, Mario; MAESTRI, Diego. *Manuale di rilevamento architettonico e urbano*. Coleção Grandi Opere. Edição ampliada. Roma, Laterza, 2010.

DUDLEO, Ruberto. *Dell’Arcano del Mare*. Florença, Stamperia di Francesco Onogri, 1647

ESCOREL, Sílvia. *Palácio Itamaraty: Brasília, Rio de Janeiro*. São Paulo, Banco Safra, 1993.

ESCRAGNOLLE DORIA, Luiz Gastão d’. A rua larga. *Revista da Semana*, ano 28, n. 17, Rio de Janeiro, 16 abr. 1927, p. 16 <https://bit.ly/3Z27R24>.

ESCRAGNOLLE DORIA, Luiz Gastão d’. O primeiro Itamaraty. *Revista da Semana*, ano 35, n. 45, Rio de Janeiro, 20 out. 1934, p. 18 <https://bit.ly/3lwRMvQ>.

ESCRAGNOLLE DORIA, Luiz Gastão d’. O segundo Itamaraty. *Revista da Semana*, ano 35, n. 46, Rio de Janeiro, 27 out. 1934, p. 18 <https://bit.ly/3XHM92h>.

EWBANK, Luiz Antônio. O palácio do Barão de Itamaraty. In *Anais do II Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas “Jardins privados do século 19”*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 145-160 <https://bit.ly/3XmXzlw>.

FARIA, Breno Ribeiro Marques. *O Itamaraty e o moderno: o Ministério das Relações Exteriores e as artes visuais e arquitetura em meados do século 20*. Orientadora Ana Gonçalves Magalhães. Tese de doutorado. São Paulo, PPG Interunidades em Estética e História da Arte USP, 2022 <https://bit.ly/3jZ6ORq>.

FARIAS, Rogério de Souza. Estrangeiros e guerra: um ministério na corte joanina. O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 23 mai. 2018 <https://bit.ly/3XvN7OX>.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena. *The-saurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

FRAMPTON, Kenneth. Rappel a l’ordre: argumentos em favor da tectônica. In NESBITT, Kate. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 533-570.

FRANCO, Alvaro da Costa; RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos). Artigos anônimos e pseudônimos do Barão do Rio Branco. *Cadernos do CHDD*, ano 1, n. 1, jul./dez. 2002, p. 7-94 <https://bit.ly/3ShA42J>.

FUNAG. *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty: documentação anterior a 1822*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000 <https://bit.ly/3S812cZ>.

GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil (1823-1891)*. Coleção Caderno Mapa, n. 7, Memória da administração pública brasileira. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013 <https://bit.ly/3l0Yvwr>.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. edição revisada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro/Brasília, Contraponto/Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste Henri Victor; FAMIN, Augustin. *Architecture Toscane, ou palais, maisons, et autres édifices de la Toscane, mesures et dessinés*. Paris, L’Imprimerie de P. Didot L’Aîné, 1815 <https://bit.ly/3Zkw4Rs>.

HAAS, Yanara Costa. *Tecnologia da conservação de pedras: uma sistematização de procedimentos para conservação dos elementos de fachada*. Orientador Paulo Afonso Rheingantz. Coorientadora Rosina Trevisan M. Ribeiro. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, FAU UFRJ Proarq, 2003 <https://bit.ly/3SdJOuA>.

HALICARNASSEI, Herodoti. *Historia, siue, Historiarum libri IX: qui inscribuntur Musae. Ex vetustis exemplaribus recogniti. Ctesiae quaedam*. Geneva, Tipografia de Excudebat Henricus Stephanus, 1570 <https://bit.ly/3YnW5hL>.

HOIRISCH, Marisa. *De piso a teto: técnicas construtivas de exemplares significativos da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, século 19*. Orientadora Rosina Trevisan M. Ribeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, FAU UFRJ Proarq, 2012 <https://bit.ly/3lcKM5Y>.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1964 <https://bit.ly/2uzqb69>.

JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói, UFF, 1999 <https://bit.ly/3K8P3d2>.

KÄMPF, Martin Normann. Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896). Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

KEFFEL, Ed. Itamaraty: uma tradição bem brasileira. *O Cruzeiro*, n. 16, 02 fev. 1957, p. 48-60 <https://encurtador.com.br/knDR8>.

KELLY, Celso. As decorações do Itamaraty. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1930, p. 2 <https://bit.ly/3IDRo5C>.

KNAUSS, Paulo (Org.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro, Mauad, 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, v. 18, n. 2, São Paulo, jul./dez. 2010, p. 287-320 <https://bit.ly/4193CmW>.

LÁZARO, Maria-Teresa. *Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática*. Tese de doutorado. Brasília, XL Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, 2000.

LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e obra do Conselheiro Mayrink*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1975.

LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia pessoal e história política*. Coleção Relações Internacionais. 2ª edição. São Paulo, Alfa Ômega, 1996 <https://bit.ly/41nxRHg>.

LUCIANI, Andrea. *Historical climates and conservation environments: historical perspectives on climate control strategies within museums and heritage buildings*. Orientador Alberto Grimoldi. Coorientador Tor Broström. Tese de doutorado. Milão, Doctoral Programme in Preservation of Architectural Heritage/ Dipartimento di Architettura e Studi Urbani/Politecnico di Milano, 2013 <https://bit.ly/3EfsaB9>.

MACHADO, Veronica Castanheira. *Pesquisa histórica do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro*. Parte integrante do projeto de conservação, restauração e gestão do complexo arquitetônico e dos acervos do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. São Paulo, Instituto Pedra, 2021 (mimeo).

MACIEIRA, Ricardo. O Barão do Rio Branco e a alma carioca (apresentação). In TELLES, Angela; HORTA, Sandra (Cur.). *O Barão do Rio Branco e a alma carioca*. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática/Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores, 2002, p. 6 <https://bit.ly/3jVcGvc>.

MAEKAWA, Shin; BELTRAN, Vincent L.; HENRY, Michael C. *Environmental Management for Collections: Alternative Conservation Strategies for Hot and Humid Climates*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute, 2015 <https://bit.ly/3lgmSP>.

MAEKAWA, Shin. Estratégias alternativas de controle climático para instituições culturais em regiões quentes e úmidas. In BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Org.). *Museus, ciência e tecnologia: livro do seminário internacional*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2007, p. 225-244.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; TOSTES, Vera. Museus e representação da nação no pós-colonialismo: reflexões sobre os passados construídos no Museu Histórico Nacional. In CHAGAS, Mário de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHE-TRIT, Sarah Fassa (Org.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2008, p. 125-144 <https://bit.ly/3lYIREMG>.

MALTA, Marize. Imagens de dentro para o público de fora: decoração (de interiores) como condecoração da nação. In *Anais do XIII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, Associação Nacional de História, 2008 <https://bit.ly/3lnrlsc>.

MANGABEIRA, Otávio. AHI 317/02/12. Circular n. 165, de 12/12/1927. Remete cópia despacho G/3 às embaixadas, legações e consulados do Brasil. *Cadernos do CHDD*, Ano 5, n. 8, jan./jun. 2006, p. 164-167 <https://bit.ly/3XTnfwu>.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. A rapariga que fez 25 anos. *Revista da Semana*, ano 30, n. 13, Rio de Janeiro, 16 mar. 1929, p. 26 <https://bit.ly/3xqkhVy>.

MIGLIARI, Riccardo. Per una teoria del rilievo architettonico. In MIGLIARI, Riccardo (Org.). *Disegno come modello*. Roma, Kappa, 2004, p. 63-65 <https://bit.ly/3lxH73X>.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo, Global, 2013.

PEZZIN, Caroline. *Diagnóstico das condições de conservação dos acervos da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico*. Rio de Janeiro, Espátula Conservação e Restauração, set. 2020.

PORTO, Ângela. *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro, Funag, 2012.

REDAÇÃO. A inauguração da sala Rio Branco e da biblioteca do saudoso chanceler. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1916, p. 3 <https://bit.ly/3KhDcd3>.

REDAÇÃO. A semana passada. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1890, p. 1 <https://bit.ly/3S9lMAZ>.

REDAÇÃO. América: a viagem do dr. Lauro Müller. *A Federação*, Porto Alegre, 16 abr. 1915, p. 7 <https://bit.ly/3YKA39K>.

REDAÇÃO. As grandes obras sofridas pelo Itamaraty. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1930, p. 1 <https://bit.ly/3lI9OT3>.

REDAÇÃO. Baile. Coluna Gazetilha. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1870, p. 1 <https://bit.ly/3lBAhdX>.

REDAÇÃO. Baile. Coluna Gazetilha. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1870, p. 1 <https://bit.ly/3lBAhdX>.

REDAÇÃO. Biblioteca do Itamaraty. *O Imparcial – diário ilustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1913, p. 4 <https://bit.ly/3XMqsOl>.

REDAÇÃO. Constituição. *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1890, p. 1 <https://bit.ly/3HV9veU>.

REDAÇÃO. Inauguração da sala Rio Branco e da biblioteca do saudoso chanceler. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1916, p. 3 <https://bit.ly/3EIQOIi>.

REDAÇÃO. Inauguração das obras de remodelação do Itamaraty. *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1930, p. 2 <https://bit.ly/3lHq2F7>.

REDAÇÃO. Ministério das relações exteriores: a inauguração do novo edifício do arquivo, biblioteca e mapoteca. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1930, p. 4 <https://bit.ly/3luFnIk>.

REDAÇÃO. Notícias diversas. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, 25 mar. 1897, p. 2 <https://bit.ly/3xw6ooJ>.

REDAÇÃO. Notícias diversas. *O Pharol*, Juiz de Fora, 29 nov. 1889, p. 1 <https://bit.ly/3YSnn0d>.

REDAÇÃO. O baile. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1890, p. 1 <https://bit.ly/3YXRzHm>.

REDAÇÃO. O Barão. *Fon-Fon*. Suplemento especial sobre Rio Branco. Rio de Janeiro, 15 fev. 1912, p. 10. Encarte do número semanal da revista: *Fon-Fon*, ano 5, n. 7, Rio de Janeiro, 17 fev. 1912 <https://bit.ly/3lDGAh5>.

REDAÇÃO. O Itamaraty recons-
truído. *Correio da Manhã*,
Rio de Janeiro, 15 ago.
1930, p. 1-2 <https://bit.
ly/3EbRfwG>.

REDAÇÃO. O novo Palácio do
Itamaraty. *Careta*, n. 1157,
Rio de Janeiro, 23 ago.
1930, p. 13 <https://bit.
ly/3lqBhBs>.

REDAÇÃO. O Palácio Itamaraty.
Gazeta da Tarde, Rio de
Janeiro, 31 jul. 1890, p. 2
<https://bit.ly/3lqtGmf>.

REDAÇÃO. Os acontecimentos
de ontem. *Jornal do Comércio*,
Rio de Janeiro, 16 nov.
1889, p. 1 <https://bit.
ly/3YAilAv>.

REDAÇÃO. Os novos arquivos
e biblioteca do Itamaraty. *O
Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 23
ago. 1930, p. 9-10 <https://
bit.ly/3lKEe6M>.

REDAÇÃO. Palácios cariocas.
Revista da Semana, ano 40,
n. 19, Rio de Janeiro, 15
abr. 1939, p. 16-17 <https://
bit.ly/3YYW9VV>.

REDAÇÃO. Política exterior no
Brasil. A missão histórica de
Rio Branco e a obra fecunda
da nossa atual chancela-
ria. *Fon-Fon*, ano 23, n.
22, Rio de Janeiro, 1 jun.
1929, p. 49-53 <https://bit.
ly/3xyfAJt>.

REDAÇÃO. Um grande chan-
celer e uma grande dama.
Fon-Fon, ano 24, n. 34,
Rio de Janeiro, 23 ago.
1930, p. 41-56 <https://bit.
ly/3luZJSm>.

RIBEIRO, Maria Isabel Branco
(Cur.). *O Barão do Rio
Branco, sua obra e seu
tempo*. Catálogo de exposi-
ção. São Paulo, MAB/FAAP,
2002.

RIBEIRO, Maria Isabel Branco.
As artes plásticas no tempo
do Barão do Rio Branco.
In RIBEIRO, Maria Isabel
Branco (Cur.). *O Barão do
Rio Branco, sua obra e seu
tempo* (op. cit.), p. 63-71.

RICUPERO, Rubens (José
Maria da Silva Paranhos).
Rio Branco, definidor de
valores nacionais. In CAR-
DIM, Carlos Henrique;
ALMINO, João (Org.). *Rio
Branco, a América do Sul
e a modernização do Bra-
sil*. Rio de Janeiro, ENC,
2002, p. 79-98 <https://bit.
ly/3xhsg7v>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
Ata da sessão magna em
21 de outubro de 1908.
*Revista do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro*, tomo
71, parte 2, Rio de Janeiro,
Imprensa Nacional, 1908,
p. 589-592 <https://bitlybr.
com/rVCZq>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
Discurso no Instituto Histó-
rico e Geográfico Brasileiro.
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume IX – dis-
cursos*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão,
2012, p. 229-233 <https://
bitlybr.com/VcSYq>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos). Le
Beaux-Arts. In LEVASSEUR,
Emile. *Le Brésil*. Paris, H.
Lamirault, 1889, p. 59-62
<https://bit.ly/3SoyMTA>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco – introdução às obras
do Barão do Rio Branco*.
Brasília, Fundação Ale-
xandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/3FWeMCy>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume I – questões
de limites: República Argen-
tina*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/40myccf>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume II – ques-
tões de limites: Guiana
Inglesa*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/3njPTu9>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume III – ques-
tões de limites: Guiana
Francesa*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/3FZWpgb>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume IV – ques-
tões de limites: Guiana Fran-
cesa (2ª memória)*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/3TPRRyL>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume V – ques-
tões de limites: exposi-
ções de motivos*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/40AUYxf>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume VI A – efe-
mérides brasileiras*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/3Kdr6Bd>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume VI B – efe-
mérides brasileiras*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/3zbJm7y>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume VII – bio-
grafias*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/3ZIZcqP>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume VIII – estu-
dos históricos*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/40AVsU5>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume IX – dis-
cursos*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2012
<https://bit.ly/42JfZXl>.

RIO BRANCO, Barão do (José
Maria da Silva Paranhos).
*Obras do Barão do Rio
Branco. Volume X – arti-
gos de imprensa*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2012 <https://bit.
ly/3TKBDHf>.

ROSA, João Guimarães. O lago
do Itamaraty. *Ave, palavra*.
6ª edição. Rio de Janeiro,
Nova Fronteira, 2009,
p. 181-182.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da
cidade*. São Paulo, Martins
Fontes, 1995.

RUGENDAS, Johann Moritz.
*Das merkwürdigste aus der
malerischen Reise in Brasi-
lien*. Schaffhausen, J. Bro-
dtmann’s lithographischen
Kunst-Anstalt, 1836.

RUGENDAS, Johann Moritz.
*Voyage pittoresque dans
le Brésil*. Paris, Engelmann
& Cie., 1835 <https://bit.
ly/3mz3Nbo>.

SANTOS, Renata Ferreira dos.
*A proteção do patrimônio
bibliográfico no Brasil: um
estudo de caso em cidade
histórica*. Orientadora
Alcenir Soares dos Reis.
Dissertação de mestrado.
Belo Horizonte, Escola de
Ciência da Informação,
Universidade Federal de
Minas Gerais, 2015 <https://
bit.ly/3ZgXxTH>.

SAVIANE, Benjamim. *Levanta-
mento arquitetônico: prática
antiga, disciplina contempo-
rânea*. Orientadora Beatriz
Mugayar Kuhl. Dissertação
de mestrado. São Paulo,
FAU USP, 2020 <https://bit.
ly/3lcQG78>.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura
como missão*. São Paulo,
Brasiliense, 1985.

SILVA, Zenaide Carvalho. *O
lhoz português: de lastro de
navio a arte na Bahia*. Rio de
Janeiro/Porto, Versal/Afron-
tamento, 2008.

SOARES, José Augusto de
Macedo. Itamaraty: uma tra-
dição bem brasileira. *O Cru-
zeiro*, n. 16, Rio de Janeiro,
2 fev. 1957, p. 51-63.

SOUSA-LEÃO, Joaquim de.
*Palácio Itamaraty: resenha
histórica e guia descritivo*.
Rio de Janeiro, Imprensa
Nacional, 1942.

SOUZA, José Antônio Soares
de (1952). *Um diplomata
do Império: Barão da Ponte
Ribeiro*. Brasília, Fundação
Alexandre de Gusmão, 2021
<https://bit.ly/3xp9drK>.

SUMMERSON, John. *A lingua-
gem clássica da arquitetura*.
São Paulo, Martins Fontes,
1997.

TELLES, Angela. A pesquisa
alterando a natureza do
objeto no museu: meto-
dologia de trabalho para
pesquisa em museologia.
*Anais do IV Seminário sobre
Museus-Casa: pesquisa
e documentação*. Rio de
Janeiro, Fundação Casa de
Rui Barbosa, 2002.

TELLES, Angela. Caricaturas
e charges da coleção de
recortes de jornais do Barão
do Rio Branco. In RIBEIRO,
Maria Isabel Branco (Cur.).
*O Barão do Rio Branco, sua
obra e seu tempo* (op. cit.),
p. 165-166.

TELLES, Angela. *Grandjean de
Montigny: da arquitetura
revolucionária à civilização
nos trópicos*. Rio de Janeiro,
Arquivo Nacional, 2008.

TELLES, Angela. Mostrar,
estudar e celebrar: apon-
tamentos sobre a história
das atividades educativas
no Museu Histórico Nacio-
nal, 1922-1968. *Anais do
Museu Histórico Nacional*,
v. 29, Rio de Janeiro, 1997,
p. 187-210 <https://bit.
ly/3XxRN6Z>.

VARAGNOLI, Claudio. Edifício
da Edifício: la ricezione del
passato nell’architettura
italiana, 1990-2000. *L’in-
dustria delle costruzioni*, ano
36, n. 368, Roma, nov./dez.
2002, p. 4-15 <https://bit.
ly/3KmVnhh>.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo
de (1928). *História da Inde-
pendência do Brasil*. Brasília,
Fundação Alexandre de
Gusmão, 2019 <https://bit.
ly/3S0QiwY>.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo
de. *História geral do Brasil*.
Rio de Janeiro, Laemmert,
1857.

VELHO, Cidoca da Silva. Ita-
maraty. *Revista do Ateneu
Angrense de Letras e Artes*,
ano 8, n. 4, Angra dos Reis,
dez. 1980, p. 24.

VIANNA NETO, Liszt. A arquite-
tura de Anton Benjamin Flo-
derer: um discípulo de Otto
Wagner no Brasil. *Cadernos
de Arquitetura e Urbanismo*,
v. 27, n. 40, Belo Horizonte,
jan./jun. 2020, p. 57-88
<https://bit.ly/3K1TLtg>.

VIVIO, Beatrice. Il moderno
sull’antico: lettura dell’in-
tervento contemporâneo.
In CARBONARA, Giovanni.
*Trattato di restauro archi-
tettonico: primo aggiorna-
mento*. Coleção Grandi Temi
di Restauro, vol. IX. Torino,
UTET, 2007, p. 211-263.

VON SPIX, Johann Baptist;
MARTIUS, Carl Friedrich
Phillipe. *Viagem pelo Brasil*.
São Paulo, Melhoramentos/
IHGB/MEC, 1938. Original:
MARTIUS, Carl Friedrich
Phillipe; VON SPIX, Johann
Baptist. *Reise in Brasilien*.
Munique, bei dem Verfas-
ser. Leipzig, in Comm. bei
Friedr. 1831 <https://bit.
ly/3ZH4YUs>.

VYBÍRAL, Jindich. Otto Wag-
ner, maître de l’art nouveau
vliennois. In DOUCET, Hervé
(Org.). *L’école de Wagner:
entre mythe et réalité*. Paris,
Bernard Chauveau,
p. 269-280.

WILCKEN, Patrick. *Império à
deriva: a corte portuguesa
no Rio de Janeiro, 1808-
1821*. Rio de Janeiro, Obje-
tiva, 2005.

YAMASHITA, Marina Mayumi;
WATANABE, Edna Tiemi
Yokoti; PALLETA, Fátima
Aparecida Colombo; SILVA,
José Francisco da. Desin-
festação por atmosfera
anóxica: método utilizado
pela biblioteca do conjunto
das Químicas/USP. *Revista
Digital de Biblioteconomia
e Ciência da Informação*, v.
11, n. 1, Campinas, jan./abr.
2013, p. 155-163 <https://
bit.ly/3ZgYtaF>.

Música

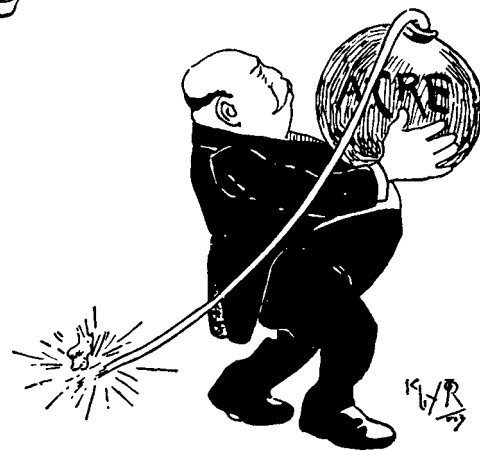
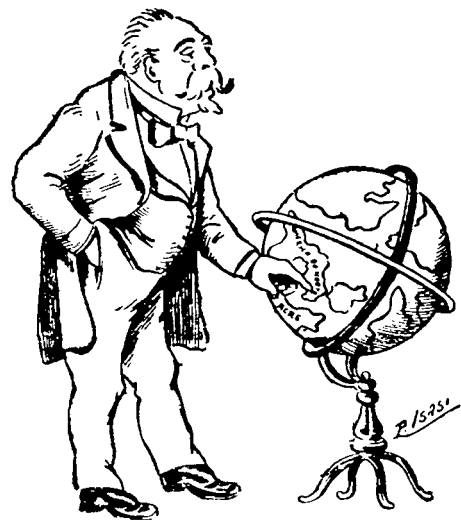
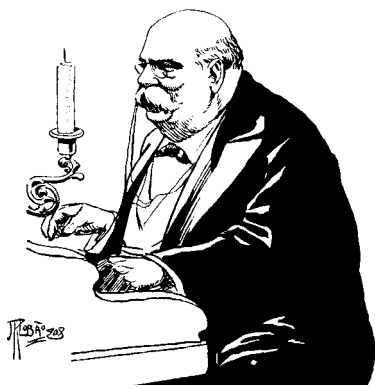
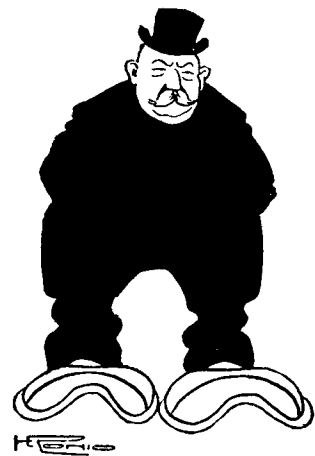
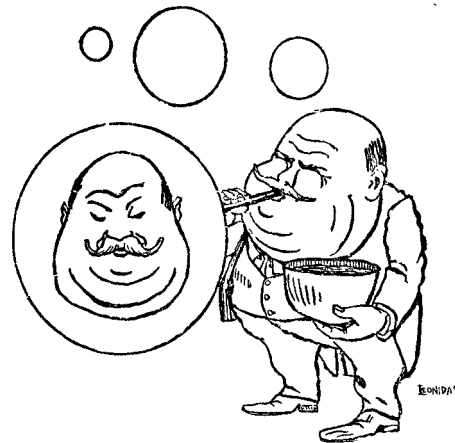
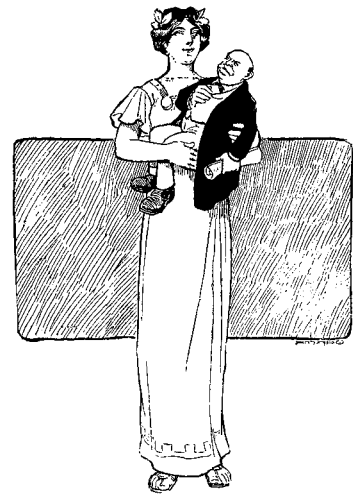
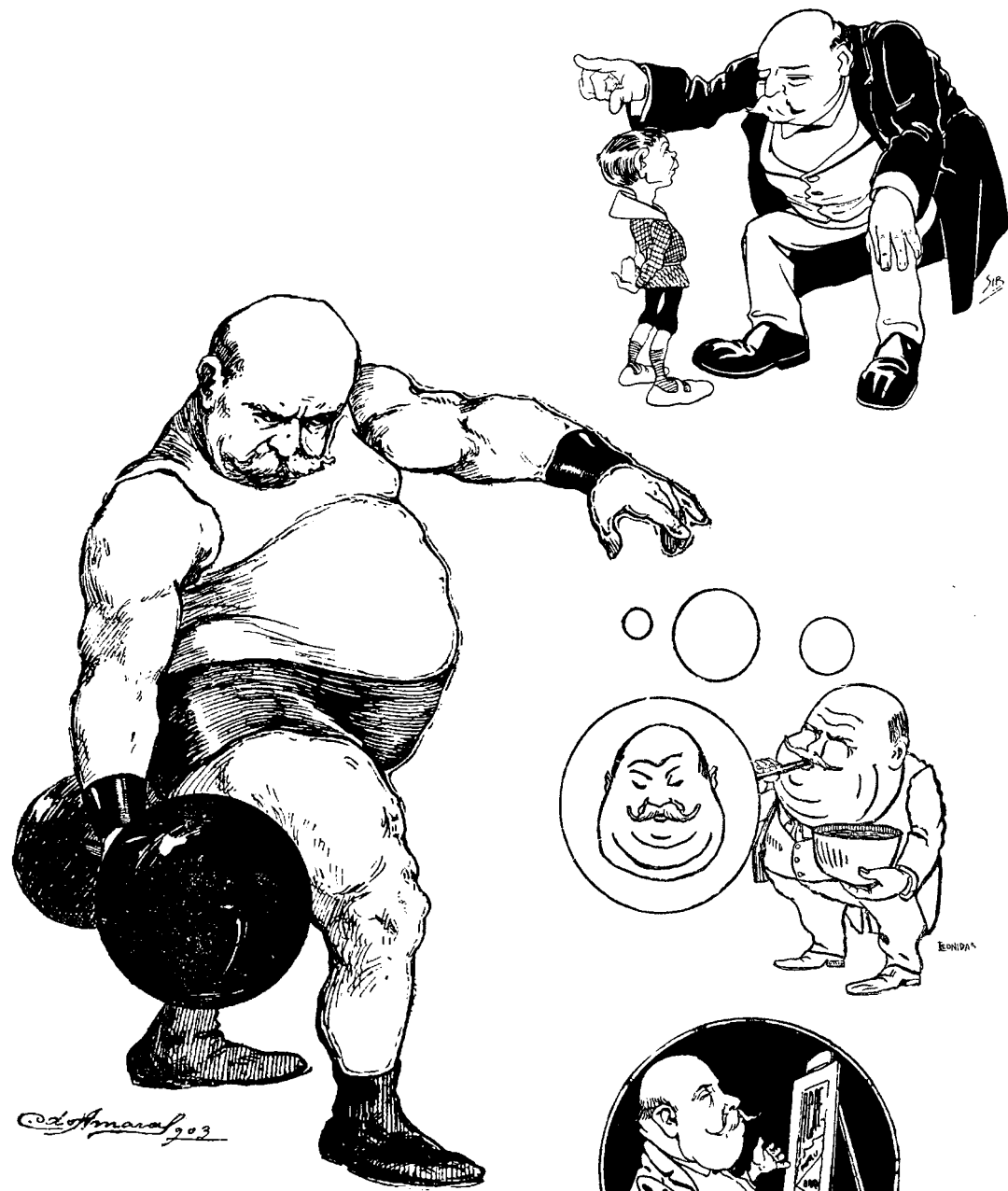
CAETANO VELOSO. Oração ao
tempo. *Cinema transcen-
dental* (LP). Rio de Janeiro,
Polygram/Philips, 1979.

Websites de empresas

Atelier Bettenfeld-Rosenblum
<https://www.elegance-cuir.
com>.

Instituto Joaquim Tenreiro
<https://www.joaquimten-
reiro.com>.

Manufacture Zuber & Cie
<https://www.zuber.fr>.



título

Itamaraty Rio de Janeiro: história, acervo, restauro **organização** Abilio Guerra Jurema Machado Luiz Fernando de Almeida **coordenação editorial** Abilio Guerra Fernanda Critelli Silvana Romano Santos **autoria de texto** Abilio Guerra Ana Claudia Paranaguá Anderson Azevedo Angela Telles Benjamim Saviane Bruno Amadei Machado Carlos Fernando de Moura Delphim Claudia Carvalho Cynthia Tarrisse Elizabete Dasinger Bittencourt Frederico Ferreira Guilherme Frazão Conduru Julio Moraes Jurema Machado Katia Beatris Rovaron Moreira Lucas Figueiredo Luis Antonelli Luiz Fernando de Almeida Maria de Lourdes Parreiras Horta Mariana Vetrone Mônica da Costa Renata Campiotto Rosana Elisa Coppedê Silva Rosaria Ono Veronica Castanheira Machado Yanara Costa Haas **ensaio fotográfico** Nelson Kon **desenho gráfico** Dárkon Vieira Roque **assistência editorial** Benjamim Saviane

preparação e revisão de texto

Noemi Zein Telles Jurema Machado Abilio Guerra Irene Nagashima **pesquisa iconográfica** Abilio Guerra Angela Telles Benjamim Saviane Jurema Machado Veronica Castanheira Machado **tratamento de imagem** Jorge Bastos Nelson Kon Alberto Ricci Eduardo Santos **fotografia de drone** Américo Vermelho **desenho técnico** Instituto Pedra **desenho de perspectiva** José Luiz Favaro **impressão** Ipsis **patrocínio** Itaipu Binacional **apoio cultural** Ministério das Relações Exteriores **imagem da capa** Palácio Itamaraty, foto Nelson Kon

Sobre os organizadores

Abilio Guerra é arquiteto (FAU PUC-Campinas, 1982), mestre e doutor em História (IFCH Uni-camp, 1992; 2002), professor da FAU Mackenzie. Com Silvana Romano Santos, é editor da Romano Guerra Editora e do Portal Vitruvius. Autor dos livros *Arquitetura e natureza* e *Cultura Pau-Brasil* (Romano Guerra/Nhamerica, 2017; 2022) e organizador do livro *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira* (Romano Guerra, 2010).

Jurema Machado é arquiteta urbanista (UFMG, 1980). Foi presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, coordenadora de cultura da Unesco no Brasil e presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG. Atuou, pelo Instituto Pedra, como coordenadora técnica da etapa de elaboração do “Projeto de conservação, restauração e gestão do complexo arquitetônico e dos acervos do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro”.

Luiz Fernando de Almeida é arquiteto (FAU PUC-Campinas, 1986). É diretor presidente do Instituto Pedra e um dos autores do “Projeto de conservação, restauração e gestão do complexo arquitetônico e dos acervos do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro”. Por quase dez anos, atuou como presidente do Iphan e coordenador nacional do Programa Monumenta. Foi membro do Comitê de Patrimônio Mundial da Unesco (2008-2011), fundador da revista *Óculum* e diretor do Museu de Arte do Rio – MAR.

Romano Guerra Editora Editores

Abilio Guerra Silvana Romano Santos **Conselho Editorial** Abilio Guerra Adrián Gorelik Aldo Paviani Ana Luiza Nobre Ana Paula Garcia Spolon Ana Paula Koury Ana Vaz Milheiros Ângelo Buccì Ângelo Marcos Vieira de Arruda Anna Beatriz Ayroza Galvão Carlos Alberto Ferreira Martins Carlos Eduardo Dias Comas Cecília Rodrigues dos Santos Edesio Fernandes Edson da Cunha Mahfuz Ethel Leon Fernanda Critelli Fernando Luiz Lara Gabriela Celani Horacio Torrent Schneider João Masao Kamita Jorge Figueira Jorge Francisco Liernur José de Souza Brandão Neto José Geraldo Simões Junior Juan Ignacio del Cueto Luís Antônio Jorge Luis Espallargas Gimenez Luiz Manuel do Eirado Amorim Marcio Cotrim Cunha Marcos José Carrilho Margareth da Silva Pereira Maria Beatriz Camargo Aranha Maria Stella Martins Bresciani Marta Vieira Bogéa Mônica Junqueira de Camargo Nadia Somekh Otavio Leonidio Paola Berenstein Jacques Paul Meurs Ramón Gutiérrez Regina Maria Prosperi Meyer Renato Anelli Roberto Conduru Ruth Verde Zein Sergio Moacir Marques Vera Santana Luz Vicente del Rio Vladimir Bartalini

Crédito de imagens Acervos

Acervo Abilio Guerra – p. 293 (acima, meio)

Acervo Itamaraty Brasília – Álbum da reforma do Itamaraty de 1928: p. 42, 43, 55 (abaixo), 67 (acima), 67 (abaixo) – p. 235 (acima)

Arquivo Histórico do Itamaraty – p. 53, 55 (acima, cópia, foto Oscar Liberal), 56 (acima), 56 (abaixo, esq), 58 (todas), 60 (todas), 61 (todas), 63 (ambas), 76 (ambas), 77, 94 (abaixo), 95 (todas, exceto: abaixo, meio; abaixo, dir), 237 (acima) Arquivo Nacional – Fundo BR RJANRIO EH (Agência Nacional): p. 80 (abaixo), 81 (acima, esq), 81 (meio, esq), 81 (abaixo, dir), 111 (acima), 111 (meio), 172 (acima) – Fundo BR RJANRIO OL (Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras): p. 56 (abaixo, dir), 78 (abaixo, esq, foto Claudius Couton) – Fundo BR RJANRIO PH (Correio da Manhã): p. 80 (acima), 81 (abaixo, esq), 114 (acima) Biblioteca Histórica do Itamaraty – p. 95 (abaixo, meio; abaixo, dir), 101 (acima, todas), 115 (todas)

Biblioteca Municipal Orígenes Lessa Lençóis Paulistas – p. 48 (acima, esq)

Biblioteca Nacional Digital (domínio público) – p. 38-39 (Juan Gutierrez), 44, 45 (abaixo, Modesto Brocos), 48 (todas, exceto: acima, esq; abaixo, dir), 48-49, 49 (todas), 50 (Marc Ferrez), 67 (meio), 74 (Modesto Brocos), 78 (abaixo, dir), 80 (meio), 81 (acima, dir), 105 (todas), 106, 110 (Augusto Malta), 112 (ambas), 112-113 (ambas), 114 (abaixo, Harris & Ewing), 129, 133 (ambas), 218-219 (Marc Ferrez), 257 (Rossini Perez), 292 (todas), 293 (todas, exceto: acima, meio)

Instituto Moreira Salles – p. 41 (Marcel Gautherot), 230-231 (Luiz Musso / domínio público) – Coleção Gilberto Ferrez (foto Marc Ferrez / domínio público): p. 40, 46-47, 47 (ambas), 50-51 (ambas)

Instituto Pedra – p. 159 (todas), 182, 183, 184-185 (abaixo), 186-187, 200-201, 202-203, 203 (todas), 204-205, 205, 215 (todas, Xsensor), 218, 227 (todas), 233, 235, 242-243, 244-245, 248; 248-249, 253 (José Luiz Favaro)

Mapoteca Itamaraty RJ – p. 42, 52-53, 63 (ambas), 64 (todas), 81 (meio, meio), 83 (abaixo), 90, 92 (todas), 93, 97 (todas), 98 (ambas), 99 (ambas), 107, 111 (abaixo), 116-117, 118 (abaixo), 118-119 (ambas), 120, 121, 173 (acima, esq), 220, 224 (ambas), 258

Ministério das Relações Exteriores – p. 156, 157 (abaixo, esq), 161 (todas), 162-163, 163 (todas), 165 (abaixo, todas), 166 (todas), 166-167 (ambas)

Museu Aeroespacial – p. 250-251

Museu de Belas Artes UFRJ – p. 54 (foto Oscar Liberal)

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty – 118 (acima), 154 (acima), 155 (acima, todas), 168, 168-169, 169 (todas), 170 (todas), 171 (ambas), 172 (abaixo), 173 (todas, exceto: acima, esq) – Álbum Maurício Nabuco: p. 108-109 – Coleção Barão do Rio Branco: p. 83 (acima, Oscar Liberal), 84 (ambas), 84-85 (acima, foto Oscar Liberal), 84-85 (abaixo, dir), 86 (ambas), 101, 102, 104 – Coleção Esteves Brandão: p. 89 (Oscar Liberal) – Coleção Raul de Vincenzi: p. 110

Museu Histórico Nacional – p. 45 (acima, J. Boas)

Fotógrafos

Américo Vermelho – p. 36-37, 134-135, 136-137, 138-139, 140-141, 142-143, 144-145, 146-147, 148, 149, 152-153, 154 (abaixo), 155 (abaixo), 174-175, 220-221, 246-247

Julio Moraes – p. 206

Nelson Kon – p. 12-13, 14-15, 16, 16-17, 18, 19, 20-21, 22-23, 24-25, 26-27, 28-29, 30-31, 65 (ambas), 68-69, 70-71, 72, 73 (ambas), 75 (ambas), 78 (acima), 79, 82 (ambas), 88-89, 94 (acima), 102, 123 (ambas), 125, 126-127, 128, 130 (ambas), 131, 132, 150-151, 157 (acima), 157 (abaixo, dir), 162, 165 (acima), 176-177, 178, 179 (ambas), 181 (todas), 184 (acima), 188-189, 189, 190, 191, 192, 192-193, 194-195, 195, 196-197, 198, 199, 208-209, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 226 (ambas), 229, 238-239, 252, 260, 262-263, 264-265, 266-267, 268-269, 270, 270-271, 272, 272-273, 274-275, 276, 276-277, 278-279, 280-281, 282-283

Publicação

DUDLEO, Ruberto. *Dell’Arcano del Mare*. Florença, 1646. Original da Mapoteca Itamaraty RJ – p. 8-9, 285

PORTO, Ângela. *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro, Funag, 2012, p. 39 – p. 48 (abaixo, dir, acervo digital Funag)

SOARES, José Augusto de Macedo. Itamaraty: uma tradição bem brasileira. *O Cruzeiro*, n. 16, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957, p. 59 – p. 237 (abaixo, foto Ed Keffel, acervo Abilio Guerra)

1	3	10	15
	7	12	
	4		16
	8	13	
2	5		17
	6	11	18

Caricaturas – p. 292-293

- Crispim do Amaral, *A Avenida*, n. 4, 22/08/1903, capa
- Isasi (Plácido Isasi), *Jornal do Brasil*, n. 302 (edição da tarde), 29/10/1902, capa
- SIB (Calixto Cordeiro), *Fon Fon*, n. 3, 16/01/1909, p. 4
- Leonidas (Leônidas Freire), *Correio da Manhã*, n. 1171, 27/08/1904, capa
- Falstaff (Augusto Santos), *O Malho*, n. 92, 18/06/1904, p. 4
- Aryosto (Aryosto Duncan), *O Malho*, n. 371, 23/10/1909, p. 44
- Amaro (Amaro do Amaral), *Jornal do Brasil*, n. 129, 9/05/1909, p. 7
- Herônio (Mário de Barros), *O Malho*, n. 309, 15/08/1908, p. 25
- J. R. Lobão (João Batista Ramos Lobão), *O Malho*, n. 301, 20/06/1908, p. 10
- Raul Pederneiras, *O Malho*, n. 337, 27/02/1909, p. 16
- K. Lixto (Calixto Cordeiro), *Fon Fon*, n. 48, 26/11/1910, p. 18
- J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha), *Careta*, n. 22, 31/10/1908, p. 25
- C. Miragy (Casimiro Miragy), *Jornal do Brasil*, n. 335, 1/12/1902, capa
- Raul Pederneiras, *O Malho*, n. 293, 25/04/1908, p. 9
- K. Lixto (Calixto Cordeiro), *O Malho*, n. 83, 16/04/1904, capa
- Dudu (Cícero Valladares), *O Malho*, n. 99, 6/08/1904, p. 28
- Rocha (Augusto Rocha), *O Malho*, n. 489, 27/01/1912, p. 43
- K. Lixto (Calixto Cordeiro), *O Malho*, n. 67, 26/12/1903, p. 1

A reprodução ou duplicação integral ou parcial desta obra sem autorização expressa dos organizadores e dos editores se configura como apropriação indevida dos direitos intelectuais e patrimoniais do autor.

© Romano Guerra Editora, 2024
© Instituto Pedra, 2024
© Abilio Guerra
© Luiz Fernando de Almeida
© Jurema Machado

Romano Guerra Editora
Rua General Jardim 645 cj 31
Vila Buarque
01223-011 São Paulo SP Brasil
+ 55 11 96853-9963
rg@romanoguerra.com.br
<https://romanoguerra.com.br>

Instituto Pedra
Av. Brig. Faria Lima 1656 cj 8c
Jardim Paulistano
01451-001 São Paulo SP
+ 55 11 3031-3680
contato@institutopedra.org.br
<https://institutopedra.org.br>

Printed in Brazil 2024
Foi feito o depósito legal

Itamaraty Rio de Janeiro.
História, acervo, restauro

organização
Abilio Guerra
Jurema Machado
Luiz Fernando de Almeida

fotografia
Nelson Kon

São Paulo: Romano Guerra, 2024.
296p. il.

ISBN 978-65-87205-40-3 (PDF digital)

1. Palácio Itamaraty - Rio de Janeiro
2. Arquitetura – Rio de Janeiro – Século 19
3. Arquitetura – Conservação – Restauração
4. Arquitetura paisagística – Conservação – Restauração

- I. Guerra, Abilio, org.
- II. Machado, Jurema, org.
- III. Almeida, Luiz Fernando, org.
- IV. Kon, Nelson

CDD 720.98153

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária Dina Elisabete Uliana
CRB-8/3760





9 786587 205274



RG

Romano Guerra
Editora

instituto
pedra

ITAIPU BINACIONAL

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO